



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi

**O anti-globalismo na política externa brasileira: Ernesto Araújo e o
populismo de extrema-direita (2019-2021)**

Rio de Janeiro

2023

Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi

O anti-globalismo na política externa brasileira: Ernesto Araújo e o populismo de extrema-direita (2019-2021)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional. Linha de Pesquisa: Estudos de Política Externa.

Orientador: Prof. Dr. Hugo Rogelio Suppo

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

B428 Belfi, Lucca Giannini Palermo Moreno.
O anti-globalismo na política externa brasileira: Ernesto Araújo e o populismo de extrema direita (2019-2021) / Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi. – 2023. 201 f.

Orientador: Hugo Rogelio Suppo.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Brasil – Relações exteriores – 2019-2021 – Teses. 2. Direita e esquerda (Ciência política) – Teses. 3. Populismo – Teses. I. Suppo, Hugo Rogelio. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 327(81)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Lucca Giannini Palermo Moreno Belfi

O anti-globalismo na política externa brasileira: Ernesto Araújo e o populismo de extrema-direita (2019-2021)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Internacional. Linha de Pesquisa: Estudos de Política Externa.

Aprovada em 05 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Hugo Rogelio Suppo (Orientador)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof. Dr. Carlos Federico Domínguez Avila
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Mayra Goulart da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

DEDICATÓRIA

Dedicado à minha amada avó, Giovanina Palermo (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

Entrar para o mestrado foi o primeiro passo em direção ao meu grande sonho de ser professor e pesquisador acadêmico. Quando buscamos alcançar nossos objetivos, é certo que passaremos por diversas batalhas e provações. Até achamos que podemos prever as artimanhas provocadas pela contingência da vida, mas em hipótese alguma estamos preparados para elas. Aproximadamente três meses antes de começarem as provas para o processo seletivo do PPGRI-UERJ em 2020, minha amada avó Giovanina veio a falecer. Como se isso não bastasse, estávamos vivendo os piores momentos da pandemia da COVID-19 no mundo inteiro. Por conta deste último, meu primeiro ano de mestrado foi realizado inteiro na modalidade remota. Somado a isso tudo, fiz praticamente um ano e meio do meu mestrado sem receber a nossa tão sonhada bolsa CAPES – isso por conta da minha classificação no processo seletivo. Todos esses fatores contribuíram para que uma série de dificuldades, adversidades e obstáculos se instalassem em minha vida, tornando o caminho para a conclusão do mestrado espinhoso e nebuloso. Confesso aqui que por diversas vezes pensei em largar tudo e desistir. Pensava que não era capaz, que não era inteligente o suficiente para a vida acadêmica, me comparava com outros colegas, enfim, diversos pensamentos negativos. Entretanto, embora estivesse passando por todo esse turbilhão, nunca estive sozinho.

Em primeiro lugar, agradeço a todos os familiares que sempre me apoiaram desde o começo, sem nunca duvidarem ou questionarem as minhas decisões e capacidades. Se fosse listar todos os eles aqui, certamente acabaria sendo injusto e esqueceria de algum nome. No entanto, acredito que posso agradecer a todos esses familiares – sem cometer nenhuma injustiça – na figura de sete nomes: Ismael, meu avô; Bianca, minha mãe; Giovanna, minha irmã; Patrícia, minha madrinha; Melissa, minha amada prima; Emerson, meu pai; Teles, meu padrasto e Ariel, meu irmão de outras vidas – M.M, jamais esquecerei de você. Sem o apoio emocional, moral e financeiro desses, eu não teria feito a minha graduação e não teria forças para ingressar e permanecer no mestrado. Talvez o maior ensinamento que a minha finada avó Giovanina nos deixou, é de que a família é a coisa mais importante das nossas vidas. Quando o céu de repente anuviar, quando o vento agitar as ondas do mar, quando tudo se perder e a sorte desaparecer, abaixo de Deus só ficará nossa família. Sem o apoio de cada um deles eu não seria quem eu sou, não saberia o que eu sei e não me orgulharia do que conquistei. Expresso aqui o meu mais profundo amor e respeito por todos eles.

Em segundo, quero agradecer aos meus amigos de vida e aos meus colegas de jornada acadêmica. Neste quesito, ao contrário do anterior, posso listar alguns nomes aqui sem cometer injustiças, visto que com relação as minhas verdadeiras amizades sou bastante seletivo. Sem as conversas e descontrações presentes em nossos encontros, todo esse processo teria sido muito mais doloroso e desgastante. Meus primos Cadmo e Vinícius, por sempre estarem ao meu lado e serem meus parceiros de Maracanã para assistir os jogos do gigantesco *Fluminense Football Club*. Meu grande amigo Harrison, pelas conversas sobre a vida, pelos conselhos e desabafos. Minhas companheiras (e companheiro) de jornada acadêmica Deborah, Alyssa, Beatriz, Ana Lúcia, Stephanie e Nathan, pela empatia, colaborações, trocas de conteúdos e informações e pelos ensinamentos que me deram. Impossível deixar de mencionar os irmãos que a vida acadêmica me deu, Octávio e Marcos, que desde o primeiro dia estiveram comigo, sofreram comigo, riram comigo, choraram comigo e vão para o sucesso comigo. Nossas brigas, alegrias, conquistas e decepções, serviram para estreitar nossos laços; e a coroação da nossa amizade se deu nas varadas da UERJ e em cada mesa de bar que estivemos juntos. Vocês estarão em meu coração nesse e no outro mundo.

Em terceiro lugar, mas não menos importante, gostaria de agradecer aos professores que fizeram parte desta minha jornada. A professora Beatriz Mattos, que me orientou na graduação e foi a grande incentivadora para que eu me inscrevesse no processo seletivo para o mestrado. Agradeço a meu orientador, professor Hugo Suppo, pela paciência, dedicação e atenção dadas a mim e minha pesquisa no decorrer destes dois anos de mestrado. Os ensinamentos, observações, empatia e compreensão que teve comigo, certamente servirão de aprendizado para minha vida e minha futura carreira acadêmica. Ao professor Paulo Velasco, a professora Lorena Granja, a professora Miriam Saraiva e a professora Mônica Lessa, pelo cuidado, vivência e lições passadas ao decorrer desta minha etapa acadêmica. O que aprendi com as aulas de vocês e com as conversas nos corredores, levarei para a vida. A professora Jana Tabak, pela amizade, parceria e conselhos. Se não fossem suas sugestões e críticas construtivas, eu não teria vislumbrado a minha verdadeira “paixão de pesquisa”. Ao professor Carlos Domínguez, por ter aceitado fazer parte da minha banca de defesa do mestrado. Agradeço imensamente, também, a professora Mayra Goulart, por ter aceitado fazer parte da minha banca de qualificação e banca de defesa de mestrado, contribuindo de forma ímpar para a minha pesquisa.

Por fim, meus mais sinceros agradecimentos à UERJ e ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, pelo acolhimento. Fazer este mestrado foi a minha primeira experiência em uma universidade pública e posso atestar que foi a melhor escolha da minha vida. Mesmo em meio ao caos, a educação pública – e de qualidade – continua resistindo e

resistirá enquanto nós ocuparmos este espaço e lutarmos por ele. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão das instituições que apoiaram esta pesquisa.

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar.

Josué 1:9

RESUMO

BELFI, Lucca Giannini P. M. **O anti-globalismo na política externa brasileira: Ernesto Araújo e o populismo de extrema-direita (2019-2021)**. 2023. 201 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Durante os anos de 2019 a 2021, a política externa brasileira atravessou um período de intensa turbulência sob a liderança de Ernesto Araújo, um diplomata até então pouco conhecido pelo público em geral. Sob sua influência, uma abordagem anti-globalista foi incorporada ao processo decisório, desencadeando uma série de controvérsias na esfera das relações exteriores do país, incluindo um alinhamento incondicional com os Estados Unidos, constantes desentendimentos com nações importantes no sistema internacional, como China, União Europeia e Venezuela, afastamento de organizações multilaterais e retirada de regimes internacionais relevantes. Esta dissertação tem como hipótese central que esses acontecimentos foram resultado de uma significativa influência do populismo de extrema-direita no processo decisório da política externa brasileira. Para confirmar isso, foram empregados os pressupostos teórico-metodológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Conceitos-chave, como significantes vazios, pontos nodais e antagonismo, revelaram-se cruciais para a compreensão desse fenômeno. Esses conceitos foram aplicados em uma análise dos discursos proferidos pelo ex-chanceler, evidenciando suas influências tanto da extrema-direita em ascensão global quanto de uma postura tipicamente populista, em consonância com as proposições de Ernesto Laclau. Complementarmente, foram utilizados os trabalhos de Charles e Margaret Hermann para identificar os tomadores de decisão da política externa brasileira durante o período em questão e as mudanças concretas resultantes dessa influência populista de extrema-direita promovida por Ernesto Araújo.

Palavras-chave: Anti-globalismo. Ernesto Araújo. Teoria do Discurso. Populismo. Extrema-direita.

ABSTRACT

BELFI, Lucca Giannini P. M. **Anti-Globalism in Brazilian Foreign Policy: Ernesto Araújo and Far-Right Populism (2019-2021)**. 2023. 201 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Between 2019 and 2021, Brazilian foreign policy experienced one of its most tumultuous periods under the leadership of Ernesto Araújo, a relatively unknown diplomat to the general public at the time. Under his influence, an anti-globalism approach was incorporated into the decision-making process, unfolding a series of controversies within the realm of the country's foreign policy, including blind alignment with the United States, ongoing disagreements with significant international players such as China, the European Union, and Venezuela, distancing from multilateral international organizations, and withdrawing from highly relevant international regimes. The main hypothesis of this dissertation is that these events occurred due to the strong influence of far-right populism in the decision-making process of Brazil's foreign policy. To confirm this, the theoretical and methodological assumptions formulated by Ernesto Laclau and Chantal Mouffe's Discourse Theory were employed, where concepts such as empty signifiers, nodal points, and antagonism proved crucial for understanding the phenomenon. These concepts were mobilized in a proposed analysis of the speeches delivered by the former chancellor, highlighting his influences from both the rising global far-right and a typically populist stance, in line with Ernesto Laclau's propositions. Additionally, the works of Charles and Margaret Hermann were utilized to identify the decision-makers in Brazilian foreign policy during the indicated period and ascertain the tangible changes derived from this far-right populist influence promoted by Ernesto Araújo.

Keywords: Anti-globalism. Ernesto Araújo. Discourse Theory. Populism. Far-right.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Tabela de controle de variáveis de Hermann e Hermann	58
Figura 2 –	Esquema explicativo para a Tomada de Decisão	62
Figura 3 –	Esquema explicativo para a definição de problemas	63
Figura 4 –	Esquema tripartite proposto por Fairclough.....	69
Figura 5 –	Identificação dos conceitos: elementos e ponto nodal.....	101
Figura 6 –	Identificação dos conceitos: significante vazio.....	102
Figura 7 –	Identificação dos conceitos: inimigos e antagonismo.....	103
Figura 8 -	Identificação dos conceitos gerais.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
APE	Análise de Política Externa
COVID-19	<i>Corona Virus Disease 2019</i>
EUA	Estados Unidos da América
Mercosul	Mercado Comum do Sul
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PEB	Política externa brasileira
Prosul	Foro para o Progresso da América do Sul
PT	Partido dos Trabalhadores
RI	Relações Internacionais
UE	União Europeia
Unasul	União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	POPULISMO E POLÍTICA EXTERNA: UMA CONJUNÇÃO NÃO TÃO COMUM	25
1.1	O político e a política	25
1.2	O discurso como construção	26
1.3	Um conceito em disputa: o populismo como ontologia	35
1.3.1	<u>A razão populista de Ernesto Laclau</u>	36
1.3.2	<u>O que é populismo?</u>	38
1.3.3	<u>Demanda democrática x demanda popular</u>	39
1.3.4	<u>Antagonismo e sua negatividade</u>	41
1.3.5	<u>Significantes vazios, o líder e a mobilização populista</u>	43
1.4	Política Externa Como Política Pública?	44
1.4.1	<u>Conceituando a análise de política externa</u>	47
1.4.2	<u>Política de Estado ou política pública?</u>	50
1.5	Modelo analítico de Hermann e Hermann	54
1.5.1	<u>Mudanças em política externa</u>	55
1.5.2	<u>Unidades de decisão</u>	56
1.6	Análise do discurso: uma ferramenta complementar	64
1.6.1	<u>Laclau, Mouffe e Fairclough nas R. I: diferenças e oportunidades</u>	67
1.7	Metodologia	70
2	ERNESTO ARAÚJO E O MARXISMO CULTURAL GLOBALISTA	75
2.1	O populismo no Brasil	76
2.1.1	<u>O bolsonarismo</u>	82
2.2	Ernesto Araújo: uma breve biografia	85
2.3	Da seleção dos textos	88
2.4	Etapa 1: “Trump e o Ocidente”	90
2.5	Teoria do discurso em prática	101
2.6	Etapa 2: o blog Metapolítica 17	105
2.6.1	<u>“Inimigo”, antagonismo e a negação do outro</u>	106
2.6.2	<u>“Nós”, demandas e articulação</u>	114
2.6.3	<u>Inserção internacional, problemas e soluções</u>	120
3	A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O ANTI-GLOBALISMO	126

3.1	Inserção internacional do Brasil: um breve retrospecto	126
3.1.1	<u>Do Império à Redemocratização</u>	131
3.1.2	<u>Da Redemocratização à Michel Temer</u>	133
3.1.3	<u>Michel Temer e a faísca para o caos</u>	137
3.2	A atuação populista na política externa	139
3.3	Etapa 3: discursos oficiais e o efeito populista na política externa brasileira	142
3.3.1	<u>Discurso de posse</u>	143
3.3.1.1	Significante vazio	144
3.3.1.2	Nós.....	145
3.3.1.3	Inimigos.....	148
3.3.2	<u>Aulas Magnas ministradas</u>	149
3.4	Ruptura ou amadorismo? Os tomadores de decisão da política externa bolsonarista	155
3.5	Outros discursos oficiais e entrevistas	159
3.5.1	<u>As relações com o “nós”</u>	160
3.5.1.1	Estados Unidos	160
3.5.1.2	Israel	163
3.5.1.3	Outros aliados da extrema-direita.....	164
3.5.1.4	Aliados regionais: Maurício Macri e Sebastián Piñera	166
3.5.2	<u>As relações com o “inimigo”</u>	168
3.5.2.1	China	168
3.5.2.2	União Europeia e as Organizações Internacionais	170
3.5.2.3	Controvérsias regionais	171
3.6	Panorama	173
	CONCLUSÃO	176
	REFERÊNCIAS	182

INTRODUÇÃO

O populismo tem sido objeto de estudo no campo político e internacional por um longo período, remontando pelo menos à década de 1930. Líderes históricos como Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, políticos latino-americanos do século passado, já foram analisados sob a perspectiva populista. No entanto, no século XXI, especialmente nas primeiras duas décadas, o populismo ganha destaque renovado na política global, agora em uma forma peculiar: o populismo de extrema-direita. Nomes como Donald Trump, Marine Le Pen, Andrzej Duda e Jair Bolsonaro são frequentemente associados a esse fenômeno. Embora o conceito de populismo esteja recebendo cada vez mais atenção nas ciências sociais, sua aplicação no campo da política externa ainda é incipiente, havendo poucos estudos sobre a influência populista em seu processo decisório. Antes de explorarmos a relação entre populismo de extrema-direita e política externa, é importante contextualizar brevemente como esse fenômeno se consolidou no debate político atual. Para isso, faremos uma introdução ao conceito de extrema-direita, tomando como base os argumentos e textos do pesquisador Cas Mudde, reconhecido como uma das principais referências nesse tema. Ao longo deste trabalho, faremos uso frequente do conceito de extrema-direita, e essa explicação inicial servirá como uma ferramenta introdutória para compreender o fenômeno em questão.

Cas Mudde (2022) dedica sua obra à análise da chamada direita antissistema, que ele considera um perigo para as democracias liberais. Em sua classificação, Mudde denomina essa forma de direita como 'extrema-direita' e a divide em dois subgrupos principais: a direita ultraradical e a direita radical. A direita ultraradical rejeita princípios democráticos como a soberania popular e o governo da maioria, sendo exemplificada por movimentos como o nazismo de Adolf Hitler e o fascismo de Benito Mussolini. Por outro lado, a direita radical, embora aceite a essência da democracia, se opõe a elementos fundamentais da 'democracia liberal', como os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação dos poderes. Mudde destaca a importância de compreender e analisar esses subgrupos da extrema-direita para avaliar os riscos que representam para os sistemas democráticos contemporâneos. Sendo assim

Ambos os subgrupos se opõem ao consenso liberal-democrático do pós-guerra, mas de maneiras fundamentalmente diferentes. Enquanto a direita ultraradical é revolucionária, a direita radical é mais reformista. Essencialmente, a direita radical confia no poder popular, e a direita ultraradical não (MUDDE, 2022, p. 26).

Nesse sentido, o autor argumenta que o termo "populismo de direita" (ou "populismo de extrema-direita") deve ser atribuído exclusivamente ao subgrupo da direita radical. Mudde

(2022) define o populismo como uma ideologia superficial que divide a sociedade em dois grupos homogêneos e antagônicos: o povo puro e a elite corrupta. Segundo essa perspectiva, a política deve ser a expressão da vontade geral do povo. Portanto, uma vez que a direita ultraradical não confia no poder popular, e o populismo, teoricamente, é pró-democracia, embora contra sua expressão liberal, o populismo é associado à direita radical. Assim, ao longo deste trabalho, o termo "populismo de extrema-direita" será utilizado para se referir especificamente ao subgrupo da direita radical conforme formulado por Cas Mudde (2022). Podemos prosseguir com esta introdução, considerando o atual cenário da política global, marcado pela crescente ascensão de movimentos extremistas, especialmente relacionados à extrema-direita e teorias conspiratórias. Nesse contexto, questões como imigração, religião, identidade, cultura e território têm sido cada vez mais abordadas e debatidas. Conforme veremos adiante, essas questões são instrumentalizadas pelas narrativas dos movimentos populistas de extrema-direita. É importante ressaltar, como argumentado por Wendy Brown (2018), que a angústia em torno dessas pautas está relacionada ao processo de globalização e às transformações paradigmáticas ocorridas no início da década de 1990 (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

Ao examinar a notável ascensão dos movimentos e líderes de extrema-direita em todo o mundo, com foco especial no cenário dos Estados Unidos, Brown (2018) se dedica a entender as razões por trás desse fenômeno. Ela observa que, nos Estados Unidos, uma parcela branca, de classe média e cristã, impulsionada pelo descontentamento e pela raiva, conduziu Donald Trump à presidência. O ex-presidente não apenas mobilizou um sentimento de ressentimento de classe, mas também explorou a amargura desse grupo específico da sociedade, que sentia ter perdido seu prestígio social, econômico, cultural e político devido às últimas quatro décadas de neoliberalismo e globalização. A análise de Brown (2018) sugere que houve uma clara reação ao que ela chama de "desposseção" socioeconômica causada pelas políticas econômicas neoliberais em vigor em todo o mundo ocidental. Como resultado, esse segmento da sociedade enfrentou um declínio em direitos básicos, como salários decentes, moradia, educação e certos privilégios anteriormente garantidos pelo status social de sua classe, o que comprometeu sua perspectiva de futuro (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

Em resumo, as políticas neoliberais e o avanço da globalização, em meio a uma crise da própria lógica neoliberal (PINTO et al., 2019; BROWN, 2018), geraram um ambiente de ressentimento em uma parte específica das sociedades. Esse contexto, como discutido posteriormente por Ernesto Laclau (2005), é propício para que surja uma figura capaz de articular discursivamente e capturar essas demandas ressentidas, alcançando o poder. De acordo

com Brown (2018), a ascensão da extrema-direita no cenário internacional é caracterizada por uma mistura peculiar de belicosidade, desinibição e um coquetel antidemocrático de apoio ao estatismo. Analogamente, podemos compreender a relação entre o neoliberalismo e os movimentos populistas de extrema-direita como uma manifestação dos sintomas de uma doença maior: a razão neoliberal (BOFFO; SAAD-FILHO; FINE, 2019). Diante disso, o objetivo desta pesquisa é compreender como o populismo de extrema-direita influenciou o processo decisório da política externa do governo Jair Bolsonaro durante o mandato de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores (2019-2021). Nesse sentido, um ponto de partida relevante para entender a origem desse caso é analisar as manifestações de junho de 2013, considerando o contexto de crise do sistema político brasileiro que culminou nas chamadas "Jornadas de 2013" (LYNCH; CASSIMIRO, 2022; BELI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

Assim, desde o início da década de 2010, houve um ambiente propício para o crescimento do populismo de extrema-direita no Brasil (SCHERER-WARREN, 2014; LEE e FRANCISCO, 2017; CODATO, BERLATTO e BOLOGNESI, 2018). As manifestações ocorridas em 2013, que reivindicaram importantes demandas populares, como aquelas organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo, espalharam-se rapidamente por todo o país. No entanto, as chamadas "Jornadas de 2013" foram apenas o ponto de partida para a atual polarização do espectro político brasileiro (SCHERER-WARREN, 2014), representando a ponta visível de um problema maior (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023). Como já apontado anteriormente, o sistema político começa um profundo processo de crise, que pode ser entendido também como a crise do próprio capitalismo brasileiro (PINTO et al, 2019). Lynch e Cassimiro (2022) vão chamar este processo de 'crise da Nova República', atribuindo a construção dessa crise ao que eles chamam de "revolução judiciarista" (LYNCH, 2017), que teria como expoente supremo justamente as Jornadas de 2013:

Iniciada na academia jurídica na década de 1990 como um fenômeno doutrinário-ideológico, essa "revolução" evoluiu na década seguinte para legitimar a judicialização da política e a atuação política dos operadores jurídicos. Expressão suprema do processo de desprestígio da política profissional, as jornadas de 2013 potencializaram a transformação da "revolução judiciarista", oferecendo uma oportunidade política para que o Judiciário fosse projetado como um agente capaz de "regenerar" as estruturas político-partidárias corrompidas (LYNCH; CASSIMIRO, 2022, p. 26).

No caso de Pinto et al. (2019), a análise parte de uma premissa mais econômica e se relaciona com a ideia de crise do sistema capitalista brasileiro, como já mencionado no parágrafo anterior. A lógica é de que a partir de 2015 o capitalismo brasileiro se afundou em uma de suas maiores crises e que estaria se perpetuando, ao mesmo tempo, em três frentes: nos

planos da acumulação, no cenário político e nas instituições. Os autores buscam compreender a crise que, segundo eles, ganhou sua forma a partir do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e se perpetuou até a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. Deste modo, procuram evidenciar como os problemas de acumulação aumentam significativamente e se transformam em uma crise estrutural, visto que o Estado foi incapaz de reverter a situação:

Essa dificuldade estatal decorre (i) do “consenso da insensatez” econômica dos setores dominantes, (ii) do deslocamento do “centro de poder” do Estado brasileiro para as mãos da operação Lava Jato, e (iii) da perda de legitimidade das instituições. Parte significativa dessa dificuldade é fruto do mecanismo de combate à corrupção (flexibilização do regramento legal e geração de instabilidade) utilizado pela Operação Lava Jato (PINTO et al., 2019, p. 2).

É importante salientar que, embora as Jornadas de 2013 sejam usadas como ponto de partida, não podemos ignorar que elas são reflexos das instabilidades domésticas que, por sua vez, são alimentadas pela ressaca da crise financeira internacional de 2008 (PINTO et al., 2019). Esse argumento é apoiado por Brown (2018; 2019), que destaca como a crise do capitalismo neoliberal gerou um intenso ressentimento em determinados grupos da sociedade, resultando em uma despolitização significativa e um ódio generalizado em relação à política e aos políticos. Não se pode negar a grave problemática da corrupção no país durante o período em que o Partido dos Trabalhadores (PT) esteve no poder, o que ajudou a sustentar as narrativas necessárias para o surgimento de uma ampla operação contra políticos e instituições corruptas.

Isto posto, podemos observar certa confluência de argumentos entre os autores. Lynch e Cassimiro (2022) e Pinto et al. (2019), buscam tratar, a partir de diferentes perspectivas, a Operação Lava Jato como um importante ponto de inflexão nessa crise do sistema político brasileiro. A partir disto, podemos observar que as ‘Jornadas de 2013’, que alimentaram a insatisfação e, de certa forma, decepção com a política brasileira – principalmente na figura do PT, representado por Dilma Rousseff – serviram de incubadora para a agitação social na época. A partir dos elementos mencionados anteriormente, que posteriormente se materializaram na Operação Lava Jato, o clima político brasileiro começa a ficar mais hostil e radicalmente polarizado. Assim sendo, é gerado um forte ressentimento na população, sustentado ao redor de um discurso despolitizante e de ódio à política, especialmente envolto em uma narrativa anti-petista.

A lógica seria que esse cenário exposto anteriormente foi o ponto de partida para que o Brasil começasse a receber a influência dos ideais populistas de extrema-direita. Vale ressaltar, que o argumento não sustenta que a polarização, o anti-petismo e o populismo se instalaram no país nesse período, visto que a insatisfação política presente no cenário brasileiro vinha sendo

alimentada por muito tempo. A ideia é de que os eventos das ‘Jornadas de 2013’ reacqueram um ressentimento de certos grupos da sociedade brasileira. Esse sentimento, como sustenta Wendy Brown (2018), alimentou ideais extremistas e, como de acordo com Laclau (2005), conseguiu articular demandas não atendidas de parte da sociedade brasileira. Dessa forma, o desencadear de consequências surgidos nas manifestações de 2013, somados aos resultados obtidos na Operação Lava Jato¹, ocasionaram a consolidação do pensamento extremista de direita no Brasil, preparando o terreno perfeito para que uma figura populista ascendesse ao poder (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

Esse seria, bem resumidamente, o pano de fundo proposto para esta pesquisa. Como já enunciado anteriormente, pretende-se aqui analisar o escopo da ação populista no processo decisório da política externa brasileira (PEB), entre 2019 e 2021, período em que Ernesto Araújo estava à frente do MRE. Para fins de clarificação, vale ressaltar que existe uma grande diferença entre influenciar o *processo* de tomada de decisão e influenciar a *decisão final* (PINHEIRO, 2000; MILANI, PINHEIRO, LIMA, 2017). Mesmo que a tomada de *decisão final* não seja condizente com uma postura populista, isso não significa que o *processo* de tomada de decisão não tenha sido influenciado por personagens e ideias populistas. Tomando como exemplo os argumentos de Saraiva e Silva (2019), podemos entender que a política externa de Jair Bolsonaro é dividida em duas alas: Ideológica e Pragmática, havendo uma espécie de “cabo de guerra” onde um lado – os pragmáticos – tenta solucionar e minimizar as controvérsias causadas pelo outro – o ideológico.

Baseado nestes argumentos, entendemos que essa influência populista na política externa brasileira, pouca ou nenhuma vez conseguiu lograr êxito em decisões finais – embora tenha se articulado de forma eficiente. Se levarmos em consideração que a política externa é uma política pública (MILANI, 2015), chegaremos à conclusão de que o Estado não é detentor exclusivo do **processo** decisório. Dependendo do cenário em que um determinado governo se encontra, o Estado terá maior ou menor influência no processo de tomada de decisão – apesar de ter a última palavra. Justamente por este motivo, que é de suma importância estudar o processo decisório, portanto, o processo de formulação da política externa dos Estados.

¹Vale ressaltar neste ponto, que não defendemos que a Operação Lava-Jato foi figura única e principal que permitiu a ascensão dos movimentos populistas de extrema-direita no Brasil. A hipótese que se faz nesta pesquisa, é que o processo histórico que se iniciou em 2013 e ‘se encerrou’ em 2016 com o impeachment de Dilma Rousseff (PINTO et al, 2019), teve como um de seus corolários o surgimento da Operação Lava-Jato, que por sua magnitude, serviu como elemento articulador de certos discursos muito utilizados pelos políticos de extrema-direita. Por isto, inevitavelmente podemos argumentar que os resultados obtidos na Operação Lava-Jato, alimentaram ainda mais um discurso fortemente anti-petista e despolitizador, que serviu de munição para estes movimentos populistas.

O governo brasileiro comandado por Jair Bolsonaro se propôs, desde o período de campanha presidencial, a estabelecer uma ruptura, pelo menos no discurso, com o que vinha se desenvolvendo em questões de política externa desde então. Não se tratava apenas de uma posição antagônica de seus antecessores imediatos – Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer – mas também contrária às diretrizes contidas no acumulado histórico da diplomacia brasileira (CERVO, 2008; CORNETET, 2014; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016). As eleições de 2018 foram agitadas, onde acusações de fraudes, atentado contra presidenciável, enormes volumes de *Fake News* nas redes sociais e polarização ainda mais exacerbada, foram vetores desse momento. Desde o período de campanha, Bolsonaro apresentava uma clara preferência nas relações com os Estados Unidos de Donald Trump, proferia declarações vexatórias contra importantes países, como Venezuela e China, além de apresentar claros contornos de uma influência da extrema-direita populista em ascensão no cenário internacional. Personagem importante desse momento, é o ex-Chanceler Ernesto Araújo, nome indicado pelo guru dos bolsonaristas e autoproclamado filósofo, Olavo de Carvalho (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

Bolsonaro, juntamente com Araújo, ambos influenciados por Olavo de Carvalho, baseiam seus argumentos para a política externa na lógica do anti-globalismo. Em seu discurso de posse, o ex-Chanceler assume a narrativa de que implementaria uma política externa livre de ideologia, não substituindo uma ideologia por outra, mas sim combatendo a ideologia vigente. Essa tal ideologia que ele estaria procurando combater seria o ‘globalismo’², que faria oposição a políticas nacionalistas-conservadoras, comandado pelo inimigo quixotesco marxismo cultural³. Araújo foi aluno de Olavo, por isso suas ideias muito se assemelham, onde ambos tentam construir narrativas que oferecem novas versões intelectuais de ideologias e acontecimentos, que não têm qualquer base científica ou histórica.

Ernesto Araújo é expoente da grande ascensão de movimentos de extrema-direita que o cenário internacional presenciou na última década. No caso de política externa, os adeptos a

²Ernesto Araújo vai entender o Globalismo como: os padrões liberais antinacionais e anti-tradicionais na vida social e o mercado globalizado sem fronteiras na vida econômica; além disso, acredita que o Globalismo corrói as democracias, visto que ele implicaria mover processos decisórios nacionais para instituições internacionais menos transparentes, que seriam governadas por burocratas expatriados. Portanto, o argumento seria que o Brasil teria o dever de combater a ideologia globalista, que seria guiada pela tríade: marxismo cultural, anti-humanismo e anti-cristianismo (ARAÚJO, 2017; MAGALHÃES; THOMAZ, 2021).

³Segundo Silva, Sugamoto e Irigaray (2021), o conceito surge no ambiente intelectual do neoconservadorismo estadunidense e apesar de ter uma certa nebulosidade com relação a sua definição, os autores vão entender o conceito como “um conglomerado heterogêneo de várias tendências ditas progressistas diferentes: pós-estruturalismo, feminismo liberal, movimentos pela liberação sexual e desconstrutivismo, por exemplo. Eles as apresentam de maneira caricatural, vulgarizada, propagandista e, importante, situadas dentro do campo do marxismo” (p. 182).

esse movimento tratam questões como geopolítica e desenvolvimento de forma secundária, focando seus esforços na ideia de ‘metapolítica’. O conceito seria definido como:

[...] o conjunto de ideias, cultura, filosofia, história e símbolos que agem tanto no nível racional quanto no nível emotivo da consciência. Assim também, ao lado de uma política externa, o Brasil necessita de uma metapolítica externa, para que possamos situar-nos e atuar naquele plano cultural-espiritual em que, muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático-militar, estão se definindo os destinos do mundo (ARAÚJO, 2017, p. 354).

Ernesto Araújo entranhou essa ideia de ‘metapolítica’ na PEB, complementando-a com outro termo, a ‘teopolítica’, que teria o papel de agenciar o Brasil na busca de um destino cultural-espiritual no mundo. Como ele mesmo diz em seu discurso de posse, enxergaria Bolsonaro como um “guerreiro da cultura”, que iria trazer uma transformação duradoura ao espalhar ideias e valores culturais por toda a sociedade. Ponto importante a se observar, é a mistura de elementos religiosos e ideológicos nesses discursos. Essa ideia de globalismo articulada nesse período da PEB, tem as raízes nos escritos de Olavo de Carvalho. Para o guru bolsonarista, o principal ator que coordena o globalismo é uma elite global, formada por grupos que participam das Reuniões de Bilderberg⁴, que teriam o poder de influenciar as decisões dos Estados (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

O globalismo constitui-se no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provém da mesma raiz etimológica, e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda. Aqueles que dizem que não existem homens e mulheres são os mesmos que pregam que os países não têm direito a guardar suas fronteiras, são os mesmos que propalam que um feto humano é um amontoado de células descartável, são os mesmos que dizem que a espécie humana é uma doença e que deveria desaparecer para salvar o planeta. Por isso a luta pela nação é a mesma luta pela família e a mesma luta pela vida, a mesma luta pela humanidade em sua dignidade infinita de criatura. (ARAÚJO, 2019).

É notável o caráter conspiracionista em que essas narrativas são sustentadas, apesar disto, Araújo afirma que a “Nova Política Externa” do Brasil seria pragmática. No entanto, isso não se sustenta ao longo de seu discurso. Em sua posse, o ex-Chanceler até cita em alguns momentos projetos importantes para a infraestrutura dos países sul-americanos por exemplo, mas ao mesmo tempo, ele fala sobre a centralidade do cristianismo e do Ocidente na alma do brasileiro. Esse pragmatismo defendido por Araújo, se resume em uma oposição ao multiculturalismo e às fronteiras abertas e procura fortalecer e ampliar um discurso judaico-cristão na PEB (MAGALHÃES; THOMAZ, 2021):

⁴Seria um clube secreto da elite global que promoveria reuniões anuais para decidir o futuro do mundo. Para mais informações, ver BBC (2019).

Além da *oikofobia*, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a *teofobia*, o ódio contra Deus. Há uma *teofobia* horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não-pensamento que perfazem a agenda global. Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos (ARAÚJO, 2019).

Nesse sentido, ao invés da PEB trabalhar a favor da construção de consenso, durante a gestão de Araújo – e muito influenciada por Bolsonaro e sua área ideológica de interesses – o Brasil desempenhou um papel secundário e passa a aderir à visão de mundo dos EUA comandados por Donald Trump⁵.

Quem ama, luta pelo que ama. Então nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso [...] admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre (ARAÚJO, 2019).

Essa ideia anti-globalista fez com que o Brasil tomasse uma postura pró-Occidente, concedendo interesses nacionais para agradar a Donald Trump – que supostamente deveria ser agradado, pois estaria travando uma guerra cultural contra o globalismo (MAGALHÃES; THOMAZ, 2021; GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020; ARAÚJO, 2019). Seria dessa lógica anti-globalista que o populismo, enquanto ontologia da política e inserido numa análise pós-estruturalista laclauiana do discurso, se manifestaria no processo de tomada de decisão da PEB desse período. Observaremos de forma mais detalhada essa relação no marco teórico deste projeto, no entanto, é importante ressaltarmos alguns aspectos importantes a serem considerados. O principal deles, muito relacionado com o ambiente regional, é a clara rejeição que Ernesto Araújo e, principalmente, Jair Bolsonaro tem ao multilateralismo e a integração regional. Voltando mais uma vez para seu discurso de posse, Araújo argumentou que os conceitos de multilateralismo, intergovernamentalismo, governança global e valores universais, apenas escondem os blocos regionais e disfarçam a pressão da ONU por supranacionalismo e governo (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023). Dessa forma, a natureza intergovernamental da Unasul e do Mercosul que baseiam seus procedimentos decisórios no consenso, vão contra ao que Ernesto Araújo e o anti-globalismo acreditam, por exemplo – não à toa Bolsonaro foi um ator ativo para a inviabilização da Unasul:

⁵ O discurso de Ernesto Araújo, ratificados fortemente por Jair Bolsonaro e seus tomadores de decisão, é envolto por um fascínio gigantesco na figura de Donald Trump. Araújo acredita, inclusive, que Trump propõe ao Brasil uma re-conexão com sua “herança mítica de seu passado ocidental” (MAGALHÃES; THOMAZ, 2021).

Nós orientaremos todas as relações bilaterais e multilaterais para a geração de resultados concretos para o emprego, a renda e para a segurança dos brasileiros. Ao mesmo tempo que as relações bilaterais, investiremos renovado esforço também nas negociações multilaterais, especialmente na OMC, que está construindo uma nova e promissora agenda da qual, hoje, o Brasil ainda está de fora, mas na qual entrará com todo o seu peso e toda sua criatividade. No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs (ARAÚJO, 2019).

Portanto, o anti-globalismo impulsionaria narrativas controversas à PEB e geraria incerteza sobre o papel do Brasil nas instituições sul-americanas e globais. Esses anti-globalistas alimentam um ressentimento muito grande contra democracias que apoiam o multilateralismo e o regionalismo. O grupo considera as instituições internacionais locais em que o marxismo cultural é difundido, resultando no desaparecimento dos Estados-nação e a vigência de um governo socialista mundial (MAGALHÃES; THOMAZ, 2021). Por este motivo, irá se propor aqui um debate sobre as definições gerais de populismo e política externa, no intuito de nortear melhor o andamento deste trabalho, visto que os dois conceitos não são um consenso dentro de seus respectivos campos de estudos. Após isso, através dos argumentos de autores referência na área, como Ernesto Laclau, pretende-se investigar variáveis importantes que o fenômeno nos proporciona, como o status de lógica ou estratégia política que carrega e o papel do discurso nesse tabuleiro. Assim sendo, se tornará mais simples apresentar as maneiras pelas quais o populismo influenciou discursivamente a tomada de decisão na política externa brasileira.

Em linhas gerais, este é o contexto pelo qual o escopo desta pesquisa é desenvolvido. Assim sendo, teremos por pergunta de partida: como o populismo de extrema-direita influenciou o *processo* de tomada de decisão em política externa do governo Jair Bolsonaro, no período em que Ernesto Araújo foi o MRE (2019-2021)? O argumento central da pesquisa é que o populismo de extrema-direita influenciou o processo de tomada de decisão da PEB através da mobilização discursiva de *significantes vazios*, *antagonismos* e de uma *cadeia de equivalências*, que possibilitou a articulação de *momentos* que impactaram o discurso político brasileiro, se estendendo para o processo de tomada de decisão da PEB. Essa construção discursiva foi calcada nas bases de uma lógica anti-globalista. Após apresentado o pano de fundo, é necessário que sejam apresentados os conteúdos capítulos posteriores. O primeiro capítulo desta dissertação é dedicado para os aspectos teóricos-metodológicos da pesquisa. Nele, são apresentados os pressupostos teóricos da Teoria do Discurso, formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015); a definição laclauiana (2013) a respeito do populismo, apresentando suas bases calcadas na própria Teoria do Discurso; uma breve conceituação a respeito das definições dos conceitos de política externa e da Análise de Política Externa (APE),

além da apresentação de duas teorias de APE complementares: a de mudanças em política externa (HERMANN, 1990) e a de unidades de decisão (HERMANN; HERMANN; HAGAN, 1987). Por fim, será proposta uma desafiadora metodologia, que buscará correlacionar a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), com a Análise de Discurso Crítica (ADC), nas bases de Norman Fairclough (2003). O intuito desta correlação, seria tomar emprestada a lógica por detrás da ADC, para operacionalizar a Teoria do Discurso.

No segundo capítulo, iremos propor uma espécie de genealogia do pensamento político-ideológico do ex-chanceler Ernesto Araújo. Em primeiro lugar, haverá uma introdução ao conceito de populismo no Brasil, para que possamos fazer uma explanação a respeito de sua versão atual de extrema-direita, o bolsonarismo. Posteriormente, após uma pequena seção biográficas do ex-chanceler, iremos analisar, o que consideraremos aqui o *magnum opus* do ex-ministro, o artigo “Trump e o Ocidente” (2017). Neste artigo, podemos observar a grande maioria dos elementos e conceitos utilizados por Araújo em seus discursos posteriores a frente do MRE. A ideia de pan-nacionalismo, muito importante na construção da visão de mundo do ex-chanceler, a sua percepção do Ocidente e a sua retórica político-religiosa se apresentam de forma clara e coordenada. Neste primeiro momento, também propomos a identificação dos conceitos presentes na Teoria do Discurso, tal qual significante vazio, ponto nodal e antagonismo. Identificando estes conceitos, iremos fazer uma análise robusta nos textos encontrados no extinto blog de Araújo, *Metapolítica 17*. A intenção deste movimento, é encontrar nos discursos formulados pelos ex-ministro em seu blog, os conceitos identificados anteriormente em seu *magnum opus*. Portanto, ao apontar estas informações, procuramos apresentar as bases do pensamento de Ernesto Araújo para, posteriormente, identificarmos essas bases em seus discursos oficiais e entender como o populismo influenciou o processo decisório da PEB.

No terceiro e último capítulo desta dissertação, apresentamos um panorama geral da inserção internacional do Brasil e, de certa forma, o acumulado histórico da diplomacia brasileira. Importante ressaltar, que daremos um foco maior ao período pós-redemocratização, visando os interesses desta pesquisa. Este será o capítulo principal desta dissertação, visto que será o momento em que procuraremos demonstrar a forma pela qual o discurso populista de extrema-direita, construído por Ernesto Araújo, se apresentou no processo decisório do PEB. Além disso, será o momento em que as contribuições de Hermann (1990) e Hermann, Hermann e Hagan (1987), serão aplicadas. Portanto, identificaremos quem são os tomadores de decisão da PEB no período 2019-2021 e se houve mudanças significativas neste período *vis-à-vis* o acumulado histórico apresentado anteriormente. Os discursos oficiais a serem utilizados, foram

encontrados em dois livros, de autoria do próprio Ernesto Araújo e publicados pela Fundação Alexandre de Gusmão: “A nova política externa brasileira” (2020), que contém seus discursos do ano de 2019 e “Política externa: Soberania, Democracia e Liberdade” (2021), que contém seus discursos do ano de 2020. Os conceitos formulados pela Teoria do Discurso, e identificados no capítulo dois, serão mobilizados e interpretados levando em consideração o processo decisório do período.

1 POPULISMO E POLÍTICA EXTERNA: UMA CONJUNÇÃO NÃO TÃO COMUM

Antes de entrarmos nas especificidades e categorizações teóricas necessárias a esta dissertação, julga-se necessário ressaltar que as apresentações metodológicas e conceituais não se esgotam de forma vazia em uma revisão bibliográfica. Este capítulo traz consigo uma visão particular de mundo com a qual compartilhamos afinidades e críticas que se aproximam de nossa leitura da realidade. Portanto, utilizando-me das ideias produzidas pela teoria do discurso formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, no livro *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015), – pioneiros no pensamento pós-marxista – fruto de uma perspectiva pós-estruturalista, o presente capítulo se pautará por um ponto de vista crítico aos essencialismos, determinismos e positivismos presentes nos debates formulados no *mainstream* das Relações Internacionais (RI). Dessa maneira, a partir da Teoria do Discurso se entenderá que a realidade social não pode ser concebida fora de uma “teoria dos sentidos”, ou seja, nada existe fora do campo da discursividade. Ernesto Laclau e Chantal Mouffe entenderão que é inconcebível a ideia de que se possa ter acesso a qualquer realidade que já não tenha sido mediada pelo sentido, ou seja, sido construída simbolicamente. Logo, o sentido teria um caráter de co-constituição para com a realidade social (BURITY, 2008). Nesse sentido, assim como os pós-estruturalista defendem, não se negará de forma alguma a existência do que poderíamos chamar de ‘verdade’. Se levará em consideração, contudo, que ela sempre será fruto de uma construção, uma afirmação de poder, que reflete estruturas de dominação que procuram se hegemonizar através do discurso. Todavia, não podemos limitar nossas reflexões em abstrações, caindo na armadilha da crítica pela crítica. Pelo contrário, devemos cada vez mais materializar esses debates em análises e estudos de caso concretos e relevantes, para que determinismos sejam interpelados e estruturas de dominação sejam contrariadas. Assim sendo, esta será a tônica deste capítulo.

1.1 O político e a política

Para um melhor entendimento da teoria formulada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe e suas categorias de análise, é necessário esclarecer um ponto-chave da argumentação dos autores. A distinção entre os conceitos de "o político" e “a política”, presente tanto em "Hegemonia e Estratégia Socialista" (2015), quanto em trabalhos individuais dos autores, como "Sobre o Político" (2015) de Chantal Mouffe, é central no pensamento pós-estruturalista dos autores. Embora essa diferenciação não seja comumente adotada, Laclau e Mouffe (2015) argumentam que separar esses dois conceitos abre novas percepções para o campo das ciências

sociais. Nesse sentido, Mouffe (2015) defende que essa distinção implica a existência de duas abordagens distintas: a ciência política, que lida com o campo empírico da "política", e a teoria política, que é a esfera de ação dos filósofos e não investiga os fatos da "política", mas a essência do político (MOUFFE, 2015, p. 7).

Para ilustrar essa ideia, Laclau e Mouffe (2015) recorrem à filosofia heideggeriana para explicar a distinção entre os dois conceitos. Segundo eles, a política refere-se ao nível "ôntico", enquanto "o político" está relacionado ao nível "ontológico". No plano ôntico, a política está ligada às diferentes práticas da política convencional, ou seja, ao conjunto de práticas e instituições que estabelecem uma ordem e organizam a convivência humana em um contexto conflituoso produzido pelo político (MOUFFE, 2015, p. 8). Por outro lado, no plano ontológico, "o político" diz respeito à forma como a sociedade é fundamentada, ou seja, à dimensão do antagonismo que é constitutiva das sociedades humanas (MOUFFE, 2015, p. 8). Em resumo, a política, no âmbito ôntico, refere-se às experiências concretas, como o bolsonarismo, o trumpismo, o Brexit. Já "o político" assume uma dimensão ontológica geral, que envolve a instituição de qualquer ordem, seja ela econômica, social ou cultural, como uma orientação predominante na dinâmica interna e relacional das organizações sociais, sejam elas empresas, escolas, igrejas, ONGs, entre outras (LACLAU, MOUFFE, 2015, p. 21-22).

Essa breve explicação inicial será fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, uma vez que a ideia de "o político" será abordada em vários momentos. Ainda neste capítulo, a percepção laclauiana do conceito de populismo será discutida, em que Ernesto Laclau argumenta que o populismo está no plano ontológico, relacionando-se com "o político". Ao longo dos argumentos apresentados, essa ideia será devidamente explorada. Esse primeiro contato com esse ponto de vista servirá como base para uma análise mais aprofundada da distinção entre esses dois conceitos ao longo da revisão bibliográfica e teórica, garantindo uma compreensão mais clara em cada seção.

1.2 O discurso como construção

É importante destacar, em primeiro lugar, que Ernesto Laclau e Chantal Mouffe não são autores da área de Relações Internacionais, mas sim da área de Ciência Política, mais especificamente no campo da Teoria Política. No entanto, isso não contradiz os propósitos desta pesquisa. Pelo contrário, adotando uma abordagem pluridisciplinar, considerou-se interessante explorar como a Teoria do Discurso pós-estruturalista (ciência política) se aplica ao campo das

Relações Internacionais. Nesse sentido, partindo para a teoria do discurso pensada por Laclau e Mouffe (2015), é importante levar-se em consideração a seguinte ideia:

Toda teoria que supõe explicar um campo geral de fenômenos passará, não obstante, por uma experiência histórica particular. No caso de Antonio Gramsci, está claro que sua teoria da hegemonia surgiu de uma conjuntura histórica da vitória do fascismo, das relativamente diferenciadas formas da sociedade civil nos países da Europa Ocidental e da subsequente impossibilidade de lançar-se numa revolução no estilo bolchevique (MARCHART, 2008).

No caso de Ernesto Laclau, sua "experiência histórica particular" foi o peronismo argentino, e é a partir desse contexto que todo o seu pensamento foi construído⁶ desde sua concepção do político até sua teorização sobre o conceito de populismo. No entanto, teorias relevantes não estão restritas a um espaço e tempo específicos. Isso também se aplica a Laclau e Mouffe, que, após a publicação de "Hegemonia e Estratégia Socialista" (2015), estabeleceram o que ficou conhecido como "Escola de Essex" da teoria do discurso e fizeram uma tentativa de renovar os debates marxistas, resultando no que é conhecido como "pós-marxismo" (GOMES, 2011). A Teoria do Discurso proposta pelos autores não se limitou ao desenvolvimento de ideias empíricas, mas também influenciou os campos de estudo da retórica, teoria da democracia, teoria dos novos movimentos sociais e teoria lacaniana da ideologia (MARCHART, 2008). Nesse sentido, *Hegemonia e Estratégia Socialista* (2015) foi uma obra pioneira ao utilizar o pós-estruturalismo como ferramenta de análise política. De acordo com Marchart (2008), Laclau e Mouffe adotaram uma abordagem desconstrutivista em vários aspectos, levando Laclau a repensar ideais clássicos do pensamento social e político, como poder, ordem, emancipação, bem como as próprias lógicas do político, da sociedade e do social. Os autores redefinem o conceito de social dentro de um contexto discursivo, onde a identidade é o resultado de uma articulação discursiva (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023). Nesse contexto, Santos (2018) argumenta que a teoria do discurso laclauniana surge como uma crítica à linguística de Ferdinand de Saussure e ao conceito de hegemonia de Antonio Gramsci, além de incorporar influências da filosofia heideggeriana, da desconstrução de Jacques Derrida e da psicanálise de Jacques Lacan.

Para proporcionar uma fluidez e um melhor entendimento do raciocínio subjacente à teoria do discurso laclauniana, é importante explicar as categorias de análise utilizadas em suas formulações. Começaremos pelo conceito central dessa teoria: o discurso. Segundo Burity (2008, posição 539), podemos compreender o discurso de duas maneiras: em seu sentido

⁶Ernesto Laclau foi um ativista do Partido Socialista Argentino e do movimento estudantil peronista. Também foi uma das lideranças do Partido Socialista da Esquerda Nacional e editor do jornal semanal, *Lucha Obrera*.

comum e como um campo disciplinar. No sentido comum, ele é entendido como um recurso linguístico, a expressão verbal, o uso social da linguagem. Está associado a discursos estruturados de políticos ou movimentos organizados, expressos por meio de falas, pronunciamentos, manifestos, entre outros. Já no campo disciplinar, que se desenvolveu nas ciências humanas no início do século XX com autores como Ferdinand de Saussure, o discurso é compreendido como um "conjunto de regras de produção de sentido". Por conseguinte, essa lógica se baseia na ideia de uma teoria dos sentidos, em que o discurso é entendido como "um sistema de representação cuja função é produzir sentidos e simbolizar a realidade por meio de um conjunto de significados articulados" (SILVA, 2014, p. 9). Dessa forma, por serem abertos, os discursos atraem elementos de outras formações discursivas⁷ e os conectam à sua própria rede de significação. Nesse sentido, a totalidade dos sentidos presentes no espaço social é resultado de formações discursivas, pois nenhum significado pode ser construído fora do campo da discursividade (SILVA, 2014). Essa ideia está diretamente relacionada aos argumentos apresentados por Hansen (2016), que introduz a noção de que não há realidade fora do campo da discursividade.

Assim sendo, as relações sociais devem ser compreendidas a partir do discurso, que vai além de um conjunto de textos. O discurso desempenha o papel crucial de absorver a ideia de que não apenas os objetos e ações são objetos do discurso, mas também de que "toda estrutura discursiva é uma construção social e política caracterizada pelo estabelecimento de relações entre diferentes objetos e práticas" (GOMES, 2011, p. 658). Laclau e Mouffe argumentam que é inconcebível ter acesso a qualquer realidade que não tenha sido mediada pelo sentido e construída simbolicamente, enfatizando assim a importância da dimensão da significação. Portanto,

O fato de que todo objeto é constituído como objeto de discurso não tem nada a ver com a existência de um mundo externo ao pensamento, nem com a oposição realismo/idealismo. [...] O que se nega não é que tais objetos existam externamente ao pensamento, mas antes a afirmação bastante diferente de que eles próprios possam se constituir como objetos fora de qualquer condição discursiva de emergência (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 181).

⁷Se entenderá formação discursiva por “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço e que definem em cada época dada e para cada área social e econômica, geográfica ou linguística dada as condições do exercício da função enunciativa”. [...] Em outras palavras, a formação discursiva envolve as condições a partir das quais se expressam os temas, objetos, hipóteses etc., em um dado espaço discursivo” [...] A Formação Discursiva não é um pano de fundo” (PINTO, 2006, p. 93). Portanto, “[...] uma formação discursiva é um conjunto de discursos articulados hegemonicamente por uma particularidade, por um desses discursos que não é, em si nem necessariamente, o mais rico, o mais bem articulado [...] Mas é aquele discurso que, naquele momento, é capaz de significar os fenômenos/interlocutores a que se dirige, de modo a oferecer-se como uma superfície de inscrição de diferentes demandas, em resposta a um desafio, uma crise ou uma ameaça percebida” (BURITY, 2008, posição, 635, 674 e 678).

Dessa maneira, é importante destacar que o sentido é co-constitutivo da realidade social, uma vez que ambos estão intrinsecamente conectados. O sentido não é simplesmente um ato mental isolado, uma intencionalidade individual, mas sim uma construção social que vai além das vontades do sujeito. É crucial compreender que existem regras historicamente definidas de produção de sentido, as quais todo indivíduo ou agente social, ao falar uma determinada língua, precisa seguir para que sua fala ou ação seja reconhecida pelos outros membros da comunidade (BURITY, 2008, posição 556, 570). Com isso,

[...] o sujeito falante, pensante, escrevente, agente, só produz ou comunica sentido na medida em que realiza uma performance a partir de regras que não foram inventadas por si, não são controladas ao seu bel prazer, e não podem ser simplesmente modificadas de maneira arbitrária e intempestiva por alguma pessoa, individualmente. Regras estas que são produzidas através de processos sobre os quais ninguém individualmente tem controle [...] é preciso pensar o discurso em termos de regras que combinam elementos diferentes entre si de tal maneira que essa relação produz sentido (BURITY, 2008, posição 574, 585).

Seguindo essa linha de pensamento, os fenômenos sociais seriam sobredeterminados, ou seja, não possuiriam uma única explicação ou abordagem, não se limitariam a meros constrangimentos causais. Isso ocorre porque cada fenômeno social é resultado da interseção de múltiplas concepções, construções discursivas e políticas, que, para Laclau e Mouffe (2015), são essencialmente a mesma coisa. Dessa forma, o sentido atribuído a um determinado fenômeno surge da articulação inseparável entre sua dimensão física e sua dimensão significativa. Nesse sentido, é crucial compreender que o termo "discursivo" não se limita apenas à fala, mas abrange um campo mais amplo (BURITY, 2008). Isto posto,

O discurso é uma unidade complexa de palavras e ações, de elementos explícitos e implícitos, de estratégias conscientes e inconscientes. É parte inseparável da ontologia social dos objetos. É nesse sentido que Laclau utiliza o conceito de discurso: enquanto categoria teórica – e não descritiva ou empírica – que procura dar conta das regras de produção de sentido pelas quais um determinado fenômeno encontra seu lugar no mundo social e num conjunto de discursos articulados entre si num determinado fenômeno específico [...] o discurso define regras de produção de sentido que permitem um número indefinido (embora finito) de enunciados e ações. (BURITY, 2008, posição 647, 651 e 655).

Após a explanação da concepção de Ernesto Laclau sobre a realidade social, podemos adentrar nas suas categorias de análise. Para compreendermos como os sentidos se estabelecem nessa realidade, é essencial entender a categoria central denominado "*ponto nodal*". Segundo Laclau (1993, p. 45), "hegemonizar um conteúdo equivale a fixar sua significação em torno de um ponto nodal". Os *pontos nodais* atuam como repositórios de significados fundamentais, congregando uma rede discursiva complexa que entrelaça diferentes identidades em torno de

uma teia de significados (SOUTHWELL, 2008). Conforme Santos (2018, p. 43-44), esses *pontos nodais* são "signos privilegiados em torno dos quais um discurso é organizado", embora sejam vazios em si mesmos. De acordo com Gomes (2011), esse processo de fixação de sentidos na figura do *ponto nodal* é denominado de *articulação*, e essa *articulação*, estruturada na prática, é justamente o discurso⁸.

Céli Pinto (1999), argumenta que esse movimento de significação pressupõe outras três categorias centrais para a teoria do discurso: *elementos*, *momentos* e a *prática articulatória*. Destarte,

[...] chamaremos articulação qualquer prática que estabeleça uma relação entre elementos de tal modo que a sua identidade seja modificada como um resultado da prática articulatória. A totalidade estruturada resultante desta prática articulatória, chamaremos discurso. As posições diferenciadas, na medida em que apareçam articuladas no interior de um discurso, chamaremos momentos. Por contraste, chamaremos elemento toda diferença não discursivamente articulada (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 178).

A *articulação* se manifesta dentro de uma lógica de contingência, como já abordado anteriormente, devido à natureza precária dos sentidos. Assim, a *prática da articulação* não é uma ferramenta para alcançar a realidade, mas sim a prática por meio da qual as relações sociais se constroem. Para compreender melhor essa dimensão, Ferreira (2011, p. 4-5) argumenta que os *elementos* se articulam precisamente por meio dos *pontos nodais*, e a partir disso, os *elementos* se configuram como *momentos*. Dessa forma, esses *elementos* continuam a ser *elementos*, mas transcendem para *momentos* distintos – ou para outros *elementos* – em uma determinada *prática articulatória*. Isso ocorre porque esses *elementos* possuem a capacidade de se articular em outras formações discursivas. Assim, "um mesmo *elemento* se transformará em um *elemento/momento* diferente em um discurso e em outro. Para Laclau, a conexão desses diversos *elementos/momentos* constitui o discurso" (FERREIRA, 2011, p. 5). Em suma, a *prática articulatória* poderia ser entendida como o processo em que *elementos* são transformados em *momentos*. À vista disso, *elementos* seriam qualquer diferença não articulada discursivamente e os *momentos* seriam as posições diferenciadas, que se articulam dentro de um discurso⁹ (PINTO, 1999). Para esclarecer esta ideia, Pinto (1999, p. 80) nos apresenta o seguinte exemplo:

⁸Importante ressaltar, que essa fixação do sentido seria apenas algo parcial, visto que existe uma disputa entre os diversos sentidos presentes dentro do campo discursivo. Este, [o campo discursivo] por sua vez, seria entendido como tudo aquilo que estaria fora do discurso, aquilo que foi excluído pelos discursos hegemônicos. Entretanto, é justamente por conta de o discurso sempre ser articulado em relação a algo externo, que ele a todo momento periga de ser desestabilizado por este externo. Devido a contingência da hegemonia discursiva, o sentido está sempre a ponto de se esvaír perante a outras formas de fixação (GOMES, 2011, p. 659).

⁹Céli Pinto (1999, p. 80 e 81) nos apresenta mais um conceito que deve ser levado em consideração, mas para as intenções desta pesquisa acaba ganhando um papel, de certa forma, secundário: a noção de totalidade

[...] tomemos o discurso democrático liberal, no qual podemos identificar um conjunto de momentos, como eleitor, representante, Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário, igualdade perante a lei, direito de expressão. Todos são momentos articulados em um discurso, ou seja, todos tem sentido em uma totalidade estruturada. Ora, isso não impede que comece a aparecer uma série de elementos que não são contemplados nesta cadeia, como direitos das minorias, democracia direta, cidadania diferenciada etc. Esses novos elementos não têm lugar pré-definido em relação ao discurso da democracia liberal. Se estivermos em um momento de expansão da hegemonia, possivelmente o processo será de tentativa de articulação desses novos elementos, transformando-os em momentos articulados. Caso contrário, há possibilidade de que adquiram sentido em uma cadeia distinta de significação.

Após compreendermos o processo de fixação dos sentidos na realidade social, podemos agora abordar duas categorias cruciais para a teoria: *hegemonia* e *antagonismo*. Conforme mencionado anteriormente, os autores sustentam que é impossível apreender a realidade sem considerar "constitutivamente uma passagem pelo discurso, pelo sentido, pela inserção de fatos físicos, humanos ou naturais em sistemas de significação", nos quais esses fatos são hierarquizados, articulados e até mesmo disputados com outros, a fim de estabelecer uma certa "estabilização do ser dos objetos que descrevem e situam no mundo" (BURITY, 2008, posição 620). Portanto, o significado de um determinado fenômeno só adquire sentido ao ser inserido em um sistema de significação, ou seja, em uma formação discursiva. É a noção de *hegemonia* que estrutura essa lógica, pois sem ela, o espaço social não apresentaria a *articulação* de discursos e a disputa entre eles (SILVA, 2014). Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) partem do pressuposto de que todo discurso almeja alcançar a *hegemonia*, ou seja, busca universalizar seus sentidos para que suas práticas pareçam naturais. Essa perspectiva converge com os argumentos debatidos na perspectiva pós-estruturalista das Relações Internacionais, sobre a interação entre poder, conhecimento e a verdade como meio de legitimar uma narrativa (NOGUERIA; MESSARI, 2005). Nesse sentido,

É comum pensar a construção do discurso hegemônico como abrangente a uma parcela considerável dos indivíduos. Não há nenhum equivoco, contudo, é preciso atentar igualmente que o processo de hegemonização se apresenta no interior dos grupos sociais. Assim, o espaço hegemônico possui um raio de atuação geralmente restrito a uma determinada esfera. Por isso, o mesmo não se constitui em uma totalidade social, ou melhor, um único princípio articulador (SILVA, 2014, p. 203).

Dessa forma, é possível existirem diferentes agrupamentos discursivos hegemônicos que não se relacionam entre si. A universalização dos sentidos, ou seja, a conquista da *hegemonia*, não consegue abranger plenamente a realidade social, uma vez que a *hegemonia* é

estruturada. Segundo a autora, a totalidade estruturada seria "uma totalidade fruto de uma prática articulatória". Sendo assim, tendo em vista que os momentos nunca se configuram como momentos, visto que existem dentro de uma lógica contingencial, chega-se à conclusão de que a ideia de totalidade nada mais é do que uma contingência estruturada. É a partir deste raciocínio, que Laclau e Mouffe sustentam a natureza contingente dos sentidos e a não totalização dos discursos.

construída em um campo permeado por *antagonismos*, devido às particularidades que não obtiveram sucesso em se universalizar (SILVA, 2014, p. 204). A partir desse entendimento, os discursos em busca da *hegemonia* iniciam um processo de desconstrução para se estabelecerem como dominantes. Nesse contexto, podemos compreender o conceito de *antagonismo*, que envolve outras duas categorias fundamentais: as *lógicas de equivalência e diferença*. O conceito de *antagonismo* surge para explicar o processo pelo qual o social, compreendido como o domínio das diferenças discursivas, se torna homogeneizado, transformando-se em uma cadeia de equivalências diante de um 'outro' que é considerado o 'inimigo'. Para exemplificar esta ideia:

[...] num estado de opressão, diferentes setores sociais podem estabelecer entre eles mesmos uma relação de equivalência vis-à-vis com seu exterior constitutivo, o opressor, já que as diferenças entre tais setores permanecerão esquecidas enquanto sua relação antagonica com o opressor se mantiver intacta (MARCHART, 2008).

Segundo Laclau e Mouffe (2001, apud SANTOS, 2018, p. 53), a *lógica da equivalência* simplifica o espaço político, enquanto a *lógica da diferença* expande e aumenta sua complexidade. Em outras palavras, a *lógica da diferença* aprofunda a construção de sentidos, sendo uma lógica de positividade em que os sentidos podem se definir independentemente do outro (PINTO, 2006). Por outro lado, a *lógica da equivalência* permite que diferentes demandas e identidades sejam articuladas em torno de um ponto nodal comum. Deste modo, permite que diferentes grupos e indivíduos se unam em torno de uma identidade política comum, que é construída em oposição a grupos e entidades identificados como o "outro" (MENDONÇA, 2009). É importante ressaltar, conforme argumentado por Pinto (2006, p. 100), que para existir uma lógica de equivalência, é necessário haver diferenças. Quando afirmamos que duas coisas são equivalentes, pressupomos que elas são diferentes, pois se não fossem diferentes, seriam simplesmente iguais e não equivalentes. "Elas são equivalentes porque são diferentes e, em certo momento, uma parece igual à outra" (PINTO, 2006, p. 100).

Nesse contexto, a *hegemonia* é compreendida como um esforço para construir discursivamente, além das diferenças, o "bloco histórico" de uma formação hegemônica específica (MARCHART, 2008). Em outras palavras, um discurso hegemônico é um discurso que busca sistematizar e unificar as diferenças (MENDONÇA; RODRIGUES, 2008). O *antagonismo* desempenha o papel de coordenador das equivalências, onde as possibilidades de positividade são anuladas, dando espaço para a existência real da negatividade em si (MARCHART, 2008). Nessa lógica, o que une os indivíduos na reivindicação de uma demanda ou na formação de um movimento não é o conteúdo em si, o objetivo ou a motivação da demanda, mas sim a oposição comum a algo externo a esse espaço significativo, algo que

representa uma ameaça (BURITY, 2008, posição 686). Por fim, temos a categoria de *significante vazio*, que para Laclau (1996, p. 69) seria “um significante sem significado”. Ou seja, “O *significante vazio* ocorre quando um discurso tem universalizado em demasia seus conteúdos, passando a dar sentido a uma multiplicidade de identidades, a ponto de ele se tornar incapaz de ser significado de forma exata” (MENDONÇA, 2006, p. 84). Para melhor clarificar a ideia apresentada, pegaremos o exemplo apresentado por Daniel de Mendonça (2006, p. 84) em sua tese de doutorado:

A democracia liberal se constitui em uma cadeia de equivalência com: liberdade de expressão; igualdade perante a lei; eleições dos governantes e representantes, na qual a democracia liberal é o termo que permite equivalência. Ora, a partir das lutas da década de 60, este termo vai ganhando cada vez mais equivalências e perdendo cada vez mais conteúdos particulares. Compõem esta cadeia de direitos impensáveis antes da II Guerra, tais como: voto universal (homens/mulheres/analfabetos), direito das minorias, experiência de democracia participativa, direitos sociais etc. A democracia paulatinamente se torna um significante vazio (PINTO, 1999, p. 85 apud MENDONÇA, 2006, p. 84).

Ou seja, os *significantes vazios* possuem uma multiplicidade de *articulações* sem que nenhuma delas se estabilize como universal. Se tornarão “não apenas *loci* de atos de identificação” (BURITY, 2008, posição 725), mas se configurarão como espaços de disputas pela significação dos objetos almejando a particularizar estes. “[...] Por exemplo, *mesa*, *table* (francês/inglês – pronunciadas diferentemente), *tavola* (italiano) ou *tafel* (alemão) são palavras que traduzem em diferentes idiomas exatamente a mesma coisa, por meio de diferentes significantes” (posição 729). Sendo assim, o conceito de significante vazio representaria uma convergência tão grande de significados diversos dentro de um mesmo discurso, que em dado momento estes perdem seu sentido primário devido aos excessos de outros sentidos incorporados (GOMES, 2016).

Para ilustrar essa dinâmica, Burity (2008) apresenta um exemplo no qual um movimento estudantil realiza uma manifestação contra a possibilidade de cobrança de mensalidade nas universidades públicas. Durante essa manifestação, encontramos uma diversidade de participantes: líderes estudantis e representantes de um partido de esquerda. Entre os presentes, há aqueles que nunca participaram de reuniões ou manifestações estudantis, mas apoiam as lideranças que fazem os discursos. Também há aqueles que já participaram de outras reuniões, estão envolvidos no movimento estudantil, mas não são do mesmo partido de esquerda, comparecendo para ouvir e possivelmente concordar com algumas questões levantadas. Além disso, há um grupo de estudantes que já teve experiências semelhantes anteriormente, mas não se envolveu diretamente com a reivindicação específica em pauta. Portanto, as pessoas

presentes nesta manifestação dificilmente concordam com tudo o que está sendo dito pelas lideranças estudantis e as partidárias, mas, como argumenta Burity:

[...] naquele momento, aquele discurso inflamado em defesa do ensino público e gratuito articula um conjunto de diferenças que de outra forma não estariam reunidas. Não porque somente um discurso de esquerda partidária possa produzir esta articulação, mas porque contingentemente este e não outro foi capaz de fazê-lo: capitalizar o descontentamento, dar-lhe um nome, por assim dizer, tomar a iniciativa de convocar uma reunião e de propor uma interpelação a estudantes com diferentes “leituras” do acontecimento (inclusive aqueles que sequer “enxergavam” a situação). É a essa capacidade de representar, enquanto uma posição particular, algo maior, mais abrangente, que Laclau dá o nome de hegemonia (BURITY, 2008, posição 667, 671 e 675).

No caso desta manifestação, o Ministério da Educação, o governo ou até mesmo o avanço da agenda neoliberal na área da educação podem representar uma ameaça. Esses personagens acabam se tornando o outro, o adversário, o inimigo, caracterizando-se como *pontos nodais* que são articulados em “uma subjetividade política compartilhada” (BURITY, 2008, posição 690). Essa caracterização de um outro, de um inimigo, que é contrário a tudo aquilo que o grupo heterogêneo de estudantes simboliza, que justamente os une, mesmo consideradas todas as suas diferenças. As diferenças se transformam em uma cadeia de equivalência onde elas não importam mais diante do inimigo comum. Por isso,

Retire-se, porém, a ameaça colocada por esse exterior constitutivo (por meio do atendimento da demanda, do seu desarme ou da cooptação da liderança, por exemplo) – porque a sua existência, por mais imaginária que seja, é a condição para que a assembleia de estudantes venha se realizar –, e a unidade desses militantes defensores do ensino público não existirá mais (BURITY, 2008, posição 694).

Dessa forma, podemos compreender a constituição dos fenômenos sociais a partir dessa perspectiva, por meio da *articulação* de *elementos* diversos. Retomando o exemplo mencionado anteriormente, esses *elementos* podem ser representados pelos diferentes grupos de estudantes ou pelos discursos que eles defendem. Nesse contexto, surge a oposição em relação à qual se estabelece uma fronteira que cria uma identificação coletiva de “nós” e “eles”. Nesse sentido, Burity (2008) argumenta que o processo de construção dos campos antagonistas ocorre por meio da mobilização de *significantes vazios*. Isso implica que uma particularidade esvazie o sentido das demandas propostas, permitindo que outras demandas de origens diversas se incorporem a ela. Laclau chama isso de “universalização do particular”, quando uma demanda passa a interpelar um conjunto de outras demandas de tal forma que estas se reconheçam como parte integrante dela (BURITY, 2008, posição 756). Dessa maneira, quando uma demanda

particular assume a representação de um conjunto de outras demandas que não lhe são intrínsecas e fala em nome desse agrupamento, ocorre a formação de uma *hegemonia*¹⁰.

Estão apresentados acima os pressupostos teóricos pelos quais esta pesquisa se guiará. No entanto, um questionamento ainda persiste após todos estes parágrafos: por que utilizar a teoria proposta por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) no âmbito das Relações Internacionais? Para além dos benefícios pluridisciplinares presentes nesta decisão, faço das palavras de Aureo de Toledo Gomes (2016, p. 3) as minhas:

Por que, então, trazer Laclau para esta discussão? Nesse ponto, compartilhamos as avaliações de Howarth (2009), Methman (2010) e Herschinger (2012): ainda que algumas análises pós-estruturalistas procurem compreender a construção de determinados discursos, elas carecem de conceitos teóricos que habilitem o analista a assimilar a transformação, a expansão e mesmo a competição entre os discursos. Salvo melhor juízo, conceitos laclaunianos – ponto nodal, lógica da equivalência, significante vazio, entre outros – oferecem insights interessantes para entender a maneira pela qual os sentidos são criados e disputados durante o processo de construção de identidades.

1.3 Um conceito em disputa: o populismo como ontologia

Ao abordarmos o tema do populismo, é fundamental adotar uma abordagem cuidadosa em relação à sua definição e utilização. Ao longo da história política mundial, líderes e governos populistas desempenharam papéis significativos em eventos cruciais para o sistema internacional. No entanto, devido à sua relevância e impacto, o conceito de populismo frequentemente desperta paixões, o que pode levar a distorções e à banalização de seu uso. Portanto, a fim de evitar argumentos vazios, é importante apresentar sucintamente algumas abordagens sobre a ideia de populismo e suas implicações, antes de adentrarmos na perspectiva escolhida para este trabalho. Mudde e Kaltwasser (2017) definem o populismo como uma ideologia tênue que divide a sociedade em "o povo puro" e "a elite corrupta". O populismo busca representar a vontade geral do povo, mas incorpora elementos de outras ideologias para promover os interesses desse grupo. Portanto, o populismo não oferece respostas abrangentes para as questões políticas da sociedade moderna, mas sim uma combinação de ideias de diferentes origens. Canovan (1981, 1999; 2002) também considera o populismo como uma ideologia e procura identificar suas similaridades e essência em diferentes expressões populistas. Ela argumenta que a definição do populismo é um desafio, semelhante a outros

¹⁰Burity (2008, posição 767), vai argumentar que “O sujeito da hegemonia não é necessariamente uma classe social, não precisa ser, e mesmo que algumas das posições de identificação no interior desse movimento mais amplo se identifiquem como classe(s), este movimento não necessariamente mudará a natureza desse fenômeno”.

fenômenos políticos, como o socialismo e o liberalismo. Canovan reconhece a variedade histórica de formas e manifestações do populismo relacionadas a mudanças políticas em contextos distintos (CASSIMIRO, 2021; BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

O entendimento de Ernesto Laclau sobre o conceito de populismo, que servirá como base para esta pesquisa, considera o populismo como uma lógica política. Essa perspectiva enfatiza que o fenômeno populista se baseia em antagonismos, nos quais o "povo" é antagonizado contra seus inimigos, sendo que essa relação varia de acordo com o contexto específico. Essa articulação discursiva entre o povo e seus inimigos, conforme discutido anteriormente na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015), é comum nas outras perspectivas apresentadas aqui, sugerindo que essa divisão antagonônica é uma característica central dos fenômenos populistas, independentemente da abordagem conceitual adotada. Mendonça (2014), assim como Cassimiro (2021), desenvolve a ideia de que a argumentação laclauniana sobre o populismo é entendida como uma categoria ontológica (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023). Portanto, ao considerarmos essa perspectiva, é importante compreender o populismo a partir de sua razão de ser. Abordaremos esse raciocínio de forma mais detalhada na seção seguinte.

1.3.1 A razão populista de Ernesto Laclau

Numa tentativa de esquematizar algumas características presentes na perspectiva laclauniana, Mendonça (2014, p. 57) apresenta a ideia de David Howarth (2005), que elenca quatro características do populismo:

Assim, para Howarth, o populismo é: i) um apelo ao povo como sujeito de interpelação; ii) é a construção de uma fronteira entre os “de baixo” e o establishment; iii) há uma tentativa da constituição de um universal, ou seja, uma construção geral da categoria povo, não somente como os pobres, mas de uma forma mais generalizada (tal como a ideia de nação); e iv) a orientação ideológica populista depende dos tipos de articulação disponíveis e também do contexto histórico determinado em que essa experiência tem lugar (HOWARTH, 2005 apud MENDONÇA, 2014, p. 57).

Assim, Laclau desvinculará as argumentações até então mais difundidas, formuladas a partir de categorias ônticas, que pretenderiam compreender as particularidades desta lógica política (MENDONÇA, 2014). Deste modo, Laclau sustentará o seguinte:

[...] o conceito de populismo que estou propondo é estritamente formal, já que todas as suas características definidoras estão relacionadas exclusivamente a um modo de articulação específico – a prevalência da lógica equivalencial sobre a lógica

diferencial – independentemente dos conteúdos reais que se articulam. Este é o motivo pelo qual [...] afirmei que o “populismo” é uma categoria ontológica e não ôntica (LACLAU, 2005, p. 44 apud MENDONÇA, 2014, p. 58).

Cabe aqui retomarmos a discussão feita na seção anterior a respeito da diferenciação entre “o político” e “a política”. Por ser uma perspectiva bastante densa e complexa, alguns pontos não são tão bem esclarecidos quanto deveriam ser e este é o caso do debate mencionado. A partir do entendimento desta diferenciação, percebemos uma outra distinção que Ernesto Laclau (2013) formula em sua obra: a diferença entre o que eu vou chamar aqui de “razão populista” e “experiência populista”. Quando o autor se refere ao conceito de populismo, intrinsecamente ele propõe essa divisão. A “Razão populista” se encontraria no plano do “político”, no plano ontológico, seria um modo de articulação de conteúdos sociais, políticos e ideológicos – independentemente de quais eles sejam. Seria a gênese do fenômeno, a natureza pela qual ele se desenrolaria. Já a “experiência populista”, seria o plano ôntico, portanto as experiências concretas – como mencionei na seção anterior, o bolsonarismo seria um exemplo.

No texto intitulado "*Populism: what's in a name?*" (2005), Laclau busca sintetizar a tese apresentada em seu livro "A Razão Populista" (2013), destacando três elementos teóricos centrais do populismo. Dois pontos merecem destaque especial: 1) para compreender o populismo, é necessário analisar unidades menores do que o grupo em si; 2) o populismo é uma categoria ontológica, não ôntica. Isso significa que para Laclau, o populismo não surge a partir da união de grupos ou da aliança entre eles. Não são grupos, aliados a outros grupos que iniciam uma lógica populista. Além disso, sua proposta não é desenvolver uma teoria que explique um fenômeno ôntico específico, mas sim apresentar o populismo a partir de seu "ser", ou seja, o "ser populista". Inspirado na filosofia de Heidegger, Laclau entende que o "ser" nunca está totalmente separado dos "entes"; ele sempre é um "ser" de um "ente". Portanto, uma experiência é categorizada como populista porque ela é uma experiência ôntica que possui o "ser" do populismo, ou seja, o ontológico (LACLAU, 2005; 2013).

Portanto, com base nesses pressupostos, Laclau considera o populismo como intrínseco à própria natureza da política. Nesse sentido, o populismo não é concebido como uma construção específica de lógicas políticas, mas sim como a expressão fundamental da construção de qualquer lógica política. A teoria de Laclau vai além da análise das particularidades do bolsonarismo, por exemplo, “ele argumenta que o conceito de populismo

deve ser utilizado para compreender a formação de qualquer outro fenômeno político transformador ou movimento político em geral” (informação verbal)¹¹.

1.3.2 O que é populismo?

Ernesto Laclau (2013) argumenta que o populismo é caracterizado pela construção política de um discurso vago e indeterminado. Essa perspectiva tem sido alvo de críticas por sugerir que o populismo oferece soluções específicas para problemas práticos de uma maneira determinada. No entanto, essas críticas negligenciam o fato de que a própria vacuidade e indeterminação dos símbolos populistas são a sua fonte de poder. Por exemplo, a construção do povo como um símbolo extremamente vago e indeterminado possui um sentido significativo, pois é capaz de mobilizar as massas (MENDONÇA, 2014; 2021). Nesse sentido, o conceito de "povo" não se trata de um tipo ideológico fixo, mas sim de uma relação real entre agentes sociais (informação verbal)¹². É a construção política do "povo" que proporciona coesão ao grupo, sendo ele o gerador e não o resultado – o grupo surge como consequência desse processo. Segundo Laclau (2013), o que impulsiona a *articulação* não é o grupo em si, mas sim as *demandas*. A perspectiva laclauiana não se interessa em analisar o processo articulatório a partir da categoria de grupo, pois para compreender adequadamente esse processo, é necessário considerar que a origem está na *articulação* entre as *demandas* – que, na Teoria do Discurso, são categorizadas como *elementos* articulatórios (MENDONÇA, 2014; 2021).

Desse modo, retomando a categoria de *articulação* apresentada na seção anterior deste trabalho, podemos afirmar que a ideia de grupo não funciona de forma adequada na perspectiva laclauiana, porque por ser um dado a priori, bastaria que um grupo se articulasse com outro para que isso gerasse uma coisa nova. Entretanto, seguindo este pensamento, as identidades se articulam, mas não necessariamente se alteram e isso é um problema. Segundo Mendonça (2016, p. 184),

Articulação, por sua vez, é uma prática que se estabelece entre elementos que, num primeiro momento, não estão articulados entre si. Podemos dizer, portanto, que no momento anterior ao da articulação, esses elementos estão imersos numa lógica complexa, ou seja, estão dispersos no campo da discursividade. A prática articulatória une esses elementos transformando-os em momentos. Portanto, um elemento, quando ingressa na articulação e em relação a essa, deixa seu status de elemento e assume a

¹¹Inspirado no profº Daniel de Mendonça a partir de seu curso “Novas Teoria Populistas” - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

¹²Inspirado no profº Daniel de Mendonça a partir de seu curso “Novas Teoria Populistas” - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

condição de momento diferencial. A articulação entre esses momentos diferenciais resulta necessariamente na modificação de suas identidades, ou melhor, numa alteração semântica de seus conteúdos particulares anteriores ao ingresso na prática articulatória.

Sendo assim, seguir a lógica do grupo vai contra aquilo que a perspectiva laclauiana prega. As identidades não necessariamente se modificam, não havendo concessões de seus *elementos* originais de grupo para compor uma nova *articulação*, o que não se encaixa na teoria proposta. Em vista disso, ao apresentar essas bases a priori e, conseqüentemente, tornar os membros do grupo menos propensos a renunciarem às suas reivindicações, o grupo também sugere a ideia de identidade – que difere da noção de identificação –, pressupondo a existência de elementos ideológicos previamente construídos. Resumindo, a *articulação* resultante não será real (informação verbal)¹³. Por este motivo Laclau opta pela utilização da lógica da *demanda*, enxergando-a como uma estratégia de mobilização social (MENDONÇA, 2009; 2014; 2021). Em resumo, o conceito de "povo" não é estático e não pode ser quantificado de forma tangível. Ele é sempre uma construção discursiva e, por essa razão, o fenômeno do populismo varia em suas diversas manifestações. A lógica subjacente é a seguinte: o "povo", no contexto do populismo, representa uma parte da sociedade (a *plebs*) que busca se tornar a representação da sociedade como um todo (o *populus*) (MENDONÇA, 2021). Dessa forma, o povo pode ser construído como o discurso dos mais pobres contra os ricos, dos patriotas contra os imigrantes, dos trabalhadores contra os capitalistas, entre outras possibilidades. Isso implica que o populismo, de forma geral, se caracteriza como uma construção do povo em oposição ao seu inimigo (MENDONÇA; LOPES, 2013). Abordaremos essa relação com mais detalhes posteriormente nesta dissertação. Esclarecida essa questão em torno da compreensão da categoria "povo", pode-se concentrar em compreender o que são as demandas.

1.3.3 Demanda democrática x demanda popular

Ernesto Laclau escreveu seu livro “A Razão populista” (2013) em inglês, por isso, quando o autor se refere a categoria *demanda*, ele utiliza o termo “*demand*”, que em inglês é ambíguo. Ele pode se referir a uma solicitação ou pedido, mas também pode ser utilizado como uma exigência. É justamente na transição do pedido para a exigência que podemos encontrar os primeiros passos de uma experiência populista. Laclau diferencia a categoria *demanda* em:

¹³Inspirado no prof^o Daniel de Mendonça a partir de seu curso “Novas Teoria Populistas” - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

demandas democráticas e *demandas populares*. As *demandas democráticas* seriam pedidos que estão dispersos na sociedade, como a melhoria de saneamento básico, melhora nas escolas, transportes públicos mais acessíveis etc. Quando essas *demandas democráticas* são atendidas, elas desaparecem e outras demandas surgem. Já as *demandas populares*, surgem quando diversas *demandas democráticas* não são atendidas e essas são articuladas em uma cadeia de equivalência (LACLAU, 2013; MENDONÇA, 2021).

A *demanda* é uma questão específica e sempre está relacionada a problemas reais. É nesse campo que os populistas atuam, lidando com os problemas reais enfrentados pelas pessoas e buscando oferecer soluções para elas, como no caso da corrupção, da falta de investimento na educação e na ausência de saneamento básico (informação verbal)¹⁴. São exatamente essas preocupações que captam a atenção dos indivíduos em uma sociedade, pois desejam resolver essas demandas democráticas e ter uma vida melhor. Para Laclau (2013), esse é o elemento mobilizador da política. Inicialmente, durante a fase de vigência das *demandas democráticas*, os indivíduos estão inseridos em uma *lógica de diferença*. Isso significa que, conforme já discutido, quando esses indivíduos entram em contato direto com a prefeitura, por exemplo, cada grupo reivindica uma *demanda* específica: o grupo A solicita melhorias no saneamento básico, o grupo B busca aprimoramentos na infraestrutura das escolas públicas locais, enquanto o grupo C clama por melhorias no transporte público.

Em outras palavras, a relação estabelecida é apenas entre cada grupo e o poder municipal. As questões são abordadas de forma diferenciada, caracterizando o que Laclau (2013) chamou de *lógica de diferença*. No entanto, a dinâmica das *demandas populares* é diferente. Nesse contexto descrito anteriormente, é possível que todas as outras *demandas* (dos grupos A, B e C) sejam frustradas simultaneamente. Mendonça (2014) argumenta que essa simultaneidade de frustrações nas *demandas* não é algo incomum, uma vez que as *demandas* são infinitas e os recursos são limitados. Nessas circunstâncias, a *demanda* deixa de ser um mero pedido ou solicitação e se transforma em uma exigência.

Ao passarem a exigir suas demandas em vez de apenas solicitá-las, os moradores começam a perceber o poder municipal como uma ameaça, como um elemento antagônico que não irá resolver seus problemas, mas sim agravá-los. É nesse momento que a relação diferenciada das demandas como meros pedidos cessa e, por uma razão contingente e precária, elas passam a se *articular* entre si. Esse processo é conhecido como *demanda popular* (MENDONÇA, 2014, p. 59). Conforme já abordado, a *articulação* é um processo no qual

¹⁴Inspirado no profº Daniel de Mendonça a partir de seu curso “Novas Teoria Populistas” - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

demandas distintas estabelecem entre si uma solidariedade política baseada no fato de compartilharem um mesmo inimigo (MENDONÇA, 2019). Laclau e Mouffe (2015) e Laclau (2013) entendem que essa é a origem da própria política, sendo o marco zero de toda experiência política (MENDONÇA, 2019, p. 199). Portanto, as *demandas* se *articulam* em uma cadeia de equivalência porque há um inimigo em comum; no caso mencionado anteriormente, as demandas dos grupos A, B e C são completamente diferentes, mas se unem em torno de um inimigo compartilhado, que é o poder executivo municipal.

Dessa forma, as *demandas* não atendidas se conectam entre si, perpetuando-se em uma *lógica de equivalência*, na qual se unem em oposição a um inimigo. Isso significa que essas demandas são niveladas e estão inseridas em um mesmo discurso e dentro de uma mesma fronteira interna, o que limita esse discurso pela dicotomia em relação ao que o antagoniza (MENDONÇA, 2012). Em suma, é a *articulação* das *demandas* isoladas que gera as *demandas populares*, constituindo o ponto de partida da lógica populista apresentada por Laclau. A partir dessa *articulação* de *demandas*, a construção do povo se desenvolve, baseada na consolidação de uma *lógica de equivalências*. Partir desse pressuposto implica reconhecer a imprecisão e a ambiguidade dos significados no populismo, uma vez que a construção do povo não pode ser compreendida como algo pré-determinado. O discurso populista não consiste apenas na soma de diversas *demandas*, não segue uma trajetória linear. Os símbolos no populismo precisam ser vagos e imprecisos, justamente para permitir a *articulação*, a *lógica de equivalência* (MENDONÇA, 2009). Para ilustrar, quando um indivíduo que traz uma *demanda* específica se torna sujeito de uma *articulação* populista mais ampla, ele não busca necessariamente a realização imediata de sua *demanda*, mas enxerga nessa *articulação* populista a possibilidade de sua *demanda* ser atendida. Em outras palavras, sua identidade necessariamente se modifica nesse processo discursivo (informação verbal)¹⁵.

1.3.4 Antagonismo e sua negatividade

Dentro dessa perspectiva, Laclau e Mouffe (2015), Laclau (2013) e Mendonça (2003; 2009; 2012; 2014) afirmam que a política tem sua origem na negatividade promovida pelo *antagonismo*. Esses autores entendem o *antagonismo* como algo que impede que algo seja plenamente constituído. Com base em uma sólida fundamentação filosófica, Ernesto Laclau

¹⁵Inspirado no prof^o Daniel de Mendonça a partir de seu curso “Novas Teoria Populistas” - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

(2013) argumenta que o *antagonismo* é a marca da impossibilidade da constituição de qualquer discurso. A existência de uma ameaça interna é o que torna qualquer discurso possível. Um exemplo interessante, apresentado pelo professor Daniel de Mendonça (2021) no curso "Novas Teorias Populistas", é o seguinte: o que torna possível um discurso feminista? É a ameaça anterior representada pelo machismo e pelas relações de violência contra as mulheres, assim como todo o movimento de negação da identidade feminina. Existem práticas machistas na sociedade que ameaçam a identidade e a existência plena de todas as mulheres. Essa ameaça está relacionada à ideia de que uma mulher não pode ser plenamente mulher devido à presença de uma ameaça antagônica que nega sua identidade de forma absoluta. Portanto, o *antagonismo* não é uma relação entre identidades pré-dadas e positivadas, mas sim entre a impossibilidade dessa constituição (informação verbal)¹⁶. No contexto do populismo, essas *demandas* insatisfeitas são impedidas de serem completamente realizadas devido à presença do polo antagônico, que no exemplo mencionado anteriormente seria o poder executivo municipal. Assim, Laclau (2013) argumenta que a origem da política e de qualquer fenômeno político, incluindo o populismo, sempre emerge de um corte antagônico, representado pelo inimigo que impede a plenitude daqueles que se antagonizam (MENDONÇA, 2014)¹⁷.

A "negatividade antagônica" desempenha um papel crucial na lógica populista, mas outra característica de extrema importância na concepção laclauiana é a ideia de que o campo popular constitui seu próprio processo de representação (MENDONÇA, 2014, p. 59). Isso significa que quando *demandas* articuladas em um cenário precário e contingente passam a representar uma cadeia de equivalências, elas assumem uma tarefa hegemônica. Quanto mais abrangentes forem essas cadeias de equivalências, mais frágeis se tornarão os sentidos das "*demandas* particulares" nessa representação. Nesse contexto, Mendonça (2014, p. 59) destaca que "a construção de uma subjetividade popular é possível apenas por meio da produção discursiva de significantes tendencialmente vazios" (LACLAU, 2005, p. 40). Esses significantes vazios têm o poder de homogeneizar um espaço social que, por natureza, é heterogêneo, articulando demandas insatisfeitas que não possuem qualquer relação entre si. Assim, "em seu extremo, esse processo chega a um ponto em que a função de homogeneização

¹⁶Inspirado no profº Daniel de Mendonça a partir de seu curso "Novas Teoria Populistas" - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

¹⁷Segundo Mendonça (2016), não há a possibilidade de existir uma completude. Ernesto Laclau, calcado nas ideias de Jacques Lacan, vai partir do pressuposto da falta constitutiva. Não entrarei em muitos detalhes a respeito desta temática aqui, visto que isto foge do escopo da minha pesquisa. Mas, vale levar em consideração tentar resumir esta ideia: as *demandas* que surgem na sociedade, são *demandas* em determinados momentos – e como já mencionei anteriormente, as *demandas* são infinitas. Ou seja, quando uma *demanda* é atendida, outra *demanda* surge imediatamente. Por sermos sujeitos tomados por diversas faltas (MENDONÇA, 2016), nós desejamos as coisas e, para Laclau (2013), a expressão do desejo é sempre a falta.

é realizada por meio de um nome próprio: o nome do líder" (LACLAU, 2005, p. 40 APUD MENDONÇA, p. 59).

1.3.5 Significantes vazios, o líder e a mobilização populista

Para recapitular, a mobilização populista requer a presença de certos elementos fundamentais: 1) um inimigo comum que atua como fronteira interna, separando o discurso popular do seu polo antagônico que ameaça a identidade de cada indivíduo envolvido (MENDONÇA, 2012); 2) um processo de *articulação* de *demandas* no qual essa *articulação* não seja vista como uma simples soma quantitativa das *demandas* envolvidas (MENDONÇA, 2019); e 3) pelo menos uma dessas *demandas* assume o status de *significante vazio*, conforme descrito por Laclau como um "significante sem significado" (LACLAU, 1996, p. 69). Em outras palavras, trata-se de um significante hegemônico que universaliza seus conteúdos a tal ponto que se torna impossível defini-lo de maneira precisa (MENDONÇA, 2009, p. 162), sendo ele o ponto de representação de toda a cadeia discursiva. Essa cadeia discursiva se configura como sendo popular, ou seja, é o povo que demanda e exige algo em nome do todo. Assim, o discurso populista se constitui pela construção de um povo político, uma parte da sociedade que se reivindica como representante do todo.

O *significante vazio* desempenha um papel central na teoria do populismo proposta por Laclau. A falta de significação inerente a essa categoria é parte integrante de um processo mais amplo de significação (MENDONÇA, 2009). Por exemplo, no início de um processo de *articulação*, antes da emergência de uma *lógica de equivalência*, temos diversas *demandas* específicas (A, B, C, D...), cada uma claramente diferenciada – melhorias na educação, transporte, saneamento básico. No entanto, tudo muda quando essas *demandas* se equiparam em torno de uma negatividade antagônica, e uma delas assume um papel universalizador de seus conteúdos, tornando-se impossível defini-la de forma precisa. É nesse momento que o *significante vazio* entra em ação, destacando-se a vacuidade e a imprecisão dos símbolos populistas. Esse significante precisa ser vago e impreciso para abranger o máximo possível de *demandas* ainda não articuladas. Essa seria, portanto, a verdadeira força do populismo.

Nesse sentido, de acordo com Laclau (2013), o conceito de *significante vazio* refere-se a algo desprovido de um significado específico em um contexto determinado. Ele é vazio porque, como mencionado anteriormente, a vacuidade e imprecisão inerentes ao *significante vazio* não são fraquezas, mas sim características fundamentais. Para Laclau (2013), o vazio é o

elemento propulsor da representação política, uma construção política que mobiliza afetos, desejos e carências. O vazio, nesse contexto, representa a construção de uma condição política hegemônica (informação verbal)¹⁸. A partir desse raciocínio, podemos compreender a centralidade do líder na perspectiva laclauiana. Laclau (2013) argumenta que o líder não cria um discurso populista, mas é o resultado de um processo articulatório. Portanto, o líder não é um mero conceito, mas um nome que retroativamente incorpora o fundamento do discurso popular (MENDONÇA, 2021; 2014). Ao nos referirmos ao líder, à liderança populista, não estamos necessariamente falando de um indivíduo específico, mas sim do que ele representa – e é isso que Laclau (2013) quer dizer ao distinguir *nome* de *conceito*. O *nome* do líder sempre carrega consigo um vazio que, por sua vez, oferece ao "povo" uma possibilidade de emancipação (MENDONÇA, 2014). Portanto, o autor argumenta que o líder é central, pois a política não pode existir sem representação.

Resumidamente, segundo Laclau (2013), o populismo se inicia com a transformação de *demandas* em pedidos, que, por sua vez, evoluem para exigências, estabelecendo uma relação de equivalência entre as *demandas* insatisfeitas dentro de um polo antagônico comum. Nesse processo articulatório, em determinado momento, uma ou algumas dessas *demandas*, representadas pelo *significante vazio* – sempre uma delas que se esvazia, reproduzindo a vacuidade e imprecisão características do fenômeno – ganham destaque e dão nome ao 'povo'. Laclau (2013) argumenta que esse processo pode ocorrer em qualquer espectro político. É justamente com base nessa lógica que Laclau (2013) afirma que política e populismo são sinônimos, uma vez que toda ação política envolve a construção do povo e de *significantes vazios* (MENDONÇA, 2014).

1.4 Política Externa Como Política Pública?

No âmbito da subárea de Análise de Política Externa (APE), há um importante debate sobre se a política externa é uma política de Estado ou uma política pública. Esta seção visa abordar essas questões, juntamente com a definição, organização e pensamento por detrás da política externa, a fim de esclarecer como o populismo atua nesse campo político. Para entender melhor esses tópicos e a área de Relações Internacionais, é fundamental compreender o conceito, a origem e a natureza do Estado, já que as Relações Internacionais se baseiam na

¹⁸Inspirado no profº Daniel de Mendonça a partir de seu curso “Novas Teoria Populistas” - Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

relação entre os Estados no sistema internacional (FIGUEIRA, 2011). Portanto, analisar e compreender as diferentes visões sobre o Estado permitirá uma compreensão mais ampla dessa área de estudos. As origens do Estado são abordadas por diferentes perspectivas teóricas. Alguns autores entendem que o Estado é derivado da própria sociedade, enquanto outros argumentam que ele é o resultado de uma estrutura social complexa. Há também uma vertente que data a origem formal dos Estados na assinatura dos Tratados de Paz de Westfália em 1648. Ou seja, os estudos sobre a formação originária do Estado se dividem em dois grandes grupos: aqueles que acreditam que o Estado é o produto natural e espontâneo da sociedade e outros que o enxergam como resultado da vontade de alguns homens ou de todos os homens por meio de um contrato social (DALLARI, 2010; FIGUEIRA, 2011).

Os estudos acerca dos elementos básicos e essenciais para a formação do Estado levaram à identificação de elementos como a soberania, o território, o povo e o ordenamento jurídico (FIGUEIRA, 2011). Segundo Figueira (2011), soberania estatal foi consolidada pelos Tratados de Westfália, os quais estabeleceram que o Estado detém o monopólio legítimo da força dentro de suas fronteiras, sem que nenhuma outra autoridade possa limitar o seu poder. Dessa forma, a autora conclui que o período histórico a partir de 1648 não apenas favoreceu uma nova dinâmica interna dos Estados, mas também definiu suas relações com outros países do sistema internacional, já que não há nenhuma entidade acima do Estado que determine suas ações e regulamente suas relações (FIGUEIRA, 2011, p. 3).

Já Shapiro (2014) vai nos apresentar a noção de que o pensamento político moderno se organizou através de dois processos históricos: 1) o de formação do Estado; e 2) o de construção da nação. Portanto, o discurso político que nos contorna é baseado nos moldes do Estado-nação. Disso, podemos justificar os argumentos pós-estruturalistas que dizem que, no senso comum, não conseguimos pensar a política doméstica e as próprias relações internacionais fora da lógica do Estado-nação e, deste modo, fora de uma concepção moderna (NOGUEIRA; MESSARI, 2005; WALKER, 1993). Com relação ao Estado, este teria se formado a partir de um processo de monopolização da violência, restrita a um território delimitado. Essa monopolização, principalmente representada na figura do controle fiscal sobre a população, por exemplo, visou a garantia de limites territoriais e a centralização e controle governamental sobre os indivíduos (SHAPIRO, 2014; BARABANTSEVA, 2014). Será a partir destes moldes, que os Estados, de forma geral, serão entendidos como entidades territoriais com soberania exclusiva, coercitiva e legalmente amparada.

De acordo com Shapiro (2014), a construção da nação envolve criar uma história nacional compartilhada para fortalecer a coesão coletiva e promover a lealdade dos cidadãos.

No entanto, há desafios para essa coesão, especialmente para aqueles que têm identidades de lealdade divididas entre o Estado-nação e outras afiliações. Nesse contexto, o Estado-nação é uma entidade política que busca representar e governar uma nação específica dentro de suas fronteiras territoriais, baseado na ideia de congruência entre nação e Estado. Os pós-estruturalistas nas RI questionam a ideia de soberania estatal como um conceito fixo e imutável, argumentando que a soberania é uma construção social e histórica que pode ser desconstruída e redefinida em diferentes contextos. Eles argumentam que a soberania não é uma característica inerente do Estado, mas sim uma construção discursiva que é moldada por diferentes narrativas e práticas políticas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Partindo de um pressuposto mais tradicional e limitado – que não reflete o posicionamento desta dissertação –, a ideia de soberania significa que não há nenhum poder acima do Estado que possa determinar suas ações, ou seja, que ele tem o poder supremo dentro de seu território, não podendo interferir nas determinações soberanas de outros Estados (FIGUEIRA, 2010, p. 4). Esse entendimento pode gerar insegurança entre os atores internacionais, uma vez que não há um poder que possa garantir a segurança e sobrevivência de um Estado. Sendo assim,

[...] cabe a eles buscar elementos que as promovam, como a aquisição de materiais bélicos para proteção em relação a possíveis inimigos externos. O resultado provável dessa dinâmica é que todos os Estados acabarão procurando por segurança, o que representará, conseqüentemente, à insegurança alheia, já que, ao comprar armas, aquele país se torna mais seguro ou protegido e, ao mesmo tempo, deixa os demais mais frágeis perante ele. Essa situação foi nomeada por muitos autores da escola realista como dilema de segurança, resultado da corrida armamentista gerada pelo efeito da insegurança em relação ao outro (FIGUEIRA, 2011, p. 4).

Nesse cenário, os Estados são motivados por uma busca por ampliação de poder¹⁹ para uma melhor posição de barganha com outros atores do sistema internacional. Apesar da paridade jurídica, há disparidades políticas entre os países em relação à influência e poder. Para avaliar o potencial de poder, as fontes naturais como tamanho, recursos, população e localização geográfica são importantes, mas a capacidade militar é fundamental. Além disso, as fontes tangíveis e intangíveis de poder, como o desenvolvimento industrial, tecnológico, científico, educacional e a imagem nacional, são igualmente relevantes (LIMA, 2000; FIGUEIRA, 2011). Desse modo, como já mencionado anteriormente, o poder é utilizado, dentre outras coisas, para angariar vantagens para quem o detém – portanto, para barganhar em negociações, influenciar

¹⁹Assim como no caso da soberania, os pós-estruturalistas veem o poder como uma relação social construída e negociada em diferentes contextos políticos, argumentando que não é uma característica intrínseca, mas sim algo que se manifesta nas relações sociais e é produzido e reproduzido por práticas discursivas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

decisões importantes etc. Assim sendo, os meios mais comuns em que se observa a utilização do poder são, por exemplo, a diplomacia, o militarismo e a economia e é justamente neste contexto em que a política externa aparece com destaque.

1.4.1 Conceituando a análise de política externa

Maria Regina Soares de Lima (2000) apresenta que a disciplina de política internacional foi desenvolvida na Europa em meio a um processo de delimitação de campos disciplinares, com ênfase na especificidade das relações internacionais, que ocorrem em um contexto caracterizado pela ausência de autoridade acima dos Estados. As teorias fundamentais da disciplina são o realismo e o idealismo, que divergem quanto à predominância da política de poder ou dos valores universais e justiça internacional. Ambas as teorias possuem um modelo ontológico baseado na interação de unidades políticas soberanas, que podem se envolver em conflitos armados, que no caso do realismo, ficou conhecido como ‘modelo do ator unitário’²⁰. Os realistas tiveram grande influência em na política internacional, enfatizando o poder como variável central nas relações internacionais e defendendo a segurança nacional e o equilíbrio de poder como formas de evitar conflitos. Em contraste, o idealismo adota uma abordagem mais normativa, preconizando a cooperação e a resolução pacífica de conflitos com base em valores democráticos e a participação de atores não estatais e da sociedade civil na política externa (LIMA, 2000; FIGUEIRA, 2011).

O modelo do ator unitário, que considera o ator nacional como a principal referência analítica nas Relações Internacionais, era a grande hegemonia na disciplina antes das abordagens de APE serem introduzidas. Esse modelo é baseado na racionalidade instrumental e na possibilidade do risco de guerra, o que torna necessário o cálculo dos meios disponíveis. A teoria estrutural de Kenneth Waltz (1979), que introduziu o conceito de anarquia e a premissa de que as unidades são idênticas em quase todas as dimensões, exceto pelo diferencial de poder, radicalizou a contribuição dos autores realistas clássicos²¹. Os realistas atribuem três premissas ao Estado: racionalidade instrumental, autonomia com relação às suas respectivas sociedades

²⁰Embora esta dissertação não siga uma premissa realismo, muito menos idealista, a apresentação e caracterização dessas duas correntes se faz necessária, visto que é a partir do embate entre elas que a subárea de Análise de Política Externa foi construída.

²¹Lima (2000) destaca que, apesar da crescente relevância da subárea de APE, suas teorias e formulações foram relegadas a um segundo plano durante o período em que as ideias de Waltz (1979) ganharam força. No entanto, com o advento da globalização, essa situação mudou.

nacionais e capacidade de agir de forma coerente com respeito a outros países (LIMA, 2000). Lima (2000) argumenta que a especificidade da política externa era explicada pelas premissas ontológicas do Estado realista, que o considera como uma entidade coesa, coerente e com interesse nacional homogêneo. Segundo os realistas, o estadista é aquele que possui autonomia para implementar os interesses nacionais como um todo, mesmo que isso vá contra as preferências de atores poderosos dentro do país. No entanto, o processo decisório envolve questões complexas e depende de diversos fatores, o que torna essa visão simplificada (LIMA, 2000).

A área de APE surgiu nos anos 1950 e 1960 (LIMA, 2000; FIGUEIRA, 2011; PINHEIRO; GONÇALVES, 2020), quando os Estados Unidos se tornaram uma superpotência global, e os estudiosos buscavam entender melhor como os Estados tomam decisões de política externa. As abordagens teóricas do Realismo, Liberalismo e Construtivismo foram importantes nos primeiros estágios da APE, mas todas tendem a tratar a política externa como um processo racional e sistemático de tomada de decisão, no qual os Estados pesam cuidadosamente as vantagens e desvantagens de diferentes opções e escolhem a que maximiza seus interesses nacionais (LIMA, 2000). Entretanto, a política externa é um processo complexo que envolve diversos atores, influências externas e fatores culturais e históricos. Compreender essa complexidade é fundamental para entender o debate em torno da demarcação da política externa como política de Estado ou política pública. Assim sendo, é importante distinguir claramente o que seria o conceito de política externa e o que seria a subárea das Relações Internacionais, APE.

A política externa é um programa que tem como objetivo estabelecer relações com entidades fora da jurisdição política do Estado, com o intuito de solucionar problemas ou alcançar objetivos relacionados a atores externos. Ela é uma área complexa que envolve diversas dimensões, incluindo as políticas de segurança, econômicas e diplomáticas. É a expressão dos interesses e ideias dos representantes de um Estado acerca de sua inserção no sistema internacional e desempenha um papel importante na construção da imagem do Estado e na promoção de seus interesses e valores (HERMANN, 1990; PINHEIRO, 2004). Em suma, a política externa é um conjunto de ações e estratégias adotadas por um Estado em sua relação com o mundo exterior, envolvendo áreas como política, segurança, economia e diplomacia, e é conduzida por formuladores de políticas ou seus representantes. A definição de Charles F. Hermann (1990) destaca a importância dos objetivos e problemas enfrentados pela política externa, enquanto Leticia Pinheiro (2004) enfatiza os interesses e valores do Estado em sua inserção no cenário internacional. Ambas as definições ressaltam a complexidade e relevância

da política externa na construção da imagem e na promoção dos interesses do Estado no sistema internacional.

Para aprimorar a compreensão do argumento, Pinheiro e Gonçalves (2020) propõem a distinção entre os conceitos *explanandum* e *explanans*, criados por Valerie Hudson (2007), para diferenciar a política externa da subárea de APE. Nessa perspectiva, a política externa é o objeto de estudo – o *explanandum* – enquanto a APE é o conjunto de ferramentas e teorias para explicar o fenômeno – o *explanans*. Em outras palavras, a política externa é definida como o conjunto de decisões tomadas por formuladores de políticas em relação a atores externos ao Estado-nação ou que afetam essas entidades, destacando a importância da análise das relações internacionais no entendimento das dinâmicas políticas e sociais do mundo contemporâneo (PINHEIRO; GONÇALVES, 2020, p. 31). Como aponta Carlsnaes (2013), ao citar Valerie Hudson para definir o que, de fato, deve ser estudado em APE:

A noção aqui é essencialmente que o objeto de exame – política externa – é uma questão de: o que os tomadores de decisão da política externa estão pensando e fazendo? Ou seja, qual seria seu comportamento e o que pretendem fazer ao participar do processo dinâmico e complexo de tomada de decisões em política externa. Portanto, é isso que precisa ser examinado e explicado” (CARLSNAES, p. 304, 2013; tradução minha).

Com base em autores como Hermann (1990), Pinheiro (2004), Carlsnaes (2013) e Milani (2015), a presente pesquisa define política externa como um conjunto de ações e decisões orientadas para a solução de problemas ou a busca de objetivos externos, envolvendo atores que estão fora da jurisdição política dos formuladores dessas políticas. Nessa perspectiva, a APE é compreendida como o *explanans* que busca explicar a política externa como *explanandum*, ou seja, como fenômeno a ser estudado. Nesse sentido, a pesquisa enfatiza a importância da tomada de decisão humana na APE, conforme argumentado por Hudson (2007) e Carlsnaes (2013), que sustentam que a APE é centrada na tomada de decisões em política externa, uma vez que é realizada por seres humanos. É relevante ressaltar que, posteriormente, esta pesquisa analisará a relação entre populismo e política externa, onde os discursos desempenham um papel crucial e são elaborados por seres humanos, destacando a relevância do aspecto humano na análise da política externa.

Assim sendo, a política externa é um conjunto de ações e atividades desenvolvidas por uma nação para se relacionar com outros países, que englobam questões diplomáticas, comerciais, assistência técnica, militares, culturais e humanitárias. Essas ações podem ser determinadas tanto pelas diretrizes adotadas pelo governo, influenciado ou não por fatores externos, quanto pelos interesses externos. Além disso, a política externa pode assumir uma

característica peculiar, sendo ao mesmo tempo política de Estado e pública, como destaca Milani (2015). Por outro lado, a APE é uma subárea das Relações Internacionais que se dedica a investigar o impacto do sistema internacional e dos determinantes domésticos na produção da política externa dos Estados. A APE se preocupa em compreender as dinâmicas de poder e os fatores que condicionam a tomada de decisões, buscando uma maior compreensão dos processos e das forças que moldam a política externa de um Estado. Como enfatizam Pinheiro e Gonçalves (2020), o foco principal da APE é a arena decisória, permitindo uma análise dos processos de formulação e implementação das decisões, desvendando como esses processos influenciam as decisões e ações praticadas na política externa.

1.4.2 Política de Estado ou política pública?

Após definir os conceitos de política externa e APE, torna-se necessário discutir o seu caráter político e debater se a política externa é uma política pública ou de Estado. Antes do surgimento da subárea de APE, a política externa era vista com olhares restritos e insulares. Os estudiosos da política internacional eram influenciados pelo realismo e entendiam o Estado como uma "caixa preta", onde somente os estadistas tinham poder para tomar decisões de política externa. Com o avanço das democracias no mundo, houve uma mudança na compreensão da relação entre as instituições políticas e a política externa, levando a uma maior participação da sociedade civil no processo decisório e ao fortalecimento das instituições democráticas (LIMA, 2000). Conforme abordado por Lima (2000), a visão realista concebe o Estado como um ator racional que busca respeitar seus limites territoriais e estabelecer relações autônomas com outros Estados. Para essa perspectiva, a política externa seria um instrumento para alcançar interesses nacionais e deveria ser abordada sob essa lógica. Além disso, a importância de estabelecer relações de poder entre os Estados era defendida pelos realistas, pois a segurança internacional dependeria da capacidade dos Estados de protegerem seus interesses e garantirem sua autonomia. Nesse sentido, a preservação da autonomia do Estado era vista como uma premissa fundamental da política externa, tanto no plano interno quanto nas relações internacionais.

Conforme o modelo do estadista realista, é essencial que o tomador de decisão possua autonomia para reconhecer e implementar os interesses nacionais, mesmo que isso vá de encontro à vontade de atores domésticos influentes. Além disso, a coordenação do aparato

estatal é vista como crucial para uma política externa eficaz e deve ser organizada de forma vertical e centralizada (LIMA, 2000). Destaca-se que,

A guerra dos Trinta Anos assinalou o fim do incipiente constitucionalismo na Prússia, uma vez que o conflito continuado possibilitou, na prática, a usurpação de poder dos governantes vis-à-vis os estados e a nobreza objetivando a extração de recursos para as atividades militares. A destruição desse frágil constitucionalismo no século XVII pôs em marcha o absolutismo burocrático-militar. A partir daquele momento, o Estado prussiano adquiriu níveis extremos de autonomia com respeito à sociedade circundante. A ameaça de invasão externa fez substituir uma tradição já centenária de processualismo *pela Raison d'état* (Downing, 1988:16). À ameaça sistêmica é crucial para a ontologia realista, clássica e analítica, derivando-se daí a importância da segurança como objetivo do Estado. Historicamente, porém, quando a intensidade da ameaça externa atingiu níveis elevados, o poder das autoridades governamentais foi fortalecido em detrimento das instituições de controle democrático e da sociedade civil (LIMA, 2000, p. 271).

Portanto, a escola realista coloca a política externa como prioridade, enfatizando a defesa dos interesses nacionais e da segurança do Estado. Os realistas defendem que a política externa deve ser conduzida de forma racional e pragmática, sem interferência das paixões da opinião pública. Dessa forma, a opinião pública não possuiria a visão de longo prazo necessária para avaliar o interesse nacional, portanto, os estadistas devem ter autonomia para tomar decisões de política externa. Essa considera a política externa como uma "alta política" voltada para a segurança nacional, que não deve ser influenciada por questões de interesse público ou partidário. Nesse sentido, a APE surgiu como uma alternativa ao realismo, levando em conta os fatores domésticos na formulação e implementação da política externa. A APE considera o processo decisório e o papel dos atores domésticos como variáveis importantes na explicação da política externa. É destacado o poder dos agentes individuais e das instituições na tomada de decisões internacionais dos Estados, trazendo a contribuição da corrente liberal para o campo das relações internacionais. Em resumo, o realismo enfatiza a autonomia dos estadistas na condução da política externa, enquanto a APE destaca o papel dos fatores domésticos e a importância do processo decisório na formulação da política externa. Ambas as abordagens contribuem para uma compreensão mais completa da política externa dos Estados (LIMA, 2000; MILANI, PINHEIRO, 2013).

A área de APE foi enriquecida por uma série de teóricos além de Snyder, Bruck e Sapin, como James Rosenau, Harold e Margaret Sprout, Graham Allison e Robert Jervis, que aprimoraram teorias e métodos na compreensão da formulação e implementação da política externa. De acordo com Milani e Pinheiro (2013), a importância das variáveis domésticas na análise da política externa ficou evidente durante o conflito do Vietnã (1965-73), quando controvérsias surgidas no Congresso e junto à opinião pública dos Estados Unidos

influenciaram a política externa americana. Em "*Domestic Sources of Foreign Policy*" (1967), James Rosenau reforçou a premissa de que a política externa é influenciada por fatores internos, além do contexto internacional, argumentando que uma teoria que levasse em consideração os diferentes níveis de análise era necessária para explicar a política externa dos Estados. Graham Allison contribuiu para a compreensão das variáveis domésticas na política externa, com sua pesquisa sobre a crise dos mísseis soviéticos em Cuba, em 1962. Embora a APE tenha sido relegada a um plano secundário pelo realismo estrutural na década de 1970, houve uma retomada do interesse pela subárea nas últimas duas décadas do século XX. A necessidade de adaptar-se aos novos desafios enfrentados pela política externa dos Estados, impulsionou a renovação teórica da APE, possibilitando uma compreensão mais precisa dos desafios e possibilidades que se apresentavam à política externa (LIMA, 2000).

A partir da década de 1990, diversas mudanças no cenário internacional, como o fim da competição bipolar, a globalização e liberalização econômica, as crises sistêmicas em diversos países, a ação transnacional dos movimentos sociais e a revolução tecnológica na área da informação, exigiram dos Estados uma atuação mais flexível e adaptável. De acordo com Milani e Pinheiro (2013, p. 14), essas mudanças transformaram profundamente a concepção tradicional do Estado e, conseqüentemente, a percepção sobre o papel da política externa. Para o Brasil, a compreensão dessas transformações foi fundamental para a formulação de políticas externas coerentes com os interesses nacionais em um ambiente internacional em constante transformação. Este cenário internacional reflete um momento em que questões como direitos humanos, meio ambiente, migrações e cultura deixaram de ser consideradas apenas como assuntos dos Estados, e passaram a integrar a agenda de outros atores não-estatais. Isso é resultado de uma mudança na dinâmica global, em que a interconexão entre diferentes sociedades e culturas permitiu o surgimento de novas agendas e atores. Por isso, é importante considerar a perspectiva desses grupos e organizações na elaboração de políticas públicas, inclusive as relacionadas à política externa. A participação ativa desses atores não-estatais seria crucial para enfrentar os desafios globais contemporâneos, que requerem soluções coordenadas e colaborativas de diversos setores da sociedade (LIMA, 2000; MILANI; PINHEIRO, 2013).

Com o reconhecimento de que questões globais têm impactos cada vez mais significativos na política doméstica dos Estados, a distinção entre política interna e externa tem se mostrado cada vez mais estreita. As transformações na economia, na tecnologia e nas relações internacionais exigem uma abordagem mais integrada e coordenada, que leve em conta tanto as dinâmicas domésticas quanto as internacionais. Essa transformação vem desafiando a visão tradicional dos realistas, que enfatizavam a distinção entre essas duas esferas. Assim,

As crises financeiras globais afetam o cotidiano dos cidadãos, a difusão midiática do aquecimento planetário influencia comportamentos no âmbito local, a defesa dos direitos humanos em países distantes mobiliza pessoas de inúmeras nacionalidades, colocando em xeque a distinção, em termos absolutos, entre o doméstico e o internacional, um dos pilares de sustentação do realismo (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 15).

Deste modo, diante da percepção de que as fronteiras entre o contexto interno e externo são tênues, tornou-se consolidada a lógica de que a política externa é influenciada pelas condições domésticas, ao mesmo tempo em que exerce influência sobre a política doméstica. No entanto, é importante destacar que a política externa tem especificidades que a distinguem de outras políticas públicas, uma vez que é implementada fora das fronteiras estatais. Esse ponto é reconhecido por diversos autores, como Lima (2000), Milani e Pinheiro (2013), Salomón e Pinheiro (2013) e Milani (2015). Deste modo, a política externa deve ser considerada uma política pública porque ela é uma ação estatal intencional e sistemática voltada para o relacionamento do Estado com outros atores internacionais, incluindo outros Estados, organizações internacionais e sociedade civil internacional (LIMA, 2000; FIGUEIRA, 2011; MILANI; PINHEIRO, 2013). Além disso, é influenciada por atores internos, como partidos políticos, grupos de interesse, elites e opinião pública, tal qual outras políticas públicas. Por esses motivos, a política externa deve ser entendida como uma política pública, mesmo que apresente especificidades que a diferenciam de outras políticas públicas implementadas no âmbito interno do Estado (MILANI, 2015).

Milani (2015) destaca que a política externa possui uma natureza peculiar, abrangendo tanto preocupações inerentes à política de Estado, como a soberania, integridade territorial e interesses nacionais, quanto preocupações relacionadas à política pública, influenciada por atores domésticos, suas agendas e interesses particulares. A isso o autor atribui a definição *sui generis*:

A política externa responde a pressões sistêmicas e regionais de segurança, aos processos de abertura econômica, a crises militares e externalidades de políticas externas hegemônicas (como nos casos da crise na Ucrânia ou da emergência do Estado Islâmico), a demandas de engajamento militar do Brasil em missões de paz, ao posicionamento multilateral do Estado em negociações de acordos internacionais... mas é igualmente o reflexo dos jogos de poder entre atores econômicos, políticos e sociais dentro das fronteiras nacionais. A anarquia e a assimetria entre os Estados no plano externo, como também as desigualdades e diferenças de acesso ao sistema político-institucional entre operadores de toda sorte no âmbito nacional, entre outras, são marcas fundamentais do processo decisório da política externa (MILANI, 2015, p.60).

Para compreender o impacto do populismo no processo decisório da política externa brasileira entre 2019 e 2021, foi fundamental contextualizar e situar essa discussão dentro do campo de estudos de APE. Dessa forma, torna-se evidente que outros atores, além do poder

Executivo, desempenham papéis importantes nesse processo. Portanto, ao entender a política externa como uma política pública, apesar de suas especificidades, esta pesquisa visa apresentar bases para a argumentação de que outros atores além do próprio poder Executivo e sua burocracia podem influenciar diversas agendas da política externa. Inclusive, ajuda a explicar o motivo pelo qual, apesar de apresentar uma grande influência no processo decisório, o populismo não logrou resultados significativos ao longo desses anos.

1.5 Modelo analítico de Hermann e Hermann

Para uma visão abrangente das relações internacionais e os desafios enfrentados pelos Estados em um mundo cada vez mais interdependente, é necessário entender como a política externa é formulada e executada. Isso envolve uma análise da política externa como um todo, considerando suas dinâmicas interativas e os vários fatores que influenciam a tomada de decisão, tais como instituições e atores envolvidos (FIGUEIRA, 2011). A "Teoria das Unidades de Decisão" é relevante para nossa análise, e será utilizada como referência nesta dissertação. Essa teoria foi inicialmente formulada por Charles Hermann, Margaret Hermann e Joe Hagan em "*How Decision Units Shape Foreign Policy Behavior*" (1987), e posteriormente aprofundada por Charles Hermann e Margaret Hermann em "*Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry*" (1989) e por Margaret Hermann em "*How Decision Units Shapes Foreign Policy Decision and How: A Theoretical Framework*" (2001). Além disso, a contribuição de Charles Hermann em "*Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*" (1990) será incluída de forma complementar.

O objetivo deste movimento teórico-metodológico é nos fornecer uma base argumentativa para os propósitos desta pesquisa. Primeiramente, apresentamos uma breve explanação sobre a subárea de APE e suas correntes teórica. Agora, é o momento de discutirmos as bases para no terceiro capítulo desta dissertação, argumentarmos sobre quem são os influenciadores da PEB e qual tipo de mudança ela enfrentou neste período. Embora seja importante apresentar os atores que influenciam o processo decisório da política externa brasileira no período estudado e verificar se houve mudanças de orientação, é preciso destacar que este é apenas um aspecto da dissertação. O objetivo principal é compreender como o populismo de extrema-direita afetou esse processo, analisando suas manifestações e impactos na condução da política externa brasileira sob a gestão de Araújo. Como será mostrado mais

adiante, o arcabouço teórico desta dissertação será aplicado através da ADC e das contribuições de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015).

1.5.1 Mudanças em política externa

Ao escrever o artigo intitulado “*Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*” (1990), Charles F. Hermann teve a intenção de analisar as condições que levam a grandes mudanças na política externa. O autor defende a necessidade de se ter uma perspectiva que enxergue essas mudanças como um processo de decisão. Nesse sentido, como já mencionado anteriormente, Hermann entende a política externa como um conjunto de ações planejadas para solucionar problemas ou alcançar objetivos que envolvam entidades estrangeiras. O autor apresenta quatro tipos graduais de mudanças na política externa. O primeiro tipo é a *mudança de ajuste*, que ocorre no nível do esforço/ênfase e pode ser maior ou menor, sem alterar o que é feito, como é feito e a finalidade que se busca. Já a *mudança de programa* envolve novos instrumentos de política, diferentemente da mudança de ajuste, o que é feito e a forma como é feito muda, mas a finalidade permanece inalterada. O terceiro tipo é a *mudança de problema/objetivo*, onde o problema ou objetivo primário que a política é perseguida é substituído ou abandonado, substituindo a própria finalidade. Por fim, a *mudança de orientação internacional* é a forma mais drástica de mudança na política externa, envolvendo o redirecionamento total da orientação internacional do ator, e não se aplica ao foco do ator a uma única questão, mas muitas são alteradas simultaneamente.

Hermann (1990) propõe que a política externa de um governo está em constante evolução, frequentemente com pequenos ajustes ou modificações na ênfase. No entanto, ele enfatiza que as mudanças mais significativas são aquelas que envolvem uma mudança total na orientação internacional de um país, que é o foco central de sua análise. Seu objetivo principal é entender como e por que essa mudança ocorre. Neste artigo, ele dedica maior atenção às mudanças nos meios (programa), fins (problema/objetivo) e orientação internacional.

Hermann (1990) identificou quatro condições que podem causar mudanças significativas na política externa: *sistemas políticos domésticos*, *tomada de decisão burocrática*, *cibernética* e *aprendizagem*. Mudanças nos alinhamentos políticos de grupos relevantes podem afetar a política externa em *sistemas políticos domésticos*. Na *tomada de decisão burocrática*, profissionais de organizações governamentais planejam a política externa, e mudanças podem ocorrer dependendo da mobilização dentro dessas estruturas

organizacionais. Na *cibernética*, um agente monitora um fluxo de informações para perseguir um objetivo e se envolve em ações autocorretivas para alcançá-lo. Finalmente, na abordagem de *aprendizagem*, grandes mudanças na política externa podem ocorrer quando tomadores de decisão precisam reestruturar sua percepção sobre um problema, o que pode levar a uma redefinição do problema ou uma nova compreensão da relação entre o problema e suas políticas.

Hermann (1990) destaca que as mudanças na política externa podem ter origem em diferentes fontes. O autor identifica pelo menos quatro tipos: *motivações do líder*, *influência burocrática*, *reestruturação doméstica* e *choques externos*. A primeira fonte ocorre quando um líder com poder decisório, geralmente o chefe de governo, impõe sua própria visão para o redirecionamento da política externa. Já a *influência burocrática* é caracterizada por grupos dentro do governo que buscam influenciar a política externa e precisam estar bem-posicionados para ter acesso a funcionários de alto escalão. A *reestruturação doméstica* ocorre quando um segmento politicamente relevante da sociedade se torna um agente de mudança e muda sua opinião ou até mesmo a composição do regime. Por fim, *choques externos* se referem a eventos internacionais dramáticos que desencadeiam mudanças importantes na política externa.

Para Hermann, esses quatro tipos de mudança são importantes para entender como as políticas externas mudam ao longo do tempo. Cada uma dessas fontes pode ter uma influência diferente, mas todas são relevantes para compreender as dinâmicas da política internacional. Essas fontes não são independentes e podem interagir de diversas maneiras para impulsionar a mudança. Para o autor, a motivação para a mudança surge geralmente de um fracasso, quando a política aplicada se mostra ineficaz, levando à insatisfação geral e à demanda por mudanças. Nesse sentido, a reestruturação do sistema doméstico pode ser vista como uma resposta a esse descontentamento. Assim, o processo decisório é fundamental para a mudança na política externa, pois os atores devem estar presentes no processo decisório de um governo, e as etapas desse processo e as condições que informariam um possível fracasso podem influenciar a facilidade ou dificuldade da mudança. Portanto, é importante entender o processo decisório e as condições que levam à mudança para compreender como a política externa pode ser alterada.

1.5.2 Unidades de decisão

No artigo “*How Decision Units Shape Foreign Policy Behavior*” (1987), Charles Hermann, Margaret Hermann e Joe Hagan apresentam a ‘Teoria das Unidades de Decisão’. A teoria busca fornecer uma estrutura analítica para determinar quem são os tomadores de decisão

de um Estado em relação a um assunto específico durante um determinado período. O conceito central da teoria é a unidade de decisão em política externa, que se refere aos indivíduos ou grupos que, *se concordarem*, têm o controle dos recursos governamentais na política externa e o poder de frustrar outras entidades de impedir a execução dessas decisões. Essas unidades de decisão podem ser classificadas em três configurações: *líder predominante*, *grupo único* e *múltiplos atores autônomos*, e todos os decisores de política externa pertencem a uma dessas configurações (HERMANN; HERMANN; HAGAN, 1987). Mais adiante, como já mencionado, exploraremos a aplicação da Teoria das Unidades de Decisão para a análise da política externa brasileira no período em que Ernesto Araújo foi Ministro das Relações Exteriores, utilizando a análise crítica do discurso e as contribuições de Ernesto Laclau.

Seguindo, no processo de formulação de política externa, existem atores que têm a capacidade de influenciar o uso de recursos e informações do governo, controlando, assim, o poder de tomada de decisão e limitando a ação de outras instituições, grupos e indivíduos dentro do próprio governo que buscam reverter a ação desses atores (HERMANN; HERMANN; HAGAN, 1987). Esses atores são as unidades de decisão em política externa, que pode mudar de acordo com a natureza do problema e o tempo, moldando a política externa de um governo. Hermann e Hermann (1989) propõem a hipótese de que as *unidades autônomas* tendem a ter comportamentos de política externa mais extremos do que as *unidades influenciáveis externamente*, e que as unidades de decisão de *grupo único* apresentam comportamentos mais extremos do que aquelas compostas por *múltiplos atores autônomos*. Esse é o argumento central dos autores, que será desenvolvido com base na análise da natureza da tomada de decisão em política externa.

Hermann, Hermann e Hagan (1987) definem as unidades de decisão como atores que possuem a capacidade de controlar os recursos governamentais em questões externas e têm o poder de impedir outras entidades governamentais de reverter sua posição sem custos significativos. Cada unidade de decisão possui informações-chave que interferem no processo de tomada de decisão e modificam a relação entre as causas e os efeitos. Essas informações-chave são chamadas de "*Variáveis de Controle*" e determinam como outros elementos são considerados no cálculo de decisão para cada unidade de decisão específica (HERMANN; HERMANN, 1989). A compreensão dessas variáveis de controle é fundamental para entender a direção tomada pela política externa.

Hermann e Hermann (1989) propõem que as unidades de tomada de decisão são definidas por dois "*end points*" que refletem suas *variáveis de controle*. Em sua tabela, os "*end points*" "A" indicam uma unidade autocontida, enquanto os "*end points*" "B" indicam uma

unidade mais suscetível a pressões externas. Cada tipo de unidade é caracterizado por uma *variável de controle* específica: O Líder Predominante é caracterizado pela *Variável de Controle* "Sensibilidade contextual", cujos "end points" são (A) "Insensível" e (B) "Sensível". O Grupo Único tem como *Variável de Controle* o "Consenso imediato", com os "end points" sendo (A) "Acordo" e (B) "Desacordo". Já os Múltiplos Atores Autônomos são caracterizados pela *Variável de Controle* "Relacionamento entre atores" e seus "end points" são (A) "Soma Zero" e (B) "Soma Diferente de Zero" (HERMANN; HERMANN, 1989). Os autores criam esse esquema com o objetivo de demonstrar que as diferentes condições de unidades de decisão e variáveis de controle levam a processos distintos de tomada de decisão, afetando assim o comportamento da política externa de um governo. Através dessa análise, eles pretendem destacar a importância dessas variáveis e das diferentes unidades de decisão na formulação da política externa de um país.

Figura 1 – Tabela de controle de variáveis de Hermann e Hermann

TABLE 1. Key control variables by type of decision unit.

<i>Unit</i>	<i>Control variable</i>	<i>End points</i>	<i>Status</i>
Predominant Leader	Contextual Sensitivity	(A) Insensitive (B) Sensitive	Self-Contained Externally Influenceable
Single Group	Prompt Consensus	(A) Agreement (B) Disagreement	Self-Contained Externally Influenceable
Multiple Autonomous Actors	Relationship Among Actors	(A) Zero-Sum (B) Non-Zero-Sum	Self-Contained Externally Influenceable

Fonte: Hermann e Hermann (1989, p. 364)

O *Líder Predominante* é uma unidade de decisão caracterizada por um indivíduo que detém o poder final de escolha e repressão da oposição. Para entender sua tomada de decisão em assuntos externos, é preciso analisar suas crenças e visões de mundo, bem como sua sensibilidade a conselhos e informações externas. Os autores criaram os "end points" 'Insensível' e 'Sensível' para descrever as duas posturas possíveis do líder. Caso o líder selecione informações com base em sua visão de mundo e seja independente, ele é considerado 'Insensível'. Já se ele for sensível às opiniões e informações de terceiros, é necessário entender o contexto em que ele se encontra para prever sua tomada de decisão. Em suma, compreender a sensibilidade contextual do Líder Predominante é fundamental para entender sua formulação

de política externa. (HERMANN; HERMANN, 1989; HERMANN; HERMANN; HAGAN, 1987).

O *Grupo único* é uma unidade de decisão em que indivíduos pertencentes a um mesmo grupo decidem coletivamente o curso de ação a ser tomado e buscam alcançar certa conformidade (HERMANN; HERMANN; HAGAN, 1987). Se o grupo com poder de influenciar a tomada de decisão se junta em um grupo comum, essa unidade de decisão atua como uma unidade final. Ao analisar o *Grupo único*, é necessário considerar a possibilidade de *consenso imediato* em sua tomada de decisão (HERMANN; HERMANN, 1989). O consenso é alcançado quando há um '*Acordo*', tornando a natureza do grupo auto-contida. Para alcançar esse consenso imediato, é importante o compartilhamento de ideologias, valores e crenças em relação ao problema, bem como o uso de informações provenientes de uma fonte comum. Caso contrário, a obtenção do consenso é prejudicada, tornando o grupo mais suscetível a influências externas se tem o '*Desacordo*' e, nesse caso, a natureza desta unidade de decisão é externamente influenciável.

Já a unidade de decisão dos *Múltiplos Atores Autônomos* é composta por indivíduos, grupos ou coalizões que não têm capacidade individual para decidir e forçar o cumprimento dos outros (HERMANN; HERMANN; HAGAN, 1987). Para que se torne uma unidade de decisão final, é necessário haver acordo entre as entidades envolvidas, caso contrário, um impasse ocorre. Dentro dos *Múltiplos Atores Autônomos*, existem dois tipos de relacionamentos possíveis. Quando os atores aceitam o direito dos outros de exercer poder, estabelecem regras formais ou informais para competir politicamente, aumentando assim as chances de acordo e negociação, se tem a "*Soma Diferente De Zero*". Nesse caso, a natureza da unidade é externamente influenciável. Por outro lado, quando os atores negam o poder uns aos outros e buscam se beneficiar às custas dos demais, se tem a "*Soma Zero*", havendo uma natureza auto-contida e pouca influência externa (HERMANN; HERMANN, 1989).

Hermann e Hermann (1989) propuseram a hipótese de que unidades de decisão auto-contidas são menos limitadas por influências externas do que as unidades externamente influenciáveis. Como resultado, elas tendem a tomar uma postura mais extrema em relação à política externa, podendo ser tanto atividades mínimas quanto ações assertivas e altamente comprometidas. Essas unidades de decisão são mais independentes e menos afetadas por fatores externos ao problema em questão, em comparação com as unidades externamente influenciáveis. No entanto, isso não significa que elas sejam sempre insensíveis às demandas do problema. Embora possam ignorar as especificidades do problema, as unidades auto-contidas tendem a seguir um curso de ação mais simples e, segundo os autores, menos

qualificado. Como exemplo dos próprios autores, podemos citar o *Líder Predominante 'Insensível'* e o *Grupo único* com '*Acordo*' para um '*Consenso imediato*'. Em ambas as situações, as unidades de decisão não precisam restringir suas ações, pois têm a palavra final. Isso faz com que elas se envolvam em situações mais controversas do que as unidades de decisão externamente influenciáveis, e tendem a utilizar instrumentos não-diplomáticos com mais frequência. Já as unidades de decisão externamente influenciáveis, como o *Líder Predominante 'Sensível'* e o *Grupo único* em '*Desacordo*' com um '*Consenso imediato*', tendem a exibir um comportamento de política externa focado principalmente em instrumentos diplomáticos, com maior consciência e cautela em relação ao cenário e às informações disponíveis, e tendem a ter uma postura mais cooperativa (HERMANN; HERMANN, 1989).

No entanto, a situação dos *Múltiplos Atores Autônomos* é, de certa forma, diferente. Quando a unidade de decisão possui uma natureza auto-contida e, portanto, uma relação de '*Soma Zero*', cada parte mantém sua própria posição, sem espaço para aceitar influências do outro. Isso geralmente leva a um impasse na tomada de decisão, o que faz com que o comportamento dos atores de '*Soma Diferente de Zero*' pareça mais extremo, embora suas ações sejam normalmente resultado de compromisso e consenso. Em contraste, os *Múltiplos Atores Autônomos* com uma relação de '*Soma Diferente de Zero*' seguem um conjunto de regras que permitem maior facilidade na barganha e coalizão, o que leva a um acordo. Portanto, os autores argumentam que essas unidades de decisão tendem a escolher um comportamento mais cooperativo, com maior comprometimento de recursos e uso de uma gama mais diversificada de instrumentos de política do que os *Múltiplos Atores Autônomos* com uma relação de *Soma Zero* (HERMANN; HERMANN, 1989).

Hermann (2001) argumenta que, apesar das influências internas e externas, é o aparato político do governo que toma decisões em relação à política externa. A autora enfatiza a importância de considerar os possíveis resultados da tomada de decisão e entender como os processos de decisão ocorrem em diferentes contextos políticos. Ela recomenda entender as condições que levam a tipos específicos de processos de decisão, evitando estereótipos simplistas e distorções. Hermann busca responder o que leva os governos a tomar decisões de política externa e o que leva uma unidade de decisão específica a agir em prol dessa decisão. Porém, ela alerta para a contingência da tomada de decisão em política externa:

Assim, as democracias ocidentais são vistas como tendo processos pluralistas, enquanto os sistemas políticos autoritários são vistos como hierárquicos e altamente coesos, e as políticas do Terceiro Mundo são determinadas pelas predisposições pessoais do líder predominante. Em contraste, estudiosos com experiência na área mostraram as fraquezas desse argumento. Por exemplo, os Estados com líderes

predominantes às vezes foram governados mais por coalizões de interesses e dinâmicas de grupo do que pelas visões e objetivos de um único ator, enquanto governos altamente burocratizados viram um líder dominante centralizar a autoridade e promover uma determinada ideologia ou causa. Esses últimos insights ajudaram a orientar nosso desenvolvimento de um modelo de contingência de tomada de decisão em política externa. Eles advertem contra assumir que certos processos de tomada de decisão são uma função direta de atributos nacionais básicos ou da estrutura do sistema político. Além disso, eles sugerem que a natureza da unidade de decisão tem a mesma probabilidade de variar dentro de um único país do que entre diferentes tipos de nações²² (HERMANN, 2001, p. 49-50, tradução minha).

Nesse sentido, a autora argumenta que a estrutura de sua lógica é baseada nos seguintes elementos:

[...] (1) ela vê a tomada de decisão como envolvendo a resposta a problemas de política externa e ocasiões para decisão; (2) concentra-se em três tipos de unidades de decisão autoritativas; (3) define os principais fatores que colocam em movimento os processos alternativos de decisão; e (4) vincula esses processos alternativos de decisão a resultados específicos. Quando combinados, esses componentes articulam uma abordagem de contingência para o estudo da tomada de decisão em política externa²³ (HERMANN, 2001, p. 51-52, tradução minha).

A autora nos apresenta alguns questionamentos que estimularam a criação e aplicação da Teoria das Unidades de Decisão e são elas: O que leva os governos a tomar decisões de política externa que, por sua vez, estimulam líderes predominantes, grupos únicos e múltiplos atores autônomos a agir? O que há no cenário político que leva um ou outro desses diferentes tipos de unidades de decisão a tomar uma decisão a qualquer momento? Como sabemos qual dos três tipos de unidades de decisão deve ser o foco de nossa atenção ao estudar um determinado evento? (HERMANN, 2001). A partir dessas perguntas, a autora procura

²²No original: “*This kind of logic is especially important if decision theories are to have cross-national validity. As Hagan noted earlier in this special issue, much conventional international relations research presumes that decision-making processes are determined by basic national and political system characteristics. Thus, Western democracies are viewed as having pluralistic processes while authoritarian political systems are seen as hierarchical and highly cohesive, and the policies in Third World polities are determined by the predominant leader’s personal predispositions. In contrast, scholars with area expertise have shown the weaknesses in this argument. For example, states with predominant leaders have at times been governed more by coalitions of interests and group dynamics than by the views and goals of a single actor, while highly bureaucratized governments have seen a dominant leader centralize authority and push a particular ideology or cause (see, e.g., Weinstein, 1972; Lincoln and Ferris, 1984; Vertzberger, 1984; Korany and Dessouki, 1991; Snyder, 1991; Hermann and Kegley, 1995). These latter insights have helped to guide our development of a contingency model of foreign policy decision making. They caution against assuming that certain decision-making processes are a direct function of basic national attributes or the structure of the political system. Furthermore, they suggest that the nature of the decision unit is just as likely to vary within a single country as between different types of nations*” (HERMANN, 2001, p. 49-50).

²³No original: “*Building on the previous discussion, our proposed framework has several components: (1) it views decision making as involving responding to foreign policy problems and occasions for decision; (2) it focuses on three types of authoritative decision units; (3) it defines the key factors that set into motion alternative decision processes; and (4) it links these alternative decision processes to particular outcomes. When combined, these components articulate a contingency approach to the study of foreign policy decision making*” (HERMANN, 2001, p. 51-52).

responder o que antecede uma decisão em política externa e o que leva a uma unidade de decisão específica agir em prol dessa decisão. Para tanto, ela propõe o seguinte esquema:

Figura 2 – Esquema explicativo para a tomada de decisão

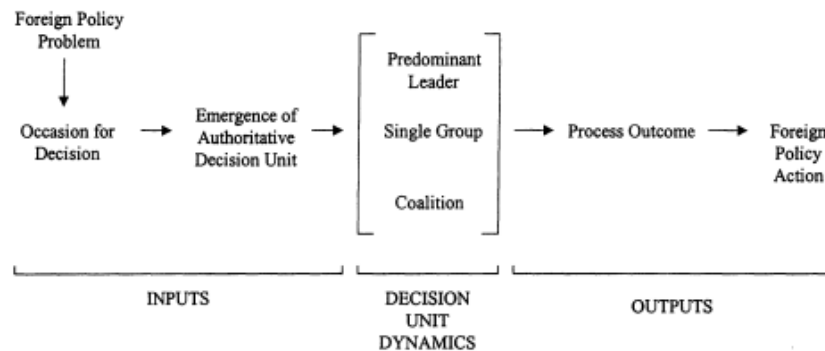


FIGURE 1. Decision units framework

Fonte: Hermann (2001, p. 52).

O processo de tomada de decisão em política externa começa com o reconhecimento de um problema pelos formuladores de políticas. Os governos organizam suas burocracias de política externa para lidar com esses problemas e convocam unidades de decisão para lidar com eles. A composição da unidade de decisão varia de acordo com a importância e natureza do problema. Hermann (2001) propõe um esquema de perguntas para ajudar a determinar a unidade de decisão mais adequada em cada caso. É essencial identificar os formuladores de políticas envolvidos, o problema de política externa e as oportunidades estratégicas para a tomada de decisão. A definição precisa desses elementos é crucial para compreender como a unidade de decisão autoritária pode influenciar a política externa de um governo (HERMANN, 2001). Deste modo, o esquema apresenta a seguinte questão:

[...] a questão é onde no governo o problema está em discussão, assim, esta ocasião específica para decisão provavelmente receberá atenção. Para responder a essa pergunta, precisamos determinar como o governo é estruturado por lei, bem como considerar as normas que surgiram em torno desses arranjos institucionais. As questões na figura se concentram primeiro nas estruturas formais de governança e depois nas estruturas informais que podem estar em vigor para uma determinada ocasião de decisão²⁴ (HERMANN, 2001, p. 58, tradução minha).

²⁴No original: “[...] at issue is where in the government is the problem under discussion and this specific occasion for decision likely to receive attention. To answer this question we need to determine how the government is structured by law as well as consider the norms that have arisen around these institutional arrangements. The questions in the figure focus first on the formal structures of governance and then on the informal structures that may be in effect for a particular occasion for decision” (HERMANN, 2001, p. 58).

De acordo com Hermann (2001), seu interesse se encontra em identificar se há uma liderança do regime, um indivíduo que tenha o poder e a autoridade para comprometer ou restringir os recursos do governo direcionado a um problema (*Líder Predominante*); um *Grupo Único* que seja responsável por lidar com esse problema; ou dois ou mais atores separados que precisam concordar antes que os recursos do governo sejam comprometidos por esse problema (*Múltiplos Atores Autônomos*). Segue o esquema:

Figura 3 – Esquema explicativo para a definição de problemas

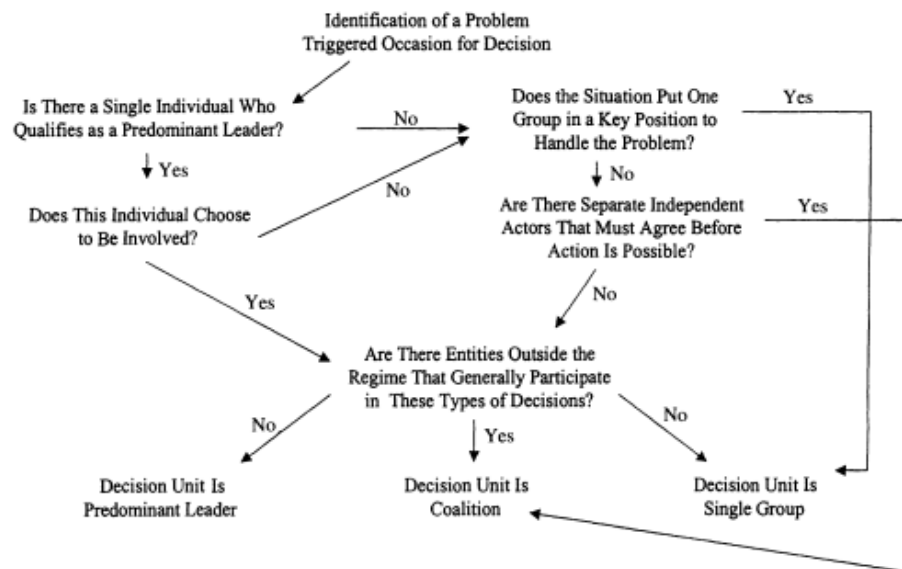


FIGURE 2. Factors involved in determining the nature of the authoritative decision unit for an occasion for decision

Fonte: Hermann (2001, p. 58).

O esquema acima mostra um padrão de perguntas que revelam os tipos de unidades de decisão atuantes em uma determinada situação. Hermann (2001) identifica as condições necessárias para que essas unidades surjam. Para um *Líder Predominante* surgir, é necessário que haja um indivíduo com autoridade e uma estrutura hierárquica de decisão. *Líderes Predominantes* podem ser motivados por eventos de crise, interesses pessoais, experiência e técnicas de gerenciamento de informações. Eles podem escolher questões relevantes para sua administração ou focar em problemas específicos e a forma como lidam com conselheiros indica sua propensão a exercer autoridade. No caso de um *Grupo Único*, a estrutura do governo pode estar centrada em um grupo específico responsável pela tomada de decisão coletiva e interativa. No contexto de *Múltiplos Atores Autônomos*, várias entidades têm autoridade para comprometer ou restringir recursos do governo em assuntos de política externa. Esses atores podem ser internos ou externos ao governo e sua presença pode exigir colaboração para tomar

decisões significativas. Identificar a unidade de decisão é essencial para compreender o processo de tomada de decisão em cada caso (HERMANN, 2001).

Hermann (2001) discute a falta de regras claras para definir qual tipo de unidade de decisão tem autoridade final em situações em que há características de ambos os tipos, como no caso de um grupo líder-consultivo ou um gabinete de coalizão. A autora explica que a distinção entre uma unidade liderada por um *Líder Predominante* e um *Grupo Único* com um *Líder Dominante* é baseada em como o líder vê seus conselheiros. Se o líder mantiver a capacidade de tomar a decisão sozinho, a unidade de decisão será um *Líder Predominante*. Se o líder vir os conselheiros como membros de uma equipe, a unidade de decisão será um *Grupo Único* interativo e coletivo na tomada de decisão. No caso do gabinete de coalizão, a condição principal é se os membros têm amplo poder de decisão ou precisam consultar as partes representadas. Se os membros são líderes com amplo poder, o gabinete é considerado um *Grupo Único*; caso contrário, os membros são vistos como atores independentes e as partes participam do processo de tomada de decisão (HERMANN, 2001).

1.6 **Análise do discurso: uma ferramenta complementar**

Com base nos trabalhos do professor Aureo de Toledo Gomes (2011; 2012; 2014; 2016), buscamos aqui estabelecer uma conexão entre o campo disciplinar das Relações Internacionais e a abordagem teórico-metodológica da Análise do Discurso. Como mencionado anteriormente, o arcabouço teórico-metodológico central desta pesquisa é fornecido pela Teoria do Discurso, desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015). No entanto consideramos relevante enriquecer essa abordagem teórico-metodológica com algumas ferramentas conceituais que possam auxiliar na operacionalização da Teoria do Discurso. De acordo com Jørgensen e Phillips (2002), a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe carece de diretrizes metodológicas específicas para a análise do discurso e, por este motivo, os pesquisadores adaptam ferramentas analíticas a partir dos princípios teóricos desses autores e as aplicam em suas próprias análises de discurso. Nesse sentido, seguindo a proposta de Maria Raphaela Campello (2020), sugere-se incorporar as teorizações de Norman Fairclough (2001) no contexto da Análise de Discurso Crítica (ADC). Acredita-se que certas ideias apresentadas por Fairclough (2001) possam ser aplicadas na análise textual empírica, sem prejudicar as tradições teóricas em questão, alinhando-se com a perspectiva crítica da Teoria do Discurso.

É importante que destaquemos as distinções entre duas correntes teórico-metodológicas: a Teoria do Discurso e a ADC. Antes de prosseguirmos, é necessário fornecer uma breve explicação conceitual sobre a ADC. A Análise de Discurso Crítica é uma abordagem teórico-metodológica que se concentra em como o discurso é usado para reproduzir e contestar relações de poder em diferentes contextos sociais. Essa abordagem argumenta que o discurso não é apenas uma forma de comunicação, mas também uma forma de exercer poder e influenciar a maneira como as pessoas pensam e agem (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002). A ADC geralmente começa com a análise de textos ou discursos específicos, como artigos de jornal, discursos políticos ou conversas cotidianas. Os pesquisadores da ADC procuram identificar os elementos discursivos que são usados para construir significado em um determinado contexto social. Isso pode incluir palavras, frases, imagens e outros símbolos que são usados para transmitir ideias e valores específicos (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002; FAIRCLOUGH, 2003; TOLEDO, 2014). Além disso, os pesquisadores da ADC também procuram identificar as relações de poder subjacentes ao discurso. Isso implica analisar como o discurso é usado para reforçar hierarquias sociais existentes ou desafiar essas hierarquias. Um exemplo dado por Jørgensen e Phillips (2002) é a análise de como o discurso político pode fortalecer estereótipos negativos sobre grupos marginalizados ou como o discurso feminista busca desafiar esses estereótipos.

A ADC destaca, ainda, a relevância do contexto social na análise do discurso. Nesse sentido, os pesquisadores da ADC levam em consideração elementos como gênero, raça, classe social e orientação sexual ao examinar o discurso (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002). Eles reconhecem que diferentes grupos sociais possuem experiências e perspectivas distintas, e que essas diferenças podem influenciar tanto o uso quanto a interpretação do discurso. Essa abordagem contextualizada permite uma compreensão mais abrangente e sensível das dinâmicas discursivas e das relações de poder que permeiam os diversos contextos sociais (FAIRCLOUGH, 2003). Dentro desse campo de estudos, destaca-se Norman Fairclough, renomado linguista britânico e professor emérito da Universidade de Lancaster, no Reino Unido. Fairclough é reconhecido por suas valiosas contribuições para a ADC. Sua abordagem ressalta a importância de considerar o discurso dentro de seu contexto social mais amplo, abrangendo as condições históricas, políticas e culturais nas quais é produzido e consumido. Além disso, Fairclough enfatiza o papel crucial da linguagem na construção das identidades sociais e na reprodução ou transformação das relações de poder existentes. O autor argumenta que o discurso pode ser utilizado tanto para manter quanto para desafiar as estruturas sociais estabelecidas (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002; FAIRCLOUGH, 2003).

Norman Fairclough (2001), assim como Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), adota uma abordagem pós-estruturalista em relação ao discurso e ao social. Essa perspectiva reconhece o discurso como um agente ativo na construção da realidade social e cultural, em vez de simplesmente refletir uma estrutura subjacente. Fairclough argumenta que o discurso desempenha um papel parcial na constituição da realidade social e cultural, ou seja, ele contribui para moldar e criar essa realidade (FAIRCLOUGH, 2001; JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002). No entanto, é importante destacar que, embora Fairclough enfatize o papel ativo do discurso na mudança social e cultural, existem outras abordagens dentro da ADC que veem o discurso como mais passivo e reflexivo das estruturas sociais existentes. No entanto, este debate mais aprofundado não é o foco de nossa pesquisa. Desta maneira, na visão de Fairclough (2001), a metodologia da ADC é composta por uma abordagem tripartite, envolvendo análise textual, análise discursiva e análise social. Essa abordagem visa compreender como o discurso é usado para construir significados, identidades e relações de poder em diferentes contextos sociais.

A análise textual consiste em examinar minuciosamente o discurso em si, levando em consideração aspectos como gramática, vocabulário e estrutura. O objetivo é identificar padrões linguísticos que possam estar associados a questões sociais mais abrangentes. Na etapa da análise discursiva, por sua vez, o foco recai sobre a relação entre o discurso e o contexto social mais amplo no qual ele é produzido e consumido. Isso envolve considerar as condições históricas, políticas e culturais que moldam o uso do discurso. O objetivo é compreender como as práticas discursivas são influenciadas por fatores sociais mais amplos. Por fim, na análise social, o analista busca entender como o discurso contribui para a reprodução ou transformação das relações de poder existentes na sociedade. Nesse sentido, são identificados padrões recorrentes no uso do discurso em diferentes contextos sociais, avaliando-se seu impacto nas relações sociais (FAIRCLOUGH, 2001).

Em suma, a metodologia proposta por Fairclough (2001) na ADC combina uma análise detalhada da linguagem com uma compreensão crítica do contexto social mais amplo em que ela é empregada. Segundo Jørgensen e Phillips (2002), essa abordagem busca compreender como o discurso é utilizado para construir significados, identidades e relações de poder em diferentes contextos sociais. Além disso, essa metodologia se revela valiosa para examinar discursos que estão associados a questões sociais relevantes, tais como preconceito, discriminação, desigualdade e injustiça. Ao unir uma análise linguística a uma análise social, a ADC proporciona um quadro abrangente para desvendar as complexidades do discurso e suas implicações sociais (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002; FAIRCLOUGH, 2003; TOLEDO,

2014). Compreendendo-se as características da ADC, torna-se mais simples o debate a respeito das suas diferenças com a Teoria do Discurso.

1.6.1 Laclau, Mouffe e Fairclough nas R.I: diferenças e oportunidades

Em agosto de 2013, Joanildo Burity, Gustavo Gilson Oliveira e Rui Mesquita (2014), entrevistaram Ernesto Laclau. Dentre as perguntas feitas pelos entrevistadores, uma feita por Gustavo Gilson Oliveira chama atenção: “E quanto às diferentes formas de análise do discurso: a análise do discurso francesa, a análise crítica do discurso?” (p. 182). A resposta dada por Ernesto Laclau é tão interessante quanto:

A análise do discurso na França, que é algo que esteve ligado, nas décadas de 1970 e 1980, ao trabalho de Michel Pêcheux, por exemplo, que foi um grande amigo meu, era uma concepção completamente diferente da que temos. Para eles, a fala era um objeto entre os objetos. Eles diferenciaram entre o momento discursivo, o momento ideológico, o momento político etc., e foi um desenvolvimento dominado por uma certa taxonomia do social.

No caso de Foucault, por outro lado, também para ele o discurso é um tipo de objeto baseado em enunciados, e é distinto de outros tipos de objetos. Para nós as coisas se colocam de outra maneira, porque a categoria do discurso tem um valor ontológico: ela descreve o nível mais básico da constituição de todo objeto, mas para dar esse passo foi necessário libertar a teoria do discurso de suas conotações exclusivas, com fala e escrita. E isso se desenvolveu em várias etapas, desde o próprio campo linguístico, ocorreu na passagem do estruturalismo saussuriano para as segundas escolas estruturalistas, a de Praga e a de Copenhague, uma constatação de que a formalização das categorias linguísticas levou a um ponto em que elas não eram mais categorias estritamente linguísticas. Aplicavam-se a todos os sistemas de significação. Uma vez que isso tenha sido alcançado, uma vez que o significado coincide com o social em sentido amplo, não há mais limites para o discursivo. O discursivo não é mais simplesmente algo relacionado a enunciados. O discursivo é algo relacionado à significação, e a significação é onipresente.

Por outro lado, você mencionou Fairclough. Mais uma vez, discuti várias vezes com ele em seminários. Ele tem uma análise extremamente fina sobre a configuração do discursivo, mas por outro lado mantém uma visão puramente sociológica sobre a forma como o social se estrutura. Ele não pensa no social como discursivamente estruturado, o que é a diferença de nossa escola.²⁵

²⁵No original: “El análisis del discurso en Francia, que es algo que estuvo ligado, en los años setenta y ochenta, a la obra de Michel Pêcheux, por ejemplo que fue un gran amigo mío, era una concepción completamente distinta de la que nosotros tenemos. Para ellos, el discurso era un objeto entre los objetos. Ellos diferenciaban entre el momento discursivo, el momento ideológico, el momento político, etc., y era un desarrollo que estaba dominado por una cierta taxonomía de lo social. En el caso de Foucault, por otro lado, para él también el discurso es un tipo de objeto basado en el enunciado, y es distinto de otros tipos de objetos. Para nosotros las cosas se plantean de una manera diferente, porque la categoría discurso tiene un valor ontológico: describe el nivel más básico de la constitución de todo objeto, pero para poder dar este paso era necesario liberar a la teoría del discurso de sus connotaciones exclusivas con lo hablado y lo escrito. Y esto se fue desarrollando en varias etapas, desde el mismo campo linguístico, se dio en el pasaje del estructuralismo saussuriano a las segundas escuelas estructuralistas, la de Praga y la de Copenhague, una realización de que la formalización de las categorías linguísticas llevaba a un punto en que ya no eran más categorías estrictamente linguísticas. Se aplicaban a todo sistema de significación. Una vez que esto se ha conseguido, como la significación coincide con lo social en el

Durante a discussão, Gustavo Gilson Oliveira questionou se Fairclough se aproximava dos ideais de Michel Foucault, ao que Laclau respondeu que "não, ele não está na perspectiva de Foucault, mas sim da linguística, e dentro da linguística". Rui Mesquita complementou afirmando que Fairclough se aproxima do realismo crítico, e Laclau concordou com o entrevistador. Porém, Joanildo Burity argumentou que Fairclough também utiliza a Teoria da Estruturação de Anthony Giddens, recebendo uma resposta irônica de Laclau: "bem, sobre casos patéticos prefiro não falar. (risos)". É importante destacar que essa resposta de Ernesto Laclau evidencia a existência de diferenças de pensamento entre os autores, porém, não significando que contribuições não possam surgir de uma possível relação entre as duas correntes teórico-metodológicas. Aureo de Toledo Gomes (2011) apresentou essas diferenças de forma mais detalhada, sugerindo que enquanto Laclau e Mouffe se concentram nas lutas discursivas pela hegemonia política, Fairclough enfatiza a relação entre o discurso e as estruturas sociais mais amplas.

De acordo com Toledo (2011), Laclau e Mouffe (2015) defendem uma abordagem que destaca a importância da construção social dos significados e da luta política pela hegemonia discursiva, em que o discurso é um campo de batalha onde diferentes forças disputam o poder de definir a realidade social. Nesse sentido, a análise do discurso deveria considerar as relações de poder e as estratégias discursivas utilizadas pelos atores sociais na construção de suas identidades e projetos políticos (TOLEDO, 2011; LACLAU; MOUFFE, 2015). Por outro lado, Fairclough (2001) propõe uma abordagem crítica do discurso, enfatizando a relação entre o discurso e as estruturas sociais mais amplas. Toledo (2011) argumenta que o discurso, para essa abordagem, seria um meio pelo qual as relações de poder são reproduzidas e contestadas no contexto da vida cotidiana. Assim, a análise do discurso deveria levar em consideração não apenas os aspectos linguísticos do texto, mas também o contexto social em que ele é produzido e recebido. Essa perspectiva ampliada permite uma compreensão mais completa das dinâmicas discursivas e de como elas se entrelaçam com as estruturas sociais, contribuindo para a reprodução ou transformação das relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001; TOLEDO, 2011).

Toledo (2011), além disso, destaca que Laclau e Mouffe (2015) introduzem o conceito de "*articulação*" como parte de sua abordagem. Portanto, a análise do discurso não deveria se

sentido amplio, ya no hay límites para lo discursivo. Lo discursivo ya no es simplemente algo relacionado con los enunciados. Lo discursivo es algo relacionado con la significación, y la significación está omnipresente. De otro lado, tú has mencionado Fairclough. De nuevo yo he discutido varias veces con él en seminarios. Él tiene un análisis sumamente fino acerca de la configuración de lo discursivo, pero de otro lado mantiene una visión puramente sociológica acerca del modo en que lo social se estructura. Él no piensa lo social como estructurado discursivamente, que es la diferencia con nuestra escuela" (BURITY; OLIVEIRA; MESQUITA, 2014, p. 182).

limitar aos significados literais das palavras, mas também deveria considerar as associações simbólicas evocadas por elas (TOLEDO, 2011; LACLAU; 2013; LACLAU; MOUFFE, 2015). Por outro lado, Fairclough (2001) propõe o conceito de "*prática discursiva*" como parte de sua abordagem. A *prática discursiva* refere-se ao uso do discurso para construir e reproduzir as relações sociais. De acordo com Toledo (2011), a *prática discursiva* abrange três dimensões inter-relacionadas: a *dimensão textual* (o próprio texto), a *dimensão discursiva* (as práticas sociais em torno do texto) e a *dimensão social* (as estruturas sociais mais amplas que influenciam o uso do discurso). Assim, a análise do discurso deve considerar essas três dimensões e suas interações para compreender como o discurso é utilizado na construção e reprodução das relações de poder na sociedade (FAIRCLOUGH, 2001; TOLEDO, 2011). A seguir, uma imagem que resume bem a ideia de “prática discursiva”:

Figura 4 – Esquema tripartite proposto por Fairclough



FIGURA 3.1 Concepção tridimensional do discurso

Fonte: Fairclough (2003, p.101)

Marta Kolankiewicz (2012), argumenta que Laclau e Mouffe enfatizam a importância da construção discursiva da realidade social e política, argumentando, tal qual Toledo (2011), que as identidades políticas são construídas através de *práticas discursivas*. No entanto, essa abordagem poderia apresentar risco de reducionismo, pois pode negligenciar outros fatores importantes que contribuem para a construção da realidade social e política. Por outro lado, argumenta Kolankiewicz (2012), a ADC de Fairclough enfatiza a relação entre o discurso e as estruturas sociais mais amplas, argumentando que o discurso é uma forma importante de reproduzir e transformar as relações sociais. Entretanto, essa abordagem poderia apresentar

risco de ecletismo metodológico e incoerência, pois pode ser difícil aplicar consistentemente os conceitos teóricos em diferentes contextos empíricos. Em suma, a autora sustenta que ambas as abordagens têm suas vantagens e desvantagens. A escolha entre essas abordagens dependeria dos objetivos específicos da pesquisa e das questões teóricas subjacentes à análise do discurso. Jørgensen e Phillips (2002) destacam que Fairclough emprega duas teorias e ferramentas analíticas distintas para analisar práticas linguísticas e outros aspectos da prática social, enquanto Laclau e Mouffe adotam os mesmos conceitos para compreender e analisar todos os fenômenos sociais. Fairclough (2001) utiliza a análise do discurso como uma abordagem para examinar práticas linguísticas, além de recorrer a outras teorias sociais, como as teorias da modernidade tardia, para analisar outros aspectos da prática social. Por outro lado, Laclau e Mouffe se baseiam em conceitos como discurso, *articulação* e *ponto nodal* para compreender a totalidade dos fenômenos sociais.

Em síntese, a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe parte da premissa de que todas as práticas sociais são essencialmente discursivas, ou seja, a linguagem desempenha um papel fundamental na construção da realidade social. Ou seja, o discurso é empregado como uma ferramenta para articular diferentes identidades e interesses em torno de questões políticas e sociais. Para esses autores, o discurso é, por natureza, uma arena de luta política, na qual grupos diversos buscam estabelecer sua hegemonia sobre os demais. Por outro lado, a Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2001) utiliza a análise discursiva como uma ferramenta para examinar práticas linguísticas dentro de contextos sociais específicos. Fairclough (2001) sustenta que a linguagem é empregada para reproduzir e legitimar relações de poder desiguais na sociedade. Além da análise discursiva, Fairclough recorre a outras teorias sociais para analisar diferentes aspectos da prática social (JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002).

1.7 Metodologia

Conforme mencionado anteriormente, existem diferenças claras e significativas entre a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) e a ADC, segundo a perspectiva de Norman Fairclough (2001). Essas diferenças dizem respeito a conceitos importantes, como a ideia de discurso, a noção de prática social e a concepção de formação discursiva. No entanto, esta pesquisa argumenta que, apesar dessas diferenças, as duas abordagens teórico-metodológicas não são mutuamente excludentes. É importante ressaltar, como defendido por Toledo (2011; 2012; 2014; 2016), que a análise do discurso é sempre uma combinação de teoria

e método. Portanto, a intenção desta aproximação entre as duas abordagens não é esvaziar os objetivos teóricos de cada uma, mas sim adotar uma abordagem metodológica complementar da ADC para suprir as limitações presentes na Teoria do Discurso. Essas abordagens não seriam excludentes, visto que, como afirma Teun A. van Dijk (2001), “a ACD pode ser aplicada em combinação com qualquer tipo de abordagem ou subárea das ciências humanas e das ciências sociais” (VAN DIJK, 2001, p. 353, tradução MEDEIROS, 2013).

É bem verdade que Jason Glynos e David Howarth (2007) de fato empreenderam um esforço intelectual para suprir a carência de método na Teoria do Discurso. Esses autores buscaram oferecer uma abordagem problemática que integraria teoria empírica, interpretativa e crítica para a análise social e política. Essa abordagem visou construir objetos teóricos e empíricos de pesquisa que emergem de preocupações práticas urgentes no presente. Para isso, os autores sugerem o uso da razão retrodutiva²⁶ como forma adequada de explicação nas ciências sociais, permitindo aos pesquisadores identificar as condições necessárias para a existência dos fenômenos sociais e políticos estudados. Para operacionalizar essa abordagem metodológica, os pesquisadores devem inicialmente identificar um problema social ou político específico que desejam investigar. Em seguida, constroem um objeto teórico e empírico de pesquisa em torno desse problema, utilizando a razão retrodutiva para identificar as condições necessárias para a existência do fenômeno em questão. A partir daí, podem-se empregar uma variedade de técnicas de coleta e análise de dados pertinentes ao caso específico em estudo (GLYNOS; HOWARTH, 2007). No entanto, é importante reconhecer que esse esforço ainda se mantém bastante abstrato. Apesar da valiosa contribuição dos autores, buscamos aqui uma análise mais assertiva dos cenários resultantes da influência do populismo de extrema-direita sobre o processo decisório da política externa brasileira.

É fundamental esclarecer que os fundamentos teóricos, em particular os ontológicos, da Teoria do Discurso serão mantidos. Isso abrange conceitos como discurso, *antagonismo*, *hegemonia*, *articulação*, *pontos nodais*, *significante vazio*, *prática discursiva*, *formação discursiva*, entre outros. No entanto, iremos incorporar a abordagem metodológica da Análise de Discurso Crítica para: 1) selecionar os discursos a serem analisados; 2) identificar os elementos-chave desses discursos; e 3) compreender como esses elementos contribuem para a construção e significado dos discursos. Para realizar esse processo, seguiremos a lógica

²⁶De acordo com Glynos e Howarth (2007), a razão retrodutiva se constituiria em um método de raciocínio que busca explicar um fenômeno social ou político ao identificar as condições essenciais para sua existência. Ao contrário do processo dedutivo que parte de uma teoria geral para chegar a conclusões específicas, a razão retrodutiva partiria de um fenômeno específico e trabalharia retroativamente, identificando as condições necessárias para sua ocorrência.

tripartite apresentada por Fairclough (2001). Nesse modelo, a primeira dimensão, textual, concentra-se na análise do próprio texto, incluindo sua estrutura, vocabulário e gramática. O objetivo é identificar como o texto é construído e quais recursos linguísticos são utilizados para transmitir determinadas mensagens. A segunda dimensão, discursiva, levaria em conta o contexto no qual o texto é produzido e recebido. Aqui, buscamos compreender como as relações de poder influenciam a produção e interpretação do discurso, analisando quem está falando (ou escrevendo), para quem e com que propósito. Por fim, a terceira dimensão, social, ampliaria ainda mais o escopo da análise, considerando fatores sociais mais amplos que influenciam tanto a produção quanto a interpretação do discurso, podendo englobar questões como classe social e ideologia política por exemplo (FAIRCLOUGH, 2001; TOLEDO, 2014).

Conforme destacado por Jørgensen e Phillips (2002), ao integrar essas três dimensões em nossa análise do discurso, o podemos alcançar uma compreensão mais abrangente de como as práticas discursivas são empregadas para sustentar ou questionar relações de poder em uma sociedade ou contexto político específico. Tendo isso claro, outra questão se torna importante: a seleção dos discursos analisados. Ainda segundo Jørgensen e Phillips (2002), a seleção dos discursos a serem analisados na metodologia da ADC depende dos objetivos específicos da pesquisa. Geralmente, os discursos são selecionados com base em sua relevância para o tema de pesquisa e sua capacidade de fornecer insights sobre questões sociais mais amplas. Em consonância, Sanque e Borba (2021) argumentam que a seleção do material de análise na ADC depende do objetivo da pesquisa e do contexto em que o discurso está inserido. De acordo com van Dijk (2001), a seleção dos discursos a serem analisados deve considerar dois fatores principais: os objetivos acadêmicos e a relevância social da pesquisa, bem como a importância das estruturas discursivas específicas no contexto em estudo. Assim, o pesquisador deve escolher discursos que sejam relevantes para sua área de estudo e que possuam relevância social, isto é, que contribuam para uma compreensão mais ampla da sociedade e dos processos sociais em questão. Além disso, é necessário levar em conta as estruturas discursivas específicas que estão sendo analisadas e como elas se relacionam com o contexto em que foram produzidas (VAN DIJK, 2001, p. 353, tradução MEDEIROS, 2013).

Com base nessas premissas, esta pesquisa adotará a seguinte abordagem para a seleção dos discursos: em primeiro lugar, serão selecionados os discursos não-oficiais proferidos por Ernesto Araújo. Exemplos desses discursos incluem os artigos escritos pelo ex-chanceler em seu antigo blog *Metapolítica 17* e seu *magnum opus* intitulado "Trump e o Ocidente", escrito em 2017. Ao selecionar esses discursos, busca-se compreender o arcabouço ideológico de Ernesto Araújo, além de que, ao identificar os elementos ideológicos presentes nesses discursos,

torna-se mais clara a análise de seus discursos oficiais. Posteriormente, serão selecionados os discursos proferidos por Araújo em ambientes formais, tal qual sua cerimônia de posse como Ministro de Estado, aulas magnas realizadas no Itamaraty e discursos feitos em ambientes diplomáticos, como em conferências com a presença outros países. Nessa segunda etapa, o objetivo é demonstrar como o arcabouço ideológico presente em seus discursos não-oficiais se reflete em sua atuação política. Essa abordagem de análise permitirá uma compreensão mais abrangente das ideias e princípios orientadores de Ernesto Araújo, ao considerar tanto seus discursos informais quanto os oficiais. Dessa forma, será possível avaliar como sua ideologia se manifesta em sua prática política, contribuindo para uma análise mais aprofundada de sua atuação como ministro.

Importante observar que este movimento ainda se encontra na etapa de análise textual, segundo Fairclough (2001). Nesse estágio inicial, ocorre a convergência dos pressupostos teórico-metodológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. Após a seleção dos discursos mencionados anteriormente, será empreendido um esforço para "codificar" alguns elementos fundamentais para essa análise. Nesse sentido, tomando como referência o trabalho de Maria Raphaela Campello (2020), quatro elementos precisam ser esclarecidos: 1) quem seria o 'nós' (o povo) nestes discursos; 2) quem seriam o 'eles' (a elite, o outro, o inimigo); 3) quais problemas esses 'inimigos' trariam para o Brasil; e 4) quais as soluções deveriam ser tomadas contra estes 'inimigos'. Mais uma vez se revela aqui a importância de se analisar, primariamente, os discursos não-oficiais do ex-ministro. A partir dessas informações, torna-se mais fácil identificar os conceitos-chave da Teoria do Discurso, como *elementos*, *ponto nodal*, *antagonismo*, *significante vazio* e *articulação*. Com essas informações definidas, pode-se encaminhar para a segunda etapa proposta pela ADC, que seria a análise discursiva.

Nesta segunda etapa, é fundamental não apenas estabelecer a relação entre discurso e contexto social, mas também identificar a ideologia dominante subjacente a esses discursos. É justamente nesse ponto que os discursos não-oficiais se tornam de extrema importância. Acredita-se que é nesses discursos específicos que o caráter ideológico de Ernesto Araújo se torna mais evidente e clarificado, conforme mencionado anteriormente. Além disso, o contexto em que esses discursos são construídos já foi apresentado na introdução desta dissertação. Portanto, a partir desses discursos não-oficiais, serão feitas considerações sobre as condições históricas, políticas e culturais que moldam o uso desse discurso na política externa brasileira. Somente então, na terceira e última etapa, será possível apresentar uma análise social adequada. Nessa etapa, busca-se compreender como esse discurso influencia a reprodução ou a

transformação das relações existentes na sociedade brasileira, bem como em sua política externa. Para isso, os discursos oficiais de Ernesto Araújo serão analisados, nos quais ele expressa seus pressupostos ideológicos com o intuito de alcançar seus objetivos como ministro.

Tanto na segunda quanto na terceira etapa, será fundamental utilizarmos as ferramentas analíticas fornecidas por Laclau e Mouffe em sua Teoria do Discurso. Na etapa de análise discursiva, conceitos como "*nós versus eles*", *antagonismo*, cadeia de equivalência, *articulação* e *ponto nodal* serão essenciais para conduzir nossa análise. Diferentemente da abordagem de Fairclough (2001), que se concentra na análise terminológica da linguística, iremos adotar o arcabouço teórico-conceitual proposto por Laclau e Mouffe (2015). Assim, por meio dos discursos não-oficiais de Ernesto Araújo, buscaremos identificar qual *ponto nodal* o discurso populista de extrema-direita *articulou* para criar uma cadeia de equivalência em torno de um *significante vazio* no contexto do debate sobre política externa brasileira. Nessa tarefa desafiadora, os discursos oficiais do ex-ministro desempenharão um papel importante.

2 ERNESTO ARAÚJO E O MARXISMO CULTURAL GLOBALISTA

Este capítulo terá por intuito apresentar uma espécie de genealogia do pensamento político-ideológico de Ernesto Araújo. Além disso, será definida a ideia do que entendemos por populismo de extrema direita e bolsonarismo. No capítulo anterior estabelecemos as bases necessárias para o desenvolvimento coeso e coerente deste segundo capítulo, que é de suma importância. No primeiro capítulo, introduzimos os pressupostos teórico-metodológicos que guiarão a análise presente neste capítulo. Sendo assim, neste capítulo, apresentaremos o contexto ideológico que permeou a PEB durante Araújo. Essas informações são fundamentais, uma vez que, como argumenta Fairclough (2001), o contexto desempenha um papel crucial na ADC. Em certa medida, a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2015) também reforça essa perspectiva, já que a *articulação* de uma cadeia discursiva está diretamente ligada à construção de significados que, como já foi mencionado, são moldados pela interseção de múltiplas concepções, construções discursivas e políticas.

Nesse contexto, nosso objetivo neste capítulo é analisar as construções discursivas subjacentes ao discurso populista de extrema-direita articulado pelo ex-ministro Ernesto Araújo. Conforme descrito em nossa seção metodológica, a análise seguirá um roteiro que combina duas abordagens importantes: a Teoria do Discurso e a ADC. Para garantir uma abordagem coerente, foram feitas adaptações, principalmente na ADC. Em resumo, todo o arcabouço teórico-metodológico da Teoria do Discurso será o referencial central para a análise dos discursos, porém, serão adotadas algumas lógicas fundamentais da ADC, como a divisão tripartite das etapas de análise e a definição de 'códigos' para análise. Dessa forma, considerando os argumentos de Maria Raphaela Campello (2020), quatro elementos serão destacados: 1) a identificação do 'nós' (o povo) nesses discursos; 2) a identificação do 'eles' (a elite, o outro, o inimigo); 3) a identificação dos problemas que esse 'inimigo' supostamente causa ao Brasil; e 4) as soluções propostas por Ernesto Araújo para lidar com esses 'inimigos'. Com estes elementos clarificados, se torna mais clara a aplicação do conceitual teórico-metodológico da Teoria do Discurso.

Dessa forma, em primeiro lugar, analisaremos os discursos não-oficiais promovidos por Ernesto Araújo. Sustentamos que são nesses ambientes não-oficiais, que podem ser considerados de certa forma informais, que o ex-chanceler expressa de maneira mais clara sua natureza e suas ambições ideológicas. Portanto, daremos prioridade à análise de seu *magnum opus* "Trump e o Ocidente", publicado em 2017, bem como de seus artigos no blog *Metapolítica 17*. Acreditamos que, dessa forma, será possível obter uma compreensão mais esclarecedora

sobre a influência do discurso populista na política externa brasileira. Antes, é interessante que apresentemos uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de populismo no Brasil, para que se torne claro o fenômeno em análise.

2.1 O populismo no Brasil

Para compreender o fenômeno do populismo no Brasil, é essencial retornarmos ao período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960. Diversos estudiosos pioneiros, como Francisco Weffort (2003) e Octavio Ianni (1968), se dedicaram à análise dessa temática. Em uma etapa posterior, Angela de Castro Gomes (1996) e Jorge Ferreira (2001) contribuíram para uma melhor sistematização crítica dessa linha de pesquisa. Weffort e Ianni, ambos partindo de uma perspectiva marxista, abordaram o chamado populismo clássico, no qual a origem desse fenômeno era atribuída aos desafios decorrentes da urbanização e industrialização do país, fortemente influenciados pelos ideais modernistas. Partindo dessa perspectiva clássica, compreende-se que o populismo no Brasil é um fenômeno político que surgiu após a Revolução de 1930, caracterizando-se por uma série de práticas e discursos voltados para a mobilização das massas e a conquista do poder. O populismo assumiu tanto a forma de um estilo de governar quanto uma estratégia política direcionada às massas, sendo adotado por diversos líderes ao longo do tempo (GOMES, 1996; FERREIRA, 2001). Como aponta Trindade (2006, p. 111), as análises clássicas do fenômeno populista frequentemente enfatizam a percepção de um possível caráter imaturo e inconsciente dos trabalhadores urbanos. Esse seria o principal fundamento para compreender o apoio popular às lideranças populistas à época. Dessa maneira, os trabalhadores urbanos não teriam tido uma socialização adequada para desenvolver organizações partidárias e sindicais autênticas, que representassem efetivamente seus interesses. Por este motivo, eles eram submetidos, por líderes carismáticos, a uma relação personalista, emocional, irracional e demagógica.

Francisco Weffort dedicou-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, à compreensão do fenômeno do populismo brasileiro. Daniela Mussi e André Velasco e Cruz (2020), argumentam que o pensamento a respeito do conceito de populismo formulado por Francisco Weffort (2003) não é homogêneo. Para os autores, existe uma considerável diferença entre os artigos sobre o populismo que Weffort produziu nos anos 1960 até a publicação de sua coletânea (2003). Nesse sentido, haveria pelo menos dois sentidos do conceito de populismo presentes na coletânea de Weffort (2003), além disso, destacam a ausência do conceito de sindicalismo populista, que

Weffort trabalhou ao longo da década de 1970. Weffort argumentou que o populismo no Brasil era uma forma política que mesclava elementos de esquerda e direita, porém incapaz de efetuar mudanças estruturais na sociedade brasileira. Ele acreditava que o populismo era um fenômeno característico da fase inicial da industrialização, quando as classes trabalhadoras estavam emergindo, mas ainda não possuíam consciência de classe. Dessa forma, o surgimento do populismo também poderia ser compreendido como uma resposta à crise do sistema partidário brasileiro, que não conseguia lidar com as crescentes contradições econômicas e sociais do país (MUSSUI; VELASCO E CRUZ, 2020).

De acordo com Mussi e Velasco e Cruz (2020), a pesquisa de Francisco Weffort sobre o populismo no Brasil teve origem em um contexto intelectual que presenciou o surgimento da "sociologia aplicada" na Universidade de São Paulo nos anos 1950. Weffort distinguia dois tipos de populismo: o de esquerda e o de direita. Ele argumentava que ambos os tipos resultavam em uma traição à massa popular por parte das lideranças eleitorais, levando à crise da democracia. Além disso, ele criticava a ideologia nacionalista que prevalecia nas forças populares, argumentando que ela não era suficiente para enfrentar os desafios impostos pelo golpe militar de 1964. Weffort também enfatizava a importância da participação popular na política, mas alertava sobre os perigos do personalismo e da manipulação das massas pelos líderes populistas (MUSSI; VELASCO E CRUZ, 2020).

Segundo Angela de Castro Gomes (1996), o populismo de Weffort é resultado de um longo processo de transformação da sociedade brasileira que teve início com a Revolução de 1930, como uma resposta às demandas das massas populares por participação política e justiça social. Esse fenômeno se manifestaria de duas maneiras: como um estilo de governo e como uma política voltada para as massas. As alianças políticas desempenhariam um papel fundamental nesse processo de consolidação do populismo no país, uma vez que os líderes populistas brasileiros conseguiram mobilizar as massas e conquistar o poder por meio dessas alianças com diferentes setores da sociedade, como sindicatos e movimentos sociais. Uma crítica importante feita por Weffort diz respeito à tendência do populismo de centralizar o poder nas mãos de líderes carismáticos, o que pode enfraquecer as instituições democráticas e gerar instabilidade política. Uma das hipóteses de Weffort, segundo Mussi e Velasco e Cruz (2020), seria de que o populismo é uma forma de política que depende da aliança entre as elites políticas e as massas populares. Francisco Weffort argumentou que essa aliança é instável e pode levar a crises políticas e sociais (WEFFORT, 2003).

Octavio Ianni (1968) aborda a relação entre política de massas e nacional-desenvolvimentismo, argumentando que o populismo foi uma tentativa de conciliar as

demandas das classes populares com os interesses da burguesia industrial em ascensão no Brasil. Ele vê o populismo como um período de transição marcado pela emergência das massas como ator político e pela busca por uma sociedade mais justa e igualitária (GOMES, 1996). Assim como Weffort, Ianni critica a tendência do populismo à personalização do poder e à concentração de autoridade nas mãos de líderes carismáticos, o que poderia gerar instabilidade econômica e social. Percebe também, o populismo como um fenômeno complexo e multifacetado, com diferentes orientações políticas. Assim, ele divide o populismo em sua obra em duas orientações: a democracia populista e o projeto reformista. A democracia populista seria baseada na aliança entre as classes médias urbanas e os trabalhadores urbanos, liderada por um líder carismático. Essa aliança seria formada em torno da *demand*a por maior participação política e por políticas sociais que beneficiem as camadas mais pobres da população. Já o projeto reformista buscaria promover reformas estruturais na economia brasileira, com o objetivo de reduzir a dependência do país em relação a setores externos e alcançar um desenvolvimento mais autônomo. A estratégia-chave desse projeto seria a política de substituição de importações. (IANNI, 1968; DOMINGOS, 2008).

Para ele, o projeto reformista representava uma ruptura com a dependência em relação aos setores externos e com os valores tradicionais da sociedade, o que teria levado ao colapso do populismo no Brasil. No entanto, essa abordagem política mostrou-se incapaz de lidar com as contradições internas da sociedade brasileira e acabou sendo derrotada pelas forças conservadoras. Em suma, livro "O Colapso do Populismo no Brasil" (1968), de Octavio Ianni, oferece uma análise detalhada das crises que levaram ao surgimento do populismo no país. De acordo com o autor, ao longo do período de 1918 a 1964, uma série de rupturas internas e externas ocorreram, incluindo a decadência do setor cafeeiro, a politização dos setores jovens das forças armadas em direções diferentes das tradicionais, o surgimento de reivindicações dos trabalhadores e das classes médias, a intensificação dos *antagonismos* nas camadas dominantes e eventos globais como as guerras mundiais, a crise de 1929 e a mudança na hegemonia geopolítica. O populismo emerge como uma resposta política a essas rupturas. Ianni argumenta que o populismo foi uma expressão política dessas crises, portanto, à medida que ocorria um real desenvolvimento econômico e surgia a possibilidade de uma política distributiva, o populismo encontrava condições para se sustentar como uma expressão de uma política econômica independente (IANNI, 1968; DOMINGOS, 2008).

De forma mais contemporânea, Jorge Ferreira (2001) adota uma perspectiva crítica, compartilhando o pressuposto dos autores anteriores sobre o surgimento do populismo brasileiro em um contexto de crise política e social após a Revolução de 1930. Com a ascensão

de Getúlio Vargas, o Estado brasileiro adotou políticas populistas para estabelecer uma ligação direta entre o líder político e as massas trabalhadoras, visando consolidar o poder e garantir estabilidade em um período de grande instabilidade. Segundo Ferreira, o populismo no Brasil foi influenciado pela teoria da modernização²⁷, que defendia a necessidade de um Estado forte e centralizado para promover o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, o autor argumenta que essa visão era elitista e acabou reforçando as desigualdades sociais no país. Assim, o populismo adotou políticas assistencialistas sem questionar as estruturas sociais existentes, como a criação do salário-mínimo, leis trabalhistas mais rigorosas e programas sociais voltados para os mais pobres. A figura do líder carismático para o autor também era de suma importância, visto que este se apresentava como um defensor dos interesses das massas trabalhadoras contra as elites dominantes. Essa estratégia permitia ao líder mobilizar as massas em torno de sua figura, garantindo assim sua lealdade por meio da implementação de políticas assistencialistas (GOMES, 1996; FERREIRA, 2001).

Segundo Ferreira (2001), o populismo no Brasil pode ser dividido em duas gerações distintas. A primeira geração abrangeu o período entre as décadas de 1930 e 1960, enquanto a segunda geração surgiu na transição dos anos 70 para os anos 80, quando a primeira versão do populismo começou a mostrar sinais de desgaste em suas premissas centrais. Os estudiosos passaram a questionar a teoria da modernização, o papel do Estado como organizador das classes e o comportamento político da classe trabalhadora determinado por estruturas socioeconômicas. Nessa segunda geração do populismo, sociólogos, cientistas políticos e historiadores engajaram-se em um debate mais amplo, buscando novas abordagens para compreender o fenômeno. Além disso, a visão dualista da sociedade presente no populismo de primeira geração também foi questionada. Essa visão dividia a sociedade em duas classes: o povo e as elites, caracterizando o povo como homogêneo e virtuoso, enquanto as elites eram consideradas corruptas e egoístas. Essa perspectiva dualista foi criticada por não levar em conta a diversidade da sociedade brasileira e por simplificar em excesso as relações entre as classes (FERREIRA, 2001).

Dentre os estudiosos que contribuíram para o desenvolvimento do populismo de segunda geração, destacam-se nomes como Ernesto Laclau e Guillermo O'Donnell, que buscaram compreender o populismo a partir de uma perspectiva mais abrangente, considerando

²⁷Segundo Ferreira (2001), a teoria da modernização afirmava que a industrialização e a urbanização levariam à formação de uma classe trabalhadora homogênea e politicamente organizada. Ou seja, defendia a necessidade de um Estado forte e centralizado para promover o desenvolvimento econômico e social do país. No entanto, essa visão elitista da modernização acabou por reforçar as desigualdades sociais no país.

não apenas as características políticas e sociais dos países latino-americanos, mas também as transformações globais ocorridas na época. Um dos casos mais explorados no contexto do populismo de segunda geração, conforme apontado por Ferreira (2001), é o da Argentina. O país passou por um período tumultuado na década de 1970, marcado pelo surgimento da guerrilha urbana e pela repressão militar. Nesse contexto, emergiram movimentos populares que buscavam uma maior participação política e social das classes subalternas. Outro caso relevante é o do Brasil. Na década de 1980, o país experimentou um processo de redemocratização após duas décadas sob regime militar. Surgiram então movimentos sociais que almejavam uma maior participação política e social das classes subalternas, tendo como líderes figuras como Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola (FERREIRA, 2001).

Autores ainda mais contemporâneos como Viguera (1993), Weyland (1999; 2001) e Leiras (2019) trabalham com a expressão do fenômeno populista durante a década de 1990. Para tanto, chamam esta expressão de ‘neopopulismo’, que se caracteriza por uma forma de retórica populista que busca oferecer soluções simplistas para problemas complexos, apelando às emoções e sentimentos dos eleitores. Essa retórica geralmente é acompanhada por um discurso anti-establishment, que critica as elites políticas e econômicas tradicionais. Segundo Viguera (1993) e Weyland (1999), o neopopulismo surge em meio a uma crise econômica e social, quando as instituições democráticas tradicionais são percebidas como incapazes de resolver os problemas enfrentados pela população. Além disso, o neopopulismo frequentemente é associado a uma reação contra as políticas neoliberais implementadas na América Latina nas décadas de 1980 e 1990. Essas políticas foram consideradas prejudiciais aos interesses dos trabalhadores e dos setores mais pobres da sociedade, abrindo espaço para líderes populistas que prometiam uma alternativa mais justa e igualitária. Para esses autores, a falta de confiança nas instituições democráticas tradicionais também é uma das causas do neopopulismo, já que essas instituições são muitas vezes percebidas como corruptas ou ineficazes. Isso pode levar os eleitores a buscar líderes carismáticos que prometem mudanças radicais e imediatas, mesmo que isso implique desafiar as normas democráticas estabelecidas (VIGUERA, 1993).

Deste modo, pode-se afirmar que o neopopulismo surge como uma resposta às políticas neoliberais, buscando reverter ou minimizar os efeitos dessas políticas sobre a sociedade, em especial na América Latina. No entanto, é importante ressaltar que nem todos os líderes populistas são necessariamente contrários ao neoliberalismo, e nem todas as críticas ao neoliberalismo são feitas por líderes populistas, como aponta Viguera (1993). No contexto brasileiro, exemplo disto seria o nome de Fernando Collor de Mello, que emergiu como uma figura neopopulista com características marcantes. Durante sua campanha, ficaram evidentes

sua retórica populista e discurso anti-establishment. O ex-presidente apresentou-se como um candidato que representava a renovação política e a luta contra a corrupção, prometendo acabar com práticas políticas tradicionais e estabelecer um governo mais eficiente e transparente. Para mobilizar as massas, Collor utilizou estratégias populistas variadas. Ele personificou um líder carismático e próximo do povo, demonstrando compreender suas necessidades e preocupações. Adicionalmente, adotou uma postura crítica em relação às elites políticas estabelecidas, denunciando a corrupção e o clientelismo que permeavam o sistema político brasileiro (FAUSTO, 2006; LEIRAS, 2019). Leiras (2019) destaca que, embora o sucesso de suas propostas tenha sido em grande parte atribuído à habilidade política e carisma pessoal de Collor, bem como à adoção de um estilo populista, é importante ressaltar que seu programa de reformas estruturais foi amplamente fundamentado em uma abordagem neoliberal.

Durante seus dois mandatos, Luiz Inácio Lula da Silva foi objeto de debate sobre sua classificação como populista. Essa questão tem gerado controvérsias no campo da Ciência Política, como apontado por Milanezi (2022) e Perry Anderson (2011). O rótulo de populista foi atribuído ao ex-presidente brasileiro, em grande parte, como uma forma de condenar seu governo. No entanto, Milanezi (2022) argumenta que é necessário superar a visão de populismo como algo intrinsecamente negativo ou como uma característica exclusiva de governos menos virtuosos, posição também defendida por Laclau (2013). Alguns críticos sustentam que as políticas sociais implementadas por Lula foram utilizadas para consolidar seu poder político e aumentar sua popularidade entre os eleitores mais pobres, além de associá-lo a escândalos de corrupção e acusá-lo de utilizar táticas autoritárias para silenciar seus críticos. No entanto, é importante ressaltar que a retórica populista de Lula está relacionada à sua origem sindical e ao seu discurso em defesa dos menos favorecidos. Nesse contexto, Milanezi (2022) argumenta que a retórica populista de Lula pode ser entendida como uma resposta às demandas da sociedade brasileira por mudanças políticas e sociais.

Perry Anderson (2011) argumenta que o "lulismo", a base eleitoral de Lula, pode ser considerado uma forma de política que combina elementos do populismo com a construção de uma coalizão política ampla e diversa. Além disso, o texto discute como Lula conseguiu manter sua popularidade durante todo o seu mandato, mencionando que isso foi um reflexo não apenas das melhorias de ordem material, mas também de orgulho coletivo para o país. Já para Brasílio Sallum Jr. (2008), o governo de Lula poderia ser caracterizado por uma estratégia política que em alguns momentos apresentou traços populistas. Essa estratégia foi sustentada por uma ampla coalizão política e se baseou em medidas que buscavam expandir a cobertura social para os setores mais pobres e melhorar os rendimentos e as oportunidades de ascensão da classe média

baixa. No entanto, Sallum Jr. argumenta que essa estratégia não se limitou apenas a medidas populistas, e o governo de Lula consolidou a hegemonia liberal e a democracia como pilares do novo tipo de Estado iniciado por Fernando Henrique Cardoso. Portanto, embora tenha havido momentos em que o governo de Lula apresentou traços populistas, essa não foi a característica principal de seu mandato (SALLUM JR., 2008).

2.1.1 O bolsonarismo

Como mencionado anteriormente, no contexto do século XX, o populismo era frequentemente associado aos processos de industrialização e urbanização. Francisco Weffort e Octavio Ianni, importantes estudiosos do populismo brasileiro do século XX, investigaram a crescente participação política das massas populares no Brasil a partir da década de 30. Em suas pesquisas, eles identificaram um padrão comum: um "elogio genérico da participação do povo na política combinado com reflexões sistemáticas sobre como evitar seus efeitos, o que levava o jogo político a sucessivos impasses" (MUSSI; CRUZ, 2020, p. 3). Os autores argumentam que essa crescente participação das massas na política brasileira foi resultado de dois processos: a combinação entre a estagnação da estrutura agrária e o desenvolvimento urbano-industrial após 1930, e o processo de crise desencadeado pela democratização de 1945 (MUSSI; CRUZ, 2020, p. 3). Nesta pesquisa em particular, não pretendemos fazer uma análise aprofundada do populismo clássico. No entanto, é relevante destacar essa percepção, pois levanta uma importante questão: a expressão atual do populismo de extrema-direita no Brasil é resultado de qual processo?

A introdução desta pesquisa forneceu uma visão geral sobre esse questionamento, mas é importante retomar brevemente o assunto. Autores como Wendy Brown, Rita Abrahamsen, Marco Boffo, Alfredo Saad-Filho e Ben Fine procuram responder exatamente essa pergunta. Embora alguns desses autores, como Wendy Brown, não utilizem explicitamente o conceito de "populismo" – optando por abordá-los estritamente como movimentos de extrema-direita ou neoliberalismo autoritário – eles convergem para um ponto comum: a relevância do neoliberalismo nesse processo. No contexto atual de fortalecimento de movimentos e políticos de extrema-direita no cenário internacional, questões relacionadas a identidade, religião, cultura e território ganharam destaque no debate político. Isso é evidente no processo do Brexit no Reino Unido e na eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos. A aderência significativa das massas às pautas mencionadas anteriormente pode ser atribuída ao processo

de globalização e às mudanças de paradigmas propostas pela estrutura neoliberal a partir dos anos 90 (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

De acordo com a análise de Wendy Brown (2018) do caso da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, um grupo específico da sociedade, composto por pessoas brancas de classe média e cristãs, experimentou um sentimento de insatisfação em relação à sua posição social. Esse ressentimento surgiu devido à perda de prestígio social, econômico, cultural e político, resultante do processo mencionado anteriormente. Como resultado, o declínio de direitos básicos, como salários justos, educação de qualidade e moradia privilegiada, comprometeu a perspectiva de futuro desse setor específico da sociedade (BROWN, 2018). Nesse contexto de insatisfação, há um ambiente propício para o surgimento de uma figura populista que habilmente articule essas *demandas* em seu favor (LACLAU, 2013). No contexto brasileiro, observa-se um movimento semelhante, o qual podemos compreender ao analisar o contexto histórico que antecedeu a eleição de Jair Bolsonaro. Para entender a origem desse caso, é válido destacarmos as manifestações de junho de 2013, as quais surgiram como resultado de uma crise no sistema político (LYNCH; CASSIMIRO, 2022) ou até mesmo no próprio capitalismo brasileiro (PINTO et al, 2019). Nesse momento da história recente do Brasil, foram delineados os contornos para o surgimento de movimentos de extrema-direita que se utilizam de artifícios populistas. As manifestações, inicialmente caracterizadas por diversas demandas, acabaram se unificando em uma única reivindicação, ganhando espaço em todo o país e se tornando um elemento central na forte polarização política que vivenciamos (BELFI; BANDEIRA DE MELLO, 2023).

Conforme destacado em nossa introdução, não se pretende ignorar os escândalos de corrupção ocorridos durante os oito anos de governo liderados pelo Partido dos Trabalhadores. Na verdade, o objetivo é apresentar como o desenrolar desses eventos históricos contribuiu para a insatisfação política da população brasileira, somando-se ao ressentimento causado pela lógica neoliberal e pelos avanços da globalização, que tornaram a vida desse 'povo' pior em comparação com anos anteriores. A partir desse "destronamento" (BROWN, 2018), os chamados "políticos populistas de extrema-direita", como Jair Bolsonaro e seus três filhos, passaram a mobilizar uma narrativa fundamentada em elementos temáticos, como o comunismo, a ideologia de gênero, a perseguição à fé cristã, a noção de patriotismo e o anti-globalismo, a fim de instrumentalizar as identidades presentes na população brasileira. Tendo esta breve contextualização macro, consegue-se vislumbrar melhor as origens do bolsonarismo na política brasileira. Com essa breve contextualização macro, torna-se possível compreender de forma mais clara as origens do bolsonarismo na política brasileira.

A grande maioria dos autores, tal qual Antonio Calejon Ibrahim (2021), João dos Reis Silva Júnior e Everton Henrique Eleutério Fargoni (2020), Martin Egon Maitino (2020), Consuelo Dieguez (2022), Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022) e Talita Tanscheit (2023), defendem a ideia de que a emergência do populismo de extrema-direita no Brasil se deu pelo contexto apresentado anteriormente. Tanscheit (2023) argumenta que o populismo de extrema-direita no Brasil é um fenômeno político enraizado em movimentos sociais e políticos surgidos durante a ditadura militar (1964-1985). Após a redemocratização do país, muitos desses movimentos foram cooptados por líderes políticos que adotaram uma retórica populista de extrema-direita. A autora destaca que esse populismo se caracteriza por uma retórica anti-establishment, buscando apelar às necessidades e desejos das pessoas comuns, frequentemente em oposição às elites políticas e econômicas. Na vertente populista da extrema-direita brasileira, isso se manifesta por meio da defesa dos valores tradicionais da família brasileira, um forte nacionalismo e a rejeição à imigração. Jair Bolsonaro seria o exemplo desse tipo de líder, já que durante sua campanha presidencial em 2018, ele adotou uma retórica que enfatizava a necessidade de um governo forte e centralizado para combater a corrupção e a violência no país. Além disso, defendeu valores conservadores, como o direito à posse de armas e a rejeição à introdução da ideologia de gênero nas escolas (TANSCHHEIT, 2023).

Martin Egon Maitino (2020) argumenta que o bolsonarismo, centrado na figura do ex-presidente Jair Bolsonaro, possui uma base de apoio heterogênea, que inclui principalmente homens, indivíduos de maior renda, com alto nível de escolaridade e afiliação religiosa evangélica. O populismo bolsonarista se baseia na noção do "cidadão de bem", visto como a maioria silenciosa que precisa ser protegida dos marginais e criminosos. Segundo o autor, a ideologia do bolsonarismo representa uma nova face do conservadorismo tradicional brasileiro, que busca preservar os valores morais e culturais da sociedade nacional. Além disso, essa ideologia tem sido associada a um discurso nacionalista e anti-globalização, que enfatiza a soberania nacional e a defesa dos interesses do Brasil (MAITINO, 2020). Christian Lynch e Paulo Henrique Cassimiro (2022) descrevem esse fenômeno como "populismo reacionário", uma estratégia política que busca mobilizar as massas populares em torno de uma liderança carismática e nacionalista, frequentemente associada a valores conservadores e anti-establishment. No contexto brasileiro, essa estratégia foi adotada por Jair Bolsonaro e seus apoiadores como uma forma de se opor ao que eles denominam como a "velha política" representada pelo PT e outros partidos de esquerda. Nesse sentido, o populismo reacionário busca construir a imagem de Bolsonaro como um líder forte e autêntico, capaz de confrontar os interesses das elites políticas e econômicas que supostamente dominam o país. Para tanto, ele

se apresenta como defensor dos valores tradicionais da família, da pátria e da ordem, ao mesmo tempo em que critica a corrupção, a insegurança pública e a crise econômica (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

Entretanto, uma pergunta ainda paira no ar: quais são as narrativas utilizadas pelo bolsonarismo no Brasil? Segundo Tanscheit (2023), a extrema-direita no Brasil é caracterizada por três atributos distintivos: nativismo, autoritarismo e populismo. O nativismo representaria uma ideologia que enfatiza a importância da identidade nacional e cultural, frequentemente em contraposição a influências estrangeiras. No contexto da extrema-direita brasileira, isso se manifestou por meio de um forte nacionalismo e uma postura contrária à imigração. Já o autoritarismo se referiria a uma forma de governo em que o poder é mantido por um líder ou grupo de líderes, sem considerar as opiniões ou desejos do povo. Na extrema-direita brasileira, isso se traduziu em um desejo por um governo centralizado e forte, com pouca tolerância à oposição política. Quanto ao populismo, observa-se uma retórica anti-establishment e uma ênfase na defesa dos interesses do "povo" em contraposição às elites políticas e econômicas (TANSCHHEIT, 2023). Outros autores apontam características adicionais, como uma visão conservadora e de direita que prioriza a segurança pública, o combate à corrupção e a defesa dos valores tradicionais da família e da religião (MAITINO, 2020). Além disso, destacam-se um nacionalismo agressivo e uma retórica anti-globalista que se opõe à integração regional e à cooperação internacional (CASARÕES; FARIAS, 2021), bem como medidas nacionalistas e chauvinistas, posturas anti-ambientalistas e conservadoras em relação aos direitos humanos, além de inclinações religiosas (LOPES; CARVALHO; SANTOS, 2022).

2.2 **Ernesto Araújo: uma breve biografia**

Esta seção será fundamentada no artigo escrito por Consuelo Dieguez em abril de 2019, na Revista Piauí, com o intuito de abordarmos a vida pessoal de Ernesto Araújo e explorar como esses aspectos podem fornecer pistas reveladoras sobre sua trajetória como político e diplomata. O texto da autora é notavelmente perspicaz ao apresentar essas conexões. Logo em seus primeiros parágrafos, Consuelo Dieguez descreve o ex-chanceler de seguinte forma:

Ernesto Araújo, de 51 anos (à época), é um homem alto – 1,88 metro –, corpulento e bochechudo, de cabelos ondulados e barba de fios um pouco eriçados e grisalhos, sobretudo na região do queixo. Faz uso permanente de óculos de grau com discreto aro negro. Embora a distância pareça uma figura sisuda, de perto a impressão que passa é outra. Suas bochechas rosadas e o sorriso de dentes pequenos, um pouco separados, dão a seu rosto uma expressão juvenil. O ar meio adolescente é reforçado

pelos modos inseguros, pela voz discretamente desafinada e pela forma por vezes hesitante de se expressar, com o emprego sistemático de um espichado “éééé”, ou de um “então”, ao desfiar uma ideia. Também costuma usar interjeições como “perfeito”, “ótimo” ou “exato”, após ser questionado sobre qualquer assunto, como se agradecido pela pergunta. Enquanto fala, tem por hábito tocar as pontas dos dedos de uma mão na outra e também de tamborilar no tampo da mesa, de forma irrequieta. Há um descompasso entre o tom de voz ameno e o teor de suas ideias, raivosamente anti-iluministas (DIEGUEZ, 2019).

Nesse contexto, algumas características intrigantes de Araújo já se destacam. Apesar de sua timidez e limitações na oratória, seus ideais e discursos possuem um tom incisivo, conforme observado pela autora, revelando sua clara postura anti-iluminista. Além disso, ao cancelar o convite de Nicolás Maduro e dos emissários de Cuba e Nicarágua para a posse, Araújo surpreendeu e deixou a diplomacia brasileira perplexa, alegando que representavam ditaduras de esquerda. Esses eventos evidenciam sua postura firme e posições claras em relação a ideologias e regimes políticos específicos, embora fosse considerado tímido. Ernesto Araújo nasceu em Porto Alegre e mudou-se para Brasília durante a infância devido ao trabalho de seu pai. Ele tinha interesse em história, religiões, Egito, paleontologia, teoria da evolução, línguas e literatura desde jovem. Publicou um livro de poemas aos 17 anos e ingressou no curso de Letras na Universidade de Brasília, porém optou por seguir a carreira diplomática em vez de se tornar professor de grego. Apesar de não ter ficado plenamente satisfeito com sua atuação no Itamaraty, ele se destacou como estudante dedicado. Trabalhou no departamento do Mercosul, onde se especializou em assuntos econômicos, apesar de não ter formação nessa área (DIEGUEZ, 2019).

Durante o período de 1995 a 1999, Ernesto Araújo desempenhou suas funções diplomáticas em Bruxelas, acompanhando os conflitos nos Balcãs. No entanto, ele considerava essa experiência monótona e carente de desafios significativos. Mais tarde, foi transferido para Berlim, onde conheceu sua esposa atual – Maria Eduarda de Seixas Corrêa, filha do diplomata Luiz Felipe de Seixas Corrêa. Durante os anos 90, também se dedicou à escrita de obras de ficção que exploram a luta do indivíduo contra uma sociedade desumanizada, expressando sua busca por transcendência, mesmo em uma forma muitas vezes incompreensível, como ressalta Dieguez (2019). Ernesto Araújo desenvolveu uma visão poética e ontológica que se tornou relevante em sua posição política contra o "globalismo" e sua defesa de um Ocidente²⁸

²⁸Ernesto Araújo, como se observará, tem uma visão peculiar – mas de certa forma ligada ao movimento de ascensão da extrema-direita no mundo – a respeito do Ocidente. Hall (2016), argumenta que conceito de "Ocidente" é uma construção histórica e cultural que se refere a um conjunto de sociedades que compartilham características como desenvolvimento industrial, urbanização, capitalismo, secularismo e modernidade. Em um primeiro momento, pode-se imaginar que Hall (2016) e Ernesto Araújo compartilham a mesma visão, entretanto, deve-se atentar para as minuciosidades. Ernesto Araújo parte de um outro pressuposto, como apontam Vaz e Garcia (2021). Para os autores, o ex-chanceler é muito ligado a ideia de um Ocidente místico, entendido como

mitológico representado por Donald Trump. Durante sua carreira diplomática, ele não expressou descontentamento em relação ao governo petista. No entanto, sua perspectiva política começou a se desenvolver durante as manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff, que ele viu como um movimento de contestação ao sistema de poder estabelecido. Ele reconheceu a importância dessas manifestações, que defendiam uma transformação política baseada em valores nacionalistas e patrióticos enraizados na identidade nacional. Para ele,

A grandeza das manifestações, afirmou, estava no fato de proporem uma mudança política profunda. “Era o lado nacional, nacionalista, patriótico”, exultou. Ele diz que se emocionava ao ver as bandeiras verde-amarelas flamulando no lugar das bandeiras vermelhas – sinal, nas suas palavras, de que a defesa de um partido ou de uma ideologia tinha dado lugar à luta pelo país. Descobriu que era exatamente isso que ele mesmo buscava (DIEGUEZ, 2019).

Um evento em particular teve um impacto profundo em Araújo: quando o então juiz Sergio Moro tornou pública uma conversa telefônica entre Dilma e Lula. Nessa conversa, Dilma revelava sua intenção de nomear Lula como ministro da Casa Civil, sugerindo que essa nomeação serviria para evitar sua prisão. Ao presenciar a multidão reunida na Esplanada dos Ministérios, protestando contra essa ação da presidente, Araújo sentiu a necessidade de se unir aos manifestantes. Ele descreveu essa experiência como libertadora, pois lhe permitiu expressar seu apoio ao impeachment de Dilma e clamar pela prisão de Lula (DIEGUEZ, 2019). De acordo com Dieguez (2019),

Aquele momento foi uma epifania, uma espécie de “caminho de Damasco” em sua vida, em que reviu todos os seus conceitos políticos. “Me senti parte do povo. Senti o movimento entrando na vida nacional e mudando tudo. Não era PT e PSDB que eu queria. Entendi que os dois faziam parte de um mesmo sistema de poder, desvitalizado, descomprometido com a nação” (DIEGUEZ, 2019).

Ernesto Araújo começou a se envolver nas discussões das redes sociais, influenciado pelas ideias de Olavo de Carvalho²⁹ e pelo discurso de Jair Bolsonaro. Ele viu o projeto político de Bolsonaro como uma união entre a dimensão econômica e a identidade nacional, algo inédito no Brasil. No entanto, sua reputação dentro do Itamaraty não era favorável, sendo visto por

superior: “A civilização ocidental pode se configurar como uma narrativa coesa a partir da centralidade da figura mística do cavaleiro heroico; nela a contradição entre o anti-iluminismo e a modernidade são superados, e Deus e nação se tornam uma só entidade, a da pátria mística defendida pelo ex-chanceler” (VAZ; GARCIA, 2021, p. 113).

²⁹Como observaremos mais a frente, apesar da influência de Olavo de Carvalho ser um ponto importante na trajetória de Ernesto Araújo a frente do Ministério das Relações Exteriores, inclusive sendo indicado pelo guru bolsonarista (ver, Folha de S. Paulo (2018)), ele não será analisado e comentado de forma aprofundada aqui nesta dissertação. Reconhecemos a sua importância em parte da formação ideológica de Araújo, mas buscamos aqui compreender especificamente o pensamento político-ideológico do ex-chanceler. Para se aprofundar melhor nesta questão, recomendamos a leitura de Dunker (2018), Mariutti (2020), Calil (2021) e Camarinho (2021).

alguns diplomatas como oportunista devido à sua transição do modelo intervencionista do PT³⁰ para o projeto ultraliberal e nacionalista de Bolsonaro. O embaixador Paulo Roberto de Almeida foi seu principal adversário no Itamaraty e acabou sendo demitido por criticar publicamente figuras ligadas ao governo (DIEGUEZ, 2019). Portanto, esse é um breve resumo biográfico de Ernesto Araújo, a partir do qual podemos tirar conclusões de grande importância.

2.3 Da seleção dos textos

Como mencionamos anteriormente, embora sejam utilizados os pressupostos teóricos-metodológicos da Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), tomamos emprestada aqui a lógica da etapa tripartite utilizada na ADC, mais especificamente na perspectiva de Norman Fairclough (2001). Deste modo, a primeira dimensão, análise textual, refere-se à análise detalhada da linguagem utilizada nos discursos. Essa dimensão envolve a análise de aspectos como a gramática, o vocabulário, a estrutura e a organização do discurso. A análise textual é importante porque permite que o pesquisador identifique padrões e tendências na linguagem utilizada na prática social em questão. A segunda dimensão, análise discursiva, refere-se à análise das relações de poder e ideologias presentes nos discursos. Dessa maneira, nesta etapa pretendemos identificar os conceitos base que Araújo mobilizou no período em que esteve no ministério, como a definição dos "inimigos" e do "nós", a articulação dos antagonismos e do significante vazio etc. Vale ressaltar que, o contexto político e social em que esses discursos foram produzidos será levado em consideração – neste caso, o período das eleições presidenciais.

Já a segunda etapa, a análise discursiva, é importante porque permite que o pesquisador identifique como os discursos são usados para manter ou desafiar as relações de poder existentes na prática social em questão. Nesse sentido, buscamos aqui interpretar esses conceitos mobilizados por Araújo, a fim de analisar como eles são usados para construir uma narrativa populista na política externa brasileira. A terceira dimensão, análise social, refere-se à análise das relações entre a prática social em questão e as estruturas sociais mais amplas. Portanto, na análise dos discursos oficiais, buscamos entender como esses conceitos se desdobraram nas ações concretas de política externa, identificando padrões e tendências utilizadas pelo governo

³⁰Durante os governos petistas, o ex-chanceler serviu no Canadá e nos Estados Unidos, mas nesse período ele não demonstrava repúdio ao PT e seus líderes. Em 2008, ao se qualificar como embaixador, Araújo apresentou sua tese no Curso de Altos Estudos do Itamaraty, intitulada "Mercosul: negociações extrarregionais", alinhada com a política externa do governo, que priorizava as relações com países mais pobres (DIEGUEZ, 2019).

brasileiro em sua política externa. A análise social é importante porque nos permite identificar como a prática social em questão é influenciada pelas estruturas sociais mais amplas e como ela, por sua vez, influencia essas estruturas.

É a partir dessa lógica que se deu a seleção dos textos aqui analisados. Em síntese, na etapa 1, será realizada uma análise textual, que é a primeira dimensão da lógica tripartite. Nessa dimensão, coletamos os textos publicados por Ernesto Araújo em seu blog, *Metapolítica 17*, no intuito de identificar os conceitos base que ele utiliza em sua política externa, como "inimigos", "nós", *ponto nodal*, *antagonismo*, *significante vazio* etc. Além disso, consideramos o contexto em que esses textos foram produzidos, que é um aspecto importante da análise textual. O fato de que o blog foi criado e escrito durante o período eleitoral de 2018 pode ser considerado um ponto crítico, pois pode ter influenciado o pensamento de Araújo e a forma como ele se expressou em seus textos.

Na etapa 2, realizaremos uma interpretação dos conceitos identificados na etapa 1, a partir da análise de como eles são usados para construir uma narrativa populista na política externa brasileira. O discurso escolhido será o artigo "Trump e o Ocidente" (2017) de Ernesto Araújo, que consideramos o *magnum opus* do pensamento político do ex-chanceler, onde ele mobiliza em larga escala sua defesa ao Ocidente, seu repúdio ao marxismo cultural globalista e sua desejo de fazer reviver o pensamento patriótico brasileiro. Na etapa 3, será realizada a análise social, que é a terceira dimensão da lógica tripartite. Nessa dimensão analisaremos as relações entre a política externa brasileira e as estruturas sociais mais amplas, identificando como esses conceitos se desdobraram nas ações concretas de política externa e como eles estão relacionados às relações de poder e ideologias presentes na sociedade brasileira³¹.

³¹Segundo os pressupostos teórico-metodológicos propostos por Fairclough (2001), este seria meu *corpus* documental. Os discursos presentes no blog *Metapolítica 17*, o artigo "Trump e o Ocidente" (2017) e os discursos oficiais de Ernesto Araújo enquanto Ministro das Relações Exteriores, seriam a amostra representativa dos discursos que estão sendo analisados, que permitem que o presente pesquisador identifique padrões e tendências na linguagem utilizada na prática social em questão (FAIRCLOUGH, 2001). Importante ressaltar ainda, que segundo essa perspectiva, a seleção do corpus deve levar em consideração um "ponto crítico" ou "momento de crise". Isso significa que o pesquisador deve selecionar discursos que sejam particularmente relevantes para a prática social em questão, como discursos que estejam relacionados a conflitos, mudanças ou desafios na prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Nesse sentido, o ponto crítico parece ser o momento de transição política que ocorreu no Brasil e nos Estados Unidos, com a eleição de Bolsonaro e Trump, respectivamente – que, se vistos em uma perspectiva macro, se relacionam com o movimento de ascensão da extrema-direita no mundo. Esse momento de transição pode ter influenciado a construção discursiva de Ernesto Araújo e a política externa brasileira como um todo.

2.4 Etapa 1: “Trump e o Ocidente”

Araújo escreveu o artigo em questão antes da criação de seu extinto blog, o que nos evidencia como suas ideias se mantiveram ao longo do tempo, sofrendo poucas alterações. De acordo com ele, a proposta de Trump encontra respaldo em uma tradição intelectual e emocional que remonta a Ésquilo e Oswald Spengler, destacando o nacionalismo como inseparável da essência do Ocidente. Nessa linha, o ex-chanceler percebe o Ocidente³² como uma entidade que atravessa um momento de autocontestação e de fraqueza psicológica. Deste modo, o Ocidente seria um mundo fantástico e metafísico, profundamente entrelaçado com os sentimentos do povo, assumindo uma dimensão espiritual. Mais do que isso, o Ocidente estaria ameaçado:

Tornou-se corrente desmerecer qualquer um que enxergue um Ocidente ameaçado, ou mesmo qualquer um que simplesmente tente definir o Ocidente por oposição a algo. Vem logo a crítica: “Isso aí é *Clash of Civilizations*, isso está ultrapassado, desacreditado, isso é chauvinismo, racismo, xenofobia...” (ARAÚJO, 2017, p. 324).

Constantemente, Araújo (2017) busca retratar o Ocidente (conforme sua própria concepção) como uma vítima. Assim, "só se pode falar da civilização ocidental se for para denegrir seu passado ou negar sua existência ou relevância no presente" (ARAÚJO, 2017, p. 324). Segundo essa visão, o politicamente correto teria minado a possibilidade de se ter "boas conversações" nos círculos ao abordar a noção de civilização ocidental. Para o ex-ministro, o conceito de Ocidente passou a ser utilizado apenas em um sentido geopolítico, limitado aos países da América do Norte e Europa “que compartilham uma aliança militar e uma adesão à economia de mercado e à democracia representativa (ARAÚJO, 2017, p. 324). Entretanto, Ernesto Araújo – e Donald Trump – não enxergam o Ocidente desta forma:

[...] se abrimos por um momento a porta, se deixarmos de olhar o mapa e começarmos a estudar o território, principalmente o território do espírito, veremos uma enorme massa de palavras e sentimentos, ideias e crenças formada ao longo de 25 ou 30 séculos (não é tanto, são apenas 100 gerações), à qual podemos chamar Ocidente, Civilização Ocidental, uma entidade orgânica, viva, outrora pujante, mas hoje com sintomas sérios de debilidade e até mesmo demência, dando a impressão de que, deixadas as coisas ao seu curso natural, poderá desaparecer para sempre em poucos anos (ARAÚJO, 2017, p. 324).

Neste trecho, argumenta-se sobre o conceito de "Ocidente" e sua relevância para situar o Brasil nesse contexto. Ele combina elementos políticos e metafísicos, como o "território do

³²Vale ressaltar aqui, a semelhança entre a ideia de Ocidente para Araújo e a de Golbery do Couto e Silva. De acordo com Fernandes (2009) e Assunção (2004), Golbery do Couto e Silva acreditava que o Ocidente era algo que estava presente na cultura, na história e na identidade dos povos que o compõem. Ele entendia que o Ocidente era uma entidade viva e persistente, que se manifestaria em diversos aspectos da vida das pessoas, como em seus ideais, interesses, sangue, músculos, corações e nervos.

espírito", em uma abordagem erudita. O ex-chanceler salienta a fragilidade do Ocidente e sugere sua iminente extinção, apesar da aparente estabilidade dos países ocidentais em termos econômicos, políticos e militares. Enfatizam, dessa maneira, que o verdadeiro significado do Ocidente reside em sua essência mental, espiritual e ideológica. Para Araújo, o Ocidente sofre de um mal misterioso, assim como o “Rei Pescador na saga do Santo Graal”, e precisa ser curado por meio da “busca pelo cálice que contém o sangue curativo” (ARAÚJO, 2017, p. 325). O Ocidente é entendido não apenas como uma questão material, mas principalmente como um desafio no campo das ideias e da alma. Donald Trump é considerado como o "cavaleiro do ocidente"³³, alguém capaz de compreender e enfrentar os perigos iminentes que ameaçam a civilização ocidental. Assim, é sublinhado o discurso de Trump em defesa do Ocidente proferido em Varsóvia, onde a importância de se recuperar o espírito do Ocidente como uma comunidade de nações com fronteiras distintas ganha destaque (ARAÚJO, 2017). Isto fica claro em:

“Vocês [os poloneses] perderam a sua nação, mas nunca perderam o seu orgulho”. A Polônia aparece no discurso como porta-estandarte e símbolo do Ocidente: “No povo polonês vemos a alma da Europa”, diz Trump, para em seguida completar: “A nação de vocês é grande porque o seu espírito é grande e o seu espírito é forte.” Essa grandeza e essa força residem na identidade profunda do povo, da nação polonesa: “A história da Polônia é a história de um povo que nunca perdeu a esperança, que nunca se deixou quebrar e que nunca, nunca esqueceu quem ele mesmo é”. Trump enxerga a primazia do espírito sobre o poder material [...] (ARAÚJO, 2017, p. 326).

Constantemente é ressaltada a noção abstrata de uma luta espiritual, ideológica e cultural que ameaça a sua sobrevivência³⁴. Embora ele possa ser forte em termos econômicos, militares e políticos, argumenta-se que sua essência, seu aspecto espiritual e ideológico, está em declínio. Ecos de um nacionalismo religioso ressoam no trecho a seguir, onde percebemos a interpretação do apelo do povo a Deus, como um clamor pela reconstrução do sentimento nacional e uma reafirmação da identidade polonesa:

O presidente americano interpreta, nesse grito, uma fusão do nacionalismo com a fé, a fé como parte integrante do sentimento nacional e vice-versa: naquele momento, segundo ele “os poloneses reafirmaram sua identidade como uma nação devotada a Deus”, pois naquele grito “encontraram as palavras para dizer que a Polônia seria Polônia uma vez mais”. Para Trump, o clamor dos poloneses por Deus, pela volta de Deus ao centro de suas vidas juntamente com a recuperação da nacionalidade, a fé e a pátria renascendo juntas depois de estraçalhadas pela ditadura materialista e “internacionalista” imposta pelos soviéticos, esse clamor volta a ser hoje o clamor do

³³Interessante observar aqui, que Araújo buscar fazer o mesmo que fez com a figura de Bolsonaro, tal qual abordado na seção anterior. Cria-se uma ideia de mito ao redor da figura de Donald Trump, onde ele é alçado como o salvador.

³⁴Notável como a lógica discursiva se repete, uma mistura de elementos fantásticos, religiosos e políticos, para defender a luta em uma guerra no campo das ideias.

Ocidente: “O povo da Polônia, o povo da América, o povo da Europa ainda grita: Queremos Deus!” (ARAÚJO, 2017, p. 327).

Araújo interpreta esse apelo por Deus feito pelos poloneses não apenas como a busca por uma conexão divina, mas também a aspiração de recuperar a nacionalidade, a fé e a pátria, elementos que foram suprimidos durante a dominação soviética. Deste modo, destaca a dicotomia entre "nós", representando o Ocidente, e "eles", os soviéticos responsáveis pela imposição de uma ditadura materialista e internacionalista. Nesse sentido, é argumentado que há as ausências de Deus, patriotismo, identidade nacional e fé entre os poloneses, e interpreta esse clamor por Deus como um apelo de socorro do Ocidente. O ex-chanceler enfatiza que o Ocidente está sob séria ameaça, apesar das suposições de muitos sobre sua posição dominante na globalização. Aponta esse perigo da seguinte maneira: “para ele [Trump], o verdadeiro e enorme perigo é a perda da própria identidade ocidental, a perda do espírito, o desaparecimento dos laços de cultura, fé e tradição que nos fazem quem somos” (ARAÚJO, 2017, p. 328).

Em suma, o desafio enfrentado pelo Ocidente não residiria apenas em questões materiais, como o terrorismo, mas sim na perda da vontade coletiva de defender sua identidade histórica e cultural. O problema está no desaparecimento da vontade de ser quem se é, como comunidades identificadas com um destino histórico e uma cultura viva. Ernesto Araújo reafirma que o Ocidente é um conjunto de nações, cada uma com sua identidade histórica e cultural única, e não uma massa homogênea ou um agrupamento baseado em tratados. Seria importante a manutenção dos particularismos e das fronteiras para a saúde e vitalidade do conjunto. Dessa forma, critica a ideia de erradicar fronteiras, princípios supranacionais e convergência de valores, argumentando que esses conceitos vão contra a visão que Trump tem do Ocidente, tal qual uma comunidade de nações (ARAÚJO, 2017).

É adotada uma definição abstrata e ideológica do Ocidente, que vai além de uma mera divisão geográfica. O conceito é entendido como uma civilização com princípios e valores ameaçados pela Globalização, enxergando-o como uma herança ancestral em perigo de ser perdida. Essa compreensão, segundo ele, transcende fronteiras físicas e se concentra em uma batalha espiritual de ideias. Nessa perspectiva, líderes como Donald Trump e Jair Bolsonaro são vistos como defensores e salvadores dessa causa. O ex-ministro identifica a concepção pós-moderna como um dos principais inimigos do Ocidente, atribuindo a ela grande importância negativa no âmbito europeu, visto que seria obstáculo para a preservação dos valores e princípios da civilização ocidental:

A Europa pós-moderna – junto com os Estados Unidos que, até Obama, cada vez mais se assemelhavam à Europa – viviam ultimamente numa espécie de tanque de

isolamento histórico, viviam já fora da história, depois da história, num estado de espírito (ou falta de espírito) onde o passado é um território estranho. [...] O homem pós-moderno não tem ancestrais, as sociedades pós-modernas não têm heróis. Trump, ao falar de alma, desafia frontalmente o homem pós-moderno, que não tem alma, que tem apenas processos químicos ocorrendo aleatoriamente entre seus neurônios. Trump fala de Deus, e nada é mais ofensivo para o homem pós-moderno, que matou Deus há muito tempo e não gosta que lhe recordem o crime (ARAÚJO, 2017, p. 329).

No trecho acima, Araújo reforça a natureza espiritual da batalha que descreve, destacando o Iluminismo como um adversário que vai de encontro aos valores defendidos por Trump e Bolsonaro. Ele retrata o homem pós-moderno como um inimigo que mina o passado heroico das nações e é responsável por sua decadência espiritual. Nessa linha, reconhece que sua argumentação pode ser interpretada como abstrata demais e provocar diferentes reações, incluindo associações com o fascismo (ARAÚJO, 2017). Entretanto, procura sustentar sua posição:

Sim, vivemos em um mundo onde falar dos heróis, dos ancestrais, da alma e da nação, da família e de Deus é, para grande parte da ideologia dominante, uma indicação de comportamento fascista. O problema estará com Trump ou estará com essa ideologia contra a qual ele se insurge? Os capangas de Stálin, os de Mao Tsé-Tung e os de Pol Pot também chamavam tudo de fascista: ter um livro era fascista, amar os pais ou os filhos era fascista, venerar os símbolos tradicionais era fascista, tudo o que pudesse remotamente contestar o poder dominante do estado era fascista e levava o cidadão para o gulag, para o campo de reeducação ou para a fossa comum (ARAÚJO, 2017, p. 329).

Além de apresentar um claro discurso anti-comunista, o ex-chanceler, uma vez mais, reforça o posto de vítima em que ele coloca o “nós”: "estamos apenas falando de nossos heróis, ancestrais e da base da nação, como a família e Deus". Neste sentido, identifica mais um problema criado pelos inimigos do Ocidente:

Nossa ideologia “liberal” pós-moderna incorporou esse reflexo. Ela (ainda) não pune as expressões de fascismo com a internação em *gulags* ou com a execução sumária, mas sim com o ridículo, com o ostracismo, com o descrédito público, com a execução sumária de sua persona política senão de sua pessoa física (embora as agressões muito físicas das brigadas de *black blocks* “antifascistas” nos EUA contra qualquer partidário de Trump já estejam alastrando -se perigosamente pelo país). Trump nos convida a reexaminar os postulados dessa ideologia que tomamos como moeda corrente, como a única forma decente de pensar (ARAÚJO, 2017, p. 330).

Ou seja, a solução de Trump para os problemas anteriormente mencionados não poderia ser alcançada apenas por meio da OTAN como uma defesa material do Ocidente. Mesmo com essa defesa, se os valores, ideias e vontades no campo espiritual não forem organizados, nada disso terá efeito. Araújo interpreta o discurso de Trump como um alerta para o Ocidente, uma abordagem inovadora que destaca os problemas iminentes que a civilização ocidental enfrenta sem perceber. Aponta que, se nada for feito, o Ocidente está fadado ao colapso. Nessa direção, ele argumenta:

A geração atual é chamada a retomar esse combate dramático contra os novos inimigos, não podendo esquecer-se jamais de que, como os heróis nos recordam, “o Ocidente foi salvo com o sangue dos patriotas”. Nesse combate, “cada metro de solo, cada centímetro de civilização merece ser defendido com a sua vida” (ARAÚJO, 2017, p. 330).

A abordagem de Trump, em relação à batalha espiritual pelo Ocidente, é constantemente trazida ao texto, para frisar a importância do espírito, da vontade e da alma nesse confronto. Nessa direção, Araújo considera o discurso de encerramento de Trump inspirador, uma verdadeira convocação para que todos se unam na defesa dos valores da família, liberdade, país e fé. Há uma clara identificação feita por Trump dos inimigos, que incluem comunistas, a esquerda, o abandono da identidade nacional e o radicalismo islâmico, reforçando que o desafio que essas questões representam só existe devido à fraqueza espiritual do Ocidente. Ou seja, o inimigo do Ocidente não reside na Rússia ou na China, mas sim em duas frentes: internamente, na forma do abandono da própria identidade, e externamente, no islamismo radical, identificado por Donald Trump. Essencialmente, para ele, o islamismo radical só se torna uma ameaça real devido à fragilidade espiritual do Ocidente. Enquanto os muçulmanos demonstram um comprometimento fervoroso com sua civilização, os ocidentais correm o risco iminente de desaparecer, pois não estão dispostos a lutar e a se sacrificar por seus valores (ARAÚJO, 2017). É reconhecido que esse discurso é frequentemente associado a extrema-direita, mas ele o vê como uma terapia para a civilização, uma reconexão com o inconsciente coletivo negligenciado pelo liberalismo tecnocrático e pelo politicamente correto.

A ideia de pan-nacionalismo é trazida para o texto, apontada como uma das soluções propostas por Trump na defesa do Ocidente. Seria uma abordagem em que nações soberanas e independentes cooperam mutuamente enquanto preservam sua identidade e independência. Desta maneira, isso seria interpretado como uma manutenção da lógica do Estado-nação e como a busca da paz e prosperidade com base nas nações, em oposição à diluição das fronteiras e adesão a princípios supranacionais. Araújo sustenta que “as Nações Unidas são nações unidas, unidas exatamente para melhor defender a unicidade e personalidade de cada uma, e não para diluírem-se em uma pasta global sem forma” (ARAÚJO, 2017, p. 332). Sendo assim, Donald Trump sublinharia que os valores universais não devem se sobrepor à identidade de cada nação e civilização, pois os valores só existem dentro de uma nação, enraizados em uma cultura específica, e não em uma abstração multilateral. A defesa desses valores dependeria da força e independência das nações, e não da diluição das identidades nacionais. O ex-ministro defende que nações fortes e soberanas podem coexistir e trabalhar juntas com respeito mútuo, mesmo com diferentes valores, culturas e sonhos.

Nessa perspectiva, identifica o multilateralismo como mais um inimigo e acentua a importância da nação, cultura e espiritualidade em seu discurso. Ele acredita que é por meio da defesa dessas particularidades que o Ocidente pode ser salvo. O argumento seria de que as nações não ocidentais não compartilham o mesmo conjunto de cultura, história e fé, e por sua vez, o Ocidente não buscaria impor seu patrimônio ao resto do mundo, visto que, para o ex-chanceler, seria impossível impor sua própria ancestralidade e identidade a outros (ARAÚJO, 2017). Dessa forma, sustenta a necessidade de união no Ocidente, apesar de suas diferenças internas, ao enfatizar os laços culturais, históricos e religiosos compartilhados pelos Estados ocidentais. Nessa linha, Trump não seria visto como um imperialista, mas como uma figura que busca respeitar os interesses das nações soberanas, mesmo que suas culturas e sistemas de governo fossem diversos. Araújo destaca a importância de cada país defender a integridade do Ocidente, preservando sua soberania e identidade nacional. Dessa maneira, faz uma crítica a globalização e a rejeição das fronteiras como ameaças ao Ocidente:

Trump não deseja, portanto, um Ocidente que saia pelo mundo implantando democracias. Deseja respeito mútuo entre as nações e entre civilizações. O respeito deve dar -se entre nações que tenham sua própria identidade e que se autogovernem, e não numa geleia geral planetária regida por “valores” (ARAÚJO, 2017, p. 333).

Sendo assim, as soluções para combater a decadência do Ocidente, estariam em dois princípios básicos: o respeito mútuo entre as nações e o autorrespeito, que envolve valorizar a identidade e soberania nacional – este seria o cerne do pan-nacionalismo. Araújo vê o slogan "*America First*" de Trump como uma expressão deste conceito, enxergando-o como um anticosmopolitismo radical que enfatiza o dever dos Estados de trabalhar pelo seu povo e preservar sua comunidade histórica. Ele defende a ideia de um Ocidente que respeite a si mesmo e recupere sua identidade e tradição ameaçadas pelo esvaziamento da nacionalidade. Para ele, uma verdadeira comunidade seria formada por nações unidas por uma base sólida na história e nos mesmos arquétipos, não apenas por valores abstratos (ARAÚJO, 2017).

Dessa maneira, é realçada a conexão do Ocidente com os valores expressos nas obras de Ésquilo, destacando a justiça, a liberdade e a democracia. Nesse momento, surgem mais argumentos contra as ameaças do globalismo e do marxismo cultural, além da busca em inserir o Brasil nessa narrativa ocidental. No entanto, a leitura seletiva que o ex-ministro faz das obras e suas correlações vazias são evidentes. Ele menciona a aliança das cidades gregas contra os persas como um exemplo de pan-nacionalismo, onde foram asseguradas a defesa da liberdade, da cultura e dos deuses. Assim, a batalha de Salamina seria mais um exemplo claro que demonstraria a importância da luta pela preservação da identidade do Ocidente:

Libertemos a pátria! Libertemos as mulheres, os filhos! Libertemos, preservemos os templos, defendamos nossos deuses e nossos antepassados. Ainda bem que esses gregos – nossos antepassados! – ainda bem que eles não tentaram a via da tolerância e do diálogo, ainda bem que eles não excluíram a opção militar, ainda bem que não desistiram. O Ocidente nasce em Salamina, nasce na luta, o Ocidente não nasce no diálogo nem na tolerância, nasce na defesa de sua própria identidade (ARAÚJO, 2017, p. 336).

A importância da guerra espiritual na defesa da cultura e identidade do Ocidente aparece novamente. É frisado que essa luta vai além de perdas materiais, envolvendo a preservação da história e dos valores ocidentais. Araújo relaciona os gregos antigos e Donald Trump como exemplos que compreenderam a importância do sentimento patriótico. Dessa maneira, o Ocidente teria nascido em Salamina, representando uma construção consciente da história onde mito e realidade se entrelaçaram. Ele vê a obra de Ésquilo, especialmente "Os Persas", como uma expressão dos temas centrais do Ocidente, como pátria, liberdade e mito, que refletem a realização espiritual do Ocidente em indivíduos e comunidades (ARAÚJO, 2017). Nesse sentido, o patriotismo seria o cerne do Ocidente, onde o amor à pátria seria vivenciado pelos homens diante de perigos iminentes. Isso é contrastado com outras culturas, sugerindo que essas não possuem um conceito similar de pátria, já que careceriam de sentido espiritual e cultural, não estando à altura desses conceitos. O "outro" é retratado como bárbaro e materialista, negando sua capacidade de compreensão, visto que este seria superficial. Salienta ainda que apenas os gregos lutaram pela pátria como uma união inseparável de liberdade, família, história e crença, avultando seu legado único (ARAÚJO, 2017).

Em vista disso, argumenta que o Ocidente é injustamente rotulado como "fascista", enquanto outras culturas são reconhecidas como legítimas em sua preservação cultural. O ex-chanceler questiona o motivo do Ocidente ser pressionado a adotar a ideia de diversidade, enquanto outras culturas são respeitadas em sua singularidade. Nessa linha, relaciona o nacionalismo à Roma antiga, destacando o orgulho dos romanos em sua identidade cultural e a disseminação de seus valores através da expansão do império. Ele vê a nação como algo sagrado, associado à liberdade republicana, e defende a preservação da identidade cultural ocidental. Araújo também critica o marxismo cultural globalista – importante reparar como este conceito é considerado o causador de todos os problemas ao Ocidente –, afirmando que ele promove a diluição do sentimento nacional e do conceito de gênero, buscando criar uma sociedade de indivíduos "de gênero fluido" e cosmopolitas sem identidade nacional (ARAÚJO, 2017). Complementa dizendo que:

Nos dois casos, a negação do gênero e a negação da nacionalidade, o marxismo cultural busca o mesmo objetivo: enfraquecer o ser humano, torná-lo uma paçoca maleável incapaz de resistir ao poder do estado, criar pessoas inseguras,

desconectadas, incapazes de assumir um papel social próprio ou de ter ideias que não sejam os chavões politicamente corretos veiculados na mídia (ARAÚJO, 2017, p. 339).

Araújo (2017) argumenta que aí está o grande problema do marxismo cultural globalista e defende o pan-nacionalismo como solução. Nessa linha argumentativa, ele considera a Revolução Francesa como um exemplo de traição às aspirações populares de “pão, respeito e liberdade”, visto que os revolucionários extremistas buscavam um mundo sem classes, fronteiras, Deus, família, tradições e nações. Em contrapartida, enaltece a Revolução Americana como um triunfo do espírito e da liberdade e destaca o movimento romântico como uma contrarrevolução cultural, que reinterpreta a história à luz do sentimento nacional – combatendo àqueles da Revolução Francesa. Afirma ainda que a alma humana é intrinsecamente nacionalista e argumenta que o romantismo desencadeou a criação de nações na América Latina que antes não existiam. Sendo assim, o nacionalismo, com suas raízes no romantismo, atingiu seu ápice até a Primeira Guerra Mundial, mas desde então entrou em uma crise profunda na compreensão do Ocidente, da qual ainda não se recuperou totalmente. Araújo identifica o internacionalismo financeiro como um novo inimigo após a “descredibilização do nacionalismo” (ARAÚJO, 2017). Nessa linha, apresenta a ideia de que o socialismo teria surgido após uma crise espiritual ocorrida nos anos 20 e este teria exacerbado ainda mais a situação crítica para o nacionalismo (ARAÚJO, 2017).

Deste modo, o socialismo teria se dividido em duas correntes, uma delas permanecendo antinacionalista, enquanto a outra sequestrou o nacionalismo para alcançar o poder na Itália e na Alemanha, distorcendo e escravizando o sentimento nacional genuíno em favor do fascismo e do nazismo. Araújo recorre a vários autores, incluindo Fernando Pessoa, para respaldar suas ideias sobre nacionalismo. Ele vê o conceito como algo mítico e espiritual, equiparando-o a uma verdadeira religião. Ao citar um poema de Pessoa, ele interpreta que o poeta busca reinventar o nacionalismo, enxergando cada nação como um mistério incomunicável, ao mesmo tempo em que expressa a humanidade como um todo. Menciona também o historiador Vítor Manuel Adrião, que vê nas navegações portuguesas um grande ritual iniciático, com o Brasil sendo o fruto desse mistério. Entretanto, os brasileiros teriam perdido sua conexão com a alma lusa e não valorizam mais o significado sagrado em sua história, limitando-se a uma visão superficial dos eventos políticos e ciclos econômicos:

Vivemos na Ilha da Vera Cruz, na terra da Santa Cruz, mas não nos interessamos em saber o que esse nome original significa, em conhecer o destino a que esse nome convoca, vemo-lo como mera curiosidade escolar. Por que o destino nos deu primeiramente esse nome, ilha da cruz verdadeira, terra da cruz sagrada? Por que tão

cedo o ocultou e o trocou pelo nome de uma árvore? Mas quiçá não o trocou tanto assim: a árvore, o lenho, a cruz (ARAÚJO, 2017, p. 343).

O parágrafo discute a visão do ex-chanceler sobre a inclusão do Brasil no contexto do Ocidente, baseada em sua conexão histórica com Portugal e a Europa durante o período colonial. No entanto, ele argumenta que o Brasil perdeu sua identidade como parte do Ocidente devido à influência do marxismo cultural. Nesse sentido, as ideias de Oswald Spengler são utilizadas para entender a crise atual do Ocidente de forma mais aprofundada. Dessa forma, a perda da conexão com as raízes culturais e espirituais resultaria em uma falta de propósito na vida das pessoas. Essa crise teria como vetor a influência do pensamento iluminista e racionalista, que diminuiriam o senso de transcendência e mistério na vida humana. Portanto, os Estados Unidos seriam vistos como salvaguardas do Ocidente, sustentando que o país pois teria sido o único a manter o Ocidente vivo em momentos de crise, principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Por isto, seria de suma importância a presença das ideias e da fé na sustentação do Ocidente, um exemplo seria o fato de que a fé cristã morreu na Europa, mas continuaria prosperando nos Estados Unidos (ARAÚJO, 2017).

Diversos feitos históricos promovidos pelos europeus são listados, no intuito de frisar a importância do continente para o Ocidente. Porém, muito baqueados pelos acontecimentos nos primeiros 50 anos do século XX, eles não se veriam mais como parte dele. Araújo defende que os europeus de hoje não sentem mais que façam parte da mesma história que seus antepassados, como sentiam até o começo do século XX: “já não se percebem como atores do mesmo drama que colocou em cena os cretenses e seu Minotauro, [...]” (ARAÚJO, 2017, p. 345). Em vista disso, os estadunidenses seriam os únicos que ainda levariam a sério a história do Ocidente e são atores ativos em vez de meros espectadores. Ele utiliza os escritos de René Guénon para sustentar sua visão de que o Ocidente moderno se afastou da espiritualidade e se tornou um lugar de materialismo e ignorância. Em sua interpretação, Guénon acreditava que somente o cristianismo, especialmente o catolicismo, poderia resgatar alguma espiritualidade no Ocidente e salvá-lo da completa aniquilação.

Outro ponto interessante, é que o ex-chanceler vê o niilismo, impulsionado pelo marxismo cultural, como mais um inimigo do Ocidente. Após a suposta derrota do comunismo, os Estados Unidos acreditaram que seu trabalho na defesa do Ocidente havia sido concluído e que a história havia terminado. No entanto, a partir dos anos 90, o niilismo teria substituído o comunismo como uma ameaça. O niilismo teria se infiltrado nos Estados Unidos, substituindo o apego à história viva por "valores" e relativismo cultural, que ele considera um absolutismo antiocidental. Argumenta que o Ocidente não se baseia em valores ou tolerância, mas sim em

figuras históricas, batalhas, paixões, ideais e valores encarnados em heróis e mártires. Dessa maneira, afirma que os Estados Unidos estavam se entregando ao niilismo, desidentificando-se e substituindo a história viva por valores abstratos e inquestionáveis, até a chegada de Donald Trump. “Os EUA iam entrando no barco da decadência ocidental, entregando-se ao niilismo, pela desidentificação de si mesmos, pela desaculturação, pela substituição da história viva pelos valores abstratos, absolutos, inquestionáveis” (ARAÚJO, 2017, p. 348).

O Ocidente atual seria visto como pós-moderno, marcado pela desconstrução de todos os significados, pelo politicamente correto na imposição de significados, criação de tabus e petrificação do pensamento:

Para dar um exemplo: “diversidade”. Ouve-se muito que os problemas da África, as guerras civis, os golpes, os massacres e a instabilidade são causados pelo traçado artificial das fronteiras coloniais que os países africanos independentes herdaram e que reúnem, num mesmo estado, populações de etnias diversas e rivais. Essa interpretação, tão comum entre os bem-pensantes, assume que diversidade étnica dentro de um país ocasiona, portanto, os mais sérios conflitos. O corolário evidente é de que, idealmente, as fronteiras africanas deveriam ser redesenhadas segundo as etnias, evitando-se a diversidade dentro de um mesmo país. Entretanto, os mesmos bem-pensantes vão a extremos para promover a diversidade nos países ocidentais, justificando-a não só como dever moral, mas também pelos seus supostos benefícios, dizendo que a diversidade proporcionada pela imigração estimula o avanço intelectual, a produção cultural e a economia. Interessante. A única maneira de explicar racionalmente essa inversão de sinal da diversidade – ruim na África, boa nos Estados Unidos ou na Europa – seria supor que determinados povos têm capacidade de conviver com a diversidade, outros não – uma explicação que, evidentemente, os praticantes da ideologia dominante rejeitariam escandalizados (ARAÚJO, 2017, p. 349).

Em suma, Araújo argumenta que o Ocidente é um sistema simbólico representado por sentimentos, espiritualidade e cultura, enquanto retrata a esquerda como um inimigo que desacredita e proíbe símbolos. Ele diferencia o Ocidente defendido por Donald Trump do antigo conceito de Ocidente durante a Guerra Fria, afirmando que agora o conceito se baseia no patrimônio simbólico das nações, incluindo a figura de Deus como um símbolo poderoso. Deste modo, ressalta a importância de focar nas questões imateriais, nas ideias e no aspecto espiritual, sublinhando a importância de se desvincular dos problemas materiais (ARAÚJO, 2017). Sendo assim, a solução para os problemas residiria no domínio mental e emocional, mencionando Deus como um símbolo transcendente e imanente à história e criticando a cultura contemporânea por ignorar essa dimensão espiritual. Araújo mistura elementos políticos e religiosos para afirmar que a defesa do Ocidente é uma disputa espiritual entre a fé e sua ausência, destacando a importância da liderança de Trump nessa luta (ARAÚJO, 2017).

Argumenta ainda que a internet permitiu a reconexão de Trump com o passado mítico do Ocidente, pois desafia o discurso estabelecido e cria um espaço simbólico fora do controle

do Estado. Ele afirma que Trump defende um "multipolarismo" civilizacional, buscando reviver o Ocidente em vez de estender seu domínio. Para tanto, exalta Trump como um defensor do Ocidente e rejeita a ideia de "excepcionalismo americano", sublinhando a importância de uma comunhão espiritual e sentimental entre os EUA e a Europa. A política externa de Trump seria entendida como romântica, buscaria recuperar heróis e o sentido do destino, mas não com uma natureza supremacista ou imperialista. Ou seja, a política externa de Trump iria além da geopolítica e se concentraria em uma luta cultural e civilizacional – geocultural. Ele defende que o Ocidente precisa se libertar das amarras geopolíticas para recuperar sua alma (ARAÚJO, 2017).

No final de seu artigo, Araújo questiona se o Brasil faz parte do Ocidente e argumenta que, mesmo tendo justificado isso diversas vezes ao longo do artigo, a resposta é sim. Ele defende a não submissão do Brasil a um bloco específico e a necessidade de relacionar-se com todos os blocos, sem exclusividade. Afirma que o Brasil não deve se sentir desconfortável ao se alinhar com o projeto de recuperação da alma do Ocidente por meio do sentimento nacionalista. Menciona ainda o interesse do Brasil em ingressar na OCDE, que é vista como a instituição central do Ocidente econômico. Daí, se tem a principal hipótese de Ernesto Araújo e seu principal argumento, que será utilizado como base para o restante desta análise:

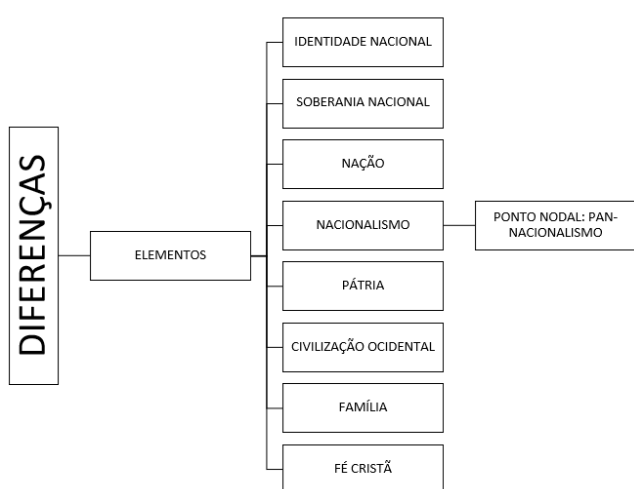
Nesta hipótese, o Brasil – mesmo que o não queira – faz parte do Ocidente, e esse Ocidente está – mesmo que não o veja – em um conflito de gigantescas proporções por sua própria sobrevivência. Mas para posicionar-se em tal cenário é preciso não enxergar a realidade apenas pelas lentes da política. De fato, ao lado da política, no sentido normal de processo decisório estatal e tudo o que o cerca, percebe-se cada vez mais a existência e importância de uma metapolítica, ou seja, o conjunto de ideias, cultura, filosofia, história e símbolos que agem tanto no nível racional quanto no nível emotivo da consciência. Assim também, ao lado de uma política externa, o Brasil necessita de uma metapolítica externa, para que possamos situar-nos e atuar naquele plano cultural-espiritual em que, muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático-militar, estão-se definindo os destinos do mundo. Destinos que precisaríamos estudar, não só do ponto de vista da geopolítica, mas também de uma "teopolítica" (ARAÚJO, 2017, p. 354).

Estas, em linha geral, serão as bases para a política externa brasileira no período em que Ernesto Araújo comandou o Itamaraty – pelo menos por parte do ex-chanceler. Portanto, o ex-ministro defende a inclusão do Brasil no Ocidente com base em uma conexão espiritual, mesmo que o país não se enquadre nos aspectos econômicos, militares ou territoriais. Ele destaca a importância da metapolítica, que abrange ideias, cultura, filosofia, história e símbolos, e argumenta que a perda de hegemonia do Ocidente é percebida nessa perspectiva.

2.5 Teoria do discurso em prática

Antes de prosseguir com a análise dos discursos encontrados no antigo blog de Ernesto Araújo, é importante fornecer um esboço lógico que descreva a forma como o ex-chanceler constrói seu discurso populista. Para isso, iniciaremos com a figura 1, que está apresentada abaixo:

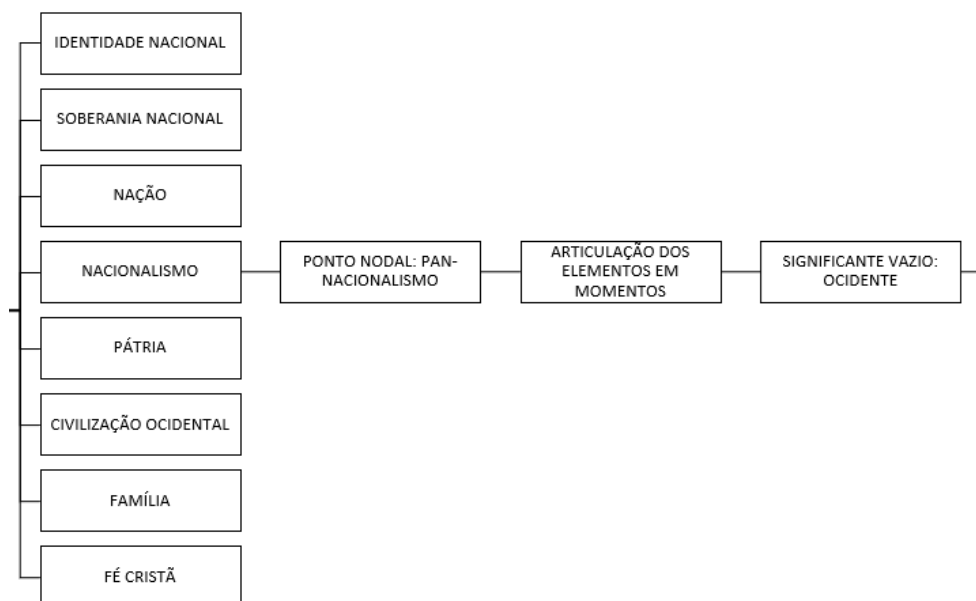
Figura 5 – Identificação dos conceitos: elementos e ponto nodal



Nossa autoria (2023)

Com base na teoria de Laclau e Mouffe (2015), podemos identificar *elementos* do discurso de Araújo que ainda não foram devidamente *articulados*. Neste estágio, esses *elementos* estão isolados e não se relacionam entre si. Para que se integrem a um discurso coerente, é necessário articulá-los em torno de um *ponto nodal*, transformando-os em *momentos* diferenciais. Essa interação entre os *momentos* resulta em modificações semânticas e transformações dos conteúdos específicos. (MENDONÇA, 2016). Isso leva à figura 2.

Figura 6 – Identificação dos conceitos: significante vazio

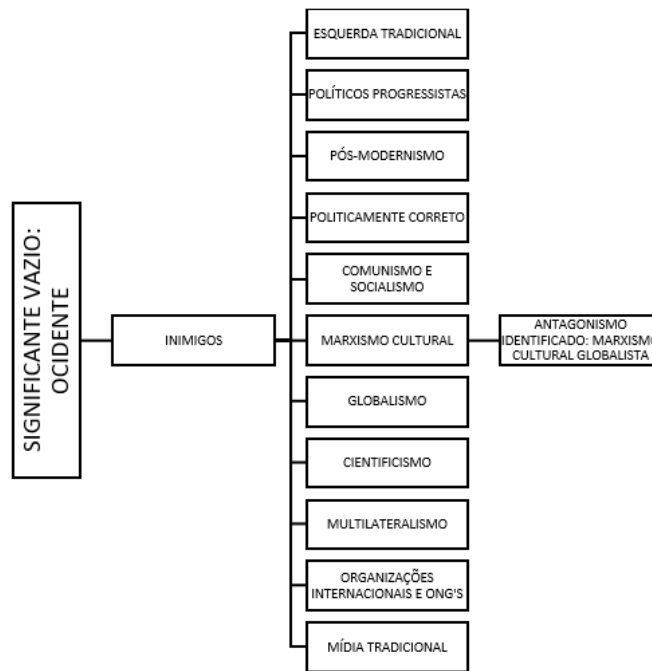


Nossa autoria (2023)

A *articulação dos elementos* por meio dos *pontos nodais* desempenha um papel fundamental na estruturação do discurso. Essa prática articulatória permite que os *elementos* se transformem em *momentos* específicos, transcendendo sua natureza elementar. No artigo "Trump e o Ocidente", Araújo utiliza o *ponto nodal* "pan-nacionalismo" para *articular* todos os *elementos* e construir seu discurso. Laclau e Mouffe enfatizam que os *elementos* podem se transformar em diferentes formas discursivas, dependendo do contexto. Assim, a prática articulatória é o processo pelo qual os *elementos* se tornam *momentos* . O conceito de pan-nacionalismo, mencionado pelo ex-ministro, refere-se à combinação dos *momentos* representados na figura 2. Ele defende a soberania e identidade nacional, com ênfase na proteção da nação, pátria, família, fé, soberania e identidade nacional.

O pan-nacionalismo busca preservar o Ocidente como objetivo final, envolvendo aspectos culturais e metafísicos. Araújo adota uma abordagem singular, mesclando elementos políticos com conteúdo espiritual. A luta em torno do pan-nacionalismo ocorre no campo espiritual, representando uma batalha cultural com apelo a Deus. No discurso de Araújo, o conceito de Ocidente é compreendido como um *significante vazio* , devido às múltiplas interpretações por diferentes identidades. A análise da Teoria do Discurso envolve o conceito de *antagonismo* , em que os discursos buscam alcançar a hegemonia universalizando seus sentidos. Isso envolve a desconstrução dos discursos concorrentes e a organização dos *antagonismos* por meio das *lógicas da diferença e da equivalência* .

Figura 7 – Identificação dos conceitos: inimigos e antagonismo



Nossa autoria (2023)

A *hegemonia* é estabelecida através do *antagonismo* baseado na *lógica da equivalência*. No contexto do marxismo cultural globalista e do Ocidente, há uma equivalência entre os discursos antagônicos, pois cada um nega a existência do outro. Isso pode ser observado no seguinte trecho:

[...] o marxismo cultural busca o mesmo objetivo: enfraquecer o ser humano, torná-lo uma paçoca maleável incapaz de resistir ao poder do estado, criar pessoas inseguras, desconectadas, incapazes de assumir um papel social próprio ou de ter ideias que não sejam os chavões politicamente corretos veiculados na mídia (ARAÚJO, 2017, p. 350).

Portanto, podemos estabelecer a seguinte lógica: o artigo "Trump e o Ocidente" de Ernesto Araújo busca construir uma identidade política em torno da defesa do Ocidente. Segundo Laclau e Mouffe (2015), a identidade é construída discursivamente, ou seja, é criada através da *articulação* de diferentes *elementos* em torno de um *significante vazio*. No caso do artigo de Araújo, esse *significante vazio* é a ideia de Ocidente, preenchido com uma série de *elementos*, como soberania nacional, identidade nacional, pátria, nação, fé cristã e família. Araújo *articula* esses *elementos* em torno da ideia de pan-nacionalismo, apresentando-o como a única forma de garantir a defesa do ocidente. Ele também identifica uma ameaça à existência do Ocidente, personificada pelo marxismo cultural globalista. Essa ameaça é retratada como um "outro" que precisa ser combatido para assegurar a sobrevivência do Ocidente. No entanto,

de acordo com a Teoria do Discurso, a construção da identidade política também depende do *antagonismo*. Ou seja, a identidade é forjada em oposição a um "inimigo" percebido como uma ameaça. No caso do artigo de Araújo, esse "inimigo" é o marxismo cultural globalista. Essa oposição cria uma polarização que pode levar a conflitos políticos e sociais. Além disso, destaca-se a importância da *hegemonia* na construção da identidade política, ou seja, a identidade é moldada pela *articulação* de diferentes *elementos* em torno de um líder ou grupo hegemônico. No artigo de Araújo (2017), o líder hegemônico é Donald Trump, considerado como o salvador do Ocidente (em seus artigos de seu extinto blog *Metapolítica 17*, o líder é Jair Bolsonaro) (MENDONÇA, 2009; 2012).

Para concluir esta análise, surge a seguinte pergunta: esse discurso é populista? Para sustentar essa posição, recorreremos às bases de Laclau (2013). É importante retomar a definição previamente apresentada nesta dissertação: o populismo é caracterizado pela construção política de um discurso vago e indeterminado. Ou seja, uma lógica política que se baseia na construção discursiva do povo como "os de baixo" e na oposição entre o povo e a elite (MENDONÇA, 2014). Na perspectiva de Laclau (2013), a vacuidade e a indeterminação dos símbolos populistas são fontes de poder, como no caso da construção do "povo" como um símbolo vago que mobiliza as massas – no caso do discurso de Ernesto Araújo (2017), a ideia de civilização ocidental. A construção política do "povo" proporciona coesão ao grupo, sendo ele o gerador e não o resultado. A *articulação* entre *demandas*, categorizadas como *elementos* articulatórios, resulta na modificação das identidades e na alteração semântica dos conteúdos, como já discutido nos parágrafos anteriores. Laclau utiliza a lógica da *demanda* como estratégia de mobilização social. Nesse contexto, compreender as demandas torna-se essencial (LACLAU, 2013).

Como já visto anteriormente, Ernesto Laclau (2013) descreve dois tipos de *demandas*: *demandas democráticas* e *demandas populares*. As *demandas democráticas* são pedidos dispersos na sociedade – no caso do discurso de Araújo (2017), a defesa da soberania e identidade nacional, proteção à família, defesa do sentimento patriota, manutenção da lógica do Estado-nação etc. Quando essas *demandas* são atendidas, elas desaparecem e outras surgem em seu lugar. Por outro lado, as *demandas populares* surgem quando várias *demandas democráticas* não são atendidas e são *articuladas* em uma cadeia de equivalência – no caso do discurso de Araújo (2017), essas demandas incluem a defesa da identidade nacional, da soberania nacional, a reivindicação do sentimento de patriotismo e a defesa do Estado-nação contra o pós-modernismo etc. À medida que as *demandas* se transformam em exigências, o "povo" busca um inimigo, frequentemente apontado por um de um líder – neste caso, Donald

Trump e Jair Bolsonaro. As *demandas* não atendidas se conectam em uma *lógica de equivalência*, unindo-se contra um inimigo comum. Ou seja, essa *articulação* de *demandas* cria as *demandas populares* e a construção do "povo" – a civilização ocidental – com base na consolidação de uma *lógica de equivalências* (LACLAU, 2013).

Laclau e Mouffe (2015) afirmam que a política surge do *antagonismo*, que impede a plena constituição de qualquer discurso. No contexto populista, as *demandas* insatisfeitas são frustradas pela presença de um polo antagônico – o marxismo cultural globalista. O campo popular constrói seu próprio processo de representação, onde as *demandas articuladas* formam uma cadeia de equivalências – o pan-nacionalismo. Nessa representação, os *significantes vazios* – o Ocidente – têm o poder de unificar um espaço social diverso. Em casos extremos, a função de unificação é desempenhada pelo líder populista – como Donald Trump e Jair Bolsonaro. Assim, a mobilização populista requer a presença de elementos como um inimigo comum – o marxismo cultural globalista –, um processo de *articulação* de *demandas* – o pan-nacionalismo – e o uso de *significantes vazios* – o Ocidente. O *significante vazio* – Ocidente – desempenha um papel central na teoria do populismo, sendo amplo e impreciso o suficiente para abranger diversas demandas. Ele impulsiona a representação política e representa a construção de uma condição política hegemônica. O líder populista – Donald Trump e Jair Bolsonaro – não cria o discurso, mas é resultado de um processo articulatório, representando o que ele simboliza. O populismo começa com a transformação das demandas em pedidos e exigências – como a preservação da soberania nacional, a fortificação da identidade nacional, a defesa da lógica do Estado-nação e a difusão do sentimento de patriotismo –, estabelecendo uma relação de equivalência – o pan-nacionalismo – entre as demandas insatisfeitas dentro de um polo antagônico comum – o marxismo cultural globalista (LACLAU, 2013; MENDONÇA, 2014; 2016; LACLAU; MOUFFE, 2015).

2.6 Etapa 2: o blog Metapolítica 17

Em setembro de 2018, o até então tímido e desconhecido diplomata Ernesto Araújo criou um blog intitulado: *Metapolítica 17: contra o globalismo*. Antes, é importante salientar que textos como: “A árvore da vida” (2018z), “Um registro” (2018y), “Em 1717, três homens” (2018aa), “Falsas aspas, falsos modelos” (2019c) e “Pro patre” (2019d), não se configuraram ricos para a análise e, por isso, não foram incorporados. Dito isso, sua primeira publicação é um texto introdutório ao seu blog:

Sou Ernesto Araújo. Tenho 28 anos de serviço público e sou também escritor. Quero ajudar o Brasil e o mundo a se libertarem da ideologia globalista. Globalismo é a globalização econômica que passou a ser pilotada pelo marxismo cultural. Essencialmente é um sistema anti-humano e anti-cristão. A fé em Cristo significa, hoje, lutar contra o globalismo, cujo objetivo último é romper a conexão entre Deus e o homem, tornado o homem escravo e Deus irrelevante. O projeto metapolítico significa, essencialmente, abrir-se para a presença de Deus na política e na história. Obrigado pela sua atenção a este blog! (ARAÚJO, 2018).

Na sua primeira publicação, Araújo enfatiza seus ideais e deixa claro seu posicionamento político em relação a um Ocidente³⁵ em crise. É interessante notar sua abordagem religiosa para interpretar os acontecimentos mundiais. Seu discurso é frequentemente fantasioso, retratando o globalismo como uma ameaça às tradições e valores autênticos do Ocidente – note a permanência da narrativa anterior. Desde o início, articula o elemento *antagonista* do marxismo cultural globalista, direcionando os leitores para a conclusão final de seu pensamento: o Ocidente necessita de ajuda. Nesse contexto, ressurgiu um conceito interessante no texto: a metapolítica. Isso demonstra como seu pensamento foi se moldando até a posse do cargo de ministro. Além disso, como apontado por Laclau (2013), isso reforça o caráter precário e contingente das construções discursivas.

2.6.1 “Inimigo”, antagonismo e a negação do outro

O bolsonarismo busca construir uma imagem de um povo unificado e harmônico, enfatizando sua ameaça constante pela presença onipresente de uma esquerda³⁶ que supostamente busca destruir seus valores e se enriquecer à custa deles. Além disso, o sistema político tradicional é tido como corrupto e ineficiente. Para o bolsonarismo, tanto a esquerda quanto o sistema político estabelecido são considerados os principais "inimigos" a serem combatidos, visto que eles estariam sendo capitaneados pelo marxismo cultural globalista. Casarões e Farias (2021) destacam que o bolsonarismo frequentemente identifica como inimigos aqueles que são percebidos como ameaças à sua visão de mundo e aos interesses nacionais do Brasil.

³⁵Vale ressaltar aqui, a semelhança entre a ideia de Ocidente para Araújo e a de Golbery do Couto e Silva. De acordo com Fernandes (2009) e Assunção (2004), Golbery do Couto e Silva acreditava que o Ocidente era algo que estava presente na cultura, na história e na identidade dos povos que o compõem. Ele entendia que o Ocidente era uma entidade viva e persistente, que se manifestaria em diversos aspectos da vida das pessoas, como em seus ideais, interesses, sangue, músculos, corações e nervos.

³⁶Esquerda essa, sempre comandada pelo marxismo cultural globalista.

Em “A Nação está voltando” (2018a), Araújo esboça uma explicação para o surgimento do globalismo, elemento unificador do polo antagônico bolsonarista:

O globalismo surgiu quando alguém entendeu que o consumismo era o melhor caminho para o comunismo. Quando o objetivo de um mundo sem quaisquer fronteiras para o comércio e os investimentos tornou-se o projeto de um mundo sem quaisquer fronteiras ponto, um mundo onde desapareceria o Estado e se instalaria o totalitarismo mais completo, o totalitarismo que teria destruído até mesmo o poder estatal, frágil fio de Ariadne que ainda ligava a humanidade à transcendência (ARAÚJO, 2018a, p. 2).

Dentre esses grupos, incluem-se: a esquerda política, o comunismo e os movimentos sociais que defendem políticas progressistas e a igualdade social; a mídia tradicional, que é vista como tendenciosa e contrária aos interesses nacionais do Brasil; grupos minoritários, como a comunidade LGBT, que são percebidos como uma ameaça aos valores tradicionais da sociedade brasileira; organizações internacionais, como a ONU, ONGs e o multilateralismo, que são vistos como tentativas de impor uma agenda globalista contrária aos interesses nacionais do Brasil; a burocracia; o politicamente correto; e, em certa medida, o cientificismo. Em suma, o bolsonarismo se opõe às elites políticas (internacionais e domésticas) tradicionais e aos partidos políticos estabelecidos, frequentemente retratados como corruptos e incapazes de atender às necessidades do povo brasileiro. Além disso, o bolsonarismo também pode manifestar oposição a minorias étnicas, sexuais e religiosas que não se encaixam na visão conservadora do movimento (LOPES et. al., 2022).

No artigo "Virtudes e virtudes" (2018b), Araújo critica a cultura globalista dominante e sua abordagem em relação às virtudes. Nesse sentido, se tem a ideia de que as virtudes positivas, como amor, coragem e determinação, são fundamentais para o indivíduo e a sociedade, enquanto as virtudes negativas, como tolerância e moderação, têm um papel secundário de regular essas virtudes positivas. Araújo observa que a cultura globalista valoriza mais as virtudes negativas e as chama de "valores" em vez de virtudes, talvez porque a palavra "virtude" evoque mais as virtudes positivas:

O globalismo erige assim um edifício de vento, sem estrutura, um edifício que apenas se nega e se vigia o tempo todo, mas que não existe concretamente, porque foram apagadas e banidas as virtudes capazes de o construir. Não adianta chamar as virtudes negativas de “valores” e ficar repetindo “valores, valores, valores” (ARAÚJO, 2018b, p. 1).

O globalismo sufocaria as virtudes e reprimir o amor pelo país, favorecendo a ênfase na tolerância³⁷. Assim, descreve o globalismo como uma força que impede o florescimento das

³⁷Araújo entende que a tolerância significa aceitar ou suportar as diferenças e opiniões divergentes. No entanto, ele ressalta que a tolerância não deve levar à renúncia ou negação da própria identidade e essência.

virtudes e como uma ameaça à autenticidade. Através de sua narrativa, busca desumanizar o "outro" e estabelecer uma dicotomia entre o globalismo e os valores conservadores, ocidentais, familiares e cristãos. Em seu artigo "Libertar o Logos" (2018c), salienta o poder da palavra e a importância de libertá-la do domínio do globalismo, argumentando que a batalha pelo destino do mundo é travada no campo das narrativas e da guerra cultural. Portanto,

No princípio era o verbo, a palavra. Isso não significa apenas que no começo dos tempos estava lá a palavra criadora, mas que a palavra é a força estruturante de todo o mundo e de toda a vida, em cada momento. A palavra, o verbo, o logos é liberdade e luz, o logos faz parte da dimensão divina e o próprio Deus se assume como logos. Prossegue S. João: "*Kai ho logos ên pros ton theón, kai theós ên ho logos*". E o logos estava junto de Deus, e Deus era o logos (ARAÚJO, 2018c, p. 1).

Nesse sentido, Ernesto Araújo utiliza construções discursivas com base em princípios religiosos³⁸, envolvendo emoções e afetos³⁹, em nome do combate as elites políticas tradicionais, o comunismo e o marxismo cultural. Portanto, valores como família, nação, pátria e moralidade deveriam ser protegidos a todo custo. Haveria, deste modo, uma tentativa de manipular a direção política e eliminar o "logos" (a palavra divina), que estabelece a comunicação entre o homem e Deus (ARAÚJO, 2018c, p. 1). O globalismo, comandado pelo marxismo cultural, desafiaria diretamente a manutenção desses princípios:

As forças inimigas, claro, sempre tentaram raptar a palavra, obscurecê-la e pervertê-la. Criaram as "palavras de ordem", criaram ideologias maléficas onde tudo significa o contrário do que deveria ser, assumiram controle do discurso para julgar o que é politicamente correto ou incorreto dizer, criaram uma usina geradora de frases feitas que se espalham pelo mundo matando o pensamento autêntico, conspurcaram a inocência de cada palavra, arrancaram o significado de cada palavra como um coração sangrento num horrível ritual de sacrifício e deixaram apenas o corpo sem vida de conceitos-zumbis (ARAÚJO, 2018c, p. 1).

Em consonância com essa concepção, é explorado o conceito de poder em seu ensaio "Todo poder emana" (2018d), defendendo que o conceito transcende a esfera material e está

³⁸Este movimento de Ernesto Araújo não é meramente uma escolha própria, a utilização de aspectos religiosos no debate político faz parte de um extenso campo de estudos que procura identificar a correlação entre os discursos da extrema-direita global, e mais recentemente o populismo, e a sua ligação com a fé cristã. Ferreira (2020), por exemplo, busca compreender como se dá a relação entre a doutrina das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais e contexto político brasileiro. A autora tem a hipótese de que a religião evangélica está diretamente ligada à ascensão da extrema direita no Brasil, e conseqüentemente, a vitória eleitoral do governo Bolsonaro. Ribeiro (2022), argumenta que se utiliza a religião no discurso político bolsonarista como uma forma de instigar o medo entre seus adeptos e apresentar um salvador da pátria, da família e da igreja – neste caso, Jair Bolsonaro. Autoras como Machado e Mariz (2021, p. 1), propõem a hipótese de que o governo de Donald Trump, teria contribuído para uma maior articulação entre conservadores religiosos brasileiros e a direita cristã estadunidense, fomentando o crescimento do chamado sionismo cristão no Brasil.

³⁹De acordo com Sandrin (2021), ao estudar o fenômeno populista europeu, os afetos, ou seja, as emoções e sentimentos, desempenham um papel importante no surgimento do populismo. Ela argumenta que muitos eleitores que apoiam esses partidos políticos estão motivados por medo, ansiedade e raiva em relação a questões como imigração, globalização e mudanças culturais. Esses sentimentos são explorados pelos líderes populistas de direita, que os utilizam para mobilizar eleitores e ganhar apoio político.

conectado a ideias e entidades superiores. Ele critica a tendência pós-moderna de rejeitar conceitos universais, argumentando que a ideia atual de cultura valoriza apenas elementos individuais, evitando a ideia de um poder singular – podemos reparar grande semelhança com seu *magnum opus*, o que será uma constante nesta seção. Araújo vê essa aversão ao transcendental como uma estratégia deliberada para enfraquecer conceitos universais e apagar a "centelha divina no coração humano" (ARAÚJO, 2018d, p. 2). Nesse sentido,

O poder igualmente – como qualquer conceito autêntico – remete para a dimensão das ideias e faz a ponte entre a vida humana e a vida divina, ou, para aqueles que não creem num Deus pessoal, a vida cósmica. [...] Conhecemos atos de poder, mas para nomear o poder como um ente único necessitamos de um esforço de abstração do tipo que a pós-modernidade cada vez mais detesta (ARAÚJO, 2018d, p. 2).

No ensaio "Pelo diálogo" (2018e), é apontada a importância do campo imaterial na guerra cultural, especialmente no poder das palavras e na adjetivação de conceitos. Ele expressa preocupação com o uso vago e descontextualizado de certas palavras, como "diálogo", argumentando que isso permite que aqueles que controlam o discurso determinem seu significado de acordo com suas conveniências. Exemplifica sua preocupação com o "diálogo" com os decapitadores do grupo terrorista Estado Islâmico, destacando como a palavra perdeu sua conexão com a realidade (ARAÚJO, 2018e, p. 1). Desse modo, defende a importância de resgatar o verdadeiro significado das palavras e promover um diálogo autêntico e sincero, ressaltando a necessidade de explorar e compreender profundamente os conceitos para evitar manipulações semânticas e objetivos políticos. O ex-chanceler critica o discurso oficial do *mainstream*, exemplificando como o PT distorceu o conceito de democracia ao chamar a Venezuela de democrática. A partir desta perspectiva, podemos entender que as palavras teriam o poder de nos libertar e capacitar a compreender a nós mesmos e ao mundo, iluminando a linguagem com a "luz do espírito" (ARAÚJO, 2018e).

Em "Quando o povo sente" (2018f), há grande crítica a esquerda por usar o termo "populista" para descreditar seus oponentes. Ele discorda das definições que retratam o populismo como um exercício retórico e defende que um sistema político baseado em afetos e sentimentos humanos é mais evoluído do que um baseado em interesses. Assim, acredita que o chamado populismo busca aprofundar e sofisticar o debate político, relacionando-o à integridade do ser humano. Destarte, critica essa visão ao argumentar que o populismo é considerado apenas um exercício retórico, sem nenhuma dignidade de pensamento político consistente:

[...] tal exercício retórico destina-se, nessa linha de argumentação, "à formação da solidariedade de massas", como se essa solidariedade não existisse antes, como se

nada unisse as pessoas naturalmente (pátria, família, fé, história, cultura) e simplesmente chegasse uma retórica tentado criar artificialmente uma solidariedade. (“Acuse-os do que você faz”, velha tática da esquerda, está em ação aqui. Na verdade, é à esquerda que, por meio do controle e manipulação da linguagem, isto é, retórica, tenta criar algo inexistente, uma anti-solidariedade, uma não-sociedade fracionada em diferentes grupos sem nada em comum e onde todo mundo passa o tempo todo acusando alguém de algum “ismo” ou “fobia”). (ARAÚJO, 2018f, p.1).

O ex-chanceler acredita que os partidos políticos tradicionais e as correntes globalistas estão afastados das preocupações essenciais das pessoas, como os afetos e sentimentos. Interpretando a crítica globalista ao populismo como uma revolta dos controladores do sistema contra o povo, negando os sentimentos e a vida humana (ARAÚJO, 2018f). Complementa com a ideia de que a esquerda globalista substituiu os tradicionais lemas conservadores como "Deus, Família e Pátria" por "Nada, Nada e Nada"⁴⁰. Lynch e Cassimiro (2022) destacam que o conceito de "anti-comunismo", presente no debate político brasileiro há várias décadas, consegue representar esse grupo. Em consonância com o que apresentamos anteriormente nesta dissertação, os autores apontam que durante as manifestações de 2013 e as mobilizações pró-impeachment em 2015, ganhou destaque a tendência anticomunista no Brasil, que associava o governo petista ao avanço do projeto comunista no país.

O discurso anticomunista sustentava que a esquerda, ao chegar ao poder, estava minando as instituições democráticas e promovendo uma agenda revolucionária, conectada internacionalmente. Isso era baseado na vinculação histórica do PT com outros partidos e movimentos de esquerda, como o Foro de São Paulo⁴¹. O discurso ampliou-se para explicar todas as ações do PT, desde alianças com partidos de direita até avanços sociais, como estratégias para cooptar a sociedade em direção a um projeto político revolucionário. Essa narrativa era persuasiva, mas carecia de análise crítica e simplificava as ações da esquerda como parte de um suposto movimento revolucionário (LYNCH; CASSIMIRO, 2022).

Em "Chegou o Coronavírus" (2020a), Ernesto Araújo critica a visão comunista-globalista em relação à pandemia do coronavírus. Para tanto, essa ideologia buscava minar a democracia liberal e a economia de mercado, transformando o mundo em um campo de concentração controlado por uma agência central de "solidariedade". Também critica o

⁴⁰Durante sua campanha, Jair Bolsonaro promoveu o slogan político "Deus, Família e Pátria", que mescla elementos políticos, nacionais e religiosos, uma característica marcante nos discursos de Ernesto Araújo. Vale ressaltar, que este slogan também foi utilizado em larga escala pela Ação Integralista Brasileira, na década 1930, movimento costumeiramente associado ao fascismo.

⁴¹Pomar e Regalado (2013) argumentam que o Foro de São Paulo é uma organização criada nos anos 1990 a partir de um seminário internacional convocado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Brasil. Ele seria um local para a convergência de partidos, organizações e movimentos políticos da esquerda da América Latina e do Caribe. Assim sendo, teria o intuito de analisar e discutir linhas de ação conjunta, projetos e propostas alternativas acerca dos grandes e principais temas de interesse comum

pensador Slavoj Žižek, identificando-o como um dos principais teóricos dessa narrativa. O ex-ministro discute como essa ideologia busca controlar a linguagem para destruir a dimensão espiritual do ser humano e subjugar-lo completamente:

O sanitariamente correto te agarra, te algema e te ameaça: “Se você disser isso ou aquilo, você coloca em risco toda a sociedade, se você pronunciar a palavra liberdade você é um subversivo que pode levar toda a sua população a morrer – então respeite as regras.” Controlar a linguagem para matar o espírito, eis a essência do comunismo atual, esse comunismo que de repente encontrou no coronavírus um tesouro de opressão (ARAÚJO, 2020a, p. 3).

Desta maneira, Žižek defenderia uma visão totalitária da pandemia, buscando construir uma ordem mundial sem nações e liberdade. Araújo acredita que o comunismo se adaptou ao globalismo como seu novo caminho e que a pandemia acelerou o projeto globalista, intensificando ideologias como o alarmismo climático, a ideologia de gênero, o politicamente correto, a imigração, o racionalismo e o cientificismo. Além disso, argumenta que é necessário lutar não apenas contra o coronavírus, mas também contra o "Comunavírus" que tenta aproveitar a oportunidade destrutiva aberta pela pandemia. Já em “Provas de democracia” (2018g), critica o PT e seu candidato à época Fernando Haddad, argumentando que suas promessas de defesa da democracia não condiziam com suas práticas reais. As acusações contra o PT são contundentes, apontando para práticas de corrupção, utilização das instituições estatais em benefício próprio e uma busca incansável pelo domínio absoluto do poder. Ele sustenta que o PT não se alinhava aos princípios democráticos, especialmente devido ao seu histórico de apoio a ditaduras na América Latina e às preocupações levantadas em relação a possíveis tentativas de censura da mídia, disfarçadas sob o pretexto de um suposto "controle social da mídia". Deste modo, argumenta que o programa do PT seria totalitário e faltariam evidências concretas de sua defesa a democracia:

Abram os olhos! Não importa o que diga Haddad, não importa se ele chama o seu programa de "socialismo" ou de "social-democracia", de "moderação" ou de "união", ou do que quer que seja. O programa real do PT continua sendo o mesmo que sempre foi, por baixo de qualquer título: corromper, controlar todas as alavancas do poder, trazer Lula de volta para "nos governar", acabar com a Lava-Jato, reconstituir o eixo bolivariano na América Latina e estabelecer a opressão do PT para sempre. O PT só dá provas de totalitarismo. Nunca deu outra coisa e seu programa deixa claro que não pretende dar (ARAÚJO, 2018g, p. 2)

No ensaio "Nascer" (2018h), Ernesto Araújo volta a criticar a esquerda brasileira, apontando questões como corrupção, incompetência na gestão pública e supostas prioridades em pautas como aborto, laicidade, diversidade, ideologia de gênero, racialização da sociedade e imigração irrestrita. Deste modo, essas bandeiras refletiriam o politicamente correto e o pós-modernismo, comandados pela lógica marxista cultural globalista. O ex-ministro sustenta que

todas essas agendas convergem para um conceito de antinatalismo, no qual a esquerda busca evitar que as pessoas nasçam. Além disso, ele menciona o conceito de antinacionalismo, onde a esquerda faria oposição a um senso de destino compartilhado e pertencimento nacional devido à sua aversão ao nascimento e à ideia de comunidade baseada no nascimento. Dessa maneira, destaca a importância do nascimento e do renascimento no contexto cristão, contrastando essa visão com a suposta postura antiteísta da esquerda em relação ao Deus cristão:

Não esqueçamos que o Deus da fé cristã é fundamentalmente um Deus que nasce, que se incarna em homem, tal como celebramos todos os anos no Natal [...], e que ressuscita, ou seja, renasce. [...] Desse modo, o antinatalismo e o antinacionalismo da esquerda se manifestam igualmente num antiteísmo que não é tanto a negação do divino, mas especificamente a negação do Deus da fé cristã e de Jesus Cristo, ex Patre natum ante omnia saecula (ARAÚJO, 2018h, p. 2).

No artigo "A Elbereth Gilthoniel" (2018i), por exemplo, Araújo critica a visão política de Bernie Sanders⁴², retratando-o como parte do movimento marxista cultural globalista. Ele argumenta que Sanders não compreende o nacionalismo e retrata o amor à pátria como medo, sendo elitista e desconectado das pessoas comuns. Nessa linha, sublinha a confiança, patriotismo e esperança do povo, especialmente aqueles que apoiam Bolsonaro, contrastando-os com a abordagem política de Sanders. Assim, Bolsonaro emergiria como uma liderança vista como a salvação para o Brasil. "Eu vim de graça" (2018j), é um texto que traz mais críticas ao PT e sua alegada postura contrária à liberdade. O ex-chanceler expõe sua visão de que o partido não apoia a liberdade em diferentes áreas, abrangendo tanto a liberdade econômica quanto a liberdade de pensamento e expressão. Nessa linha, o PT seria adepto de uma ideologia socialista que menospreza a individualidade humana e busca exercer controle sobre todos os aspectos da vida das pessoas:

O ideal do PT (já expresso por alguns ecologistas radicais) é que a espécie humana não existisse. Já que existe, ainda, vamos fazer dela o pior possível, para que a humanidade se odeie tanto a ponto de um dia cometer suicídio. Sim, o Projeto Totalitário, do qual o "Partido dos Trabalhadores" faz parte integralmente até a medula dos seus ossos e até o fundo do buraco que tem no lugar do coração, é levar a humanidade ao suicídio. Para isso precisa destruir a alegria de viver, que depende da liberdade (ARAÚJO, 2018j, p. 2).

Ernesto Araújo não apela apenas para aspectos materiais, como já mencionado, mas também procura criar narrativas envoltas em emoções e sentimentos, busca mobilizar as paixões de seus apoiadores. Em "Sequestrar e perverter" (2018k), afirma que a esquerda tem por estratégia sequestrar e perverter causas nobres para atender aos seus próprios interesses de

⁴²Podemos observar aqui, mesmo que se forma velada, como Araújo busca defender os interesses de Donald Trump também. Embora a partir deste momento a figura de Jair Bolsonaro ganha mais relevância, o alinhamento cego e automático com as políticas de Trump se fazem muito presentes ainda.

dominação política – como a causa ambiental e o direito dos trabalhadores. Como exemplo, utiliza o conceito de “climatismo”:

Esse dogma vem servindo para justificar o aumento do poder regulador dos Estados sobre a economia e o poder das instituições internacionais sobre os Estados nacionais e suas populações, bem como para sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China. (Parte importante do projeto globalista é transferir poder econômico do Ocidente para o regime chinês; parte fundamental do projeto de Trump é interromper esse processo, o que já está ocorrendo.) O climatismo é basicamente uma tática globalista de instilar o medo para obter mais poder (ARAÚJO, 2018k, p. 1).

Argumento parecido é encontrado em “Por um Reset Conservador-Liberal” (2020b). neste texto, o argumento é de que no ano de 2020 ficou claro que havia uma grande batalha entre a liberdade e a dignidade humanas e um arco de ideologias, programas e atitudes contrárias a esses valores. Essas correntes, como a grande mídia, o narco-socialismo, a corrupção, o climatismo, o terrorismo, entre outros, estão interligadas e atuam em conjunto. Esse esquema seria chamado de "globalismo", e teria capturado a globalização econômica e se basearia no marxismo de mercado e no neomaioísmo. O objetivo desse sistema seria arrancar a dimensão espiritual do ser humano. Segundo ele, muitas pessoas estariam despertando para essa realidade e por isso seria importante estudar e combater essas forças em prol da democracia, liberdade e dignidade humana. Nessa linha, ele oferece algumas sugestões para promover esses valores, como: respeitar a nação, as liberdades fundamentais, o povo, contribuir para uma economia favorável à democracia e usar as novas tecnologias a favor da democracia e não do controle social (ARAÚJO, 2020b).

Assim sendo, seria fundamental não demonizar a religião e garantir que organismos multilaterais não sejam manipulados por atores não democráticos. Devemos abordar questões globais a partir da perspectiva da liberdade, valorizando o conservadorismo como a materialização dessa liberdade e colocando a liberdade de expressão como seu elemento central. Assim, o ex-chanceler argumenta que é necessário estar atento à origem e qualidade das ideias consumidas. Pensamento parecido é encontrado no texto "Liberdade religiosa, religião libertadora" (2019d), onde a narrativa é de que a direita e o conservadorismo são intrinsecamente pró-democracia e pró-liberdade. Nesse contexto, ele compartilha reflexões sobre o debate atual em torno da liberdade religiosa, enfatizando que a religião não é a principal causa de guerras e que a violência é inerente à existência humana como um todo. Araújo critica o que ele entende como postura hipócrita da esquerda em relação à violência, destacando sua prontidão para denunciar microagressões verbais, mas sua omissão diante de agressões e genocídios perpetrados por regimes de esquerda.

Como bem destacado anteriormente, no contexto internacional é notável a identificação como “inimigos”, governos e organizações que são percebidos como contrários aos interesses nacionais do Brasil ou como uma ameaça à sua soberania. Isso inclui exemplos como China, Venezuela e Cuba, países considerados socialistas. É nesse aspecto que os conceitos de globalismo e marxismo cultural desempenham um papel significativo. Ernesto Araújo argumenta que o marxismo cultural globalista representa uma ameaça à cultura ocidental tradicional, incluindo aos valores cristãos, familiares e sociais. Ele afirma que essa teoria tem sido promovida por grupos progressistas em todo o mundo, incluindo partidos políticos de esquerda, ONGs e instituições acadêmicas. Em suma, ele enxerga a confluência entre essas duas ideologias como ameaças à soberania nacional do Brasil e aos valores tradicionais da cultura ocidental. Essa percepção influencia a forma como esses "inimigos" são definidos no âmbito internacional (DIEGUEZ, 2019).

2.6.2 “Nós”, demandas e articulação

De acordo com Maitino (2020), a visão do "povo" no contexto do bolsonarismo é fundamentada em uma ideologia conservadora e nacionalista, que enfatiza a importância de proteger a chamada "maioria silenciosa" de cidadãos de bem contra criminosos e marginais que ameaçam a segurança pública e a ordem social. Essa maioria silenciosa é retratada como trabalhadora, honesta, patriota e defensora dos valores tradicionais da família, religião e moralidade. Por sua vez, Casarões e Farias (2021) apontam que o conceito de "povo" é definido como uma maioria religiosa e conservadora que se opõe às elites políticas tradicionais e aos grupos minoritários que desafiam os valores estabelecidos na sociedade brasileira. Essa maioria é considerada a verdadeira representante dos interesses nacionais do Brasil e frequentemente mobilizada contra as elites políticas, a mídia e outros grupos que são percebidos como ameaças à sua visão de mundo. Já Lynch e Cassimiro (2022, p. 85-86) argumentam que

[...] ao reivindicar a representação do “povo”, o populismo reacionário de Bolsonaro se refere a todos os segmentos sociais identificados pelo lulismo como defensores da opressão social e econômica. São os empresários, grandes ou pequenos, que exploram sua mão de obra e devastam o meio ambiente; os especuladores do mercado financeiro, os idosos, os brancos, os homens e heterossexuais, organizados em igrejas e associações militares. Entende-se como “o povo” um único setor do funcionalismo público: aquele encarregado de representar a ordem, ou seja, o aparato repressivo identificado com as forças armadas e as polícias, militares e civis. Todos esses setores se sentiram ameaçados pela secularização, pela garantia dos direitos do trabalho e pelo avanço da pauta identitária da nova esquerda que progressivamente lhes corroeram os

micropoderes, exercidos principalmente na esfera doméstica. Esses setores sociais são o “povo” do “lulismo às avessas” praticado por Bolsonaro.

No ensaio "Falando de Valores" (2018l), Ernesto Araújo defende a primazia das leis em relação aos valores. É expressada preocupação com a ênfase excessiva dada aos valores, argumentando que estes não podem substituir a falta de uma vida espiritual. Nesse sentido, salienta que uma sociedade saudável e democrática deve ser governada pelas leis, que são estabelecidas através de processos de negociação e votação, e interpretadas por juízes e tribunais com base em tradições e jurisprudências. Por outro lado, alerta que os valores podem ser interpretados por qualquer pessoa, incluindo a mídia e a classe intelectual que buscam controlar o discurso público. Faz ainda uma distinção interessante entre os partidos políticos nos Estados Unidos, onde o Partido Republicano é associado à defesa da lei e a nomeação de juízes originalistas, enquanto o Partido Democrata é visto como o partido dos valores e favorece juízes da "Constituição viva" que interpretam a Constituição de acordo com suas preferências (ARAÚJO, 2018l).

Isto posto, sugere implicitamente a adoção do modelo político do Partido Republicano dos Estados Unidos como referência para o Brasil. Ele argumenta que, em uma democracia, os valores devem ser incorporados em leis para evitar a arbitrariedade dos poderosos, insinuando que a esquerda, representada pelo candidato Fernando Haddad nas eleições presidenciais de 2018, não seria verdadeiramente democrática por se basear em valores. No texto "A Nação está voltando" (2018a), é debatida a distinção entre Estado e Nação, onde o argumento recai para a ideia de que o Estado ganhou mais destaque em detrimento da Nação, diminuindo sua importância e usurpando seu papel. É observado que o Estado tem se apropriado do prestígio associado à palavra "Nação", enquanto a Nação foi relegada a segundo plano e representada apenas pela expressão "sociedade civil". Ou seja, o poder estatal estaria em declínio por culpa da globalização que estaria sendo comandada pelo globalismo, que por objetivo final almejaria eliminar o conceito de Estado, ao remover suas fronteiras nacionais. Nesse sentido, salienta a importância da Nação como uma força desafiadora do sistema globalista, representando a esperança de uma humanidade autêntica, conectada consigo mesma e liberta do materialismo superficial – pan-nacionalismo.

No ensaio "Todo o poder emana" (2018m), reflete sobre o poder do povo e sua relação com a Constituição Federal Brasileira. Ele destaca que o poder emana do povo de forma contínua e que a Constituição regula o exercício desse poder, mas não substitui a essência do povo como poder constituinte. Araújo argumenta que o conceito de povo é complexo e vai além da simples soma dos indivíduos, sendo uma criação sofisticada do espírito em conexão com a

realidade bruta. Frisa também que o povo possui uma unidade no plano transcendente, enquanto no plano imanente as diferenças entre os indivíduos não se conjugam em uma unidade descritível (ARAÚJO, 2018m). O texto, publicado antes das eleições presidenciais, apela para que o povo exerça seu poder nas urnas e tome “a difícil decisão de redirecionar os rumos do Brasil”, convocando os cidadãos a refletirem sobre sua participação ativa no processo político e sua responsabilidade na transformação do país:

Do povo está emanando o poder de realizar o verdadeiro Brasil. Ninguém disse que ia ser fácil. Nestas últimas voltas do ponteiro precisamos reunir as forças de cem, de duzentas gerações que depositam em nós sua fé, que nos olham sem acreditar que estejamos tão perto, e nos imploram pelo amor de Deus que não recuemos, que não paremos e não cedamos, não agora, e que nos gritam de longe para lembrar-nos que todo o poder é nosso (ARAÚJO, 2018m, p. 4).

Já em "Psicomaquia" (2018n) e "Ideologia não, ideias sim" (2018o), Araújo apresenta a importância da luta apaixonada e do resgate das ideias em benefício da liberdade interior. No primeiro texto, ele defende a luta apaixonada como essencial para libertar a alma, opondo-se ao marxismo cultural globalista e ao pós-modernismo. Já no segundo texto, distingue ideologia e ideia, rejeitando a manipulação ideológica em busca de poder e defendendo a liberdade das ideias, ressaltando a necessidade de quebrar as correntes ideológicas e trazer as ideias de volta à realidade. Expressão disso, é o seguinte trecho:

Não podemos confundir as coisas, não podemos decretar o fim do pensamento ao estabelecer o fim da ideologia. Nós brasileiros nos revoltamos contra a ideologia que nos dominou, aberta ou insidiosamente, por muito tempo, sob a forma do marxismo escancarado ou mais frequentemente do globalismo com suas várias vertentes. Agora, essa ideologia tenta metamorfosear-se para seguir dominando. Uma perigosa metamorfose ocorreria se, em nome do fim da ideologia, nos submetêssemos à proibição de pensar e de ter ideias (ARAÚJO, 2018o, p. 2).

No texto "Pela aliança liberal-conservadora" (2019a), argumenta que o nazismo compartilhava características da esquerda, como o anti-capitalismo e o coletivismo, e que a esquerda evita discutir essa classificação. Ele sugere que o nazismo foi uma força revolucionária que se apropriou do nacionalismo, e destaca a importância de uma nova aliança liberal-conservadora para defender as liberdades individuais, a economia aberta e os valores do patriotismo, da fé e da família frente ao globalismo e ao marxismo cultural (ARAÚJO, 2019a). Nesse sentido,

De maneira esquemática, podemos dizer que o nazismo constituiu um amálgama esquerdista-conservador, onde a ideologia revolucionária capturou e utilizou para seus fins um dos importantes elementos do campo conservador, o nacionalismo. Não podemos esquecer que o resultado final do conflito mundial desencadeado pelo nazismo foi excelente para a esquerda: um mundo em grande parte dominado pelo

comunismo e uma cisão completa entre direita liberal e direita conservadora, com esta última humilhada e demonizada (ARAÚJO, 2019a, p. 2).

O ex-ministro procura sustentar essa união de ideologias⁴³ (liberalismo e conservadorismo) que até então pareciam distintas:

Mas é mesmo possível uma direita que seja ao mesmo tempo liberal e conservadora? O que está surgindo no Brasil e em outros países com outros formatos, mas o mesmo espírito, como na Polônia, na Hungria e nos EUA de Trump, é justamente isso, o amálgama liberal-conservador, onde o anseio de uma economia aberta e a defesa das liberdades individuais se somam à promoção dos valores do patriotismo, da fé e da família. A esquerda brasileira e mundial entra em pânico diante desse amálgama e por isso o ataca tão visceralmente, pois o reconhece como seu grande adversário: enquanto lutar somente contra o liberalismo ou somente contra o conservadorismo, a esquerda sempre levará vantagem, e, portanto, é isso que ela quer (ARAÚJO, 2019a, p. 2).

Desta maneira, finaliza a sua ideia com um alerta:

No Brasil, hoje, tudo o que a esquerda quer é estrangular, ainda no berço, a aliança liberal-conservadora. A esquerda instiga a divisão e sonha em ver os liberais destruírem os conservadores, em nome da governabilidade ou da moderação, para em seguida poder ela própria derrotar os liberais com a habitual facilidade. Esse sonho da esquerda é o pesadelo do Brasil. Não podemos voltar ao pesadelo, depois de ter aberto os olhos, há tão pouco tempo, para a realidade da esperança (ARAÚJO, 2019a, p. 3).

No texto intitulado "Provas de democracia" (2018g), fica evidente a tentativa de retratar o ex-presidente como um líder que encarna o papel de libertador, salvador e defensor dos valores morais e tradicionais do povo brasileiro, e até mesmo do Ocidente⁴⁴:

A realidade é a seguinte: De um lado vocês têm o risco, ou melhor, a certeza do autoritarismo com o PT. Do outro vocês têm apenas as palavras "risco de autoritarismo", que não correspondem a qualquer elemento real, mas que foram enfiadas na sua cabeça pela mídia, ignorando todas as provas de democracia que Bolsonaro já proporcionou, principalmente sua luta incansável contra o projeto totalitário do PT, luta pela qual quase deu a vida (ARAÚJO, 2018h, p. 2).

No texto "Maremoto e Tsunami" (2018q), de autoria de Gilsandra Clark, uma diplomata que ganhou status e poder durante a gestão de Ernesto Araújo no Itamaraty, discute-se o uso das palavras "onda" e "tsunami" para descrever o crescimento e o apoio a Jair Bolsonaro nas eleições. Ela critica a utilização dessas metáforas como justificativas simplistas para explicar o fenômeno político, afirmando que são apenas formas de amenizar a falta de precisão das

⁴³Para aprofundar melhor esta questão, recomenda-se a leitura de Silva (2021). De acordo com o autor, aliança é possível por meio da desconstrução de três elementos fundacionais do liberalismo – o igualitarismo, o contratualismo e o jusnaturalismo – e da elevação da família tradicional ao posto de categoria ordenadora da vida social. Ou seja, a nova direita busca conciliar a defesa do livre mercado com valores conservadores, como a defesa da família tradicional e a oposição a pautas progressistas.

⁴⁴Para aprofundar o assunto, recomenda-se ler Ribeiro (2022). Para o autor, o bolsonarismo se caracteriza por uma fusão entre culto e política, em que a figura do presidente é transformada em um mito que encarna os valores e as aspirações do povo brasileiro.

pesquisas eleitorais. Defendendo, assim, que a ascensão política de Bolsonaro seria um movimento revolucionário:

Essa mobilização traz a possibilidade de transformações políticas, econômicas e sociais radicais, a possibilidade de finalmente superar a visão do Brasil como mera colônia de exploração, a possibilidade de que cada um possa exprimir diferença e pensamento, sem que todos precisem abrir mão das liberdades civis. Este é o momento que vive o Brasil, o momento da vitória do senso comum. Perdoem-me os marxistas, mas o movimento que Bolsonaro representa não é “onda”, nem “maremoto”. É revolução (ARAÚJO, 2018q, p. 3).

No ensaio "Antes da batalha" (2018r), é relatado um episódio histórico em que Dom Afonso Henriques, conde de Portugal, teve uma visão de Jesus Cristo antes da batalha de Ourique. Nas entrelinhas, pode-se perceber uma tentativa de substituir o nome de Afonso Henriques pelo de Jair Bolsonaro, estabelecendo assim uma narrativa mítica em torno da figura de Bolsonaro. O texto, publicado um dia antes das eleições presidenciais no Brasil, exalta a iminente vitória de Bolsonaro e faz referências religiosas para enfatizar sua importância como líder. No texto "Algo está acontecendo" (2018s), Ernesto Araújo reflete sobre o momento atual do Brasil e do mundo, destacando a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições como um ponto de virada na política doméstica e externa do país. Ele enxerga a superação de barreiras que antes separavam diferentes aspectos da vida e do pensamento humano, como a divisão entre o material e o espiritual, a economia e os valores, e a política e o povo, onde essa separação sufocava a humanidade e gerava sociedades técnicas e empobrecidas, alinhando-se com sua crítica ao marxismo cultural globalista. Para ele:

Estamos derrubando essa horrível prisão do espírito feita de tantas celas solitárias. De repente, as ideias se reconectam aos sentimentos. As pessoas se reconectam aos seus próprios anseios profundos. Os cidadãos se reconectam uns aos outros e descobrem que formam uma nação. O próprio Deus, que era um prisioneiro triste acorrentado em uma daquelas celas, recomeça a circular livremente pela alma humana (ARAÚJO, 2018s, p. 2).

No texto em questão, é possível notar como Araújo se coloca, juntamente com Jair Bolsonaro, como defensor do Ocidente. Embora não descarte a influência de Trump como fonte de inspiração, se vê agora ao lado de Bolsonaro, engajados nessa longa batalha iniciada pelo ex-presidente dos Estados Unidos. Esse posicionamento fica evidente no trecho a seguir:

O Presidente Bolsonaro e eu estamos, sim, rompendo esse consenso infame. Estamos rompendo com a tolerância irresponsável que ajudou a acobertar os crimes do regime chavista-madurista, e que continuaria acobertando até hoje, se o sistema que vinha governando o Brasil permanecesse no poder. [...] Perguntem a eles se me veem como a caricatura de um guerreiro medieval com a cruz de Cristo no peito (da qual aliás muito me orgulho) ou simplesmente como um homem que, com todas as suas limitações, está trabalhando para defender a democracia, em benefício de toda a

região, essa democracia de que os críticos de Bolsonaro tanto falam, mas pela qual nada fazem nunca (ARAÚJO, 2018s, p. 2).

Em seus ensaios "História e Mito" (2018t) e "Objetos Voadores Não Ideológicos" (2018u), Ernesto Araújo aborda a relação entre história, mito e a divisão política. Ele destaca a importância tanto da história quanto do mito para a vida humana, com o mito transcendendo a dimensão linear da história – mais uma vez, é evidente a relação com seu *magnum opus* neste trecho. Critica o marxismo por sua aversão ao mito e a tentativa de eliminar as contradições da vida humana. Além disso, relaciona a “globalização hipercapitalista” e a utopia marxista no conceito de fim da história e na falta de consideração pela existência humana, aventura e mito. Nessa linha, critica a cultura pós-moderna por seu literalismo e falta de compreensão simbólica. Para isso, associa a busca pela transcendência à divisão política entre esquerda e direita, retratando a direita como fascinada pelo mistério e a esquerda como limitada ao materialismo. Vale salientar aqui, como estamos vendo ao longo destas análises, como a abordagem de Araújo em seus discursos tende a desumanizar e deslegitimar grupos políticos e culturais que ele considera adversários, associando-os ao marxismo cultural globalista.

De forma complementar, é interessante se considerar o estudo de Vargas (et al., 2018), que observa que o termo "cidadãos de bem" é frequentemente utilizado por Bolsonaro e seus apoiadores para se referir a um grupo específico de pessoas que são consideradas moralmente superiores e merecedoras dos ideais e propostas do presidente. Esse grupo é caracterizado por uma série de valores conservadores, como a defesa da família tradicional, a oposição ao aborto e à diversidade sexual, e a valorização da religião cristã, entre outros. Além disso, os "cidadãos de bem" são frequentemente associados à ideia de segurança pública e combate à criminalidade. Bolsonaro defende o direito ao porte de armas como forma de garantir a segurança individual e coletiva, o que atrai especialmente aqueles que se sentem ameaçados pela violência urbana.

Ernesto Araújo promove um culto ao "mito Bolsonaro", por meio de práticas e rituais que enfatizam a imagem do presidente como um líder carismático e messiânico – tal qual fez com Donald Trump em seu *magnum opus*. Isso inclui cultos religiosos em sua homenagem, uso de símbolos nacionais e religiosos, slogans e frases de efeito que ressaltam sua liderança. O objetivo é transformar Bolsonaro em um herói nacional, exaltado como salvador da pátria e defensor dos valores do povo brasileiro e da civilização ocidental, através de uma retórica que destaca sua capacidade de enfrentar inimigos e restaurar a ordem e a moralidade (RIBEIRO, 2022). É importante destacar também o impacto da perspectiva ocidental na definição desse grupo. Como mencionado anteriormente, Ernesto Araújo advoga pela consolidação de um Ocidente forte e superior, a ser protegido a todo custo do marxismo cultural globalista. Nesse

sentido, é possível interpretar que países vinculados à extrema-direita mundial, como Estados Unidos, Israel, Hungria e Polônia, além de certos políticos e personalidades alinhados com essa corrente ideológica, como Steve Bannon, Santiago Abascal, Beatrix von Storch e Mohamed Bin Salman, têm influenciado a formação desse “nós”.

2.6.3 Inserção internacional, problemas e soluções

O ex-ministro argumenta que os "problemas do mundo" são causados pela influência do marxismo cultural, que sustenta o globalismo e mina a soberania nacional dos países. Assim, acredita que essas ideologias promovem a imigração em massa, enfraquecem os valores tradicionais ocidentais e ameaçam a liberdade individual. Araújo argumenta que o objetivo do globalismo é estabelecer um governo mundial centralizado, controlado por elites globais, resultando na perda da identidade cultural e na submissão dos países. Portanto, a conexão entre o marxismo cultural e essa visão globalista, representaria uma ameaça aos valores cristãos, familiares e sociais. Autores como Casarões e Farias (2021), Lopes et al (2022) e Belfi e Bandeira de Mello (2023), ressaltam a visão de Araújo na defesa de que grupos progressistas ao redor do mundo, incluindo partidos políticos de esquerda, ONGs e instituições acadêmicas, impulsionam uma agenda progressista que ameaça à liberdade individual e a democracia.

Em seus textos "Quem tem medo de *fake news*" (2018v) e "Querer grandeza" (2018w), aborda duas questões distintas. No primeiro, ele discute o uso do termo "*fake news*" por Donald Trump e sublinha a importância da internet e das redes sociais como espaços de liberdade e discernimento entre informações verdadeiras e falsas. Dessa forma, alerta para a possibilidade de censura e repressão da liberdade de expressão se o termo for usado para restringir fontes alternativas de informação. Já no segundo texto, ele critica a visão predominante na diplomacia brasileira, argumentando que o país abandonou a busca pela grandeza nacional. O ex-ministro defende a importância do desejo de grandeza para uma nação se posicionar no mundo, criticando a adesão a "regimes internacionais" e a obediência a uma "ordem global baseada em regras" que limitam o potencial de influência do Brasil. Para tanto,

Quando eu era criança, pela metade dos anos 70, ficava horas folheando um livro chamado “Atlas das Potencialidades Brasileiras” cheio de mapas de reservas energéticas e minerais, produção industrial e agrícola etc. O subtítulo do livro dizia: “Brasil Grande e Forte”. Hoje, querem colocar nas mãos das crianças livros sobre sexo, mas se vissem uma criança lendo um livro chamado “Brasil Grande e Forte” prenderiam os pais e mandariam a criança para um campo de reeducação onde lhe ensinariam que o Brasil não é nem grande nem forte, mas apenas um país que busca a justiça social e os direitos das minorias (ARAÚJO, 2018w, p. 1).

Neste texto, é notável a influência da ideia de pan-nacionalismo encontrada em seu artigo de 2017. O ex-chanceler propõe que o remédio para a falta de grandeza do Brasil, seria justamente reafirmar o desejo de grandeza e o orgulho nacional. Conclama os leitores a proclamarem um "Brasil Grande e Forte" e a resistirem às críticas e ataques daqueles que se opõem a essa visão, pois só assim seria possível construir um país verdadeiramente significativo e realizador. No artigo "O Brasil no barco de Ulisses" (2018x), defende a relevância do Brasil no contexto do Ocidente⁴⁵, destacando a conexão cultural entre ambos. Essa ligação iria além da política e diplomacia, abrangendo aspectos culturais e simbólicos, como a literatura, filosofia, arte e religião. Nessa linha, é apresentado um contraponto entre a perspectiva de uma iminente decadência do Ocidente e a transição para um mundo pós-ocidental, citando líderes políticos como Jair Bolsonaro e Donald Trump, que se opõem ao globalismo, como exemplos de resistência a essa tendência:

Hoje não se fala já tanto nessa emergência de um mundo pós-Ocidental. Suponho que a razão desse súbito silêncio se encontre na reação exacerbada dos formadores de opinião à figura de Donald Trump. Continuar propagando a ideia de um mundo já não regido pelo Ocidente alimentaria, na visão do establishment, as pretensões de Trump de reverter esse quadro, de contrapor-se ao poder da China e restaurar a centralidade de uma *America Great Again*. O establishment anti-Trump tenta hoje difundir a imagem de que está tudo bem, tudo normal, de que o único problema do Ocidente é o próprio Trump, tentando ocultar algo que até ontem parecia óbvio: a enorme perda de poder relativo – econômico, diplomático e militar – dos ocidentais em favor dos não-ocidentais ao longo das últimas duas décadas, principalmente durante o governo Obama (ARAÚJO, 2018x, p. 1).

Araújo destaca as dificuldades do Brasil em se inserir como país ocidental, apontando a falta de associação com a "aliança atlântica" e a ausência de identificação com a visão militar do Ocidente durante a Guerra Fria. Nesse sentido, propõe a ideia da criação de políticas públicas para fortalecer a conexão cultural com o Ocidente e uma diplomacia mais engajada. Importante lembramos, como ele utiliza uma retórica fantasiosa, misturando religião e diferentes correntes de pensamento para sustentar seus argumentos. Assim como vimos em seu *magnum opus*, neste texto também é atribuída à civilização grega a criação do Ocidente e a descoberta do sagrado, além de ser salientada a importância das raízes bíblicas na construção histórica deste. Em "Contra o consenso da inação" (2019b, p. 1), expressa um ponto de vista crítico em relação à política externa brasileira nos últimos 25 anos, argumentando que houve um consenso prejudicial que contribuiu para a "corrupção, a estagnação econômica e a crise moral no país":

Os brasileiros rejeitaram esse consenso nas urnas, em outubro de 2018, ao escolher o único candidato que se ergueu contra o sistema. Insistir agora em que esse consenso continue a prevalecer na esfera da política externa, por temor e preguiça, sob o

⁴⁵Ver Fernandes (2009) e Assunção (2004).

pretexto de “manter as tradições”, seria trair o povo brasileiro (ARAÚJO, 2019b, p. 1).

Araújo destaca a postura assertiva do governo brasileiro, liderado por Bolsonaro, em relação à Venezuela. Menciona a participação ativa do Brasil no Grupo de Lima e o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente encarregado da Venezuela, afirmando que essas ações foram importantes para mobilizar os Estados Unidos a se envolverem a favor da transição democrática no país vizinho:

A esperança de uma nova Venezuela não existiria sem o novo Brasil. A atuação do Brasil no Grupo de Lima em 4 de janeiro, a organização do encontro das forças de oposição em Brasília em 17 de janeiro, a denúncia do genocídio silencioso praticado por Maduro por meio da nota do Itamaraty igualmente de 17 de janeiro, o respaldo ao Tribunal Supremo de Justiça legítimo da Venezuela que avaliza constitucionalmente o processo, o reconhecimento de Guaidó como Presidente Encarregado em 23 de janeiro – todas essas iniciativas da nova política externa brasileira, que o Presidente Bolsonaro me deu a honra de conduzir, foram decisivas para acender a esperança que vi brilhar nos olhos das pessoas de carne e osso, e que contagiou toda a região, que colocou a barbárie do regime madurista sob os olhos de todo o mundo (ARAÚJO, 2019b, p. 2).

Nessa linha, sustentou que a defesa de uma Venezuela democrática está alinhada aos interesses nacionais do Brasil, uma vez que um regime chavista-madurista representa uma ameaça à segurança do país devido ao narcotráfico, apoio a terroristas e a expulsão de seu próprio povo. Ele ressalta a importância da solidariedade humana em relação aos venezuelanos e acredita no potencial do Brasil para contribuir na construção de um mundo melhor, fundamentado em valores democráticos:

Nessa libertação, o sentimento de solidariedade humana para com os venezuelanos coincide com o interesse nacional brasileiro. [...] Fazer algo efetivo a respeito, contribuir para uma Venezuela democrática, é algo que a melhor tradição diplomática brasileira exige e impõe. Estamos restaurando a verdadeira tradição diplomática brasileira, a tradição de um país livre, soberano, orgulhoso de si mesmo, consciente de sua capacidade e sua responsabilidade de contribuir para o bem da humanidade (ARAÚJO, 2019b, p. 3).

Portanto, ex-chanceler apresentou soluções para os problemas relacionados ao marxismo cultural globalista. Em relação ao globalismo, defendeu uma política externa pautada na soberania nacional e na promoção dos interesses do Brasil, buscando parcerias estratégicas com nações alinhadas aos seus valores e interesses, em contrapartida a uma ordem mundial baseada em valores universais. Quanto ao marxismo cultural, propôs a valorização dos princípios tradicionais da sociedade brasileira, como família, religião e liberdade individual, considerados fundamentais para a coesão social e que demandam proteção contra ameaças (CASARÕES; FARIAS, 2021). Nesse sentido, defendeu uma aproximação com países conservadores, especialmente os Estados Unidos, fortalecendo a posição do Brasil no cenário

internacional e promovendo seus interesses nacionais. Além disso, propôs uma maior ênfase na educação patriótica, que valorize a história e a cultura do Brasil. Em relação à política externa, Ernesto Araújo defendeu uma abordagem mais pragmática, baseada em interesses nacionais claros. O argumento seria de que o Brasil deveria buscar parcerias estratégicas com países que compartilham seus valores e interesses, como os Estados Unidos e Israel (DIEGUEZ, 2019).

Cabe mencionar aqui, mais dois textos que Araújo fez após seu pedido de demissão do cargo de Ministro das Relações Exteriores: “Um Itamaraty pela liberdade e grandeza do Brasil: balanço de gestão” (2021a) e “Um plebiscito reconstituente: transferindo o poder da elite globalista de volta ao povo” (2021b). No primeiro, Araújo resume suas principais realizações e linhas de ação durante seu período à frente do Itamaraty. Frisou sua dedicação em estruturar e implementar a política externa do presidente Jair Bolsonaro, expressando gratidão pela oportunidade de participar de um projeto libertador e patriótico. Entre seus êxitos, se destacariam a conquista de acordos com diversos países, como a União Europeia, Estados Unidos, Japão, Israel e Índia. Além disso, menciona o estabelecimento de relações estratégicas com o Reino Unido e a Austrália, bem como seu trabalho para iniciar o processo de adesão do Brasil à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O ex-chanceler sublinhou sua defesa da importância das nações como espaços naturais para o exercício da liberdade humana, ressaltando também a necessidade de uma economia moderna, eficiente e livre da corrupção. Seu envolvimento nas negociações de acordos comerciais, na reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC) e no estabelecimento de parcerias econômicas com outros países é citado com orgulho. Reitera também a importância de estabelecer parcerias com nações livres e democráticas, visando transformar o Brasil em um país livre, democrático e economicamente avançado. Ele afirma ter construído uma sólida aliança entre o Brasil e os Estados Unidos, baseada na determinação do presidente Jair Bolsonaro, tanto durante as administrações de Trump quanto de Biden.

No que diz respeito à China, Araújo frisa seu compromisso em manter relações produtivas, evitando conflitos em questões sensíveis, como Hong Kong, Taiwan e a situação dos uigures. No entanto, aponta para a importância de exercer cautela diante das ambições de expansão política e ideológica dos chineses. Além disso, menciona a construção de uma nova relação entre o Brasil e Israel, assim como com países árabes, ressaltando a relevância econômica, tecnológica e emocional dessa parceria. Considera sua determinação em eliminar qualquer reflexo anti-sionista da política externa brasileira e em criar as condições necessárias para a mudança da Embaixada do Brasil para Jerusalém também, como algo marcante. Por fim, Araújo sublinha seu compromisso em combater o crime organizado e o terrorismo na região,

pois teria buscado promover a democracia e a prosperidade. Entende como notável a sua proximidade com líderes democráticos latino-americanos que lutam pela liberdade em seus respectivos países. Nesse sentido:

Coloquei a diplomacia como instrumento para combate ao crime organizado e ao terrorismo, esse grande flagelo que ameaça a segurança dos brasileiros e a democracia em nossa região, procurando trabalhar, juntamente com a OEA e outros parceiros, para entender e enfrentar o fenômeno pernicioso da junção narcotráfico-terrorismo-corrupção-socialismo na América Latina (o complexo criminoso-político consubstanciado no foro de São Paulo). Sei que isto que vou dizer não significa nada para o establishment de política externa sem alma e sem coração, mas os líderes latino-americanos que têm fome e sede de liberdade sabem quem eu sou (ARAÚJO, 2021a, p. 8).

No discurso proferido por Araújo (2021b) no *Conservative Political Action Conference* Brasil (CPAC Brasil), é destacada a afinidade entre o movimento conservador e o governo Bolsonaro, abordando os desafios enfrentados pelo Brasil e pelo mundo. Sustenta-se que a maior ameaça atual não seria a pandemia da Covid-19, mas sim uma potencial catástrofe espiritual, onde a liberdade e a espiritualidade seriam cruciais para uma vida plena e significativa. A crescente politização da sociedade brasileira foi alvo de críticas, pois observou-se uma diminuição do espaço para a busca pela verdade e a preservação da liberdade. A influência política estaria permeando todas as esferas da vida, o que perpetuaria o domínio das elites. Assim, o complexo político brasileiro é relacionado ao globalismo, apontando para uma simbiose entre o Partido Comunista Chinês e as elites globalistas no Ocidente, com intuito de fortalecer ambos os poderes.

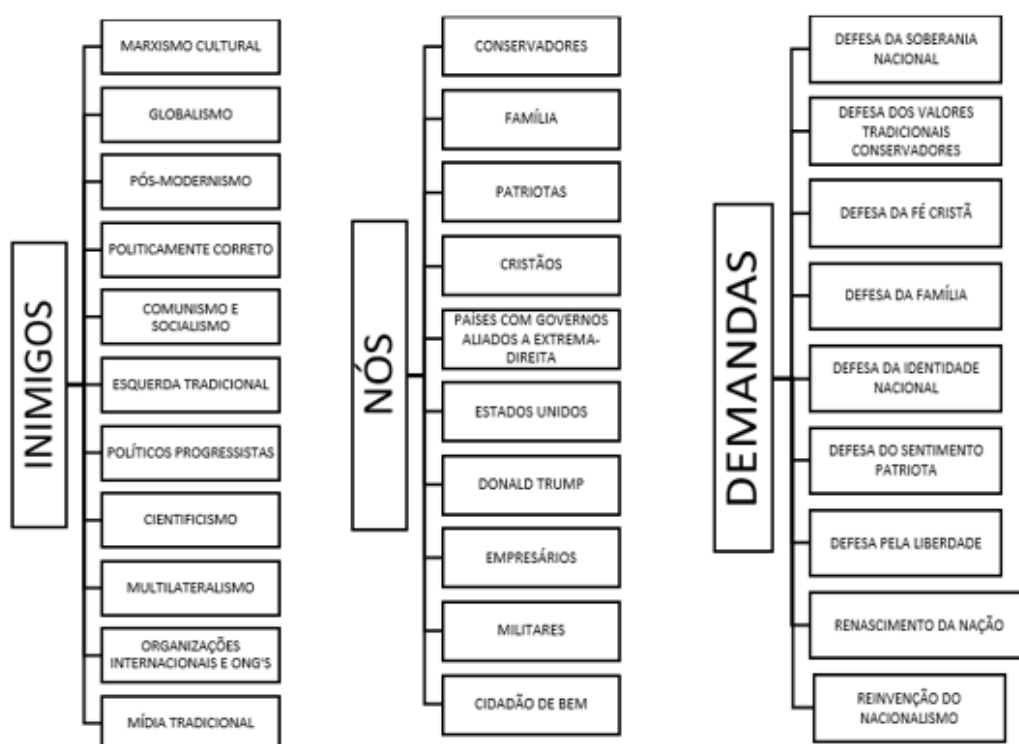
Expressa ainda preocupação com a atual situação da humanidade, frisando que a pandemia intensificou um sistema de falsos valores, mentiras e ocultações, indo além da questão sanitária e resultando em uma sociedade de controle – vimos argumento parecido em seu outro texto, “Chegou o Comunavírus” (2020a). Nesse sistema, cada gesto e palavra são vigiados e recompensados ou punidos de acordo com os dogmas do politicamente correto, limitando a livre expressão. O ex-chanceler destaca que a rejeição da verdade da família e da verdade científica andam juntas, exemplificando como termos como "mãe" e "pai" são substituídos por "genitor 1" e "genitor 2". No contexto brasileiro, afirma que o país está avançado na supressão da liberdade e na eliminação da verdade, com a ausência de uma democracia efetiva e a infiltração política em todas as áreas da vida, controladas pelos detentores do poder. Sendo assim:

Qual o problema da nossa elite globalista no Brasil, o complexo político? O grande problema é que o complexo político não manda apenas na arena política em sentido estrito. Nenhuma área da vida – nem da vida-bíós nem da vida-zoé – está hoje

preservada da infiltração da política. E isso é o oposto da concepção conservadora da vida e da sociedade. Creio que o que define a concepção conservadora é isto: a preservação da autonomia entre todas as esferas da vida, pois somente isso permite a preservação da autonomia, da liberdade, da dignidade da pessoa humana. A liberdade e autonomia de cada indivíduo, de cada comunidade, de cada nação, e da humanidade como um todo. Para que a humanidade seja livre é preciso que haja indivíduos livres e nações livres

Antes de iniciar o próximo capítulo, vale considerar a esquematização dos conceitos mobilizados até o momento:

Figura 8 – Identificação dos conceitos gerais



Nossa autoria (2023)

Deste modo, podemos vislumbrar de forma mais clara os conceitos que serão amplamente discutidos e mencionados no capítulo a seguir.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O ANTI-GLOBALISMO

Antes de adentrarmos a análise dos discursos oficiais de maneira mais sistemática, é importante fornecer um breve contexto sobre a trajetória histórica da diplomacia brasileira. Nosso objetivo é destacar as nuances e continuidades que a PEB possui. Ao fazer isso, buscamos esclarecer o momento subsequente desta análise, no qual iremos discutir as mudanças promovidas pela PEB sob a liderança de Ernesto Araújo. Além disso, exploraremos neste capítulo as abordagens da literatura sobre a influência do populismo na política externa para explicar esse fenômeno. Por fim, analisaremos os discursos oficiais propriamente ditos e partiremos para as conclusões.

3.1 Inserção internacional do Brasil: um breve retrospecto

A periodização da política externa brasileira é um tema recorrente na academia e oferece diferentes perspectivas sobre a trajetória do país no cenário internacional. Maria Regina Soares de Lima, em seu artigo "Instituições democráticas e Política Exterior" (2000), propõe uma interessante divisão em três fases históricas: o momento de construção do Estado, que abrange o período imperial até a República Velha; o período da industrialização protegida, que se estende de 1946 a 1964; e a fase da integração competitiva, que engloba o período de 1988 até a época da publicação do artigo. Embora essa periodização seja útil como base para compreender a política externa brasileira, é importante considerar a evolução posterior do país na arena internacional. Outra abordagem, apresentada por Letícia Pinheiro em seu artigo "Traídos pelo desejo: Um ensaio sobre a Teoria e a Prática da Política Externa brasileira Contemporânea" (2000), divide a política externa em quatro períodos históricos:

[...] do início do século até o final da década de 50 — mesmo levando-se em conta as vicissitudes do período de *equidistância pragmática* (Moura, 1980) —, e novamente entre 1964 e 1974, quando o *americanismo* foi o paradigma hegemônico; os anos da *Política Externa Independente* (1961-1964) quando surge o *globalismo* que, interrompido por cerca de dez anos por uma nova onda americanista, ressurgiu no governo Geisel (1974), só cedendo lugar para as novas articulações dos anos 90 quando chega a seu limite (PINHEIRO, 2000, p. 308-309).

Neste sentido, iremos propor aqui uma periodização que complementa a abordagem de Lima (2000) e Pinheiro (2000), contemplando também a evolução da política externa brasileira durante o século XXI, que não foi considerada nas obras anteriores. É fundamental incluir esse período, que começou na redemocratização do país e se estende até momento posterior aos

governos do Partido dos Trabalhadores, como discutido em "A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula" (2016) de Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni. Com essa ampliação, esperamos compreender melhor como o Brasil tem buscado estabelecer sua presença global, construindo alianças estratégicas e defendendo seus interesses nacionais em meio a um cenário internacional cada vez mais volátil e incerto.

Para entender a periodização da política externa brasileira⁴⁶, é fundamental conhecer o acumulado histórico da diplomacia do país. Podemos vislumbrar isto a partir de nove características que permeiam a história da diplomacia brasileira, como apontado por Amado Cervo (2008). São elas: autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo normativo; ação externa cooperativa e não-confrontacionista; parcerias estratégicas; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor; e independência de inserção internacional. Essas características refletem a postura pacifista, universalista e pragmática do Brasil no cenário internacional, valorizando a soberania e o multilateralismo, respeitando os compromissos jurídicos internacionais e buscando a cooperação e parcerias estratégicas para o desenvolvimento do país. Além disso, o Brasil mantém um tratamento cordial com seus vizinhos e possui uma vocação por uma inserção internacional independente. Entretanto, é significativo considerar que

Esses padrões de conduta não surgem tempestivamente como subprodutos da História, porém, um após outro, adquirem caráter duradouro e, por vezes, permanente. Não se estendem sobre todo o passado, visto que seu aparecimento e eventual abandono vêm escalonado no tempo. Eles exercem duas funções: em primeiro lugar, dão previsibilidade à ação externa, tanto para observadores brasileiros quanto para estrangeiros, e, em segundo, moldam a conduta externa dos governos, impondo-se à sua sucessão e até mesmo a mudanças de regime político. Resistem ao tempo, portanto, e exibem traços de continuidade inerentes à política exterior, tanto mentais quanto práticos. Contribuem para fazer da política exterior política de Estado ao imprimir-lhe a lógica da racionalidade e ao dar prevalência à continuidade sobre a mudança, à causalidade sobre a ruptura (CERVO, 2008, p. 26-27).

O entendimento de que a PEB manteve uma continuidade ao longo dos anos foi amplamente difundido entre os estudiosos do tema por muito tempo. No entanto, a fim de compreender melhor a evolução dessa política, é fundamental destacarmos os pontos que caracterizam a diplomacia brasileira. Essa base permite uma periodização mais clara e assertiva da PEB ao longo do tempo. Com base nesses princípios, torna-se possível compreendermos a trajetória do Brasil no cenário internacional e como ele tem buscado estabelecer sua presença

⁴⁶Não foram apenas estes autores que empenharam esforços a respeito desse tema, para aprofundar mais no assunto ver Cervo (1993), Lessa (2010), Amorim Neto (2011) e Fonseca Junior (2011; 2023).

global, construindo alianças estratégicas e defendendo seus interesses nacionais em um mundo em constante transformação. Nesse sentido, deve-se considerar que

Há muito que a política externa brasileira do século XX — ou, pelo menos, de grande parte deste século — vem sendo analisada a partir do que se identificou como seus dois paradigmas diplomáticos, ou seja, da identificação de teorias de ação diplomática formadas por um conjunto de ideias que constitui a visão da natureza do sistema internacional por parte dos formuladores de política de cada época. Assim, a partir da gestão do barão do Rio Branco (1902-1912) até o início do governo do presidente Collor de Mello (1990), a política externa teria oscilado entre o americanismo e o globalismo, quando então teríamos inaugurado um novo tempo na política e economia nacionais responsável pela crise final de ambos (PINHEIRO, 2000, p. 308).

De acordo com Pinheiro (2000), o americanismo era caracterizado pela crença de que uma estreita relação com os Estados Unidos seria fundamental para a política externa brasileira, proporcionando ao país mais recursos e relevância internacional. Em contrapartida, o globalismo propunha uma diversificação das relações internacionais do Brasil, o que permitiria aumentar sua capacidade de negociação no sistema internacional, inclusive com os Estados Unidos (PINHEIRO, 2000, p. 308). Contudo, ambos os paradigmas possuem limitações em sua explicação, o que levou a uma maior especificidade na utilização de adjetivos para descrevê-los com mais precisão. No caso do americanismo, temos o pragmático e o ideológico:

Enquanto o americanismo ideológico seria construído a partir do privilegiamento de fatores de ordem normativo-filosófica e de uma suposta convergência ideológica entre brasileiros e norte-americanos que justificavam a aliança com os Estados Unidos (idem: 102; Ricupero, 1995:330), o americanismo pragmático seria aquele a defender o aproveitamento das oportunidades da aliança, cuja efetivação teria natureza predominantemente instrumental (Ricupero, 1995:330-331; Silva, 1995:97-103) (PINHEIRO, 2000, p. 309).

Já o caso do globalismo, ao ter por si só uma natureza bastante diversa, dificultou os estudiosos em adjetivá-lo em diversos tipos. Apesar disto, Pinheiro (2000) argumenta que usualmente utiliza-se a ideia de que a construção do paradigma globalista foi uma combinação de três fatores:

[...] a crítica nacionalista da matriz americanista da política externa gerada no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB); a visão cepalina das relações centro-periferia que estimulou a construção de uma identidade econômica dos países latino-americanos e, dessa forma, qualificou-os como atores passíveis de atuarem coletivamente no cenário internacional; e, por último, o pensamento realista das Relações Internacionais, particularmente a concepção do sistema internacional como anárquico onde prevaleceria o princípio de auto-ajuda na conduta dos Estados (Lima, 1994:35), levando a que a diplomacia brasileira buscasse as melhores oportunidades de inserção no sistema internacional (PINHEIRO, 2000, p. 310).

Contudo, Pinheiro (2000) sugere uma divisão aos moldes do paradigma anterior, apresentando dois tipos de globalismo: um de natureza hobbesiana e outro de natureza grotiana.

No primeiro caso, “um globalismo que se sustenta na interpretação do sistema internacional como anárquico, tal como o estado de natureza de todos contra todos em que inexistente uma autoridade supranacional, um Leviatã” (PINHEIRO, 2000, p. 310). Já no segundo, “um globalismo [...] que, embora reconheça a anarquia do sistema, supõe também que ele é normativamente regulado e que os Estados agem não apenas em busca de ganhos relativos, mas também absolutos” (p. 310). Observamos, portanto, que os paradigmas diplomáticos têm se transformado ao longo do tempo. De acordo com Pinheiro (2000), a PEB pode ser periodizada da seguinte forma: "*americanismo pragmático: 1902/1945, 1951/1961 e 1967/1974; americanismo ideológico: 1946/1951 e 1964/1967; globalismo grotiano: 1961/1964; e, por fim, globalismo hobbesiano: 1974/1990*" (p. 310). No entanto, a busca pela autonomia tem sido constante. A análise dos paradigmas diplomáticos que orientaram a política externa brasileira em diferentes períodos revelou essa busca como um traço de continuidade, visando preservar a independência nacional, econômica e política.

Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni oferecem uma visão abrangente da PEB em seu livro “A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula” (2016). Ao periodizar a história recente da política externa em três tipos de busca por autonomia – autonomia pela distância, autonomia pela participação e autonomia pela diversificação –, destacou a importância da autonomia como “a capacidade do Estado de implementar decisões baseadas em seus próprios objetivos, sem interferência ou restrição externa, por meio de sua habilidade em controlar processos ou eventos produzidos além de suas fronteiras” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016, p. locais do Kindle 27-28). Isso significa que a autonomia é fundamental para que os Estados possam implementar suas políticas externas de forma independente, sem sofrerem constrangimentos de Estados mais poderosos. Tendo isto claro, a caracterização dos tipos de autonomia se torna mais acessível:

Autonomia pela distância: uma política de contestação das normas e dos princípios de importantes instituições internacionais (FMI, Banco Mundial, GATT, entre outras); uma diplomacia que se contrapõe à agenda liberalizante das grandes potências, particularmente os Estados Unidos; a crença no desenvolvimento autárquico, guiado pela expansão do mercado interno e pelo protecionismo econômico; a resistência a regimes internacionais interpretados como congelamento do poder mundial, em favor do status quo. Autonomia pela participação: a adesão aos regimes internacionais, inclusive os de cunho liberal (como a OMC), sem perder a capacidade de gestão da política externa. Nesse caso, o objetivo seria influenciar a própria formulação dos princípios e das regras que regem o sistema internacional. Considera-se que os objetivos nacionais seriam atingidos de forma mais efetiva por esse caminho; Autonomia pela diversificação: a adesão do país aos princípios e às normas internacionais por meio de alianças Sul-Sul, inclusive regionais, e de acordos com parceiros não tradicionais, como China, Ásia-Pacífico, África, Europa Oriental, Oriente Médio etc., com o objetivo de reduzir as assimetrias e aumentar a capacidade de barganha internacional do país em suas relações com países mais poderosos, como

os Estados Unidos e a União Europeia. Uma característica importante é a capacidade de negociar com estes últimos sem rupturas, com a perspectiva de romper o unilateralismo e buscar a multipolaridade e um maior equilíbrio (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016, p. locais do Kindle 595-607).

Sendo assim, argumentam que a política externa brasileira durante os governos militares se baseou na estratégia de "autonomia pela distância", buscando a independência e o desenvolvimento do país através do afastamento de regimes e instituições internacionais que eram vistas como dominadas por grandes potências. Com a redemocratização e o fim da Guerra Fria, a política externa brasileira mudou e passou a considerar temas de *'soft power'* como relevantes na política internacional. Essa mudança gerou uma percepção de que uma maior participação do Brasil nas instituições internacionais poderia gerar retornos positivos. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva adotaram duas novas estratégias de autonomia, a participação e a diversificação, ambas buscando uma maior inserção do Brasil no cenário internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

A busca pela autonomia sempre foi um objetivo importante na política externa brasileira, que também se concentrou no desenvolvimento econômico, especialmente por meio do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) (PINHEIRO, 2000). Embora as visões sobre a melhor forma de alcançar o desenvolvimento econômico tenham mudado ao longo do tempo, a continuidade baseada no modelo de ISI persistiu, pois este estava associado ao desejo de autonomia. Isso se deve ao fato de que todas as tentativas de modernização implementadas concebiam o desenvolvimento como um projeto ligado à independência nacional, econômica e política (PINHEIRO, 2000, p. 312; LIMA, 2005; CERVO; BUENO, 2015).

A partir das transformações globais ocorridas no início da década de 1990, o paradigma do globalismo entrou em crise, afetando o poder dos países emergentes e terceiro-mundistas. Essa mudança, juntamente com o esgotamento do modelo de ISI, contribuiu para uma crise na PEB, levando-a a buscar na tradição sua lógica de atuação (PINHEIRO, 2000, p. 312). Essa continuidade foi estabelecida com base nos princípios realistas da PEB, que buscam preservar a autonomia do país dentro do contexto do projeto neoliberal (PINHEIRO, 2000). Para contextualizar a inserção internacional do Brasil, é importante considerar esse contexto, embora esta pesquisa não se aprofunde em detalhes específicos.

3.1.1 Do Império à Redemocratização

O livro "História da Política Exterior do Brasil" (2015) de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno destaca a independência do Brasil em 1822 como um momento crucial nas relações internacionais do país. Durante o Segundo Reinado (1840-1889), o Brasil buscou o reconhecimento internacional e se aproximou das potências europeias, concentrando sua política externa na integração econômica com o setor agrícola, como a exportação de café. Com a Proclamação da República em 1889, houve uma mudança na orientação da política externa brasileira, priorizando a integração com a América Latina e a defesa dos interesses regionais. O Barão do Rio Branco foi uma figura influente nesse período, deixando sua marca na história brasileira e conduzindo a política externa do país. Durante esse período, a elite agroexportadora buscava ampliar os mercados consumidores externos, especialmente nos Estados Unidos. A resolução de questões fronteiriças foi uma preocupação constante, e a política externa brasileira combinou elementos de subserviência econômica e soberania política. O período que abrangeu de 1810 a 1930 foi caracterizado pelo paradigma liberal-conservador (CERVO, 2003), em que os interesses dos grandes proprietários de terra e produtores de café eram prioritários. Esse modelo de inserção internacional baseado em exportações primárias contribuiu para o atraso econômico do país. Apesar de tentativas de promover a industrialização, somente na década de 1920 surgiram movimentos de oposição a esse modelo (CERVO; BUENO, 2015).

O governo provisório de Getúlio Vargas, instalado em 1930, foi reconhecido internacionalmente, embora tenha havido tensões com os Estados Unidos. A política externa adotou uma abordagem pragmática e voltada para o desenvolvimento nacional, assinando tratados comerciais e priorizando o desenvolvimento econômico. A dependência das exportações de café e a lógica agroexportadora continuaram a influenciar a política externa brasileira (VIDIGAL, 2021). Durante a crise econômica de 1929, o governo interveio no mercado de café para equilibrar os preços. Apesar das críticas, a intervenção foi vista como temporária. Após o golpe de 1930, houve uma transformação na composição do Estado brasileiro, com uma coalizão de oligarquias dissidentes, militares e setores industriais no poder. A política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganha, além de priorizar o desenvolvimento nacional (CERVO; BUENO, 2015). Antes da Segunda Guerra Mundial, o Brasil adotou uma posição de "jogo duplo" entre os Estados Unidos e a Alemanha, mas em 1939 escolheu se juntar aos EUA, reconhecendo sua liderança e valorizando o panamericanismo. Durante o período entre guerras, o Brasil adotou uma política externa de panamericanismo e buscou um papel conciliador na região. No período de industrialização

protegida (1946-1964), o Brasil implementou o modelo de substituição de importações e teve um papel na coalizão terceiro-mundista, mas os EUA dominaram economicamente e politicamente na região (PINHEIRO, 2000).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil se alinhou aos Estados Unidos em termos políticos, econômicos e culturais, mas não obteve as recompensas esperadas. A política externa brasileira durante o governo Dutra foi marcada por esse alinhamento, buscando manter a preeminência militar e receber ajuda econômica dos EUA. No entanto, o alinhamento não foi bem-sucedido, resultando em um "alinhamento sem recompensa" (MOURA, 1990). Durante esse período, houve a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a ruptura das relações diplomáticas com a União Soviética. A política externa durante o governo Dutra diferiu da de Vargas, sendo o alinhamento o objetivo principal, e não apenas um instrumento da política externa brasileira (CERVO; BUENO, 2015). Durante a volta de Vargas à presidência, surgiram divergências entre Nacionalistas e Entreguistas no exército brasileiro, refletindo a polarização política e resultando em debates sobre o papel do Estado na economia. A política externa de Vargas enfrentou desafios, como o apoio à intervenção dos EUA na Guerra da Coreia, enquanto problemas internos prejudicaram os objetivos de desenvolvimento industrial (PINHEIRO, 2000). A política externa de Vargas foi influenciada pelos valores da Guerra Fria e culminou na assinatura de um Acordo Militar com os Estados Unidos. Durante a crise política que levou ao suicídio de Vargas, pressões dos EUA e de grupos nacionais em relação ao monopólio estatal do petróleo contribuíram para o desfecho trágico. O governo de Café Filho adotou uma política favorável ao capital estrangeiro, mas a busca por recursos para o desenvolvimento continuou sendo um aspecto fundamental da política externa brasileira (VIDIGAL, 2021).

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, a política externa brasileira passou por dois períodos distintos. No primeiro período, o país buscava o alinhamento com os Estados Unidos para obter apoio financeiro, enquanto no segundo período, a partir de 1958, houve uma mudança na política externa, buscando maior autonomia. Durante esse período, a política externa foi baseada no Plano de Metas, que buscava atrair investimentos estrangeiros para impulsionar o desenvolvimento (CERVO; BUENO, 2015; VIDIGAL, 2021). No governo de Jânio Quadros, foi formulada a Política Externa Independente (PEI), que visava contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Brasil, diversificar as relações internacionais de forma amigável e promover a paz mundial. A PEI foi dividida em duas fases, com ênfase na preservação da paz e, posteriormente, na questão do desenvolvimento (PINHEIRO, 2004; VIDIGAL; 2021). Durante esse período, o Brasil estabeleceu laços com várias nações,

incluindo os Estados Unidos, países socialistas, africanos e asiáticos. A PEI foi baseada no nacionalismo e enfatizou as relações Norte-Sul, com diretrizes como respeito aos compromissos internacionais, luta contra o subdesenvolvimento econômico e apoio à Organização das Nações Unidas. A política externa buscava a ampliação do comércio externo brasileiro e a cooperação com outros países, mantendo a fidelidade ao sistema interamericano. A PEI representou uma abordagem pragmática, com uma visão universal e regional, independentemente de relacionamentos preferenciais com outras nações (CERVO; BUENO, 2015; VIDIGAL, 2021).

Durante o regime militar no Brasil (1964-1985), a política externa brasileira teve diferentes abordagens e objetivos. No governo de Castelo Branco, houve alinhamento com os Estados Unidos, mas foi considerada uma política anacrônica. No governo de Costa e Silva, o Itamaraty teve um papel mais relevante, porém, houve disputas internas em relação a questões como a nuclear. Durante o governo de Médici, adotou-se a "Diplomacia do Interesse Nacional", visando diversificar a atuação internacional e fortalecer a posição do Brasil. Já no governo de Geisel, a política externa foi definida como "pragmatismo ecumênico e responsável". No governo de Figueiredo, a política exterior recebeu pouca atenção, mas seguiu a mesma orientação universalista do governo anterior. Essas políticas foram influenciadas pelas demandas internas de desenvolvimento e pelas possibilidades e limitações do sistema internacional. No entanto, a efetividade desse modelo começou a diminuir a partir de 1980 (PINHEIRO, 2000; 2000b; 2004; CERVO; 2003; FAUSTO, 2006; CERVO; BUENO, 2015; VIDIGAL, 2021).

3.1.2 Da Redemocratização à Michel Temer

Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni conseguem vislumbrar muito bem o período da política externa brasileira contemporânea, em seu livro "A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula" (2016). Para os autores, mesmo com a mudança de regime político, a política externa do governo de José Sarney apresentou continuidade em relação ao período ditatorial brasileiro. No entanto, apesar da tentativa do presidente de manter a lógica da "autonomia pela distância", a pressão interna por mudanças e as transformações globais, como a abertura econômica e a liberalização política dos países periféricos, levaram a claros indícios de mudança na política externa brasileira no final do mandato de Sarney. Lima (2000, p. 264-266) destaca que a democratização das relações políticas e a liberalização econômica geraram

condições contraditórias que induziram à politização do processo de formação de políticas públicas e à ampliação do controle popular sobre o processo legislativo, mas também implicaram na retirada da proteção pública prévia e na redefinição dos direitos de propriedade da esfera pública para o mercado.

Durante o governo Sarney, a política externa foi mantida em continuidade com o governo anterior, com ênfase nas relações com os países sul-americanos, visando o fortalecimento da região e a integração Brasil-Argentina (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016). O Ministro das Relações Exteriores, Olavo Setúbal, defendia uma "diplomacia para resultados" que buscava o desenvolvimento e a exportação de seus efeitos (CERVO; BUENO, 2015). No final do governo, houve profundas alterações na política externa brasileira devido a pressões externas, mudanças no sistema internacional e demandas internas por mudanças. Com a redemocratização do país, temas como direitos humanos, meio ambiente e questões de gênero passaram a ter maior importância na política externa e doméstica (LIMA, 2000). A aproximação com a Argentina foi uma das principais conquistas desse período e marcou uma nova e duradoura diretriz na relação entre os dois países (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016). Sarney entendia que a política externa deveria eliminar os efeitos perversos do sistema internacional, como a dependência dos centros de poder político e econômico e as fórmulas recessivas impostas de fora.

Durante o governo de Fernando Collor de Mello (1989-1992), apesar das controvérsias que culminaram em seu impeachment, houve uma aproximação do Brasil com as práticas do mainstream do sistema internacional, notadamente em relação às políticas de liberalização econômica. Collor promoveu mudanças alinhadas ao Consenso de Washington, adotando uma política de abertura econômica, desregulamentação, privatização, reforma previdenciária e desoneração dos contratos de trabalho. A política exterior do governo buscava novos investimentos para o Brasil e oportunidades de incremento do comércio em países vizinhos do Cone Sul, além de Europa, Japão e Estados Unidos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016; VIDIGAL, 2021). O governo de Itamar Franco (1992-1995) deu continuidade a esse processo, com a adesão à OMC e ao Tratado de Marrakesh, além da participação ativa na Cúpula de Miami de 1994, que iniciou as negociações para a criação da ALCA. Foi nesse período que o Brasil evoluiu, mesmo que timidamente, de uma estratégia de "autonomia pela distância" para uma estratégia de "autonomia pela participação", com uma maior inserção nas instituições e regimes internacionais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

Itamar Franco assumiu a presidência do Brasil após o impeachment de Fernando Collor e adotou uma política discreta, focando no controle da inflação e na redução das críticas à

abertura econômica. Durante seu governo de transição, houve uma diminuição no ritmo das privatizações e uma retomada do discurso desenvolvimentista. Além disso, foi implementado o Plano Real, uma das maiores realizações do governo para combater a inflação. Itamar Franco buscou equilibrar a abertura econômica e as pressões internas na política externa, com diretrizes claras de estabilização econômica, desregulamentação, privatizações e abertura aos investimentos estrangeiros. Apesar disso, práticas corporativistas ainda persistiram (CERVO; BUENO, 2015; VIGEVANI; CEPALUNI, 2016; VIDIGAL, 2021). Em suma, a política externa brasileira evoluiu, mesmo que de forma muito tímida, de uma "autonomia pela distância" para uma "autonomia pela participação", com Sarney melhorando a imagem internacional do Brasil, Collor adotando as boas práticas do mainstream do sistema internacional e Itamar Franco aumentando a participação do Brasil em organizações internacionais e lançando o Plano Real. No entanto, foi durante o governo de Fernando Henrique Cardoso que o Brasil se consolidou como um agente ativo na política internacional, participando efetivamente das principais instituições e regimes internacionais (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

A política externa do governo FHC se baseou nos princípios estabelecidos desde a redemocratização, quando o Brasil passou a se ver como um ator global. Durante a "Década das Conferências", o país abandonou a antiga política de "autonomia pela distância" e passou a participar ativamente em regimes internacionais. O Brasil defendeu a utilização da ONU como instrumento de interação diplomática e ampliou seus compromissos em áreas como cooperação para o desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos. A política externa manteve os princípios históricos da diplomacia brasileira, como o pacifismo e o respeito ao direito internacional, e se concentrou em fortalecer o Mercosul para ampliar seu poder de negociação comercial. A postura institucionalista permitiu ao Brasil maior autonomia e capacidade de resolver problemas internos, além de contribuir para a resolução da agenda interna de desenvolvimento e crescimento do país. O Brasil buscava uma posição de Global Trader, utilizando tanto o Mercosul como outras relações para maximizar seus ganhos. Em resumo, a política externa do governo FHC buscou adaptar-se às mudanças através de uma atuação proativa na formulação de regimes e participação em instituições internacionais, consolidando seus interesses e aumentando sua relevância internacional (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a presidência do Brasil em 1º de janeiro de 2003, com uma plataforma governamental centrada na mudança e na inclusão social no sistema internacional (FAUSTO, 2006; VIDIGAL, 2021). Ele destacou-se no tema do Combate à Fome Internacional, estabelecendo o Programa Fome Zero no âmbito interno e promovendo

iniciativas políticas similares nas relações internacionais. Embora o governo de George W. Bush e o 11 de setembro de 2001 tenham tido um impacto significativo nos paradigmas das relações internacionais, a preferência do Brasil pelo multilateralismo não mudou. O governo de Lula enfatizou frequentemente sua preocupação com a pobreza e as assimetrias de poder entre os Estados como problemas globais, acreditando no multilateralismo como um sistema indispensável para um mundo mais justo e democrático (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

O governo de Lula buscou reduzir as assimetrias internacionais nas esferas política, econômica, social e comercial, implementando diversas ações. Entre elas, estavam a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a aproximação com países emergentes, como a criação do G20 dos países em desenvolvimento para negociações comerciais em coalizão. Embora os governos FHC e Lula representem tradições diplomáticas brasileiras distintas, ambos buscaram desenvolver economicamente o país, mantendo certa autonomia política. Durante o governo Lula, houve uma mudança paradigmática da autonomia pela participação para uma autonomia pela diversificação, em que o Brasil buscou diversificar suas parcerias internacionais, com ênfase em países em desenvolvimento, a fim de diminuir a dependência dos países ricos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2016).

Dilma Rousseff foi eleita presidente do Brasil para dois mandatos, assim como seus antecessores FHC e Lula. No entanto, seu governo foi marcado por uma crise política e seu impeachment em 2016. As eleições presidenciais de 2014 agravaram a polarização política no país, e o cenário internacional mais complicado do que o de seu antecessor contribuiu para a estagnação da política externa brasileira. Autores como Cornetet (2014), Velasco Júnior (2017) e Silva (2019) argumentam que, apesar da intenção de Rousseff de dar continuidade à política externa desenvolvida durante o governo de Lula, as controvérsias presentes em seu governo e fatores externos dificultaram a sua realização. Muitos pesquisadores debatem sobre uma possível continuidade, ou não, da política externa brasileira durante o governo de Dilma Rousseff em relação ao governo anterior de Lula. Internamente, a continuidade é evidente, tanto pela forma como Rousseff assumiu a presidência quanto pelo seu programa de governo. A política externa de Dilma Rousseff manteve alguns princípios norteadores do governo Lula, mas buscou ampliar a presença do Brasil no cenário internacional. No entanto, de acordo com Cornetet (2014), a diplomacia de Dilma teve menos afinco e mais limitações externas em relação aos objetivos buscados pelo governo. O autor analisa comparativamente a política externa dos governos de Lula e Dilma e argumenta que Dilma Rousseff não deu tanta importância aos assuntos externos.

3.1.3 Michel Temer e a faísca para o caos

Michel Temer assumiu a presidência após o impeachment de Dilma Rousseff, buscando distanciar-se dos governos anteriores com uma narrativa de mudanças e "desideologização" na PEB. No entanto, a análise de Velasco Júnior (2017) nos sugere que a política externa de Temer se caracterizou mais por uma "autonomia pela inércia", com poucas inovações em relação aos governos anteriores. A presidência de Temer projetou uma imagem de responsabilidade econômica e comercial nas relações internacionais do Brasil, em detrimento de um papel mais ativo e socialmente engajado, visando atrair investimentos e estabelecer uma clara distinção em relação à gestão anterior. Em seu discurso de posse, o Ministro das Relações Exteriores, José Serra, apresentou dez diretrizes que pautariam as relações exteriores do Brasil, com críticas às ações tomadas nos governos anteriores. Essa abordagem criou uma narrativa de ruptura, mesmo que não tenha sido bem-sucedida, como argumenta Silva (2019). Conseqüentemente, a política externa de Temer foi afetada pelas forças políticas democráticas em jogo e realizou ações relevantes.

Conforme destacado por Velasco Júnior (2017), a política externa do governo Temer se resumiu a "mudanças de ajustes" e, no máximo, a "mudanças de programa" (HERMANN, 1990), sem romper com o cerne das iniciativas dos governos anteriores. Esse fato foi completamente contrário à narrativa proposta pelo próprio Temer. Esperava-se um distanciamento da lógica Sul-sul, implementada durante os governos de Lula e, em certa medida, por Dilma, e um redirecionamento do foco brasileiro para países do norte. No entanto, isso não aconteceu. No âmbito regional, as mudanças notáveis giraram em torno das relações com os vizinhos e a utilização do Mercosul. Em relação a este último, em seu discurso, José Serra argumentou que era necessário renovar o bloco "antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar [...]" (BRASIL, 2016).

Durante o governo Temer, o Brasil adotou uma postura mais voltada para a dimensão comercial do Mercosul, em detrimento da ênfase dada por Lula à dimensão social e política do bloco. Além disso, o governo Temer adotou uma postura mais dura em relação a países bolivarianos, como a Venezuela, o que levou à suspensão do país do Mercosul. Para reforçar a dimensão comercial do bloco, formuladores de política procuraram estreitar laços com a Aliança para o Pacífico. Em suma, as mudanças na política externa do Brasil durante o governo Temer resultaram em uma maior ênfase no aspecto comercial das relações, especialmente no âmbito do Mercosul. Embora tenham ocorrido mudanças na PEB durante o governo Temer em relação à América Latina, de acordo com Velasco Júnior (2017) e Silva (2019), essas alterações

não representaram uma mudança drástica nos objetivos do Brasil na região. Em geral, o Brasil manteve a mesma concepção de seu papel na região. A exceção notável foi a abordagem mais dura adotada contra a Venezuela, embora essa mudança tenha se limitado a ajustes e, no máximo, mudanças de programa no caso venezuelano. Por outro lado, nas relações com a Argentina, por exemplo, não houve mudanças significativas na abordagem. Segundo Velasco Júnior (2017), a ação de Temer reflete práticas tradicionais do Brasil e preserva a histórica aliança com a Argentina.

No cenário internacional, o governo de Michel Temer buscou fortalecer a imagem do Brasil como um país economicamente responsável, procurando promover relações comerciais para atrair investimentos estrangeiros. No entanto, apesar das expectativas de uma possível mudança de direcionamento das relações externas para países do Norte, isso não se concretizou, conforme aponta a análise de Silva (2019). Nesse sentido, Temer buscou no BRICS uma fonte de investimentos de curto prazo para lidar com a crise econômica enfrentada pelo Brasil, o que também contribuiu para o fortalecimento da política externa brasileira no âmbito global, como destacado por Velasco Júnior (2017). A China se manteve como um parceiro estratégico fundamental para o país, como reforçado pelo próprio ex-ministro das Relações Exteriores José Serra, que em seu discurso de posse destacou a importância da relação com parceiros asiáticos, em particular a China, um grande fenômeno econômico do século XXI (BRASIL, 2016).

Podemos, portanto, concluir que as mudanças ocorridas na gestão de Temer foram mais de natureza de ajuste do que de reformulação de estratégia, principalmente no que diz respeito às relações comerciais. Como aponta Velasco Júnior (2017), os formuladores de política do governo Temer procuraram expandir as relações comerciais para além do multilateralismo aplicado na Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, essa mudança de ajustes não teve um impacto significativo nas ações do governo. O Brasil continuou a manter sua tradição multilateral, como exemplificado pela rápida ratificação do Acordo de Paris. Além disso, ao contrário do que muitos analistas esperavam, não houve uma guinada em direção aos países do Norte, mas sim uma busca por investimentos imediatos por meio do BRICS, como argumenta Silva (2019), com a China mantendo sua posição como parceiro estratégico indispensável. Em suma, o governo de Temer não mudou significativamente a concepção do Brasil sobre o seu papel na região e manteve a tradição multilateral, embora com pequenas mudanças de ênfase. O que se mostrou bem diferente no governo Bolsonaro.

3.2 A atuação populista na política externa

De acordo com Grant Alan Burrier (2019), que investigou as consequências do populismo na América Latina, uma das principais ramificações desse fenômeno é a ênfase na soberania nacional, em que líderes populistas destacam a importância de proteger os interesses do país e resistir à influência estrangeira. Outra consequência do populismo na política externa da região é a maior atenção concedida aos setores mais vulneráveis da sociedade. Os líderes populistas frequentemente se posicionam como defensores dos pobres e marginalizados, e isso pode refletir-se em suas políticas externas. No entanto, o populismo também pode resultar em políticas externas menos previsíveis e consistentes.

Os líderes populistas tendem a tomar decisões com base em suas convicções pessoais ou em resposta às demandas dos eleitores, em vez de seguir uma estratégia clara e consistente. Isso pode ocasionar mudanças frequentes nas políticas externas e dificultar a previsão das intenções do governo por parte de outros países. Por fim, o populismo também pode levar ao isolamento internacional em determinados casos. Os líderes populistas podem adotar uma postura confrontadora em relação a outros países ou organizações internacionais, o que pode gerar tensões e conflitos. Ademais, eles podem demonstrar menor propensão em buscar alianças internacionais ou participar de acordos multilaterais, o que limita as oportunidades de cooperação e desenvolvimento (BURRIER, 2019).

Segundo Angelos Chryssogelos (2017), ao analisar a influência do populismo na política externa sob uma perspectiva mais europeizada, é importante considerar que essa influência pode variar dependendo do contexto político e geográfico em que ocorre. No entanto, algumas tendências gerais podem ser observadas. Uma dessas tendências é a adoção de uma retórica nacionalista e anti-elitista como forma de influência populista na política externa. Os líderes populistas frequentemente se apresentam como defensores dos interesses nacionais em oposição às elites globais e às instituições internacionais. Isso pode resultar em uma ênfase ampliada na soberania nacional e na proteção dos interesses nacionais em detrimento da cooperação internacional. Além disso, os líderes populistas tendem a adotar uma abordagem confrontadora em relação a outros países e organizações internacionais. Eles podem buscar desafiar as normas internacionais existentes ou adotar políticas unilaterais que vão de encontro aos interesses de outros países ou organizações. É essencial, portanto, considerar o contexto político específico ao analisar a influência do populismo na política externa, pois os efeitos podem variar consideravelmente (CHRYSSOGELOS, 2017).

De acordo com Büşra Özyüksel (2020), a estrutura de liderança desempenha um papel crucial na tomada de decisões em política externa. Em certos países, o líder exerce uma influência significativa nesse processo, enquanto em outros, sua participação pode ser mais limitada. Tal dinâmica pode ser influenciada por diversos fatores, como a estrutura política, a cultura política e as relações internacionais do país em questão. Além disso, o artigo ressalta que a liderança pode ser tanto um agente efetivo quanto inefetivo no contexto da política externa, dependendo da capacidade do líder em angariar apoio político e popular para suas políticas, bem como de sua habilidade em lidar com questões internacionais complexas. Nesse sentido, o autor argumenta que o populismo pode ter tanto um impacto positivo quanto negativo na política externa, variando de acordo com as circunstâncias específicas do país e da situação internacional.

Por um lado, líderes populistas podem ser eficazes na mobilização do apoio popular para suas políticas externas, o que pode fortalecer a posição do país nas negociações internacionais. Ademais, esses líderes podem adotar uma postura mais assertiva em relação a outros países, sendo vista como uma forma de proteção dos interesses nacionais. Por outro lado, o populismo também pode ter efeitos negativos na política externa. Líderes populistas podem adotar políticas externas impulsivas ou irracionais que prejudicam as relações internacionais do país. Além disso, eles podem ser menos propensos a buscar soluções diplomáticas para conflitos internacionais, optando por uma abordagem mais confrontacional. Portanto, é fundamental considerar tanto as características específicas do país quanto o contexto internacional ao analisar o impacto do populismo na política externa, uma vez que suas consequências podem variar significativamente (ÖZYÜKSEL, 2020).

A partir das contribuições de Chrystosgelos (2010; 2011; 2017) e Verbeek e Zaslove (2017), é possível afirmar que o populismo exerce influência na política externa por meio dos partidos políticos. Nesse sentido, os autores argumentam que o populismo pode manifestar-se de diversas formas e impactar a política externa de maneira significativa. Primeiramente, os partidos populistas tendem a enfatizar a soberania nacional e a proteção dos interesses do país, o que pode resultar em uma abordagem mais nacionalista na política externa. Essa postura se traduz em políticas como restrições à imigração, aumento de tarifas comerciais e maior ênfase na defesa dos interesses nacionais durante negociações internacionais. Adicionalmente, os partidos populistas podem ser críticos em relação a instituições internacionais e acordos multilaterais, como a União Europeia ou a Organização Mundial do Comércio. Eles podem argumentar que essas instituições prejudicam os interesses nacionais, buscando, assim, uma abordagem mais unilateral na política externa.

Wehner e Thies (2020) também destacam diversas maneiras pelas quais o populismo pode influenciar a política externa. Em primeiro lugar, líderes populistas podem adotar uma postura mais nacionalista e protecionista em relação às relações internacionais. Sua ênfase recai na proteção dos interesses nacionais e na promoção da soberania do país, muitas vezes em detrimento da cooperação internacional ou da integração regional. Ademais, líderes populistas podem fazer uso de retórica populista para mobilizar apoio popular em questões de política externa. Por exemplo, eles podem apelar para sentimentos nacionalistas ou anti-imperialistas para justificar ações agressivas contra outros países ou para defender posições controversas em negociações internacionais. Em suma, tanto Chryssogelos quanto Verbeek, Zaslove, Wehner e Thies concordam que o populismo exerce influência na política externa, por meio dos partidos políticos, e que essa influência pode se manifestar de diferentes formas, como uma postura nacionalista, protecionista e crítica em relação a instituições internacionais, bem como o uso de retórica populista para mobilizar apoio popular em questões internacionais.

Sandra Destradi et. al. (2022) trazem uma perspectiva interessante para o debate. Em primeiro lugar, os líderes populistas teriam a capacidade de utilizar a política externa como um meio de obter apoio doméstico, mobilizando a opinião pública em torno de questões que são importantes para seus eleitores, como imigração ou soberania nacional. Para alcançar esse objetivo, eles recorrem à retórica nacionalista e adotam políticas que reforçam a independência do país em relação às influências estrangeiras. Em segundo lugar, os líderes populistas teriam a tendência de personalizar a política externa, tornando-se o rosto da diplomacia do país e aumentando sua visibilidade internacional. Eles o fazem por meio de visitas oficiais ao exterior, discursos em fóruns internacionais e encontros com líderes estrangeiros. Esse caráter personalista da política externa pelos líderes populistas ajuda-os a consolidar seu poder no cenário doméstico e a aumentar sua popularidade entre seus eleitores (DESTRADI; et. al., 2022).

Em terceiro lugar, os líderes populistas podem adotar uma abordagem mais confrontadora ou isolacionista em relação a outros países, buscando afirmar sua autoridade e independência em relação às potências estrangeiras. Isso pode resultar em tensões com outros países e dificultar as negociações internacionais. No entanto, os autores aprofundam ainda mais esse debate, atribuindo essas influências à politização da política externa promovida pelos populistas. Ao politizar a política externa, os líderes populistas buscam instrumentalizá-la como uma ferramenta para fortalecer sua base de apoio e afirmar sua visão nacionalista. Essa politização pode resultar em mudanças significativas na condução da política externa, à medida

que os interesses domésticos e a busca por legitimidade política se tornam fatores-chave na tomada de decisões em âmbito internacional (DESTRADI; PLAGEMANN; TAŞ, 2022).

No contexto brasileiro, Lopes, Carvalho e Santos (2022) sustentam, em consonância com estudos anteriores, que Jair Bolsonaro adotou uma retórica agressiva em relação a países e instituições internacionais, promovendo uma visão nacionalista e protecionista. Além disso, ele buscou alianças com líderes populistas em todo o mundo, como Donald Trump e Viktor Orbán. Durante seu governo, a política externa brasileira concentrou-se em temas como soberania nacional, combate à corrupção e defesa dos valores tradicionais. No entanto, essa abordagem atraiu críticas internacionais devido à postura em relação ao meio ambiente e aos direitos humanos. Casarões e Farias (2021) destacam que o populismo se manifestou por meio de uma retórica agressiva e anti-globalista, contrapondo-se à integração regional e à cooperação internacional.

O governo Bolsonaro defendeu a ideia de que o Brasil deveria priorizar seus próprios interesses nacionais, mesmo que isso implicasse romper acordos internacionais ou desafiar a ordem global estabelecida. Além disso, o populismo foi utilizado como estratégia para mobilizar a base eleitoral do governo em questões sociais e culturais, como a defesa da família tradicional e a oposição aos direitos LGBT. Em suma, o populismo desempenhou um papel significativo na política externa brasileira sob Bolsonaro, promovendo uma visão nacionalista e protecionista, bem como o estabelecimento de alianças com líderes populistas em nível global (CASARÕES; FARIAS, 2021; LOPES; et. al., 2022).

É interessante observarmos o papel crucial dos discursos nas diferentes perspectivas sobre a influência populista nos processos decisórios dos países. No caso brasileiro, após as explanações apresentadas neste capítulo, fica evidente o impacto do populismo. Todos os autores mencionados nesta seção ressaltam a importância da "retórica" na construção dessas visões. É nesse sentido que, na próxima seção, analisaremos os discursos oficiais feitos por Ernesto Araújo. Como destacado por Casarões e Farias (2021), a retórica anti-globalista, combinada a um discurso nacionalista agressivo, com traços de fundamentalismo religioso, influenciou não apenas a PEB, mas também o discurso político interno do país.

3.3 **Etapa 3: discursos oficiais e o efeito populista na política externa brasileira**

A pesquisa entra na etapa 3 da lógica tripartite formulada por Fairclough (2001). A próxima etapa é a análise social, que consiste em investigar as relações entre a prática social e

as estruturas sociais mais amplas. Neste contexto, examinaremos como os conceitos previamente discutidos se manifestaram nas ações da política externa brasileira e como estão relacionados ao poder e às ideologias na sociedade. Para isso, utilizaremos os discursos oficiais de Ernesto Araújo, incluindo entrevistas concedidas por ele enquanto Ministro de Estado. A seção será dividida em três partes: primeiro, analisaremos o discurso de posse de Araújo como Ministro das Relações Exteriores para identificar as principais características da política externa nesse período. Em seguida, examinaremos as aulas magnas proferidas por ele no Instituto Rio Branco, a fim de observar como ele disseminava suas ideias dentro da instituição diplomática. Por fim, serão propostas mais duas seções: "Relação com os 'inimigos'", "Relação com o 'nós'". Essas seções avaliarão os efeitos concretos do discurso populista de extrema-direita no processo decisório da política externa brasileira.

3.3.1 Discurso de posse

Em linhas gerais, no seu discurso de posse, Ernesto Araújo expressou a importância da diplomacia brasileira em proteger a soberania nacional e os valores tradicionais do país, enquanto criticava o "globalismo" por enfraquecer nações e impor uma visão uniforme e homogênea. Condenou também a ideologia de gênero, considerando-a uma ameaça aos valores cristãos e à família. Além disso, defendeu uma postura mais firme e independente do Brasil no cenário internacional, buscando parcerias estratégicas com nações que compartilhem dos mesmos valores e interesses, além de ressaltar a importância da cooperação Sul-Sul para fortalecer a posição do Brasil no mundo. Em resumo, o discurso de posse se baseou na defesa da soberania nacional, dos valores tradicionais brasileiros, e na busca por uma diplomacia mais autônoma e alinhada com os interesses do país – o que ele chamou de “Nova política externa brasileira”. Dessa maneira, é interessante fazer a identificação dos conceitos teórico-metodológicos propostos pela Teoria do Discurso e apresentados ao decorrer desta dissertação.

Assim, é importante destacarmos, como argumentado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015), o papel fundamental da contingência. A contingência refere-se à noção de que as relações sociais são caracterizadas pela incerteza e imprevisibilidade, não havendo uma determinação fixa ou inevitável que determine o curso dos eventos. Na Teoria do Discurso, a contingência é vista como um elemento que possibilita a construção de diferentes identidades políticas. Assim, a contingência contribui para a transformação dos conceitos de um discurso para outro, permitindo que diferentes demandas e identidades sejam articuladas em torno de um ponto central que pode ser preenchido com diferentes conteúdos em diferentes contextos. É

evidente que existem algumas diferenças entre os discursos presentes no blog *Metapolítica 17* e no artigo "Trump e o Ocidente". Embora a lógica discursiva seja semelhante, certos elementos ganham mais ou menos relevância. Como veremos nos discursos oficiais de Araújo, ele adota uma abordagem completamente alinhada com a lógica do bolsonarismo, o que não ocorreu em seu artigo de 2017, por exemplo, em que dava mais ênfase a figura de Donald Trump.

3.3.1.1 Significante vazio

No discurso de posse, a ideia de "liberdade" é utilizada como um significante vazio que foi preenchido com diferentes elementos, como a defesa da soberania nacional, a identidade brasileira, a defesa da família e dos valores cristãos, entre outros. A ideia de "liberdade" foi utilizada para unificar diferentes demandas e identidades em torno de uma identidade política comum, que foi construída em oposição a grupos e entidades identificados como o "inimigo", como a esquerda globalista, o marxismo cultural, o globalismo, o multilateralismo, entre outros. Nesse sentido, o ex-chanceler defende que Jair Bolsonaro é impulsionado⁴⁷ pela convicção de que "conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará", essa "crença fundamental" permearia sua luta para reconquistar o Brasil e devolvê-lo aos brasileiros. Vale mencionarmos aqui, como a ideia de pan-nacionalismo ainda é mantida neste discurso, onde os países deveriam tomar conhecimento de si mesmos, defender sua soberania e identidade nacional, em favor da luta contra o marxismo cultural globalista.

Dessa forma, a frase bíblica mencionada anteriormente, extraída do versículo de João, envolveria três conceitos essenciais: *Gnosis* (conhecimento), *Aletheia* (verdade) e *Eleuthería* (liberdade). Ernesto Araújo descreve *Aletheia* como um "desvelamento" ou "desesquecimento" que vai além da verdade factual, buscando uma conexão autêntica e profunda consigo mesmo. Nesse sentido, defende que a verdade liberta ao romper com a prisão de uma identidade equivocada. Nesse contexto, a PEB também estava presa fora do Brasil, e o objetivo seria recuperar a verdade e reafirmar a identidade nacional.

“A palavra liberdade ainda é uma palavra que acende o coração das pessoas. A pessoa pode estar lá, desanimada, no seu canto, mas quando escuta a palavra “liberdade”, não há quem não levante a cabeça, subitamente alerta, e pergunte: “Liberdade? Onde? Eu quero.” (ARAÚJO, 2020, p. 17).

⁴⁷Importante característica mantida, agora mais bolsonarista.

O ex-chanceler foi um defensor da ideia de que Jair Bolsonaro estava empenhado em libertar o Brasil por meio da busca pela verdade, abrangendo também a política externa do país. Para ele, o conhecimento íntimo e pessoal, chamado de *gnosis*, desempenharia um papel crucial na busca da verdade, visto que ela não poderia ser alcançada por meio de um conhecimento racional, mas sim por uma experiência pessoal. Por isso, a verdade seria essencial, ela não poderia ser obtida apenas através de cautela e prudência. É nesse sentido que:

É só o amor que explica o Brasil. O amor, o amor e a coragem que do amor decorre conduziram os nossos ancestrais a formarem esta nação imensa e complexa. Nós passamos anos na escola, quase todos nós, eu acho, escutando que foi a ganância ou o anseio de riqueza, ou pior ainda, o acaso, que formou o Brasil, mas não foi. Foram o amor, a coragem e a fé que trouxeram até aqui, através do oceano, através das florestas, pessoas que nos fundaram (ARAÚJO, 2020, p. 18).

Ernesto Araújo defende a ideia de que, para libertar o Itamaraty e resgatar sua verdadeira essência, seria necessário promover o desesquecimento, ou seja, libertar a memória histórica e reconhecer o papel do Itamaraty como guardião da continuidade da memória brasileira. Um claro movimento, como vimos no capítulo 2, em direção a ‘desideologização’ da PEB que vinha sendo promovida desde o governo Temer (VELASCO JÚNIOR, 2017). Sendo assim,

Nós temos tradições, é claro, mas precisamos empregá-las como estímulo para buscar a verdade e a liberdade, como serviço à pátria, como serviço a todos os brasileiros, tanto os mais humildes, quanto os mais afortunados do nosso povo, esse povo que uma ideologia perversa não mais divide. Temos tradições, mas, como dizia o Embaixador Azeredo da Silveira, na frase famosa, “a maior tradição do Itamaraty é saber renovar-se”. (ARAÚJO, 2020, p. 22-23).

3.3.1.2 Nós

Para o ex-chanceler, o Itamaraty transcende sua função de repartição pública, assumindo o papel de um santuário e “um portal temporal”, onde “tanto os heróis célebres quanto os anônimos da história” conviviam. Para tal, a instituição teria o dever de preservar e nutrir a rica tradição histórica que pulsava nas veias da nação:

O Presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova independência. É isso que os brasileiros profundamente sentimos. E deveríamos senti-lo e vive-lo, ainda mais aqui no Itamaraty, onde a história está tão presente. Deveríamos deixar fluir por estes salões e corredores a emoção deste novo nascimento da pátria. Precisamos desesquecer e lembrar de quem somos, de quem estamos voltando a ser (ARAÚJO, 2020, p. 20).

Busca, portanto, ressignificar o famoso lema do Barão do Rio Branco: “em todos os lugares, lembrar-se da pátria”. Para ele, esta é uma tradução incorreta, na verdade seria: “Em todos os lugares, eu me lembro da pátria”. Defende que seria um compromisso pessoal que cada

um assumiria. Nesse sentido, acredita que sentir essa profunda verdade da pátria, experimentar o que significa ter uma pátria é lembrar-se dela como uma verdade central que só pode ser conhecida através do amor:

Lembrar-se da pátria. Não é lembrar-se da ordem liberal internacional, não é lembrar-se da ordem global, não é lembrar-se do que diz o último artigo da *Foreign Affairs* ou a última matéria do New York Times. É lembrar-se da pátria como uma realidade essencial. Não estamos aqui para trabalhar pela ordem global. Aqui é o Brasil. Não tenham medo de ser Brasil. Não tenham medo (ARAÚJO, 2020, p. 20-21).

Destarte, argumenta, a verdade que liberta estaria com aqueles que foram, aqueles “que seguiram a bandeira de seus reis e santos, sem saber se voltariam, sem se importar se voltariam”. Nesse sentido, “O mito ensina a não ter medo, e é curioso que o mito é o mito, e no momento atual o mito é o apelido carinhoso que o povo brasileiro deu ao Presidente Bolsonaro” (ARAÚJO, 2020, p. 21). É notável a manutenção da lógica encontrada nos discursos analisados aqui anteriormente. Prega ainda aquele pan-nacionalismo presente em “Trump e o Ocidente” (2017), bem como seus malabarismos argumentativos e conhecida erudição. Para além disso, percebemos como sempre se é utilizada a primeira pessoa do plural, “nós”: “Precisamos libertar a nossa memória histórica da qual essa modesta oração faz parte” (ARAÚJO, 2020, p. 19); “Mas se é assim, como é que nós vamos conhecer a verdade, que é a chave disso tudo?” (ARAÚJO, 2020, p. 18); “O Presidente Bolsonaro disse que nós estamos vivendo o momento de uma nova independência” (ARAÚJO, 2020, p.20); “Vamos fazer alguma coisa pelas nossas vidas e pelo nosso país” (ARAÚJO, 2020, p. 22). Quem seria esse nós?

Como já abordamos anteriormente, Vargas (et al., 2018) bem observa o termo “cidadãos de bem”, composto por cristãos, conservadores, classe média, empresários, militares etc. (LYNCH; CASSIMIRO, 2022). Entretanto, mais do que tudo, aqueles que forem patrióticos, lutarem pela identidade e soberania nacional. Este é o apelo que Ernesto Araújo faz em seu discurso: “vamos fazer alguma coisa pelas nossas vidas e pelo nosso país. Mergulhemos no oceano de sentimento e na esperança do nosso povo. Não mergulhemos nessa piscina sem água que é a ordem global” (ARAÚJO, 2020, p. 22). É a partir deste pensamento se constrói a defesa de que o Itamaraty teria o propósito de servir ao Brasil, não à ordem global. Sua excelência é importante, mas deveria ser demonstrada em ações concretas. É apontado um ar de “ensimesmamento” e comodismo no Itamaraty, em que para ele, houve um apego excessivo à autoimagem e essa autopercepção se tornou uma espécie de ídolo, levando a um foco interno em vez de uma atenção voltada para fora (ARAÚJO, 2020).

Por este motivo, ordena: “não tenhamos medo do povo brasileiro. Somos parte do povo brasileiro” (ARAÚJO, 2020). Esta argumentação é uma clara construção narrativa para uma

maior participação do “povo” no processo de formulação da PEB – como vimos em seus discursos no blog *Metapolítica 17*. Sandra Destradi et. al. (2022) argumenta que líderes populistas utilizam a política externa para obter apoio doméstico, mobilizando a opinião pública em torno de questões nacionais. Parece que é exatamente o que busca Araújo (2020):

“A partir de hoje, o Itamaraty regressa ao seio da pátria amada. O Itamaraty voltou, porque o Brasil voltou”. Por muito tempo o Brasil dizia o que achava que devia dizer. Era um país que falava para agradar os administradores da ordem global. Queríamos ser um bom aluno na escola do globalismo, e achávamos que isso era tudo. Éramos um país inferior, aplicando a classificação de Fernando Pessoa. Mas o Brasil volta a dizer o que sente, e a sentir o que é [...] (ARAÚJO, 2020, p. 23-24).

Outro importante exemplo, seria:

Nós orientaremos todas as relações bilaterais e multilaterais para a geração de resultados concretos para o emprego, a renda e para a segurança dos brasileiros. Ao mesmo tempo que as relações bilaterais, investiremos renovado esforço também nas negociações multilaterais, especialmente na OMC, que está construindo uma nova e promissora agenda da qual, hoje, o Brasil ainda está de fora, mas na qual entrará com todo o seu peso e toda sua criatividade. [...] Abriremos o Itamaraty para a sociedade, seremos a Casa de todos os brasileiros. Muito se escuta que o brasileiro não se interessa por política externa. Na verdade, o brasileiro não se interessava por política externa quando achava que política externa era simplesmente um exercício de estilo, infinitas variações para não dizer nada em um discurso da ONU (ARAÚJO, 2020, p. 29).

O Brasil, segundo Araújo, expressa seu verdadeiro sentimento e redescobre sua essência. Aponta para os que duvidam das capacidades do país, entretanto, afirma que o Brasil reconhece sua própria identidade, independentemente das críticas e limitações impostas:

Somos um país universalista, é certo, e a partir desse universalismo queremos construir algo bom e produtivo com cada parceiro. Mas universalismo não significa não ter opiniões. Universalismo não significa uma geleia geral. Não significa querer agradar a todos. A vocação do Brasil não é ser um país que simplesmente existe para agradar. Queremos ser escutados, mas queremos ser escutados não por repetir alguns dogmas insignificantes e algumas frases assépticas, queremos ser escutados por ter algo a dizer (ARAÚJO, 2020, p. 25).

O ex-chanceler defende que desde que Bolsonaro assumiu a presidência, a política externa se tornou um tema de grande interesse e envolvimento para os brasileiros, visto que ele atribuiria grande importância a essa área, considerando-a integrada à vida nacional e não exclusiva de especialistas. É nesse sentido, que ele arremata a argumentação defendendo que o povo brasileiro reconhece que a batalha por seus ideais e valores mais profundos ocorre na arena internacional, o que só reforça os argumentos de Destradi et. al. (2022). “O brasileiro entende que da frente externa depende em grande medida a sobrevivência e o êxito do projeto de redescoberta e libertação, esta aventura de *aletheia* e *eleuthería* que estamos vivendo com amor e com coragem” (ARAÚJO, 2020, p. 29-30).

Isto posto, Araújo direciona quem serão os aliados do Brasil no mundo. Afirma que as parcerias e alianças buscadas serão em vista de alcançar os objetivos brasileiros, sem pedir à ordem global. Assim, a liberdade seria defendida, bem como a vida e o direito de cada povo ser o que é. De forma complementar, lista uma série de países que, a partir de sua administração, o Brasil admira:

Quem ama, luta pelo que ama. Então nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação, mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo seu solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação. Por isso admiramos os Estados Unidos da América, aqueles que hasteiam sua bandeira e cultuam seus heróis. Admiramos os países latino-americanos que se libertaram dos regimes do Foro de São Paulo. Admiramos nossos irmãos do outro lado do Atlântico que estão construindo uma África pujante e livre. Admiramos os que lutam contra a tirania na Venezuela e em outros lugares. Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam (ARAÚJO, 2020, p. 25-26).

Vale ressaltarmos, a presença de Israel neste discurso, país que se configurou como um dos maiores aliados brasileiros no sistema internacional, ao lado dos Estados Unidos. É interessante observarmos, como é bem delimitado quem são os possíveis países pertencentes ao “nós”, importante notar que, geralmente, todos os nomes citados seguem a lógica proposta por esta dissertação: países alinhados com a extrema-direita, EUA, Israel com sua controversa ligação com a fé cristã brasileira e àqueles países que se afastaram do socialismo. Seguindo, o ex-chanceler aponta para dois problemas do mundo:

O problema do mundo não é a xenofobia, mas a *oikofobia* – de *oikos*, *oikía*, o lar. *Oikofobia* é odiar o próprio lar, o próprio povo, repudiar o próprio passado [...] Além da *oikofobia*, o ódio contra o próprio lar, deveria preocupar-nos, também, cada vez mais, a teofobia, o ódio contra Deus. Há uma teofobia horrenda, gritante, na nossa cultura. Não só no Brasil, em todo o mundo. Um ódio contra Deus, proveniente sabe-se lá de onde, canalizado por todos os códigos de pensamento e de não pensamento que perfazem a agenda global.

3.3.1.3 Inimigos

Com relação aos inimigos mobilizados, tal qual foi com o conceito de “nós”, eles se mantiveram, se comparados aos discursos analisados no capítulo 2. A crítica ao que ele chama de "globalismo" é acentuada, onde ele seria uma ideologia contrária à nação, à natureza humana e ao próprio nascimento humano. Propriamente dito, além do globalismo, Araújo não identifica claramente novos inimigos, os que observamos são os costumeiros: Venezuela, Foro de São Paulo, Ordem Internacional Liberal, países socialistas, comunismo e a mídia tradicional. O polo

antagônico se mantém na ideia de marxismo cultural globalista. Ele afirma que o globalismo é um movimento que busca destruir as nações e afastar o homem de Deus, e que isso é o que estão tentando fazer:

Para destruir a humanidade é preciso acabar com as nações e afastar o homem de Deus, e é isso que estão tentando, e é contra isso que nos insurgimos. O globalismo constitui-se no ódio, através das suas várias ramificações ideológicas e seus instrumentos contrários à nação, contrários à natureza humana, e contrários ao próprio nascimento humano. Nação, natureza e nascimento, todos provêm da mesma raiz etimológica, e isso se dá porque possuem entre si uma conexão profunda (ARAÚJO, 2019a, p. 26).

Destarte, a luta pela nação é a mesma luta pela família, pela vida e pela dignidade humana. O mundo, segundo ele, não caminhou inexoravelmente para o socialismo porque alguém o impediu e o mesmo ocorrerá com o globalismo: “nós queremos levar a toda parte o grito sagrado da liberdade, *eleuthería*. Esse foi o primeiro grito de guerra do Ocidente em seu nascimento, na batalha de Salamina, *Eleutheroûte Patrída*. Libertai a pátria” (ARAÚJO, 2019a, p. 27). Seguindo os novos rumos do país, define que:

No sistema multilateral político, especialmente na ONU, vamos reorientar a atuação do Brasil em favor daquilo que é importante para os brasileiros – não do que é importante para as ONGs. Defenderemos a soberania. Defenderemos a liberdade – a liberdade de expressão, a liberdade de crença, a liberdade na Internet, a liberdade política. Defenderemos os direitos básicos da humanidade, o principal dos quais talvez seja, se me permitem usar o título de uma novela dos anos 60, o direito de nascer (ARAÚJO, 2019a, p. 29).

Ernesto Araújo conclui seu discurso argumentando que existia a possibilidade de tornar o Brasil mais competitivo e autêntico, dinâmico economicamente e verdadeiro em sua essência, simultaneamente. Para isso, o “povo” brasileiro não poderia permitir que o globalismo destruísse suas almas “em nome da competitividade” (ARAÚJO, 2019a, p. 30), não podiam aceitar a ideia de que a paz significaria ausência de luta:

Os senhores perguntar-me-ão: e como faremos isso? Pela palavra. Acreditemos no poder infinito da palavra, que é o logos criador. O Presidente Jair Bolsonaro está aqui, chegou até aqui, e nós com ele, porque diz o que sente. Porque diz a verdade. E isso é o logos (ARAÚJO, 2019a, p. 30-31).

3.3.2 Aulas Magnas ministradas

A análise apresentada até agora conseguiu abordar de maneira abrangente os elementos e conceitos relevantes. Agora, é possível adotar uma abordagem mais prática e concreta, deixando de lado minúcias e detalhes. Essa mudança ocorre porque os pressupostos teóricos-metodológicos foram expostos e identificados de forma precisa na análise. Dessa maneira,

apresentamos argumentos suficientes para compreender a construção discursiva populista proposta por Ernesto Araújo. É notável como conseguiu *articular elementos e demandas* tal qual a defesa da identidade e soberania nacional, o sentimento de patriotismo, a valorização da família e da fé cristã, bem como o resgate do nacionalismo.

Esses temas são particularmente evidentes no conceito central do pan-nacionalismo, que se destaca em seu trabalho "Trump e o Ocidente", mas também estão presentes em outros momentos, como no ponto central da "defesa dos valores tradicionais brasileiros", nos artigos posteriores a 2017. Esses pontos centrais são mobilizados em resposta a um significante vazio, que varia dependendo do discurso adotado – podendo ser o "Ocidente", a "liberdade" ou o "cidadão de bem", por exemplo. Ao compreender esses aspectos, torna-se possível que analisemos implicações práticas e concretas das ideias apresentadas por Araújo, levando em consideração seu impacto na realidade política e social do Brasil.

Esta seção se iniciará pela “Aula magna no Instituto Rio Branco, em Brasília” (2020). Neste discurso, Ernesto Araújo identificou vários problemas na política externa brasileira, como o isolamento da política externa em relação ao restante das políticas nacionais e à sociedade brasileira, a falta de adaptação da política externa às prioridades e políticas introduzidas por cada governo, a falta de pensamento analógico⁴⁸ e abertura a outras áreas da atividade humana, e o isolamento do Itamaraty em relação à sociedade brasileira. Além disso, foram feitas algumas reflexões sobre a história e a cultura ocidental, com comentários sobre a influência grega e helenística no cristianismo e sobre a recuperação do universo tradicional e conservador. Interessante neste ponto notarmos como os discursos se repetem, as mesmas referências e alusões históricas são usadas. Questionado por um ouvinte a respeito de qual civilização o Brasil faria parte, o ex-ministro respondeu:

Eu acho que, obviamente, é a civilização ocidental, greco-romana, judaico-cristã, chamemos como quiser. Eu, por formação, por interesse, talvez, eu vejo mais claramente a origem da nossa civilização realmente na matriz grega. Eu acho que ela é realmente o eixo central do projeto, da aventura em que nos embarcamos lá, talvez em Creta, ainda, em Micenas, e onde nós, bem ou mal, estamos até hoje. Eu acho que é uma aventura, uma história fora da qual a gente não faz sentido, nem o Brasil nem outro país das Américas ou da Europa (ARAÚJO, 2020, p. 99).

Araújo destaca a importância do Brasil na civilização ocidental devido ao seu tamanho e população. Ele defende que o país deve assumir um papel protagonista nessa civilização, uma

⁴⁸“E aqui nós voltamos àquele problema da falta do pensamento analógico e da falta de abertura a outras áreas da atividade humana, como se você tivesse um país onde se tem uma política educacional que muda de acordo com o governo, uma política tributária que muda, uma política fiscal que muda de acordo com o governo, mas a política externa é uma coisa que não pode mudar” (ARAÚJO, 2020, p. 78).

vez que sua identidade e sentimentos estão fundamentados nela. Desta maneira, critica o projeto de marxismo cultural, considerando-o uma tentativa de desconstruir e anular a civilização ocidental. Além disso, também ressalta que o Ocidente é mais um projeto literário, relacionado ao mundo das ideias, e brevemente discute a influência grega e helenística no cristianismo. A respeito do globalismo, faz uma crítica a sua agenda, que forneceria uma falsa concepção de conceitos como universalismo e multilateralismo. Ele afirma que a PEB tem sido definida pelo universalismo e pelo multilateralismo, mas que isso não significa nada, pois é como dizer que "quem não tem personalidade, copia a personalidade dos outros" (ARAÚJO, 2020, p. 79).

Procura argumentar que não tem nada contra o universalismo no sentido de ter boas relações com todos os países, mas afirma que, em um certo sentido, o universalismo tem significado a doutrina da indiferença e o apagamento das identidades brasileiras. Ademais, critica o fato de que o multilateralismo tem sido usado para impor um determinado conteúdo, quando, na verdade, os fóruns multilaterais deveriam ser um instrumento para a promoção de determinadas ideias e conceitos:

O grande ciclo da definição do espaço nacional foi conduzido, em grande parte, pela diplomacia brasileira, desde os primórdios da independência até o Barão. Esse foi o primeiro ciclo da nossa diplomacia, e foi bem-sucedido. Foi esse ciclo que deu crédito ao Itamaraty como uma instituição fundamental da nacionalidade brasileira. Não foi o universalismo, nem o multilateralismo, nem a “capacidade de gerar consensos e equilíbrios”, mas foi a capacidade de defender e definir as fronteiras físicas da pátria que fez o nome do Itamaraty nesse primeiro ciclo (ARAÚJO, 2020, p. 81).

Ao longo de sua fala, Araújo menciona uma série de países em seu discurso, cabe mencionar aqui os mais importantes. Com os Estados Unidos, ele destaca a importância da sua parceria com o Brasil em termos de tecnologia, inovação e competitividade, e destaca que essa relação tem uma base profunda e importante para a nossa nacionalidade. Com Israel⁴⁹, ele destaca a importância simbólica do país para muitos brasileiros e a sua trajetória do como um grande polo tecnológico do mundo, além de mencionar a disposição de Israel em cooperar com o Brasil em várias áreas. Já com a China, menciona que o país é um grande competidor do Brasil em várias áreas, especialmente em termos de comércio e tecnologia. Ele também menciona que a China tem uma política externa muito agressiva e que o Brasil precisa estar

⁴⁹Relação já abordada anteriormente, quando falado a respeito da retórica religiosa utilizada por Bolsonaro. Neste sentido, Casarões e Feldberg (2021), argumentam que a relação entre Brasil e Israel tem sido instável nos últimos anos, com vários incidentes que geraram tensão diplomática entre os dois países. No entanto, o governo Bolsonaro foi mais alinhado com Israel do que os governos anteriores do Brasil. O ex-presidente expressou publicamente sua admiração por Israel e sua intenção de fortalecer as relações entre os dois países. Inclusive, em 2019 o Brasil abriu um escritório comercial em Jerusalém, mas não transferiu sua embaixada para a cidade, como havia sido prometido anteriormente.

preparado para lidar com isso. Por esta explicação já se percebe a diferença de tratamento entre os países, o que será a tônica da PEB durante este período.

Na Aula magna intitulada “A nova política externa brasileira”, realizada na Academia Diplomática e Consular do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, Araújo enfatiza que a liberdade é um valor fundamental para o Brasil e que a liberdade econômica e política estão unidas em um novo projeto que pode trazer grandes conquistas para o país e para a região. Além disso, defende como a liberdade econômica seria importante para estimular o crescimento e a competitividade do país, enquanto a liberdade política é essencial para a construção de uma verdadeira democracia. Nesse sentido, sublinha que a integração aberta e a democracia são fundamentais para o sucesso do Mercosul, e que a quebra do sistema de corrupção material e moral é necessária para construir uma verdadeira liberdade. Também menciona a importância da regeneração moral e da mudança na escala de valores para combater o crime e reconquistar conceitos nobres, como justiça, direitos humanos e igualdade:

É por isso que vemos hoje um Mercosul tão entusiasmado e dinâmico, que continua entusiasmado e dinâmico, agora sob a presidência do Paraguai, algo que é tão fundamental para nós e que nos permite voltar aos sonhos do início da década de 90, de um Mercosul como um projeto baseado no livre comércio, na integração aberta e na democracia (ARAÚJO, 2021, p. 44).

Menciona o globalismo e faz críticas a essa ideologia, afirmando que muitos organismos internacionais, com seus “temas globais”, tornaram-se mecanismos para implementar uma agenda que visa retirar a soberania das nações e submeter os povos a algum tipo de filosofia materialista e reducionista. Ele também destaca que todos os temas globais, quando observados, no fim das contas são temas para limitar a soberania dos países. É defendido que há um arco ideológico que vai do "socialismo do século XXI" ao politicamente correto e às correntes materialistas na Europa e nos Estados Unidos, que querem construir um tipo de sociedade utópica, mas que em grande medida continua sendo a falsa utopia comunista:

Querem construí-la não contra o capitalismo, mas dentro do capitalismo, a partir de uma sociedade de consumo completamente desespiritualizada e desnacionalizada. Vejam, por exemplo, a senhorita Greta Thunberg, que fala dos ursos polares – cuja população, aliás, está na verdade aumentando, segundo cientistas –, mas nunca fala sobre democracia, nunca fala do sofrimento das crianças na Venezuela, por exemplo, ou das perseguições religiosas na África, causadas pelo terrorismo, que são problemas reais da maioria das pessoas. Então, começamos a perguntar-nos se há algum tipo de conexão entre esse arco ideológico. Não se trata de negar que existam problemas climáticos, mas sim perguntar por que se fala de determinados problemas e não de outros, que são mais próximos e urgentes para as pessoas (ARAÚJO, 2021, p. 47-48).

O Brasil estaria passando por um ciclo de crescimento impulsionado não apenas por políticas fiscais e monetárias, mas também pela determinação política do ex-presidente

Bolsonaro em quebrar um sistema de pensamento e má circulação de ideias e recursos. Ele destaca a importância de defender a democracia na região e critica o Foro de São Paulo, descrevendo-o como uma articulação de partidos radicais e projetos totalitários na América Latina. A criação do Grupo de Puebla é vista como uma organização de fachada e sublinha a necessidade de reconhecer essa realidade para trabalhar pela liberdade na região. Nessa linha, a suposta ditadura na Venezuela seria parte de um projeto hemisférico. Nesse sentido:

A democracia não virá de graça, devemos lutar todos os dias, devemos continuar lutando. As eleições não são o suficiente. Recentemente, vimos como se pode tentar fraudar uma eleição com o nosso vizinho comum, a Bolívia. Devemos reconhecer o mundo pelo que ele é, e não pelo que gostaríamos que fosse. No mundo ideal, há uma alternância entre esquerda e direita; uma esquerda definida, talvez, por uma maior atenção aos gastos sociais e às empresas estatais; uma direita definida por uma busca de eficiência e privatização. Essa é a visão um tanto idílica da alternância esquerda-direita. No mundo real, as coisas são muito mais feias: há a liberdade, e há o projeto de reconstrução de falsas utopias de um partido único com total controle social (ARAÚJO, 2021, p. 46).

A próxima aula volta a ser feita no Instituto Rio Branco, e teve por intuito apresentar os princípios que norteiam a PEB (segundo Araújo) como a independência nacional, o nacionalismo, o progresso da humanidade e a importância do povo como sujeito da vida internacional. O ex-chanceler salienta a importância desses princípios para a atuação do país no cenário internacional e busca transmitir aos alunos e ao público em geral a relevância de se manter uma política externa coerente e consistente com esses valores. O princípio da independência nacional é visto como o primeiro princípio que deve orientar o relacionamento internacional do Brasil. Assim, esse conceito estaria ligado a continuidade histórica e a fundação da nação brasileira, lembrando o momento da independência. Deste modo, a independência nacional não se limitaria apenas à independência frente a potências estrangeiras, mas também deveria significar independência diante de conceitos e práticas que afetam as soberanias e contestam a existência e vitalidade das nações.

Então, para a nação ser independente e atuar, seria necessário que ela se identifique como nação e viva esse sentimento nacional – pan-nacionalismo. Para tal, considera o tema do nacionalismo e do sentimento nacional como fundamental nos dias de hoje e propõe discuti-lo a partir da Constituição⁵⁰. Araújo destaca a defesa da nação feita pela Igreja Católica e menciona a tensão existente no pensamento católico entre o universal e o nacional, considerando o

⁵⁰Menciona efusivamente a questão do artigo 4º da Constituição Federal do Brasil como a base dos princípios que devem reger as relações internacionais do país, como a independência nacional, a prevalência dos direitos humanos, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção, a igualdade entre os Estados, a defesa da paz, a solução pacífica dos conflitos, a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade e a concessão de asilo político. Ressaltando especificamente a questão da independência nacional.

significado de "católico" como universal. Defendendo, portanto, que o cristianismo não é antinacional. Expressa sua preocupação com o uso excessivo da palavra "global" em substituição à palavra "internacional", pois considera que essa tendência relativiza a importância da nação e da identidade nacional. Desta maneira, conduzir uma política internacional baseada na nação e no povo seria um desafio maior do que se imagina, pois requereria uma atenção e interação mais complexas e profundas:

Então, é um desafio, é um desafio maior do que a gente imagina, porque é difícil fazer uma política, conduzir um relacionamento internacional que parta da nação, que parta do povo. Acho que a gente pode usar, claro que não são sinônimos exatos, mas também fazem parte da mesma aliança semântica, povo e nação. Fazer uma política que emane do povo exige um tipo de atenção, de interação, de pensamento, talvez mais complexo, mais profundo, mais desafiador do que normalmente se imagina. É mais fácil fazer uma política do Estado, porque o Estado é uma forma, o Estado é algo formal, é mais ou menos evidente onde está, o que diz. O Estado tem uma presença mais simples do que a nação, do que o povo. Fazer uma política do povo é mais difícil, porque o povo é uma entidade viva, orgânica, pulsante (ARAÚJO, 2021, p. 139).

Nesse sentido, argumenta que o povo é considerado o sujeito da vida internacional de acordo com a Constituição Federal do Brasil, enquanto o Estado é um instrumento desse povo. Ou seja, conceito de que "todo poder emana do povo" seria profundo e teria raízes antigas, não se limitando apenas ao voto ou à expressão eleitoral – importante lembrar que o ex-chanceler fez um artigo com essa temática em seu extinto blog. O Brasil não estaria sozinho nessa perspectiva, sendo importante pensar a partir de si mesmo, em vez de buscar constantemente aprovação externa. Nessa linha, aponta que muitos atores internacionais, como Estados Unidos, China, Rússia, Índia e Japão, se apresentam como nações fortes e autoafirmativas, em oposição a uma abordagem pós-nacional. Outro movimento importante, seria a ideia de soberania e liberdade, um claro contraste a crítica feita com relação aos princípios do universalismo e multilateralismo, Araújo procura substituí-los pelos primeiros – pelo menos no grau de importância. Para isso, argumenta que:

Nesse conceito, nós temos implícita a questão da soberania, a questão da liberdade – independência está nesse universo semântico e sentimental da soberania e da liberdade – e, ao mesmo tempo, aqui já tem a ideia de nação, independência nacional, independência da nação brasileira. Claro que isso, na superfície, significa a independência frente a potências estrangeiras, o primeiro sentido, o sentido mais básico de independência desde o começo. Mas me parece que precisa significar também, e cada vez mais, independência frente a uma nebulosa, um magma difuso de conceitos, de práticas, que, cada vez mais, no mundo, afetam as soberanias, afetam, contestam as nações, a existência das nações, a vitalidade das nações (ARAÚJO, 2021, p. 136).

Observamos, portanto, que Ernesto Araújo procurou difundir seus ideais no seio do corpo diplomático brasileiro – tendo sido efetivo ou não, como veremos posteriormente. É

notável a presença significativa de ideais fortemente nacionalistas, com uma retórica religiosa, em que o Brasil precisava se reencontrar e isso passaria diretamente com o reforço da soberania nacional do país, com a garantia de sua identidade nacional e no encontro com Deus. Não à toa, o slogan de Jair Bolsonaro: Deus, pátria e família.

A política externa de Araújo, em linhas gerais, perpassou por este slogan. Sendo assim, sua intenção era que o “povo” brasileiro – cristãos, patriotas, militares, empresários, a classe média, conservadores, nacionalistas, enfim, o cidadão de bem – participasse dos assuntos externos do país, afinal, como defendido pelo pan-nacionalismo: o Ocidente só irá resistir se as nações reconhecerem a si mesmas e se defenderem individualmente do marxismo cultural globalista – a partir da defesa individual de todos, o um vence esta guerra. Porque, como visto, o inimigo é mais do que uma entidade física e material, ele age no campo das ideias, no campo espiritual. Ele altera narrativas, muda o significado de palavras e de fatos históricos, com um fim anti-humanista.

3.4 Ruptura ou amadorismo? Os tomadores de decisão da política externa bolsonarista

Durante a campanha presidencial, Jair Bolsonaro propôs uma ruptura com a política externa dos seus antecessores imediatos (Lula, Dilma e Temer) e com as diretrizes contidas no histórico diplomático brasileiro (CERVO, 2008). Seu plano de governo enfatizou a importância das relações bilaterais, em continuidade com a política de Temer. Durante o período de transição, Bolsonaro manifestou insatisfação com regimes e instituições internacionais, como a OMC e o Acordo de Paris, sugerindo uma postura menos engajada do Brasil no âmbito multilateral. Diversos estudos, como os de Lopes et al. (2022) e Casarões e Farias (2021), destacam o impacto controverso da gestão de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Enquanto Araújo foi elogiado por alguns setores da sociedade brasileira por defender a soberania nacional e a independência do país, além de promover os valores cristãos e ocidentais na política externa, sua abordagem também gerou críticas de setores estratégicos, como o agronegócio⁵¹, que desempenha um papel crucial na política e na economia brasileira.

⁵¹Para aprofundar o assunto, ver a Dissertação de Madureira (2023). Interessante ressaltarmos como o autor analisa a influência dos ruralistas na política externa do governo Bolsonaro, destacando o poder político do agronegócio e sua capacidade de moldar as ações do governo em questões de política exterior. Para ele, embora os ruralistas tenham conseguido moderar a política externa em benefício do setor, as tensões surgiram devido à

Não à toa, após grande desentendimento com a senadora Kátia Abreu, devido a postura do ex-chanceler com relação a compra de vacinas e a chegada de insumos para o combate a COVID-19, o ex-ministro não suporta a pressão e pede demissão de seu cargo no dia 29 de março de 2021. Araújo teria sugerido que a senadora estaria a serviço dos interesses chineses no Brasil para instalação da tecnologia 5G. Isso gerou grande revolta no Senado Federal, que já não estava satisfeito com sua postura perante o combate a pandemia⁵² (AGÊNCIA SENADO, 2021). Na visão dos senadores, principalmente de Kátia Abreu – que inclusive é uma das representantes do agronegócio – o ex-chanceler teria sido o vetor do caos passado pelo país durante a pandemia. O isolamento internacional causado pelas suas posturas e a de Bolsonaro, causaram ao Brasil significativo retardamento na chega de insumos e na compra de vacinas. Para além disso, como já mencionamos, esse isolamento internacional afetou largamente diversos setores importantes do cenário político e econômico brasileiro (PODER360, 2021).

Nessa linha, a política externa de Araújo causou tensões nas relações bilaterais do Brasil com países como a China e a União Europeia. Seu enfoque caracterizou-se por uma maior proximidade com os Estados Unidos e uma redução do envolvimento do Brasil em organizações multilaterais, como a ONU e a OMS. Ao analisarmos a formulação da política externa de Ernesto Araújo, é possível perceber a influência da agenda populista de extrema-direita na política brasileira e a forte influência do guru ideológico do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho. Miriam Saraiva e Álvaro Costa Silva (2019) entendem que a política externa de Jair Bolsonaro é dividida em duas alas: pragmática e ideológica. Aos ideológicos, os autores atribuem a presença dos olavistas – tendo como figuras centrais Ernesto Araújo, Eduardo Bolsonaro e Filipe Martins – e a ala neopentecostal; já aos pragmáticos, os militares, a câmara dos deputados e por grupos diversos, como os empresários e políticos ligados ao agronegócio. Como destacado por Hermann e Hermann (1989), quando se pensa nos *Múltiplos Atores Autônomos* como as unidades últimas de decisão, se terá dois tipos de natureza: as de ‘*Soma Zero*’ e as de ‘*Soma Diferente De Zero*’. Deste modo, quando há ‘*Soma Zero*’, as partes mantêm suas posições e isso pode levar a impasses, enquanto em ‘*Soma Diferente De Zero*’, as regras permitem uma maior facilidade na barganha e coalizão, levando a um acordo mais cooperativo e comprometido.

Os autores argumentam que unidades de decisão com ‘*Soma Diferente De Zero*’ tendem a usar uma gama mais diversificada de instrumentos de política e a comprometer mais recursos

interferência da ala ideológica do governo e à imagem negativa do governo, que afetou a capacidade de negociação externa.

⁵²Para aprofundar mais, ver CartaCapital (2021).

do que as unidades com '*Soma Zero*' (HERMANN; HERMANN, 1989). Portanto, assim como Saraiva e Silva (2019), entendemos que a unidade última de decisão que melhor se encaixaria com o período em que Ernesto Araújo ficou à frente do Ministério das Relações Exteriores são os *Múltiplos Atores Autônomos*.

Como bem pontuado,

“Acreditamos que há um «aceite» das regras do jogo por parte dos atores – especialmente dos ideólogos – sobre os rumos de política externa. A necessidade de certa dose de pragmatismo no comportamento exterior não foi rechaçada. Entretanto, há uma tendência a uma luta de soma zero no ambiente interno – especialmente no controle de órgãos e na disputa por cargo” (SARAIVA; SILVA, 2019, p. 118-119).

Dentro do contexto dos discursos até aqui analisados, é possível notarmos um tom conspiracionista característico da agenda de extrema-direita, que propaga uma narrativa de que o mundo está sendo dominado pelo Globalismo. De acordo com Hermann (1990), as mudanças nas preferências políticas e alinhamentos dos eleitores geram mudanças na política externa, e isso também influenciou a condução da PEB. Setores da sociedade, como grupos religiosos e ruralistas, bem como membros do governo, tiveram influência nesse processo. Ernesto Araújo, como vimos em seu discurso de posse, já indicava o tom que seguiria sua política externa: uma forte crítica ao multilateralismo e às organizações internacionais, uma narrativa anti-globalista, críticas à suposta política externa ideológica dos governos anteriores, forte influência religiosa e um tom nacionalista que supostamente traria o Brasil de volta para os brasileiros (ARAÚJO, 2020). Portanto, é possível observar um forte tom nacionalista que defende que o Brasil deve ter suas próprias opiniões dentro do sistema internacional – permanência da ideia de pan-nacionalismo trabalhada em seu *magnum opus* –, uma narrativa de abandono de relações ideológicas e uma forte presença de conspiracionismo.

Portanto, esta pesquisa identifica as seguintes unidades de decisão neste período: Jair Bolsonaro, Ernesto Araújo, políticos e empresários do ramo do agronegócio, políticos e representantes do neopentecostalismo, militares e a Câmara dos Deputados. Mas, como já argumentado anteriormente, nossa foco se recai sobre o papel crucial de Araújo nesta relação. Sendo assim, conforme apontado por Saraiva e Silva (2019), havia uma tensão entre a chamada "ala ideológica", composta por Bolsonaro, Araújo e os neopentecostais, que têm forte influência do pensamento de Olavo de Carvalho, e a "ala pragmática", que inclui os demais atores mencionados. Embora a ala ideológica tenha mostrado alguma abertura para posturas mais pragmáticas, houve uma disputa pelo poder entre as duas alas. As propostas e posicionamentos da ala ideológica frequentemente interferiam nas negociações e nos resultados esperados pela ala pragmática. Como resultado, durante o mandato de Araújo, houve diversas situações em que

‘decisões’ foram tomadas e depois revertidas pela ala pragmática, em uma espécie de ‘cabo de guerra’.

Segundo Lima (2000), a globalização não só internacionalizou a economia, como também impulsionou a incorporação de questões de política externa à agenda doméstica, antes limitadas ao âmbito executivo, o que levou a uma maior politização dela. Sendo assim, a abertura econômica e a integração ao comércio internacional geraram impactos distributivos internos, criando ganhadores e perdedores, e tornando a política externa um tema sensível e controverso. Ou seja, o advento da globalização teve o potencial de expandir o papel do legislativo na política externa. Isso explicaria, em grande parte, a existência de um ‘cabo de guerra’ entre as alas dos tomadores de decisão da política externa brasileira. A autora explica melhor este cenário da seguinte forma:

[...] a politização da política externa e, portanto, a influência da política doméstica na sua formação, depende da existência de impactos distributivos internos que ocorrem quando os resultados da ação externa deixam de ser simétricos para os diversos segmentos sociais. Quando, ao contrário, os custos e benefícios não se concentram em setores específicos, ou os resultados da ação externa são neutros do ponto de vista do conflito distributivo interno, a política externa produz bens coletivos, aproximando-se do seu papel clássico, de defesa do interesse nacional ou do bem-estar da coletividade (LIMA, 2000, p. 289).

Lima (2000) destaca que, após a redemocratização do país e a crise do modelo de industrialização protegida, a política doméstica ganhou relevância na formação da política externa, reduzindo a autonomia do Ministério das Relações Exteriores e aumentando a politização da política externa. Isso levou à formação de novas coalizões em busca de mudanças do *status quo*, influenciadas por incentivos e restrições internos e externos. É nesse contexto que se torna importante considerar a política externa como uma política pública, uma vez que seus resultados são afetados pelo conflito distributivo interno. Para entender esse ‘cabo de guerra’ entre as alas que decidem os rumos da política externa brasileira, é interessante analisarmos as premissas por de trás de cada ala.

No caso da ala ideológica, salientamos a defesa que Ernesto Araújo faz ao papel de Donald Trump como defensor do Ocidente, alegação exposta em seu *magnum opus*. O argumento seria de que Ocidente estaria em decadência e ameaçado pelo terrorismo islâmico radical e pela burocracia, por este motivo, Araújo defendeu uma política externa que visasse recuperar os destinos dos países ocidentais em direção a uma necessária ‘metapolítica externa brasileira’ (ARAÚJO, 2017; SARAIVA; SILVA, 2019; MAGALHÃES; THOMAZ, 2021). Essa lógica foi defendida pelo núcleo duro ideológico do governo bolsonarista, baseados na concepção defendida por Araújo de que as ideias determinariam a estrutura do poder global,

mais do que a própria economia e o poder militar, entendendo que uma economia liberal e um conservadorismo nos valores seriam a esperança para a prosperidade nacional (SARAIVA; SILVA, 2019; MAGALHÃES; THOMAZ, 2021). Para ‘amarrar’ estes argumentos, Araújo e Filipe Martins sustentaram que a política externa deveria estar mais próxima aos anseios da sociedade brasileira, onde o Itamaraty teria o papel de ouvi-la (ARAÚJO, 2017; 2020).

A ala ideológica, apesar de ter força, não logrou resultados muito relevantes em um sentido material. Dentre essas mudanças, pode-se destacar a substituição do símbolo do Mercosul pelo brasão da República nos passaportes brasileiros e a inclusão de disciplinas com leituras sobre autores clássicos no currículo do Instituto Rio Branco, em detrimento da disciplina de história dos países da América Latina. O grupo também ocupou cargos importantes, como a presidência da Apex, que teve três presidentes em seis meses, e a assessoria especial de Bolsonaro para assuntos internacionais, ocupada por Filipe Martins (SARAIVA; SILVA, 2019). Além de Araújo, o próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, e seu filho Eduardo, se juntaram a ala ideológica em declarações públicas e controversas. Entretanto, encontraram limitações em suas ações externas devido à oposição de militares e outros grupos, especialmente aos ligados ao agronegócio, principalmente em relação às relações com a China e a possível transferência da embaixada brasileira em Israel para Jerusalém – demanda reivindicada pela ala neopentecostal (SARAIVA; SILVA, 2019; MAGALHÃES; THOMAZ). Nesse sentido, os discursos a seguir terão a função de demonstrar, na prática, como esses resultados se desenrolaram.

3.5 Outros discursos oficiais e entrevistas

O panorama acima foi exposto, com o intuito de direcionarmos a escolha dos discursos que virão a seguir. O intuito agora, portanto, será identificar esses resultados mencionados e suas consequências, a partir dos discursos mobilizados por Ernesto Araújo. Nesse sentido, boa parte do que apresentamos nos parágrafos anteriores era de certa forma previsível, afinal, colocou em prática suas crenças e ideologia no processo decisório da PEB. Entretanto, como vimos, os resultados quase nunca se desenharam positivos e, em linhas gerais, não se apresentaram com efeitos a longo prazo – entretanto, é evidente que a imagem internacional do país foi deteriorada. Assim sendo, a seguir duas seções serão propostas: “As relações com o ‘nós’” e “As relações com o ‘inimigo’”. A partir deste movimento, intenta-se expor qual foi a postura de Ernesto Araújo com relação aos países considerados aliados e adversários.

3.5.1 As relações com o “nós”

3.5.1.1 Estados Unidos

Durante a campanha presidencial, Bolsonaro e Araújo prometeram uma forte aproximação com os Estados Unidos de Trump, o que se concretizou com a posse do novo governo. Tanto Bolsonaro quanto Araújo argumentavam que as relações entre os dois países haviam sido prejudicadas ao longo do tempo. No entanto, a adesão excessiva dos líderes brasileiros à política populista de extrema direita de Trump, em detrimento de uma aproximação com os EUA em si, não se tratava apenas de uma busca por ganhos recíprocos. Na verdade, a aproximação reforçava uma retórica importante para Bolsonaro e sua base de apoio: a visão de um Ocidente de valores cristãos e conservadores unidos sob lideranças de uma nova direita. Como Hermann (1990) argumenta, essa postura agrada às *Constituencies*.

De acordo com Gonçalves e Teixeira (2020), a política externa do governo Bolsonaro promoveu compromisso com os interesses nacionais – ao contrário do que Araújo vinha defendendo em seus discursos – e a adesão automática às políticas dos Estados Unidos, sem apresentar uma teorização que explique as razões para essa conduta⁵³. Lopes et. al. (2022), sustentam que Bolsonaro se aliou cegamente aos Estados Unidos por vários motivos. Em primeiro lugar, ele compartilha muitas das ideias e valores do ex-presidente americano Donald Trump, incluindo uma retórica nacionalista e conservadora, uma postura anti-globalista e uma visão crítica da esquerda e dos movimentos sociais. Além disso, Bolsonaro acredita que uma maior aproximação com os Estados Unidos pode trazer benefícios econômicos e políticos para o Brasil. Ele vê os Estados Unidos como um importante parceiro comercial e político, que pode ajudar o país a se tornar mais competitivo e a se posicionar melhor no cenário internacional:

Olha, em primeiro lugar, a gente afirmar que nós temos, hoje, uma visão comum sobre muitas coisas, e que podemos trabalhar juntos em grandes temas. Por exemplo, na promoção da democracia. Na Venezuela, de maneiras diferentes, o Brasil e os Estados Unidos estão trabalhando para a retomada da democracia na Venezuela. E isso tem que ser afirmado como um princípio, como algo que nos orienta, e reafirmado de maneira muito clara. E trabalhar em temas de liberdade ao redor do mundo: liberdade de expressão; liberdade de religião, por exemplo; liberdade na Internet, que é uma coisa que, pessoalmente, me preocupa muito, e a gente quer muito trabalhar junto com os Estados Unidos (ARAÚJO, 2020, p. 147).

⁵³Exemplo em: Batista (2019).

Em entrevista, no ano de 2019, para o controverso *Think-Tank* Brasil Paralelo⁵⁴, Ernesto Araújo destaca a importância de conhecer a história americana e a conexão viva que os Estados Unidos têm com seu passado, em contraste com a negligência da história na Europa – isso nos remete a seu *magnum opus*, quando fala a respeito da “*Europa pós-moderna*”. Ele acredita que o Brasil pode seguir o exemplo dos Estados Unidos e de outros países europeus, como Itália, Polônia, Hungria e Áustria, na recuperação de sua identidade histórica e política. Deste modo, entende a aproximação com os Estados Unidos como parte desse fenômeno de identificação e espelhamento, essencial para a recuperação da identidade brasileira. Nesse sentido,

E cada vez mais, podem olhar para o Brasil como algo que as espelha, de certa maneira. É um espelho que alguém quebrou, em algum momento resolveu quebrar, e nós estamos recompondo esse espelho. Então, a recuperação de uma identidade tem tudo a ver com esse olhar, para outros países também, mas os Estados Unidos é um caso especial nessa questão da identificação e do espelhamento. Então, a aproximação com eles e a aproximação conosco mesmo, no fundo, são parte do mesmo fenômeno (ARAÚJO, 2020, p. 121).

Gonçalves e Teixeira (2020), apontam que a relação entre Brasil e EUA no governo Bolsonaro teve por resultado uma série de concessões unilaterais feitas pelo Brasil, sem expectativa de reciprocidade e mesmo sem que tenha havido qualquer tipo de pressão por parte dos Estados Unidos. Entre essas concessões, destacam-se a promessa do fim da exigência de visto para cidadãos americanos⁵⁵, a entrega da Base de Lançamentos Aeroespaciais de Alcântara (MA)⁵⁶, por meio da assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, aprovado pelo Congresso brasileiro, e a perda da condição de país em desenvolvimento na OMC⁵⁷ em troca da entrada do Brasil na OCDE – que não ocorreu.

Na visão de Araújo, no passado as reformas econômicas liberais não tiveram sucesso no Brasil devido à falta de uma base social forte que pressionasse os políticos. Nesse sentido, sustenta que apenas uma agenda conservadora e patriótica poderia mobilizar as pessoas e exercer essa pressão por reformas econômicas. Entende, assim, que o sistema não se reformaria internamente, mas sim externamente, por meio de um sentimento compartilhado e a liderança de um outsider como o ex-presidente Jair Bolsonaro, que desafiou o sistema atual. Alega, portanto, que haveria um desejo por abertura econômica⁵⁸:

E para esse processo de abertura econômica, o melhor parceiro são os Estados Unidos, como mostra o Mapa de Investimentos Brasil-EUA, preparado pela Agência

⁵⁴Para entender essa relação, ver o Tese de Doutorado de Mayara Balestro dos Santos (2021).

⁵⁵Ver: Mazui (2019).

⁵⁶Ver: Vilela e Brandão (2019).

⁵⁷Ver: G1 (2019).

⁵⁸Alocações no “Dia do Brasil” na Câmara de Comércio dos Estados Unidos, em Washington, D.C. (18/03/2019).

Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex). Porque os Estados Unidos são uma economia aberta, onde o setor privado é o ator principal, e são uma sociedade aberta, um país que uniu liberdade e competitividade ao longo de toda a sua história (ARAÚJO, 2020, p. 134).

Em entrevista a mídia independente *Terça Livre TV*, responde à pergunta: “o que significa essa proximidade do Brasil com os Estados Unidos?”. Araújo enfatiza que a relação entre o Brasil e os Estados Unidos é de igualdade e soberania, rejeitando qualquer complexo de inferioridade. Ele argumenta que o Brasil perdeu muitas oportunidades de cooperação com os EUA em áreas como inteligência, segurança, tecnologia e infraestrutura devido a opções e complexos do passado. Araújo destaca a importância da comunidade empresarial brasileiro-americana na criação de ideias e iniciativas, e lamenta que isso tenha sido negligenciado. Ele menciona exemplos de resistência a parcerias com os EUA, como a integração econômica nas Américas e a necessidade de acordos de salvaguardas tecnológicas para a exploração espacial em Alcântara:

O tema da tecnologia espacial, por exemplo: o Brasil tem a Base de Alcântara, que é excelente para o lançamento de satélites, mas para ter lançamento de satélites a partir dali, era sempre necessário algum tipo de tecnologia americana e, para isso, você precisa ter um acordo de salvaguardas tecnológicas com os Estados Unidos. [...] Isso será tratado para, justamente, corrigir essa questão. Porque o Brasil sempre quis usar a Base de Alcântara, mas precisa dos Estados Unidos – “ah, então não pode!”; “então temos que ver outra maneira”; e não tem outra maneira; desperdiçando uma oportunidade gigantesca nesse terreno espacial, de satélites etc. (ARAÚJO, 2020, p. 141).

Além disso, distorce os princípios defendidos por Rio Branco – e mencionados neste capítulo – argumentando que:

Houve, infelizmente, durante um bom tempo, na verdade, um abandono das boas tradições do Itamaraty, e uma dessas, que vem do Barão do Rio Branco, era a ideia de que você precisa ter um bom relacionamento, um relacionamento especial com os Estados Unidos, como uma maneira de desenvolvimento e de projeção no mundo (ARAÚJO, 2020, p. 142).

Em um discurso feito para a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o ex-ministro procura defender esse acordo: “onde eu tenho certeza de que, se fosse qualquer outro país, se teria assinado o acordo sem maiores problemas, mas como eram os Estados Unidos, houve uma rejeição e uma dificuldade enorme em se negociar esse acordo” (ARAÚJO, 2020, p. 164-165). Deste modo, entende que o objetivo do governo deveria ser recuperar o tempo perdido e restabelecer a tradicional parceria entre o Brasil e os Estados Unidos em benefício do país.

3.5.1.2 Israel

Assim como no caso dos Estados Unidos, mas em uma menor escala, Israel é visto com admiração tanto por Ernesto Araújo quanto por Jair Bolsonaro. Também em seu discurso de posse, o ex-chanceler menciona o país ao dizer que:

Quem ama, luta pelo que ama. Então nós admiramos quem luta, admiramos aqueles que lutam pela sua pátria e aqueles que se amam como povo, por isso admiramos por exemplo Israel, que nunca deixou de ser uma nação, mesmo quando não tinha solo – em contraste com algumas nações de hoje, que mesmo tendo seu solo, suas igrejas e seus castelos já não querem ser nação (ARAÚJO, 2020, p. 25).

A possibilidade de troca da embaixada brasileira em Israel foi uma situação controversa que ganhou bastante relevância. Com a intenção de atender aos desejos da agenda neopentecostal brasileira, Jair Bolsonaro propôs a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém⁵⁹. Segundo Lopes et al (2022), essa medida visou aproximar Bolsonaro do então primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. Além de atender aos anseios da ala neopentecostal, Casarões e Farias (2021) argumentam que essa medida também buscou estreitar laços com a extrema-direita mundial. Guimarães e Silva (2021) afirmam que essa aproximação é um aspecto importante da política externa bolsonarista, que busca alinhar o Brasil a uma visão conservadora do Ocidente, liderada por figuras como Donald Trump nos Estados Unidos e Netanyahu em Israel. Contudo, essa aproximação não é apenas uma questão de estratégia geopolítica, mas também reflete as crenças ultraconservadoras e nacionalistas de Bolsonaro, influenciadas por Olavo de Carvalho.

Segundo Casarões e Feldberg (2021), o governo brasileiro buscou aumentar a cooperação em áreas como defesa, tecnologia e agricultura. O ex-ministro afirma, que no atual cenário político brasileiro, a política externa ganhou significativa relevância “não porque eu estou aqui, não; é porque é o momento da sociedade brasileira, e é o momento desse governo” (ARAÚJO, 2020, p. 95). Segundo ele, o interesse estava extremamente mais intenso do que existia no passado, o “povo” queria participar, e seria função deles [Itamaraty] atender os temas demandados, pois são assuntos que despertam paixões nas pessoas, como as relações com os Estados Unidos, Israel, a situação na Venezuela e, em menor medida, a relação com a China.

Araújo argumenta que outros parceiros desempenham um papel importante, porém seria evidente que eles não possuem a mesma capacidade de interconexão que os Estados Unidos possuem. Entretanto, o ex-chanceler considerava a relação com Israel promissora,

⁵⁹Ver: Vilela (2019b).

embora argumente que ela tenha sido negligenciada por muito tempo. Para ele, Israel acabou sendo estigmatizado na comunidade internacional, e o Brasil se associou a essa visão equivocada. No entanto, ele defende que Israel é um país como qualquer outro, com o direito de existir. Além disso, ressalta a importância do país para os brasileiros:

E tem também o aspecto simbólico, aqui voltando à questão dos valores. Israel, para muitos brasileiros, por causa da sua fé, é a Terra Santa, tem uma associação, é onde está o Santo Sepulcro. Isso não é algo banal. É claro que, para uma civilização totalmente tecnocrática, tanto faz, mas para pessoas que têm outro tipo de conexão com seu próprio passado, com sua realidade, com sua fé, no caso, é diferente. Então esse aspecto simbólico – no sentido não de menor significação, mas no sentido de símbolo, no sentido mais profundo – é também fundamental na nossa relação com Israel (ARAÚJO, 2020, p. 103).

Em mais uma entrevista concedida para a mídia independente *Terça Livre TV* em 2020, o chanceler abordou a questão Israel-Palestina, que para ele, muitos analistas têm uma percepção desatualizada sobre a questão. Araújo afirma, que é uma questão complexa, mas haveria mudanças e aberturas ocorrendo. Apesar das críticas, afirma o ex-ministro, houve um inovador e ambicioso plano de paz apresentado por Donald Trump como uma base positiva para negociações. Defende ainda, que essas mudanças também refletem uma nova realidade na região, onde Israel estaria sendo cada vez mais aceito pelos países árabes. A rejeição histórica de Israel por parte dos países árabes estaria mudando, graças à diplomacia eficaz de Donald Trump no Oriente Médio. Nesse sentido, defende a “Paz para a Prosperidade”:

[...] apresentado pelo Presidente norte-americano Donald Trump em janeiro passado, é um resultado de três anos de preparação com vistas a propor uma iniciativa inovadora para quebrar a inércia das negociações entre israelenses e palestinos, congeladas há bem mais de uma década. Na nossa avaliação, nesse trabalho, buscou-se construir uma base que possibilite uma solução de dois Estados que equilibre os imperativos de segurança de Israel e as aspirações do povo palestino a contar com um Estado próprio, além de viabilizar a normalização das relações de todos os países da região com Israel (ARAÚJO, 2021, p. 121).

3.5.1.3 Outros aliados da extrema-direita

Mais uma vez, Araújo deixou claro desde o seu discurso de posse o direcionamento de sua “nova política externa”, para tanto, é interessante observar o trecho a seguir: “Por isso admiramos a nova Itália, por isso admiramos a Hungria e a Polônia, admiramos aqueles que se afirmam e não aqueles que se negam” (ARAÚJO, 2020, p. 25). Nesse sentido, durante muito tempo, a Europa, apesar de sua sensação de superioridade cultural em relação aos Estados Unidos e outros países, negligenciou seu patrimônio histórico e viveu de forma limitada no presente. Para tanto, afirma que, atualmente, vários países europeus estão buscando recuperar

essa conexão com sua história e o engajamento político está ressurgindo – assim como defendido por ele em seu *magnum opus*. Segundo ele, isso poderia ser observado na Itália, Polônia, Hungria e Áustria. É nessa perspectiva que propõe no artigo publicado no jornal *Valor Econômico*, “Os primeiros avanços da nova política externa” (ARAÚJO, 2020), que:

Estamos abrindo novas frentes bilaterais para geração de oportunidades econômicas com países de enorme potencial, como a Polônia (economia que mais cresce na União Europeia) e os Emirados Árabes Unidos (com quem estamos criando um pujante programa de investimentos no Brasil e desenhando um esquema de exportação para atingir imensos mercados do Oriente Médio e sul da Ásia com nossos produtos alimentícios) (ARAÚJO, 2020, p. 247).

Durante sua gestão, o Brasil fez uma parceria, juntamente com os Estados Unidos, ao redor da Aliança Internacional para a Liberdade Religiosa. Nessa linha, em uma entrevista concedida para a *Gazeta do Povo*, o ex-chanceler argumenta que os EUA desempenharam um forte papel de liderança na promoção da liberdade religiosa, principalmente do Secretário de Estado, à época, Mike Pompeo. Segundo Araújo, o Brasil teria uma demanda da sociedade e uma necessidade de atuarmos mais nesse tema e por isso o país deveria dar voz e conscientizar a respeito do assunto. Dessa maneira:

Há alguns outros países que estão com uma atenção muito especial a isso, como a Hungria, por exemplo, e a Polônia. Nós, também, acho que temos nos colocado na vanguarda dessa discussão, que a gente acredita [ser] muito importante – pelo que ela é, e não por um cálculo, ou por uma conveniência, mas pela nossa convicção (ARAÚJO, 2020, p. 521).

Dentro desta mesma lógica, argumenta que há na Europa Oriental uma abordagem diferente em relação às questões que vão além da economia e da geopolítica. Existiria uma “seiva mais viva” nessa região em relação à filosofia e à importância do sentimento nacional. Para ele, isso poderia ser atribuído à experiência do comunismo que esses países tiveram. Essa experiência teria moldado a percepção de certos aspectos do globalismo, relacionando-os ao totalitarismo comunista. Deste modo,

De modo que eu acho que isso está na raiz, talvez, dessa diferença e dessa percepção, hoje, que eu acho que nós temos, não talvez idênticas, mas que existe na Polônia, Hungria, em outros países, e nós, aqui, de que certas coisas do globalismo têm um parentesco evidente com o totalitarismo que eles sofreram – o totalitarismo comunista. Por isso que eles se insurgem de uma maneira muito mais visceral quanto a certas coisas (ARAÚJO, 2021, p. 228).

Em uma mensagem escrita em função do centenário das relações Brasil-Polônia, Ernesto Araújo deixou clara as motivações pelas quais admirava os colegas poloneses:

Ao longo dos séculos XIX e XX, os imigrantes poloneses que vieram para o Brasil contribuíram com seu trabalho, com a sua dedicação, para a construção do nosso país,

para a nossa prosperidade, para a formação da nossa cultura e somos sempre muito gratos por isso. Hoje, sob a liderança dos Presidentes Bolsonaro e Duda, nós estamos construindo uma nova relação entre o Brasil e a Polônia, fiel aos valores dos nossos povos, aos valores da liberdade, da democracia, da fé, da família e do sentimento da nação (ARAÚJO, 2021, p. 239).

No seminário “A defesa da vida: considerações filosóficas, políticas e sociais”, apresentado em 2020, elabora ideias a respeito da defesa do direito à vida e a recuperação do espaço perdido nas discussões internacionais sobre o tema. Ele frisa a parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nesse assunto, ressaltando a convergência de interesses e valores entre os dois países. Araújo menciona a participação do Brasil na Cúpula sobre a Saúde da Mulher e a assinatura da Declaração de Consenso de Genebra, que defende o direito à vida. Assim, sublinha a importância de trazer de volta a discussão sobre a vida e o direito à vida, que estavam ausentes nas negociações internacionais e destaca alguns parceiros neste âmbito:

Temos, ao mesmo tempo, trabalhado, sempre que possível, de todas as maneiras, no fortalecimento do papel da família – que, como eu digo, está inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 – com iniciativas como a “Parceria para as Famílias” (Partnership for Families), um grupo formado pelo Brasil, Estados Unidos, Hungria e Polônia, que atuam nas Nações Unidas para essa finalidade (ARAÚJO, 2021, p. 575).

3.5.1.4 Aliados regionais: Maurício Macri e Sebastián Piñera

Rosevics et. al. (2021), argumenta que: “O presidente Jair Bolsonaro escolhera desde o início do ano Maurício Macri seu aliado preferencial na região, juntamente com Sebastián Piñera, do Chile” (ROSEVICS, 2021, p. 165-166). Para os autores, o plano de Bolsonaro era estabelecer uma aliança conservadora liberal global com o apoio do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. É nesse sentido que, em uma visita à Argentina em junho de 2019, o ex-presidente declarou apoio incondicional ao então presidente argentino Mauricio Macri. Atestamento do despreparo da PEB durante o período, se reflete no trecho a seguir:

Mais adiante, o capitão tocou em uma das mais sensíveis feridas locais, ao falar de um acordo dos porões da repressão dos anos 1970-80, que nenhum presidente da região jamais admitiu. Ao responder uma questão sobre a ditadura argentina, Bolsonaro elogiou a Operação Condor (1975-85), coalizão dos aparatos repressivos, célebre pelo rastro de tortura e morte que deixou nos países do Cone Sul: “Quantas pessoas morreram ou desapareceram e por quais motivos? Que cada país escreva sua história...” Macri se viu compelido a responder publicamente que, apesar das afinidades com seu colega, não poderia concordar com esse ponto. Na Argentina, durante os anos Kirchner (2003-15), uma comissão da verdade evidenciou crimes da ditadura (1976-83) e levou militares às barras dos tribunais (ROSEVICS et. al., 2021, p. 166).

Em uma palestra ministrada na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Araújo defende a necessidade de uma política baseada na realidade e não em conceitos ultrapassados. Apontou para a importância de uma inserção estratégica na região, baseada em uma geopolítica atualizada, por isso, traz como exemplo à UNASUL⁶⁰. Para o ex-ministro, o presidente critica o bloco por não ter cumprido sua vocação de integração e por se tornar um espaço de desintegração, separando os países com base em ideologias. Deste modo, traz luz para o apoio do Brasil ao PROSUL, uma iniciativa chilena, como uma alternativa para promover a integração sul-americana com base no compromisso democrático e no livre mercado:

Aí nos dizem: “ah, não pode. Isso é ideológico. Vocês estão trocando uma ideologia por outra.” Democracia não é ideologia. Se alguém acha que democracia é ideologia, temos aí algum problema. Tenho certeza de que, no espaço sul-americano, esse novo enquadramento político da região será extraordinário para a integração verdadeira da região, para a integração, através dos instrumentos que já existem, vários acordos de livre comércio aqui ou ali. Existe uma dinâmica que nós verificamos, lá, na reunião em Santiago, extraordinária, de um novo impulso através de um compromisso político com a integração (ARAÚJO, 2020, p. 197-198).

Nesse sentido, volta a mencionar os colegas argentinos ao argumentar que,

Inclusive, essa é a base, digamos – falando da Argentina, especificamente – da nossa revalorização e reconexão do relacionamento com a Argentina. Hoje, talvez o principal interesse argentino (não quero interpretar por eles), mas talvez o principal interesse argentino na política comercial do MERCOSUL seja a dinamização das negociações externas e, muito especificamente, a conclusão desse acordo com a União Europeia, que pode atrair investimentos, que pode dinamizar a economia argentina, que tem sofrido um baque grande, assim como a nossa. E eu tenho certeza que no dia que nós concluirmos o acordo, vamos ser criticados por concluir o acordo, mas continuaremos fazendo (ARAÚJO, 2020, p. 198-199).

Com relação ao Chile, argumenta que:

E o Chile, eu acho que é interessante, porque é um país que tem já uma trajetória bastante longa de, digamos, coesão dessa dimensão de uma economia liberal, eficiente, com essa dimensão de valores que eu falava, talvez com conotações diferentes daquelas que nós temos hoje, mas eu acho que, na América do Sul, é um exemplo muito claro de um país que deu certo, com essa conexão. Quando eu falo conservador, é lato sensu, por falta de um termo melhor. Liberal também, aliás, é um termo que não é tão pacífico. Mas eu acho que é um exemplo bom de uma sociedade, de um país que conseguiu essa coesão liberal-conservadora que eu acho que é chave para o que a gente pode fazer no mundo. É um país que tem uma projeção internacional extraordinária e regional, sobretudo (ARAÚJO, 2020, p. 103).

Nessa direção, Araújo entende que a política externa do Brasil enfrenta problemas de falta de estratégia e visão comum, privilegiando certos parceiros em detrimento de outros. Por este motivo, ele defende a ideia de agir com base em valores e julgamentos morais,

⁶⁰Para se aprofundar melhor a respeito do movimento de saída do Brasil da Unasul, ver Simões (2019).

representando os interesses e valores nacionais. Há, neste discurso, uma ênfase na convicção da grandeza do Brasil e na responsabilidade de ser uma referência internacional. Além disso, é ressaltado o repúdio à ideologia em política externa e a necessidade de reestruturar o processo de integração sul-americana. Sendo assim, no trecho a seguir ele aborda a criação do PROSUL:

Foi dito que havia uma mudança de ideologia, que a UNASUL era um processo de esquerda, e agora se estava criando o PROSUL, que seria um processo sul-americano de direita. Nada mais falso. Esse novo projeto sul-americano tem como pilares a integração econômica e o respeito estrito à democracia e ao Estado de Direito; portanto reúne países que, independentemente da cor ideológica, tinham governos eleitos democraticamente. Houve uma certa tentativa de associar esse novo projeto a um projeto de direita, o que eu acho interessante, porque é como se a esquerda se colocasse com dúvidas sobre a democracia. De maneira interessante, os países que têm governos de esquerda democraticamente eleitos na América do Sul são justamente países que expressaram dúvidas sobre esse processo, porque queriam que a Venezuela não democrática fizesse parte do projeto (ARAÚJO, 2020, p. 153-154).

3.5.2 As relações com o “inimigo”

3.5.2.1 China

Enquanto a ala ideológica do governo fazia declarações polêmicas sobre países importantes e estratégicos para o Brasil, como a China, a ala pragmática procurava moderação. Durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro viajou a Taiwan e afirmou que seu governo daria prioridade a estabelecer amizade com “gente boa”⁶¹, o que estremeceu as relações entre Brasil e China. Mesmo assim, após a eleição, o governo chinês expressou interesse em manter boas relações bilaterais com o Brasil e enfatizou a importância do princípio de uma só China (SARAIVA; SILVA, 2019). Como reiterado por vezes ao longo desta dissertação, a política externa do período foi um grande cabo de guerra. Exemplo disto, é o trecho a seguir de uma entrevista que o ex-chanceler concedeu, 1 ano depois, a mídia independente *Terça Livre TV*:

Como você sabe, a gente mantém a nossa política de reconhecimento da política da China de uma só China, ou seja, de não reconhecimento de Taiwan como país independente. E mantemos isso, nós acreditamos que esse é o caminho. Reafirmamos isso, uma só China. Ao mesmo tempo, é claro, temos relações econômicas com Taiwan, relações comerciais, que são tão importantes, e esperamos aprofundar isso. Taiwan é muito competitivo, tem oportunidades econômicas muito grandes. Mas, para nós, assim como – o Presidente tem reiterado isso – foi muito importante a China reconhecer a nossa soberania sobre a Amazônia, no momento em que ela, de alguma maneira, foi contestada, nós reconhecendo a soberania chinesa com o conceito de uma só China (ARAÚJO, 2021, p. 103).

⁶¹Ver Magalhães (2018).

Representando os interesses do agronegócio, a então Ministra da Agricultura e Pecuária, Tereza Cristina, salientou a importância de moderar as declarações sobre a presença chinesa no país, em razão do papel fundamental da China no agronegócio brasileiro. Apesar desses esforços da ala pragmática, as relações Brasil-China enfrentaram muitos desgastes, incluindo a falta de engajamento do Brasil no BRICS⁶², a postura do governo brasileiro em relação à disputa da tecnologia 5G e as declarações xenófobas, principalmente da ala ideológica, acusando a China de criar o vírus que desencadeou a pandemia da COVID-19. (SARAIVA; SILVA, 2019).

Exemplo do ‘cabo de guerra’ entre as alas mencionado anteriormente, foi justamente a disputa comercial entre Estados Unidos e China, onde a questão da tecnologia 5G se tornou um ponto de conflito entre as alas ideológica e pragmática do governo brasileiro. Enquanto o então vice-presidente, Hamilton Mourão, defendia que o Brasil deveria aproveitar essa disputa estrategicamente e permitir a presença da empresa chinesa Huawei no país, o então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, afirmava que caberia ao presidente Jair Bolsonaro tomar a decisão final sobre o assunto e se mostrava preocupado com possíveis problemas decorrentes da adoção da tecnologia chinesa (SARAIVA; SILVA, 2019). Eduardo Bolsonaro, inclusive, insinuou que a China utilizaria essa tecnologia para espionagem, em sua rede social⁶³. Essa divergência entre as duas alas refletiu a tensão existente dentro do governo em relação a relação do Brasil com a China e os EUA, além de evidenciar a disputa interna pelo poder de influenciar as decisões do presidente. Em uma live sobre diplomacia e agronegócio, o ex-ministro falou o seguinte:

Gostaria de falar um pouco sobre o nosso comércio com a China. Outro mito é de que nós temos algum tipo de problema com a China, do ponto de vista político, e que isso geraria prejuízo para o agronegócio brasileiro, para o qual a China é tão importante (ARAÚJO, 2021, p. 343).

Mais um exemplo da postura dúbia praticada pela política externa bolsonarista. Desse modo, a postura por vezes hostil de Bolsonaro e Araújo em relação à China gerou repercussões negativas e prejudicou diretamente o combate à pandemia. Durante a campanha presidencial, Bolsonaro afirmou em uma reunião com empresários brasileiros a necessidade de "brecar o avanço da China em terras brasileiras". Além disso, o governo brasileiro fez diversas referências à pandemia da COVID-19 como uma suposta arma biológica criada pela China, chegando a chamar o vírus de "comunavírus"⁶⁴ ou "vírus chinês". Essas declarações controversas levaram a retaliações por parte do governo chinês, que reteve insumos necessários para a produção de

⁶²Para aprofundar o assunto, ver Silva e Holleben (2022).

⁶³Ver: Gomes (2020).

⁶⁴Ver: Zarur (2023).

vacinas⁶⁵. Como consequência, questões importantes, como a já mencionada implantação do 5G chinês no Brasil e a redução de impostos sobre produtos chineses, foram prejudicadas. O clima de tensão com a China foi tão grande que acabou culminando na demissão de Araújo, que se tornou um empecilho para a construção de uma relação diplomática positiva entre Brasil e China.

3.5.2.2 União Europeia e as Organizações Internacionais

Em seu terceiro mês a frente do ministério, Ernesto Araújo, em uma apresentação Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, falou que

Estamos acelerando as negociações do Mercosul, por exemplo, com a União Europeia e com o Canadá, parceiros fundamentais. O Brasil, durante muito tempo, contribuiu para a lentidão nesse processo. Reconheço que houve muitos avanços em governos anteriores, sobretudo na última administração, especificamente com o Canadá, um pouco também com a União Europeia, mas talvez sem o impulso político necessário que agora nós estamos dando à conclusão dessas negociações, claro que sempre em favor da consecução de bons acordos, e não de qualquer acordo. Isso é muito importante que se frise em negociações comerciais. Em alguns casos, algumas pessoas argumentam que é melhor um mau acordo do que um não acordo. Nosso entendimento é o contrário: o importante é que nós não estamos querendo simplesmente assinar papéis por assinar. Nós temos que ter acordos que justifiquem a sua existência por ganhos comerciais efetivos (ARAÚJO, 2020, p. 157).

Apesar de manter prioridades semelhantes às do governo Temer em termos de política externa, como a busca pela consolidação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia e a entrada na OCDE, o governo Bolsonaro adotou uma postura negligente em relação ao meio ambiente, o que resultou no freio das negociações com a União Europeia. Já em relação à OCDE, o Brasil não obteve sucesso em sua candidatura, apesar de ter abdicado de seu status preferencial na OMC como moeda de troca. É importante ressaltar que, assim como o governo Temer, a OMC não foi tratada com a devida importância pelo governo Bolsonaro, o que foi evidenciado pela abdicção do status preferencial na organização em prol da entrada na OCDE (SARAIVA e SILVA, 2019; MAGALHÃES; THOMAZ, 2021).

As queimadas na Amazônia em 2019 tiveram impactos negativos na imagem internacional do Brasil, que historicamente teve um papel importante em questões ambientais. O presidente Bolsonaro defendeu durante sua campanha a flexibilização da exploração da região, o que gerou preocupações. As queimadas aumentaram 82% em relação ao ano anterior, o que levou a críticas internacionais e complicou as negociações com a União Europeia. O

⁶⁵Ver: Siqueira (2020).

governo adotou posturas divergentes, com Ernesto Araújo rejeitando as críticas e alegando que o país era vítima de "climatismo", enquanto o Ministério da Agricultura pressionou por medidas de defesa do meio ambiente e melhoria da imagem do país (SARAIVA; SILVA, 2019; MAGALHÃES; THOMAZ, 2021).

Comparando as políticas externas dos governos Temer e Bolsonaro no período em que Araújo esteve à frente da pasta, é possível observar algumas semelhanças importantes. Ambos buscaram diversificar as relações internacionais, investiram esforços para a entrada do Brasil na OCDE, enfatizaram as negociações no âmbito regional e adotaram uma narrativa anti-ideológica, em oposição aos governos anteriores de Lula e Dilma. No entanto, a política externa de Araújo apresenta particularidades mais obscuras do que a de Temer. Enquanto Temer realizou apenas ajustes e, quando muito, mudanças de programas, como no caso da Venezuela, Araújo formulou mudanças de orientação internacional. Seguindo o raciocínio de Hermann (1990), o que foi feito, como foi feito e a própria finalidade da política externa mudou drasticamente.

3.5.2.3 Controvérsias regionais

L No âmbito regional, a chancelaria de Araújo demonstrou uma preferência por países governados pela direita, em linha com a política externa do governo Temer. Em contraste, o Brasil adotou um tom hostil em relação a países latino-americanos governados pela esquerda, como a Venezuela de Nicolás Maduro. Durante o mandato de Araújo, seguindo a mesma postura dos Estados Unidos de Donald Trump, o Brasil reconheceu Juan Guaidó como presidente autoproclamado da Venezuela e não descartou a possibilidade de um auxílio brasileiro a uma intervenção estadunidense na Venezuela. Deste modo, coube mais uma vez a ala pragmática, na figura de Hamilton Mourão, descartar essa possibilidade⁶⁶. Nesse sentido,

A divergência quanto ao grau de envolvimento – Mourão, que já foi adido militar em Caracas, defendia a não-intervenção e a persistência do diálogo; Araújo defendia uma postura mais incisiva frente a Nicolás Maduro – foi o fruto da desavença entre ideológicos e pragmáticos. A ala pragmática pareceu levar vantagem inicial, com o rechaço às ideias de intervenção e a diminuição do perfil brasileiro – especialmente de Araújo – no Grupo de Lima. Em agosto, na esteira de medidas norte-americanas, o governo brasileiro anunciou o veto à presença de funcionários do governo de Maduro no Brasil (SARAIVA; SILVA, 2019).

⁶⁶Ver: Alegretti (2019).

Desde seus discursos que analisamos no capítulo 2, apresenta uma narrativa de que a estabilidade venezuelana era importante para o Brasil. Isto fica evidente no trecho a seguir, no advento da abertura da 1ª reunião de *Sherpas* do BRICS, ocorrido em 2019:

Sobre algo um pouco além do nosso grupo, e apenas por um momento, permitam-me mencionar a situação em nossa vizinha e república irmã da Venezuela. O Brasil deseja para todos os países o que deseja para si mesmo, e hoje a Venezuela vive em circunstâncias muito graves que devemos reconhecer e enfrentar. Peço a atenção de seus países à atual situação do povo venezuelano, e estou certo de que cada um de nós pode contribuir para uma solução para a crise pela qual eles passam e para auxiliar esse país tão importante na nossa região a recuperar o caminho para a felicidade, a mesma felicidade que desejamos para o nosso povo (ARAÚJO, 2020, p. 112).

Durante as eleições presidenciais argentinas de 2019, Bolsonaro inicialmente expressou sua preferência por Maurício Macri⁶⁷, mas sua postura se tornou mais agressiva após a vitória do candidato do Partido Justicialista, Alberto Fernández. Utilizando expressões deselegantes como 'esquerdalha' e 'bandidos de esquerda', Bolsonaro fez declarações negativas em relação a Fernández e seus aliados políticos⁶⁸, enquanto Ernesto Araújo afirmou que as forças do mal estavam celebrando a vitória de Fernández⁶⁹. Ainda, Eduardo Bolsonaro compartilhou um tweet considerado homofóbico⁷⁰. Mesmo havendo controvérsias, membros da ala pragmática do governo destacaram a importância da parceria estratégica entre os dois países, ressaltando a relação comercial inseparável entre Brasil e Argentina⁷¹ (SARAIVA; SILVA, 2019).

Ainda mencionando a dimensão regional, notamos uma continuidade em relação à política externa do governo anterior, especialmente em relação à postura adotada em relação à Venezuela e à Argentina. No entanto, diferentemente de Temer, o governo Bolsonaro reconsiderou a importância do Mercosul, especialmente após a conclusão do acordo comercial com a União Europeia e a aproximação com o governo Macri. Nesse sentido, a aliança entre Macri e Bolsonaro no bloco teve como objetivo a flexibilização das regras do Mercosul para possibilitar acordos individuais, algo que satisfaz a preferência por acordos bilaterais do novo governo brasileiro, e um processo de despolitização do bloco, com um foco estritamente comercial, algo que já vinha sendo buscado desde o governo Temer (MOLINA, 2019; OLIVEIRA, 2023).

⁶⁷Ver: Dyniewicz (2019).

⁶⁸Ver: Rodrigues (2020).

⁶⁹Ver: Oliveira (2019).

⁷⁰Ver: Putti (2019).

⁷¹Para entender melhor os resultados não só dos resultados no âmbito regional, mas como no âmbito do Sul Global, ver Oliveira (2023).

3.6 Panorama

Para melhor entendimento da afirmação anterior, pode-se trazer a luz deste trabalho os conceitos já apresentados aqui e formulados por Amado Cervo (2008), que seriam as diretrizes que norteariam o histórico diplomático brasileiro. Ao examinar cada diretriz, fica claro que Araújo não as seguiu adequadamente. Por exemplo, a diretriz de solução pacífica de controvérsias foi ignorada no caso da Venezuela, onde Araújo tomou uma atitude reativa em vez de buscar uma solução pacífica. Além disso, as relações exteriores do Brasil na era Araújo mostraram desrespeito aos regimes internacionais e ao multilateralismo, e mais criou inimizades do que parcerias. A falta de pragmatismo também foi um problema, deixando o Brasil em desvantagem e insegurança em diferentes âmbitos do plano internacional (GONÇALVES; TEIXEIRA, 2020, p. 1). Assim, ao comparar-se a política externa de Temer com as diretrizes propostas por Cervo (2008), é possível concluir, como sugere Velasco Júnior (2017), que a política exterior do governo anterior se baseou em um paradigma de "autonomia pela inércia". Embora tenha havido algumas mudanças na ênfase das ações externas do Brasil, pouco foi cumprido do que foi prometido. Já sob a gestão de Araújo, a política externa brasileira gerou atritos com importantes parceiros, como China, França e Alemanha, ao alinhar cegamente o país à política externa de Trump, deixando-o sem rumo no cenário internacional quando este deixou o poder. Como resultado, houve uma transformação negativa da imagem do país para seus parceiros e um enfraquecimento de sua posição no cenário mundial.

Corroborando com este argumento, Lopes et. al. (2022) entendem que a política externa de Jair Bolsonaro, durante a gestão de Ernesto Araújo, teve resultados limitados e superficiais. Embora Bolsonaro e Araújo tenham adotado uma retórica agressiva em relação à política externa, eles enfrentaram grandes desafios na implementação de mudanças significativas. Os autores argumentam que Bolsonaro não conseguiu vencer disputas internas nos locais de formulação e tomada de decisões políticas e não obteve apoio externo para suas políticas. Como resultado, as mudanças na política externa do Brasil sob Bolsonaro e comandadas por Araújo foram limitadas. Nesse sentido, os autores entendem que mesmo que Bolsonaro tenha buscado se alinhar mais estreitamente com os Estados Unidos e Israel, ele não conseguiu obter apoio significativo desses países para suas políticas. Além disso, argumentam que a retórica agressiva de Bolsonaro em relação à China não se traduziu em mudanças significativas na política externa do Brasil em relação a esse país.

Lopes et al. (2022) resumem, os principais impactos da gestão de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores do Brasil da seguinte forma: em primeiro lugar, houve uma

redução do papel do Brasil em organizações multilaterais. Em segundo lugar, observamos tensões nas relações bilaterais, refletidas em menor cooperação comercial e política, além de uma retórica hostil direcionada a países como China, Venezuela e até mesmo a União Europeia. Em terceiro lugar, houve um alinhamento cego com os Estados Unidos, buscando maior cooperação nesses âmbitos, mas suscitando críticas de setores da sociedade brasileira que perceberam isso como uma submissão aos interesses norte-americanos. Quarto, a política ambiental de Araújo recebeu críticas internacionais devido ao aumento do desmatamento na Amazônia e à redução da proteção ambiental, o que resultou em maior pressão internacional sobre o Brasil e possíveis restrições comerciais com países que exigem padrões ambientais mais rigorosos. Por fim, a política de imigração adotada gerou tensões, especialmente em relação à entrada de imigrantes vindos de países vizinhos, como a Venezuela, o que afetou as relações bilaterais e potencialmente reduziu o comércio e a cooperação em outras áreas. Em resumo, a gestão de Ernesto Araújo teve diversos impactos concretos, incluindo a redução do papel do Brasil em organizações multilaterais, tensões nas relações bilaterais, uma maior proximidade com os Estados Unidos, uma política ambiental controversa e uma abordagem restritiva em relação à imigração.

Casarões e Farias (2021) corroboram com a mesma visão, porém, sob uma perspectiva ligeiramente distinta. Os autores argumentam que a abordagem populista e religiosa adotada por Bolsonaro se caracteriza pela rejeição explícita de praticamente todos os elementos da Ordem Internacional Liberal, incluindo o multilateralismo, o multiculturalismo e o regionalismo. Entre as ações específicas mencionadas pelos autores, destacam-se a retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração, a negação dos direitos do povo palestino, a promessa de transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém e a aprovação do assassinato direcionado do general iraniano Qassem Soleimani pelos Estados Unidos. Além disso, eles enfatizam a aproximação com governos autoritários, como os dos Estados Unidos, Israel e Hungria. Acrescentam também a recusa em participar de iniciativas multilaterais para combater as mudanças climáticas e a adoção de uma postura hostil em relação a países como Venezuela e Cuba, que historicamente foram importantes parceiros regionais do Brasil.

Guimarães e Silva (2021), também entendem que os resultados da política externa brasileira no governo Bolsonaro foram controversos. Apontam que o governo Bolsonaro adotou uma postura mais alinhada com os Estados Unidos e outros países de extrema-direita, em detrimento de relações mais próximas com países da América Latina e da África. O governo também foi criticado por sua postura em relação às mudanças climáticas e ao meio ambiente, o que tem gerado tensões com outros países e organizações internacionais. Além disso, a política

externa do governo Bolsonaro foi marcada por uma retórica nacionalista e de confronto, que gerou críticas e preocupações em relação à imagem do Brasil no cenário internacional.

De forma complementar, Chagas-Bastos e Franzoni (2019) oferecem uma perspectiva complementar, sustentando que já no primeiro ano da gestão de Araújo como responsável pela PEB, a imagem do Brasil no cenário internacional foi prejudicada. Segundo os autores, diplomatas brasileiros afirmavam que a abordagem agressiva e unilateral do presidente causaria danos significativos à reputação do país, que antes era conhecido por sua habilidade em mediar conflitos e negociar acordos internacionais. Além disso, eles apontam que a política externa no período era imprevisível, o que teria deixado os diplomatas sem instruções claras além de defender o presidente de críticas internacionais. Nessa linha, em artigo recente, Jamil Chade (2023) expôs que uma rede de diplomatas brasileiros no exterior teria movido esforços para arrefecer constrangimentos maiores ao Brasil. Segundo Chade, os diplomatas de alto escalão do Itamaraty procuraram evitar reuniões com líderes estrangeiros durante as cúpulas em que Bolsonaro se fazia presente, a fim de evitar crises e vergonhas⁷².

⁷²Para se aprofundar em quais eram as expectativas e resultados esperados da PEB de Araújo, ver Passos e Santana (2018), Vidigal (2019), Hage (2021), Tomei (2021), Bastos (2022), Santiago (2022), Silva (2022) e Maitino e Venerando (2023).

CONCLUSÃO

Por fim, chegamos à conclusão desta dissertação cuja intenção foi apresentar as bases ideológicas, de forma aprofundada, da política externa brasileira durante o período em que Ernesto Araújo chefiou o Itamaraty. Assim, contribuir para o entendimento das principais ideias e fundamentos da política externa formulada por Araújo que, no final de março de 2021, pediu demissão de seu cargo⁷³. Araújo foi vítima da própria criação: sua situação política se deteriorou devido ao isolamento do Brasil no cenário internacional, resultado de seus próprios ideais, e por consequência, devido às dificuldades enfrentadas pelo país na obtenção de vacinas contra a COVID-19. O ex-ministro, perdido em seus ideais, em sua luta pela recuperação da dignidade do Ocidente, pelo seu anseio em resgatar a identidade nacional brasileira, cavou a sua própria cova. No seu mundo das ideias, defendeu com afinco um nacionalismo que no fim se ajoelhou aos pés de Donald Trump – reflexo disto, foi o episódio inusitado em que Jair Bolsonaro e seus apoiadores saudaram a bandeira dos EUA em um evento. Todas as suas convicções e paixões, apresentadas principalmente em seu *magnum opus* “Trump e o Ocidente” (2017), se demonstraram não mais do que uma construção discursiva populista, como vimos nesta pesquisa.

Uma evidência dos argumentos mencionados no parágrafo anterior pode ser encontrada em um de seus últimos textos publicados no blog *Metapolítica 17*, intitulado “Um Itamaraty pela liberdade e grandeza do Brasil: balanço de gestão” (ARAÚJO, 2021a). Nesse texto, além de fazer um balanço de sua própria gestão e elogiar seus feitos, Araújo defende a ideia de que, durante seu mandato, houve acusações infundadas disseminadas por políticos brasileiros e outras figuras interessadas em minar o sucesso do governo Bolsonaro no cenário internacional. Essas acusações teriam sido feitas com o intuito de prejudicar a reputação do Brasil no âmbito global e minar os esforços do governo em estabelecer relações produtivas com outros países. Além disso, ele ressalta que a criação de uma imagem distorcida do Brasil, especialmente nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e democracia, foi uma arma poderosa para dificultar o estabelecimento de uma parceria renovada, ambiciosa e produtiva com países europeus, Estados Unidos e outros. Essa representação distorcida pode ser utilizada como um obstáculo para o avanço das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com outras nações. Podemos observar, portanto, que Araújo não se via culpado por sua demissão, não eram seus ideais os responsáveis, mas sim:

⁷³Ver Ortiz (2021).

É preciso destacar que praticamente toda a “imagem negativa” do Brasil no exterior é oriunda de falsas acusações e narrativas infundadas propaladas por políticos brasileiros e outras personalidades brasileiras interessadas em impedir qualquer êxito do governo Bolsonaro junto à comunidade internacional, e que conscientemente sabem que a formação de uma imagem falsa sobre o Brasil principalmente nas áreas de meio ambiente, direitos humanos e democracia é um instrumento poderoso para impedir o relacionamento novo, ambicioso e produtivo que desejamos ter com países europeus, Estados Unidos e outros (ARAÚJO, 2021a, p. 9).

Araújo está tão imerso em seus próprios ideais que, logo após ser destituído de seu cargo, começou a criticar veementemente Bolsonaro, o qual ele costumava apoiar fervorosamente. Na visão de Araújo, a administração do ex-presidente se transformou em uma abordagem tecnocrática vazia, desprovida de alma e princípios, servindo apenas aos interesses do "centrão" (SOUZA, 2021). Passou a defender a ideia de que o governo desistiu de enfrentar o sistema e entregou suas virtudes e sua integridade espiritual nas mãos do "centrão", transformando-se em uma mera plataforma para os próprios interesses deste bloco político (PODER360, 2021b). Em outras palavras, Araújo argumenta que a direita brasileira, liderada por Bolsonaro, se acomodou e deixou de disseminar os valores conservadores no país (ZANINI, 2022). O ex-presidente teria se perdido em si mesmo, teria deixado se levar pelas influências políticas ao seu redor e, por isso, deveria ser resgatado. Bolsonaro não era mais o mesmo, não mais aquele que Araújo defendia como baluarte da moralidade e costumes da civilização ocidental, agora ele era o Bolsonaro do “centrão” – o qual ele nunca deixou de ser. Portanto, para que o conservadorismo voltasse para o Brasil, afirma o ex-ministro, Bolsonaro deveria voltar a ser quem era antes.

Em fevereiro de 2022, Araújo estreou um canal no *YouTube* intitulado "Logopolítica". Nessa plataforma, ele se propõe a abordar o mundo e o Brasil sob a perspectiva do "logos" (ARAÚJO, 2022), apresentando sua visão de mundo – já desenvolvida nesta dissertação – por meio das narrativas difundidas pela extrema-direita e identificando os principais antagonistas: marxismo cultural e globalismo. Ainda no mesmo ano, lançou o “Curso de Logopolítica”⁷⁴ – que é pago. Importante observarmos, como parece querer perseguir os passos de seu grande mentor, Olavo de Carvalho. Ao que tudo indica, o tom do curso seguirá o mesmo daqueles feitos pelo guru bolsonarista. A ideia do curso, é parecida com a de seu canal do *Youtube*: ensinar a respeito do globalismo e apresentar soluções para o combate deste inimigo. Para ele, fenômenos políticos como a guerra, por exemplo, são construídos e combatidos a partir das ideias, são elas que determinariam as diretrizes e desafios da política – daí surge o nome de seu canal no

⁷⁴Como vimos por aqui, por reiteradas vezes, a palavra “logos” vem do grego e, segundo o próprio ex-chanceler, significaria: palavra, linguagem, comunicação e transcendência. Portanto, “Logopolítica” significaria “palavra política”, “comunicação política” ou “linguagem política”.

Youtube e curso (JARDIM, 2022; BARRETO, 2022; CANTANHÊDE, 2022; CHRISPIM, 2022; MAZZA, 2023).

Assim, se dá a importância do primeiro capítulo desta dissertação: fornecer as ferramentas teórico-metodológicas que definem a lógica por trás dos discursos de Ernesto Araújo. É a partir dos pressupostos e conceitos apresentados no primeiro capítulo, que foi possível a caracterização de conceitos como “Ocidente”, “pan-nacionalismo”, “liberdade” e “marxismo cultural globalista”, que *articulados* em se tornaram a base ideológica de Araújo. Portanto, *elementos* como a identidade nacional, soberania nacional, nacionalismo, pátria, nação, família, fé cristã e civilização ocidental foram *articulados* em uma prática articulatória que foi estabelecida a partir da ideia de pan-nacionalismo. Essa prática articulatória é uma forma de construir uma cadeia de equivalências entre diferentes *demandas* e identidades, unificando-as em torno de um *elemento* comum que é preenchido com diferentes conteúdos em diferentes contextos. Por exemplo, no contexto de “Trump e o Ocidente”, este elemento comum, o *significante vazio*, foi a ideia de “Ocidente”, já em seu discurso de posse, foi a ideia de “liberdade”.

Sendo assim, a prática articulatória foi estabelecida a partir da ideia de pan-nacionalismo, que é o *elemento* que dá sentido à cadeia de equivalências. Os *elementos* foram *articulados* em torno do pan-nacionalismo (*ponto nodal*) por meio de uma série de relações discursivas que são estabelecidas entre eles. Essas relações discursivas são contingentes e precárias, e dependem de uma série de sobre-determinações e acontecimentos históricos para hegemonizarem seus conteúdos. A partir destes conceitos, foi elaborada a lógica metodológica usada na pesquisa: a Análise de Discurso Crítica. Entretanto, apesar de entender a importância deste aporte teórico-metodológico, afinal, análise do discurso é, ao mesmo tempo, teoria e método, foi apenas tomada emprestada a lógica tripartite formulada por Norman Fairclough (2001). Portanto, não buscamos criar aqui uma espécie de “Frankenstein teórico-metodológico”, mas sim atenuar uma carência de método carregada pela Teoria do Discurso.

A pesquisa também seguiu a lógica do método proposto por Fairclough (2001) na seleção dos discursos e na definição de codificadores. Embora Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) apresentem divergências em relação a Fairclough (2001), isso não significa que eles se configurem como polos antagônicos de pensamento. Sendo assim, no segundo capítulo da dissertação, os conceitos teórico-metodológicos foram aplicados. Inicialmente, realizamos uma análise textual do *magnum opus* de Ernesto Araújo, identificando os conceitos-base de sua política externa. Em seguida, ocorreu uma análise discursiva, interpretando como esses conceitos foram utilizados para construir uma narrativa populista e ultranacionalista na PEB,

em seus discursos apresentados no blog *Metapolítica 17*. Por fim, no terceiro capítulo, realizamos uma análise social, examinando as relações entre a política externa brasileira e as estruturas sociais mais amplas, identificando como os conceitos analisados nas etapas anteriores se manifestaram nas ações de política externa e como estão relacionados ao poder e às ideologias presentes na sociedade brasileira.

No segundo capítulo, considerado o mais importante, foi realizada uma espécie de genealogia do pensamento ideológico de Ernesto Araújo. Em primeiro lugar, fizemos uma breve introdução biográfica a respeito do ex-chanceler, com o intuito de procurar características de sua vida pessoal que refletissem seus posicionamentos. Em seguida, analisamos seu *magnum opus*: “Trump e o Ocidente” (2017), que é entendido como a maior expressão de seu pensamento político-ideológico. Neste artigo podem ser encontrados todos os conceitos mobilizados nesta dissertação e ali Araújo apresenta seu pensamento na defesa do Ocidente. Em seguida, analisamos o extinto blog *Metapolítica 17*, onde, acreditamos que o ex-ministro traz seus ideais construídos em seu *magnum opus* para o cenário nacional. Notável é a sua admiração por Donald Trump, onde articula ao redor dele a imagem de um salvador, o cavaleiro do Ocidente. Em seu artigo de 2017, é afirmado que apenas o ex-presidente estadunidense entenderia a gravidade da situação que a civilização ocidental estaria passando – até a chegada de Jair Bolsonaro ao poder.

Por último, o terceiro capítulo concatena todo o referencial teórico-metodológico-analítico construído com base nos dois capítulos anteriores e busca identificar, nos discursos oficiais de Ernesto Araújo como Ministro das Relações Exteriores, os conceitos mobilizadores do discurso populista de extrema-direita apresentado. Neste sentido, logo de cara, é evidente um dos princípios primordiais para o populismo – em todas as suas correntes: a construção de um “nós” contra “eles”, os “inimigos”. O “nós” para Ernesto Araújo, vai muito além do que os Estados Unidos de Donald Trump ou Israel de Benjamin Netanyahu: em seus discursos ele procurou incluir o “povo” brasileiro. Povo este que, para o bolsonarismo, seria articulado em torno do conceito “cidadão de bem”. Araújo manteve a lógica articulada em seu *magnum opus* e nos ensaios publicados no extinto blog *Metapolítica 17*: defesa da identidade nacional, defesa da soberania nacional, defesa da família e da fé cristã, incentivo ao sentimento patriota e o reavivamento do verdadeiro nacionalismo, aquele cultivado pelo período romântico.

Mas, defender contra o que? É justamente este o principal ponto de toda sua narrativa, as ideologias: marxismo cultural e globalismo. Para Araújo, o globalismo representa uma ameaça à soberania dos Estados-nação e aos valores nacionais e civilizacionais que eles encarnam. O ex-ministro argumenta que o globalismo se manifesta através de mecanismos que

buscam impor padrões liberais antinacionais e antitradicionais tanto na vida social, quanto na economia globalizada e sem fronteiras. Ele alerta para o perigo que isso representa para a identidade nacional e a autonomia dos países. Já o marxismo cultural, seria calcado na ideia de que marxistas teriam se infiltrado nas instituições culturais e educacionais com o objetivo de disseminar ideias socialistas e minar os valores tradicionais da sociedade ocidental. Segundo essa narrativa, os marxistas culturais almejam estabelecer uma nova ordem mundial baseada no igualitarismo radical, na suposta destruição da família e da religião, bem como na promoção do multiculturalismo e do relativismo moral (VAZ; GARCIA, 2021; SILVA; SUGAMOSTO; ARAUJO, 2021).

Assim como o guru do bolsonarismo e seu “mestre”, Olavo de Carvalho, o ex-ministro acredita que o "globalismo" é comandado pelo "marxismo cultural" e que ambos têm como objetivo a destruição dos valores cristãos, da família, da sociedade e do Ocidente⁷⁵. Segundo essa perspectiva, o "marxismo cultural" é considerado uma corrente de pensamento infiltrada em várias esferas da sociedade, como educação, cultura e mídia, com o propósito de promover uma agenda progressista e antitradicional (DIEGUEZ, 2019). Nesse sentido, não é incorreto dizer que a base da PEB entre 2019 e 2021, foi fundamentada em uma luta contra o marxismo cultural globalista. Como visto anteriormente, essa batalha seria travada no campo das narrativas, no campo das ideias, seria uma guerra espiritual. Araújo, mesmo enquanto ministro, defendia a ideia de que o “povo” brasileiro deveria se reencontrar com Deus, fortalecer a identidade nacional e ter amor à pátria, pois só assim o “inimigo” seria derrotado. Essa batalha seria vencida, portanto, pela difusão do pan-nacionalismo, que encontra na figura de Donald Trump, sua maior expressão.

Isto posto, cabe mencionar o panorama da política externa comandada por Ernesto Araújo. Em linhas gerais, gestão do ex-chanceler no governo Bolsonaro foi marcada por resultados controversos. Apesar da retórica agressiva em relação à política externa, houve limitações na implementação de mudanças significativas. Isso resultou em uma redução do papel do Brasil em organizações multilaterais, tensões nas relações bilaterais, maior proximidade com os Estados Unidos e uma política ambiental criticada devido ao aumento do desmatamento na Amazônia. Além disso, a postura populista de extrema-direita e religiosa adotada pelo governo Bolsonaro se opôs a elementos da Ordem Internacional Liberal, como o multilateralismo e o multiculturalismo. Essas ações incluíram a retirada do Brasil do Pacto Global para a Migração e a promessa de transferir a embaixada brasileira em Israel para

⁷⁵Por este motivo, ao longo desta dissertação, utilizamos o termo “marxismo cultural globalista”.

Jerusalém, por exemplo. Essa abordagem gerou preocupações em relação à imagem do Brasil no cenário internacional e à sua reputação como mediador e negociador de acordos internacionais.

Tomando como base as formulações propostas por Hermann (1990), podemos afirmar, a partir do que foi discutido anteriormente, que as mudanças ocorridas durante a gestão de Ernesto Araújo, aspiraram a uma mudança de orientação internacional. Apesar de seus resultados concretos e a longo prazo terem sido limitados, a mudança na orientação geral da política externa brasileira sob a liderança de Araújo foi claramente perceptível e teve um impacto significativo na imagem do Brasil no mundo. Tomadas de decisão como o alinhamento cego com os Estados Unidos e uma abordagem mais ideológica em relação a questões como mudança climática e direitos humanos, foram contra o acumulado histórico da diplomacia brasileira. Os danos não foram maiores pois, como apontaram Saraiva e Silva (2019), a ala pragmática – movida pelos seus interesses e não pelo bem-estar, importante ressaltar – travou um cabo de guerra na política externa do período. Ou seja, postura da ala ideológica com relação aos assuntos externos, trazia elementos prejudiciais para a ala pragmática – principalmente envolvendo o agronegócio e os militares. Em dado momento, a PEB teve de ser “chefiada” por outras figuras além de Araújo, tal qual Hamilton Mourão e Paulo Guedes⁷⁶.

É neste sentido, em consonância com o já citado estudo de Burrier (2019), que percebemos no populismo de extrema direita de Araújo e Bolsonaro, aplicado na política externa, uma ênfase na soberania nacional e na proteção dos interesses do país, bem como uma maior atenção ao “povo”. Nessa linha, vai argumentar Burrier, a política externa é levada para inconsistências e imprevisões, baseadas em convicções pessoais ou demandas eleitorais. Isso resultou, como analisamos, em mudanças frequentes e dificuldade na previsão das intenções do governo. No fim das contas, este foi o motivo para a demissão de Ernesto Araújo.

Tomando como inspiração a intrigante retórica de Araújo, podemos argumentar que, assim como Victor Frankenstein criou um monstro ao buscar desvendar o segredo da vida por meio de um desejo obsessivo de superar as limitações da mortalidade humana, sendo posteriormente atormentado por sua criação em busca de vingança, o ex-chanceler criou seu próprio monstro ao cair em suas próprias armadilhas discursivas e se ver incapaz de permanecer fiel aos seus princípios peculiares, resultando em sua própria derrocada.

À guisa de conclusão, percebemos algumas lacunas importantes que podem ser preenchidas em pesquisas futuras. Por exemplo, fazer o caminho inverso do que propomos aqui

⁷⁶Ver: Saraiva e Silva (2019); Chagas-Bastos Franzoni (2019); Guimarães e Silva (2021); Lopes et. al. (2022);

nesta pesquisa e avaliar o papel da ala pragmática na política externa brasileira. Portanto, investigar o papel desempenhado pela ala pragmática durante o período em que Ernesto Araújo chefiou o Itamaraty. Isso envolveria examinar as ações e posicionamentos de figuras como Hamilton Mourão e Paulo Guedes, de forma minuciosa, destacando sua influência na condução da política externa e as contraposições com a abordagem ideológica adotada por Araújo. Uma outra abordagem promissora de pesquisa consistiria em examinar a percepção dos líderes e políticos populistas de extrema-direita em relação a conceitos fundamentais para a construção de uma nação, como o conceito de Estado-nação. Compreender a perspectiva populista de extrema-direita sobre esse tema pode oferecer insights mais precisos sobre como esses líderes e políticos definem o termo "povo" e como eles visualizam o papel de seus países no mundo. Essa análise aprofundada pode proporcionar uma compreensão mais clara das ideias e visões subjacentes aos discursos e ações desses atores políticos.

Um outro caminho interessante, seria analisar como a Política Externa Populista (PEP) (GIURLANDO; WAJNER, 2023), desafia e limita a Ordem Internacional Liberal. Ou seja, buscar compreender como as concepções e ideologias dos líderes populistas influenciam suas políticas externas, incluindo suas atitudes em relação à Ordem Internacional Liberal. Por meio dessa abordagem, é possível identificar semelhanças e diferenças nas concepções de papel dos líderes populistas estudados, ao mesmo tempo em que se analisa como suas perspectivas moldam suas políticas externas e sua resistência à Ordem Internacional Liberal. Isso proporcionará uma análise aprofundada das dinâmicas políticas e ideológicas que caracterizam a PEP nesses países. Dessa forma, compreender as motivações e objetivos desses líderes é essencial para prever e gerenciar essas tensões, bem como para abordar adequadamente os objetivos nacionais estratégicos dos Estados, ao mesmo tempo em que se consideram os objetivos internacionais e multilaterais de cooperação (GIURLANDO; WAJNER, 2023).

REFERÊNCIAS

ABRAHAMSEN, Rita et al. Confronting the International Political Sociology of the New Right. **International Political Sociology**, v. 14, n. 1, pp. 94-107, 2020.

ALEGRETTI, Laís. Mourão diz que só vê confronto com Venezuela se Brasil for atacado: 'Mas Maduro não é louco a esse ponto'. In: **G1**. 22 de fevereiro de 2019. Acesso em: 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/02/22/mourao-diz-que-so-ve-confronto-com-venezuela-se-brasil-for-atacado-mas-maduro-nao-e-louco-a-esse-ponto.ghtml>.

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira**. São Paulo: Campus Elsevier/Fundação Konrad Adenauer, 2011.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos**, n. 91, p. 23-52, nov. 2011.

ARAÚJO, Ernesto. Trump e o Ocidente. **Cadernos de Política Exterior**, v. 3, n. 6, p. 323-357, 2017.

ARAÚJO, Ernesto. "Trump e o Ocidente." **Cadernos de Política Exterior** 6, 2017. 323- 357 p.

ARAÚJO, Ernesto. **A árvore da vida**. Metapolítica 17. [S.L], 2018z. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **A Elbereth Gilthoniel**. Metapolítica 17. [S.L], 2018i. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **A Nação está voltando**. Metapolítica 17. [S.L], 2018a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Algo está acontecendo**. Metapolítica 17. [S.L], 2018s. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Antes da batalha**. Metapolítica 17. [S.L], 2018r. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Chegou o Comunavírus**. Metapolítica 17. [S.L], 2020a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Contra o consenso da inação**. Metapolítica 17. [S.L], 2019b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Em 1717, três pescadores**. Metapolítica 17. [S.L], 2018aa. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Eu vim de graça**. Metapolítica 17. [S.L], 2018j. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Falando de valores**. Metapolítica 17. [S.L], 2018l. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Falsas aspas, falsos modelos**. Metapolítica 17. [S.L], 2019c. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **História e mito**. Metapolítica 17. [S.L], 2018t. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Ideologia não, ideias sim**. Metapolítica 17. [S.L], 2018o. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Liberdade religiosa, religião libertadora**. Metapolítica 17. [S.L], 2019d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Libertar o Logos**. Metapolítica 17. [S.L], 2018c. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Maremoto e Tsunami**. Metapolítica 17. [S.L], 2018q. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Nascer**. Metapolítica 17. [S.L], 2018h. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **O Brasil no barco de Ulisses**. Metapolítica 17. [S.L], 2018x. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Objetos voadores não Ideológicos**. Metapolítica 17. [S.L], 2018u. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Pela aliança liberal-conservadora**. Metapolítica 17. [S.L], 2019a. Disponível em:

<https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Pelo diálogo**. Metapolítica 17. [S.L], 2018d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Por um reset liberal-conservador**. Metapolítica 17. [S.L], 2020b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Pro patre**. Metapolítica 17. [S.L], 2019d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Provas de democracia**. Metapolítica 17. [S.L], 2018g. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Provas de democracia**. Metapolítica 17. [S.L], 2018p. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Psicomaquia**. Metapolítica 17. [S.L], 2018n. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Quando o povo sente**. Metapolítica 17. [S.L], 2018e. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Quem tem medo de fake news**. Metapolítica 17. [S.L], 2018v. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Querer grandeza**. Metapolítica 17. [S.L], 2018w. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Sequestrar e perveter**. Metapolítica 17. [S.L], 2018k. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Todo o poder emana**. Metapolítica 17. [S.L], 2018m. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Um Itamaraty pela liberdade e grandeza do Brasil**: balanço de gestão. *Metapolítica* 17. [S.L], 2021a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Um plebiscito reconstituente**: transferindo o poder da elite globalista de volta ao povo. *Metapolítica* 17. [S.L], 2021b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Um registro**. *Metapolítica* 17. [S.L], 2018y. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **Virtudes e Virtudes**. *Metapolítica* 17. [S.L], 2018b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20181114191256/https://www.metapoliticabrasil.com/>. Acesso em: 25 de março de 2023.

ARAÚJO, Ernesto. **A Nova Política Externa brasileira**: seleção de discursos, artigos, e entrevistas do ministro das relações exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2020. 577 p.

ARAÚJO, Ernesto. **Política Externa: Soberania, Democracia e Liberdade**: seleção de discursos, artigos, e entrevistas do ministro das relações exteriores. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2021.

ARAÚJO, Ernesto. Estou inaugurando meu canal YouTube, “Logopolítica”, para falar do mundo e do Brasil na perspectiva do “logos”: palavra, linguagem, comunicação, liberdade, transcendência. [S.L], 8 de fevereiro de 2022. **Twitter**: @ernestofaraujo. Disponível em: <https://twitter.com/ernestofaraujo/status/1491154555593453571>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

ASSUNÇÃO, Vânia Boeli F. A opção do Brasil pelo Ocidente e a opção do ocidente pelo Brasil: o General Golbery encontra o Barão de Münchhausen. *Revista Projeto História* n° 29. São Paulo, Educ, dezembro de 2004.

BALESTRO, M. A. M. S. **Agenda Conservadora, Ultraliberalismo e Guerra Cultural**: Brasil Paralelo e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020). 2021. - Dissertação (Mestrado Acadêmico), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2021.

BATISTA, Henrique Gomes. No Texas, Bolsonaro adapta bordão: 'brasil e estados unidos acima de tudo'. **O Globo**. Washington, p. 1-3. maio 2019.

BATISTELLA, A. Reflexões acerca do conceito de populismo: da teoria clássica às contribuições de Ernesto Laclau. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0204, 2020.

BARABANTSEVA, Elena. How do people come to identify with nations?. In: **Global Politics**. Routledge, 2013. p. 273-296

BARRETO, Eduardo. Ernesto Araújo cobra R\$ 600 em curso on-line de tom conspiracionista. **Metrópoles**. Brasil, p. 1-3. 07 jun. 2022. Disponível em: <https://www.metrolopes.com/colunas/guilherme-amado/ernesto-araujo-cobra-r-600-em-curso-online-de-tom-conspiracionista>. Acesso em: 01 maio 2023.

BASTOS, Luana Paris. O Brasil representado por Ernesto Araújo: a projeção do Estado brasileiro no cenário internacional. **Nupri Working Paper**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 1-13, fev. 2022.

BBC (Brasil). **Grupo Bilderberg**: o secreto clube da elite global que se encontra todos os anos em hotéis de luxo. **BBC**. S.L., p. 1-5. maio 2019.

BELFI, Lucca Giannini Palermo Moreno; BANDEIRA DE MELLO, Beatriz. Populismo, discurso e política externa: uma análise do caso brasileiro durante a gestão Bolsonaro-Araújo. In: SARAIVA, Miriam Gomes; HERNÁNDEZ, Lorena Granja. **Estudos de Política Externa**: o brasil e a américa do sul. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2023. Cap. 5. p. 91-107.

BEREZIN, Mabel. On the construction sites of history: Where did Donald Trump come from?. **American Journal of Cultural Sociology**, v. 5, n. 3, p. 322-337, 2017.

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal capitalism: The authoritarian turn. **Socialist register**, v. 55, p. 247-70, 2019.

BROWN, W. (2018). Neoliberalism's Frankenstein. Authoritarian Freedom in Twentieth First Century "Democracies". In: Brown, W.; Gordon, P. E.; Pensky, P. **Authoritarianism: Three Inquiries in Critical Theory**. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

BRUBAKER, Roger. (2020) "Populism and nationalism", **Nations and Nationalism**, 26, 44–66.

BURITY, Joanildo A. Discurso, política e sujeito na Teoria da Hegemonia de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, 2008. Livro eletrônico.

BURRIER, Grant Alan. Populists and Foreign Policy: evidence from latin america. **Populism And World Politics**, [S.L.], p. 165-193, 2019. Springer International Publishing.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingency, hegemony, universality**: contemporary dialogues on the left. London: Verso, 2000.

CALIL Gilberto. Olavo de Carvalho e a ascensão da extrema-direita. **Argumentum**. 2021;13(2):64-81. Acesso em: 16 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475571195007>

CAMPBELL, David. (1998), **Writing Security**: US foreign policy and the politics of identity. Minneapolis, University of Minnesota Press.

CAMARNEIRO, F. (2021). O Jardim e a Matrix: Uma análise da dupla persona de Olavo de Carvalho. **Revista Eco-Pós**, 24(2), 386–409.

CAMPELLO, Maria Raphaela. Discurso populista, discurso nacionalista: um estudo dos casos francês e brasileiro à luz de Laclau e Mouffe. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2020, São Paulo. Anais eletrônicos [...]. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2020. p. [1-20].

CANOVAN, Margaret. **Populism**. Nova York: Harcourt Brace Janovitz, 1981.

CARLNAES, Walter. Foreign Policy. In: W.Carlsnaes, T.Risse e B.Simmons (Eds.), **Handbook of International Relations**. Londres, SAGE, 2001. P.331-349.

CARMINES, Edward G.; ENSLEY, Michael J.; WAGNER, Michael W. Ideological heterogeneity and the rise of Donald Trump. In: **The Forum**. De Gruyter, 2016. p. 385-397.

CARTACAPITAL (ed.). Centrão pede a demissão de Ernesto Araújo: prejudica o país. **Cartacapital**. Brasil, p. 1-3. 05 fev. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/cartaexpressa/centrao-pede-a-demissao-de-ernesto-araujo-prejudica-o-pais/>. Acesso em: 04 maio 2023.

CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e; FARIAS, Déborah Barros Leal. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review Of International Affairs**, [S.L.], v. 35, n. 5, p. 741-761, 1 out. 2021.

CASARÕES, Guilherme; FELDBERG, Samuel. Israel and Brazil: a long and unstable relationship (part ii). **Israel Journal Of Foreign Affairs**, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 67-86, 2 jan. 2021.

CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. “Os usos do conceito de populismo no debate contemporâneo e suas implicações sobre a interpretação da democracia”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.º 35, 2021, pp. 1-52.

CANTANHÊDE, Eliane. Ernesto Araújo cria curso para ensinar globalismo e dar respostas a temas como guerra e inflação. **O Estadão**. São Paulo, p. 1-3. 10 jun. 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/mariana-carneiro/ernesto-araujo-cria-curso-para-ensinar-globalismo-e-dar-respostas-a-temas-complexos-como-guerra-e-inflacao/>. Acesso em: 07 maio 2023.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 40-74, 2 out. 2018. Universidade Estadual de Londrina.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional do Brasil**: formação dos conceitos brasileiros. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 312 p.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 5. ed. Brasília: Editora Unb, 2015. 605 p.

CERVO, A. A periodização da história da política externa brasileira. Textos de História: **Revista do programa de pós-graduação em história da UnB**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 49-57, 1993.

CHADE, Jamil. Itamaraty boicotou agenda de Bolsonaro com líderes para evitar vergonha... - Veja mais em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/19/itamaraty-boicotou-agenda-de-bolsonaro-com-lideres-para-evitar-vergonha.htm?cmpid=copiaecola>. **Uol**. S.L, p. 1-2. 19 maio 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/05/19/itamaraty-boicotou-agenda-de-bolsonaro-com-lideres-para-evitar-vergonha.htm>. Acesso em: 21 maio 2023.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H. Political Realignment in Brazil: Jair Bolsonaro and the right turn. **Revista de Estudios Sociales**, [S.L.], n. 69, p. 92-100, jul. 2019. Universidad de los Andes.

CHAGAS-BASTOS, Fabrício H.; FRANZONI, Marcela. The Dumb Giant: Brazilian Foreign Policy under Jair Bolsonaro. **E-International Relations**, S.L, v. 1, n. 1, p. 1-7, 16 out. 2019.

CHRISPIM, Denise. Ernesto Araújo condena “dogmas” do politicamente correto. **Poder360**. S.L, p. 1-2. 10 fev. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/ex-chanceler-condena-dogmas-do-politicamente-correto-em-video/>. Acesso em: 12 maio 2023.

CHRYSSOGELOS, Angelos. Populism in Foreign Policy. **Oxford Research Encyclopedia Of Politics**, [S.L.], v., n., p. 1-26, 27 jul. 2017. Oxford University Press.

CHRYSSOGELOS, Angelos-Stylianos. **Old Ghosts in New Sheets: european populist parties and foreign policy**. Brussels: Centre For European Studies, 2011. 56 p.

CHRYSSOGELOS, Angelos-Stylianos. Undermining the West from Within: european populists, the us and russia. **European View**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 267-277, dez. 2010. SAGE Publications.

CODATO, Adriano; BERLATTO, Fábila; BOLOGNESI, Bruno. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, [S.L.], v. , n. 229, p. 870-897, 15 dez. 2018. Instituto de Ciências Sociais.

CORNETET, João Marcelo Conte. A POLÍTICA EXTERNA DE DILMA ROUSSEFF: contenção na continuidade. **Revista Conjuntura Austral**, [s. l], v. 5, n. 24, p. 111-150, jun. 2014.

CUNHA, Diogo; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo como modelo de “democracia polarizada”: a teoria do populismo de Pierre Rosanvallon à luz do debate contemporâneo. **Sociologias**, 2022.

DALLARI, D. **Elementos da teoria geral do Estado**, São Paulo: Saraiva, 2010.

DE CLEEN, Benjamin, STAVRAKAKIS, Yannis (2017). “Distinctions and Articulations: A Discourse Theoretical Framework for the Study of Populism and Nationalism”, **Javnost - The Public**, 24(4), 301–319.

DE CLEEN, Benjamin. Populism and nationalism in: KALTWASSER, C. R., TAGGART, P., ESPEJO, P., and Pierre OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2019, p. 342-362.

DESTRADE, Sandra *et al.* Populism and the politicisation of foreign policy. **The British Journal Of Politics And International Relations**, [S.L.], v. 24, n. 3, p. 475-492, 27 fev. 2022. SAGE Publications.

DIEGUEZ, Consuelo. O Chanceler do Regresso: os planos de Ernesto Araújo para salvar o Brasil e o Ocidente. **Revista Piauí**. S.L, p. 1-22. abr. 2019. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-chanceler-do-regresso/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

DIEGUEZ, Consuelo. **O ovo da serpente**: Nova direita e bolsonarismo – Seus bastidores, personagens e a chegada ao poder. São Paulo: Companhia das letras, 2022.

DOMINGOS, Charles Sidarta M. D. Será o Populismo um conceito operacional? Notas para o debate. **AEDOS**, Porto Alegre, v.1 n.1, 2008.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. **Olavo de Carvalho, o “ideólogo de Bolsonaro”, contra o professor Haddad**. São Paulo: Boitempo. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2018/10/15/olavo-de-carvalho-o-ideologo-de-bolsonaro-contra-o-professor-haddad/>. Acesso em: 16 jun. 2023., 2018.

DYNIEWICZ, Luciana. Em campanha por Macri, Bolsonaro pede que argentinos votem com a razão. In: **Estadão**. 6 de junho de 2019. Acesso em: 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/bolsonaro-chama-macri-de-irmao-e-diz-que-america-do-sul-nao-quer-novas-venezuelas/>.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo**: a revolta contra a democracia liberal. Rio de Janeiro: Record, 2020. 350 p. Tradução de: Alessandra Bonruquer.

EKINS, E. The five types of Trump voters: who they are and what they believe. **Democracy Fund Voter Study Group**. 2017.

FAIRCLOUGH, N. Discurso e Mudança Social. Brasília: Editora UnB, 2001.

FARIAS, Deborah Barros Leal; CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. Radical Right Populism and the Politics of Cruelty: the case of covid-19 in brazil under president bolsonaro. **Global Studies Quarterly**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 1-13, 4 fev. 2022. Oxford University Press (OUP).

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FERNANDES, Ananda S. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela Escola Superior de Guerra no Brasil: a geopolítica de Golbery do Couto e Silva. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, 2009.

FERREIRA, F. A. Para entender a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 12-18, 15 ago. 2011.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 59-124.

FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e sua História: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, 380 p.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. Volume 1. São Paulo: Saraiva, 2011.

FONSECA JUNIOR, Gelson (org.). **POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: história e historiografia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2023. 563 p.

FONSECA JUNIOR., Gelson. (2011), “Política Externa Brasileira: Padrões e Descontinuidades no Período Republicano”. **Relações Internacionais**, n. 29, pp. 15-32.

FREEDEN, Michael. After the Brexit referendum: revisiting populism as an ideology, **Journal of Political Ideologies**, Oxford, v. 22, n. 1, p. 1-11, 2017.

FREEDEN, Michael. **Ideologies and political theory: a conceptual approach**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

Bolsonaro atende Trump e vai 'abrir mão' de tratamento especial do Brasil na OMC, diz Itamaraty. **G1**. Brasília, p. 1-3. mar. 2019a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/19/bolsonaro-atende-trump-e-vai-comecar-a-abrir-mao-de-tratamento-especial-do-brasil-na-omc-diz-itamaraty.ghtml>. Acesso em: 5 maio 2023.

França se opõe a acordo Mercosul-UE; presidente acusa Bolsonaro de mentir sobre clima. **G1**. S.L, p. 1-3. ago. 2019b. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/08/23/franca-se-opoe-a-acordo-mercosul-ue-presidente-acusa-bolsonaro-de-mentir-sobre-clima.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2023.

GIURLANDO, Philip; WAJNER, Daniel F. (org.). **Populist Foreign Policy: regional perspectives of populism in the international scene**. Switzerland: Palgrave Macmillan, 2023. 300 p.

GLYNOS, Jason; HOWARTH, David (2007). **Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory**. New York: Routledge.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- GOMES, Aureo de Toledo. Análise do Discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 2, 2012.
- GOMES, Aureo de Toledo. DEMOCRACIA COMO SIGNIFICANTE VAZIO: promoção democrática na política externa dos estados unidos (2001-2008). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 31, n. 92, p. 01, 31 out. 2016.
- GOMES, Pedro Henrique. Embaixada da China repudia postagem que Eduardo Bolsonaro publicou e depois apagou. In: **G1**. 24 de novembro de 2020. Acesso em: 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml>
- GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Leticia. **Análise de política externa: o que estudar e por quê?**. S.I: Intersaberes, 2020. 264 p.
- GONÇALVES, William; TEIXEIRA, Tatiana. Considerações sobre a política externa brasileira no governo Bolsonaro e as relações Brasil-EUA. **Revista Sul Global**, S.I, p. 192-211, 2020
- GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira e. Far-right populism and foreign policy identity: jair bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. **International Affairs**, [S.L.], v. 97, n. 2, p. 345-363, mar. 2021. Oxford University Press (OUP).
- HAGE, José Alexandre Altahyde. 2021. “A DIPLOMACIA DO GOVERNO BOLSONARO: O que era Esperado do Ministro Ernesto Araújo.” **Revista de Geopolítica** 12 (3): 1–16.
- HALL, S. O Ocidente e o Resto: discurso e poder. Trad. Carla D’elia. **Projeto História**, São Paulo, nº. 56, mai.-ago. 2016, p. 235-290.
- HANSEN, Lene. Discourse analysis, post-structuralism, and foreign policy. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (org.). **Foreign Policy Theories, Actors, Cases**. 3. ed. Reino Unido: Oxford University Press, 2016. Cap. 6.
- HANSEN, Lene. **Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war**. New York: Routledge, 2006. 259 p.
- HERMANN, Charles F.. Changing Course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 3, mar. 1990. Oxford University Press (OUP).
- HERMANN, Charles F; HERMANN, Margaret; HAGAN, Joe D. How decision units shape foreign policy behavior. In: HERMANN, Charles F.; KEGLEY JR., Charles W.; ROSENAU, James N. (Ed.). **New directions in the study of foreign policy** Boston: Allen & Unwin, 1987.
- HERMANN, Margaret G. e HERMANN, Charles F. Who Makes Foreign Policy Decisions and How: An Empirical Inquiry. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No.4, Dec./1989, p.361-387.

HERSCHINGER, Eva. **Constructing global enemies: hegemony and identity in international discourses on terrorism and drug prohibition.** New York: Routledge, 2011. 220 p.

HOWARTH, David. 2005. Populism or Popular Democracy? The UDF, Workerism and the Struggle for Radical Democracy in South Africa. In **Populism and the Mirror of Democracy**, ed. Francisco Panizza, 209-223. Londres: Verso.

HUDSON, V. **Foreign Policy Analysis: Classic and Contemporary Theory.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.

IANNI, Otavio. **O colapso do populismo no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IBRAHIM, Cesar Antonio Calejon. **A ascensão do bolsonarismo no Brasil do século XXI.** Curitiba: Kottter Editorial Ltda., 2021. 238 p.

JARDIM, Lauro. Ernesto Araújo lança curso online sobre 'globalismo'. Surge um novo Olavo de Carvalho? **O Globo.** Brasil, p. 1-3. 10 jun. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/ernesto-araujo-lanca-curso-online-sobre-globalismo-surge-um-novo-olavo-de-carvalho.html>. Acesso em: 01 maio 2023.

JORGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise. **Discourse analysis as theory and method.** London: SAGE Publications, 2002. p. 27.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia.** Buenos Aires, Ariel, 1996.

LACLAU, Ernesto. **Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1993.

LACLAU, Ernesto. 2005. Populism: What's in a Name? In: **Populism and the Mirror of Democracy**, ed. Francisco Panizza, 32-49. Londres: Verso.

LACLAU, Ernesto. Toward a Theory of Populism. In: LACLAU, Ernesto. **Politics and Ideology in Marxist Theory**, NLB, 2012.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios, 2015.

LEIRAS, Santiago. POPULISMO Y CRISIS DE REPRESENTACIÓN EN BRASIL: el caso de fernando collar de mello (1990-1992).. **Debates Latinoamericanos**, S.L, v. 1, n. 33, p. 1-11, nov. 2019.

LESSA, Antônio Carlos *et al.* Distanciamento versus engajamento: alguns aportes conceituais para a análise da inserção do multilateralismo brasileiro (1945-1990). **Contexto Internacional**, [S.L.], v. 32, n. 2, p. 333-365, dez. 2010.

LIMA, Maria Regina Soares de. Instituições Democráticas e Política Exterior. **Contexto Internacional**, v.22 n.2. Rio de Janeiro, IRI/PUC-Rj, jul./dez.2000. p.265-303.

LOPES, Dawisson Belém *et al.* Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil. **Global Studies Quarterly**, [S.L.], v. 2, n. 4, p. 1-14, 22 set. 2022. Oxford University Press (OUP).

LYNCH, Christian Edward Cyril; CASSIMIRO, Paulo Henrique Paschoeto. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis** [online]. 2021, n. 70, pp. 223-249.

LYNCH, Christian. "Ascensão, fastígio e declínio da 'revolução judiciarista'". **Revista Insight Inteligência**, ano XX, nº 79, out./nov./dez. 2017.

LYNCH, Christian; CASSIMIRO, Paulo Henrique. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. Editora Contracorrente, 2022. Livro eletrônico.

MACHADO, M. D C.; MARIZ, C. L.; CARRANZA, B. "Articulações político-religiosas entre Brasil-USA: direita e sionismo cristãos". **Revista Ciências Sociais & Religião**. 2021, p. 225-248.

MADUREIRA, Eduardo Morrot Coelho. **A influência ruralista na política externa do governo Bolsonaro**. 2023. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

MAGALHÃES, Diego T. e THOMAZ Laís F. The Conspiracy-Myth Diplomacy: anti-globalism vs pragmatism in Bolsonaro's foreign policy for South American integration. **Oikos**, V. 20, n. 3, 2021, p. 52-73

MAGALHÃES, Guilherme. Aceno de Bolsonaro a Taiwan desanima Pequim, diz alto funcionário do regime chinês. In **Folha de S. Paulo**. 5 de novembro de 2018. Acesso em: 9 de maio de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/aceno-de-bolsonaro-a-taiwan-desanima-pequim-diz-alto--funcionario-do-regime-chines.shtml>.

MAITINO, M. E. Populismo e bolsonarismo. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 13, n. 00, p. 1-20, 2020.

MAITINO, M. E. VENERANDO, K. R. da S. (2023). A tradição de se renovar: propostas de reforma do Itamaraty sob Bolsonaro. **CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs**, (5), 147–167.

MARCHART, Oliver. Apresentação: Teoria do discurso, pós-estruturalismo e paradigma da Escola de Essex. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, 2008. Livro eletrônico.

MARINGONI, Gilberto; ROMANO SCHUTTE, Giorgio; BERRINGER, Tatiana (Org.). **As bases da política externa bolsonarista**: relações internacionais em um mundo em transformação. Santo André: EdUFABC, 2021.

MARIUTTI, E. B. Olavo de Carvalho e a onda conservadora contemporânea. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 380, p. 1-17, maio 2020.

MAZUI, Guilherme. Bolsonaro libera turistas de EUA, Austrália, Canadá e Japão a entrar no Brasil sem visto. **G1**. S.L, p. 1-3. mar. 2019.

MAZZA, Luigi. A ESCOLINHA DO PROFESSOR ERNESTO: o ex-chanceler de Bolsonaro segue as pistas do globalismo, de platão a John Lennon. **Revista Piauí**. S.L, p. 1-1. abr. 2023. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escolinha-do-professor-ernesto/>. Acesso em: 06 maio 2023.

MEDEIROS, Taísa. Ex-chanceler Ernesto Araújo critica Jair Bolsonaro em canal no YouTube. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 1-2. 02 mar. 2022. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2022/03/4989569-os-ataques-do-ex-chanceler.html>. Acesso em: 08 maio 2023.

MENDONÇA, Daniel de. A crise da democracia liberal e a alternativa populista de esquerda. **Simbiótica**, Vitória, v. 6, n. 2, 2019.

MENDONÇA, Daniel de. Antagonismo como identificação política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 9, p. 205-228, dez. 2012.

MENDONÇA, Daniel de. **Curso Novas Teoria Populistas**, Caixa de Ferramenta-Autonomia Literária, 2021.

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, p. 153-169, 2009.

MENDONÇA, Daniel de. **Democracia sem democratas**: uma análise da crise política no governo João Goulart (1961-1964). Tese de doutorado. 2006.

MENDONÇA, Daniel de.; MACHADO, Igor Suzano. O Populismo e a Construção Política do Povo. **Mediações**, v. 26, n. 1, p. 10-27, 2021.

MENDONÇA, Daniel. Populismo como vontade de democracia. **Colombia International**, v. 82, p. 59-71, 2014.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, 2008. Livro eletrônico. 3717 posições.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto. Em torno de Ernesto Laclau. In: MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo Peixoto (Orgs). **Pós-Estruturalismo e Teoria do Discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre, 2008. Livro eletrônico.

MILANEZI, Felipe Silva. **Populismo e cultura política**: uma análise de Brasil e Estados Unidos. 2022. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.

MILANI, Carlos, PINHEIRO, Leticia e LIMA, Maria Regina S. Brazil's foreign policy and the 'graduation dilemma'. **International Affairs**, vol. 93, n. 3 (2017), p. 585-605.

MILANI, Carlos. e Pinheiro, Leticia. Política Externa Brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional* v.35 n.1, jan./jul.2013, p. 11-41.

MILANI, Carlos. Política externa é política pública? **Inisght Inteligência**, Rio de Janeiro, v. 69, n., p. 57-75, abr. 2015.

MOLINA, Frederico R. “Bolsonaro e Macri atuam por Mercosul com mais negócios e menos à esquerda”. 2019. **El País**. Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/18/internacional/1555613012_338098.html

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: Wmf Martins Fontes, 2015. 160 p.

MOREIRA, Danilo Sorato. Reinvenções do Anticomunismo na Política Externa Brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**, Niterói, v.11, n.22, p.187-207, 2019.

MUDDE, Cas. **A Extrema-direita hoje**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022. 231 p.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal Rovira. **Populism: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2017. 136 p.

MUSSI, Daniela; CRUZ, André Kaysel Velasco. Os populismos de Francisco Weffort. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, 2020.

NOGUEIRA, João Pontes & MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Novo chanceler, Ernesto Araújo foi indicado por Olavo de Carvalho. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1-3. 14 nov. 2018. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/novo-chanceler-ernesto-araujo-foi-indicado-por-olavo-de-carvalho.shtml>. Acesso em: 8 maio 2023.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de. Nexos e reversos da política externa brasileira e de defesa para o Atlântico Sul. **Conjuntura Austral**, [S.L.], v. 14, n. 66, p. 103-120, 31 maio 2023. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

OLIVEIRA GONÇALVES, Gabriella Vieira. **Entre o fechamento e a abertura: política migratória de admissão para nacionais venezuelanos na América do Sul**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

ORTIZ, Délis. Ernesto Araújo pede demissão do Ministério das Relações Exteriores. **G1**. S.L, p. 1-3. 29 mar. 2021. Disponível em:
<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/29/ernesto-araujo-ministro-das-relacoes-exteriores-pede-demissao.ghtml>. Acesso em: 14 maio 2023.

ÖZYÜKSEL, Büşra. POPULISM IN FOREIGN POLICY DECISION-MAKING PROCESS. **Eurasian Journal Of Researches In Social And Economics (Ejrse)**, S.I, v. 8, n. 1, p. 1-12, 30 jan. 2021.

PANIZZA, Francisco. **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005.

PASSOS, R. D. F; SANTANA, D. P. F. Uma breve análise das propostas de Jair Bolsonaro para a política externa brasileira. **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 89-101, jul./dez, 2018.
PINHEIRO, Letícia. **Política Externa Brasileira: (1889 - 2002)**. 2. ed. S.I: Zahar, 2004. 84 p.

PINHEIRO, Letícia. “Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea”. **Contexto Internacional**, 22 (2): 305-335, jul./ dez., 2000a, Rio de Janeiro.

PINHEIRO, Letícia. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: J.A. G. de Albuquerque (org.), **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) vol4**. Prioridades, Atores e Políticas. São Paulo, Annablume/Nupri, 2000b. p.449-474.

PINTO, Céli R. J. Democracia como significante vazio: a propósito das teses de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 1, nº 1, jul/dez, 1999.

PINTO, Céli Regina Jardim. Elementos para uma análise de discurso político. **Barbarói: revista do Departamento de Ciências Humanas e do Departamento de Psicologia**. Santa Cruz do Sul, RS. N. 24 (jan./jun. 2006), p. 78-109, 2006.

PINTO, Eduardo Costa et al. A guerra de todos contra todos e a Lava Jato: A crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, 2019.

PLAGEMANN, Johannes; DESTRADE, Sandra. Populism and Foreign Policy: the case of India. **Foreign Policy Analysis**, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 283-301, 3 dez. 2018. Oxford University.

PODER360 (ed.). CPI da Covid: Kátia Abreu diz que Ernesto Araújo foi “bússola para o caos”. **Poder360**. S.L, p. 1-3. 18 maio 2021a. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/katia-abreu-diz-que-ernesto-araujo-tem-memoria-seletiva-na-cpi-da-covid-bussola/>. Acesso em: 06 maio 2023.

PODER360 (ed.). Ex-chanceler Ernesto Araújo diz que governo Bolsonaro “virou a base do Centrão”. **Poder360**. Brasil, p. 1-3. 17 nov. 2021b. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/ex-chanceler-ernesto-araujo-diz-que-governo-bolsonaro-irou-a-base-do-centrao/>. Acesso em: 09 maio 2023.

POMAR, V. REGALADO, R. **Foro de São Paulo: construindo a integração latinoamericana e caribenha**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

PUTTI, Alexandre. Filho do presidente eleito da Argentina responde ataque de Eduardo Bolsonaro. In: Carta Capital. 31 de outubro de 2019. Acesso em: 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/filho-do-presidente-eleito-da-argentina-responde-ataque-de-eduardo-bolsonaro/>.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil**. Versal Editores, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, Guilherme. **A metapolítica do bolsonarismo**: considerações sobre o modus operandi da extrema-direita brasileira., [S.l.], v. 1, n. 20, p. 71-99, out. 2022. ISSN 2317-8825.

RODRIGUES, Matheus; CASTILHOS, Roniara. 'Povo argentino, lamento, é o que vocês merecem', diz Bolsonaro sobre governo de país vizinho. In: **G1**. 8 de outubro de 2020. Acesso em: 10 de maio de 2023.

ROSEVICS, Larissa *et al.* A Argentina e a queda de Macri. In: MARINGONI, Gilberto; SCHUTTE, Giorgio Romano; BERRINGER, Tatiana (org.). **As Bases da Política Externa Bolsonarista**. Santo André: Edufab, 2021. Cap. 10. p. 1-258.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. La especificidad del gobierno de Lula: hegemonía liberal, desarrollismo y populismo. **Nueva Sociedad**, S.L, v. 17, n. 1, p. 155-171, set. 2008.

SALOMÓN, Mónica; PINHEIRO, Letícia. (2013). Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: Trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Rev. bras. polít. int.**, v. 56, nº 1, pp. 40-59.

SANDRIN, Paula. The Rise of Right-Wing Populism in Europe: a psychoanalytical contribution. **Financial Crisis Management And Democracy**, [S.L.], p. 227-239, 10 dez. 2020. Springer International Publishing.

SANTIAGO, L. (2022). Identidade nacional e tradições da política externa brasileira no Governo Bolsonaro (2019-2021). **Conexões Internacionais**, 3(1), 24-41.

SANTOS, Marcos C. **Construindo inimigos para a América do Sul**: os discursos de segurança no Conselho de Defesa da Unasul. Curitiba: Editora Appris, 2018.

SARAIVA, Miram Gomes; HERNÁNDEZ, Lorena Granja (org.). **Estudos de Política Externa**: o Brasil e a América do Sul. Belo Horizonte: Lemos Mídia, 2023. 158 p.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, [S.L.], n. 64, p. 117-137, dez. 2019. **Instituto Português de Relações Internacionais**, Universidade Nova de Lisboa.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno Crh**, [S.L.], v. 27, n. 71, p. 417-429, ago. 2014.

SENADO, Agência (ed.). Senadores defendem Kátia Abreu de ataques do ministro Ernesto Araújo. **Agência Senado**. Brasília, p. 1-3. 29 mar. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/03/29/senadores-defendem-katia-abreu-de-ataques-do-ministro-ernesto-araujo>. Acesso em: 01 maio 2023.

SHAPIRO, Michael J. Does the nation-state work? Capítulo 5. In: **Global Politics**. Routledge, 2013. p. 297-316.

SILVA, Álvaro Vicente Costa. A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann. **Conjuntura Austral**, [S.L.], v. 10, n. 49, p. 23-41, 4 abr. 2019. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SILVA, André Luiz Reis da; HOLLEBEN, Raquel de. De Lula a Bolsonaro: rupturas e continuidades discursivas na política externa brasileira para os brics (2003 - 2020). **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, [S.L.], v. 11, n. 22, p. 200-226, 15 dez. 2022. Universidade Federal de Grande Dourados.

SILVA, André Luiz Reis da. De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira. **Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 1-26, 1 mar. 2022.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos e. “LIBERAL NA ECONOMIA E CONSERVADOR NOS COSTUMES” Uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [S.L.], v. 36, n. 107, p. 1-19, 2021.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. **Dossiê: “Consequências do Bolsonarismo Sobre Os Direitos Humanos, A Educação Superior e A Produção Científica no Brasil”**, S.L, v. 1, n. 1, p. 1-26, jan. 2020.

SILVA, L. G. T. ERNESTO LACLAU (1935-2014): A TRAJETÓRIA DE UM LEGADO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS. **Cadernos de Estudos Sociais**, [S. l.], v. 29, n. 1, p. 194–211, 2014.

SILVA, Michel Goulart da. “Reflexões sobre o marxismo cultural”. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 3, 2020.

SILVA, Wellington T., SUGAMOSTO, A. e IRIGARAY A., U. (2021). O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Revista Cultura & Religião**, 15 (1), 180-222.

SIMÕES, Renata Moraes. A modificação da postura brasileira na UNASUL: da criação à formalização da saída do bloco (2008-2019).. **Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil**, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 1-19, 12 dez. 2019. Universidade de Estado do Rio de Janeiro.

SIQUEIRA, Felipe. Relembre atritos e polêmicas na relação Brasil-China. O Estado de São Paulo. **Estadão**. 2020. Acesso em: 10 maio 2023. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/%20geral,relembre-atritos-e-polemicas-na-relacao-brasil-china,70003527675>.

SMITH, David Norman; HANLEY, Eric. The anger games: Who voted for Donald Trump in the 2016 election, and why?. **Critical Sociology**, v. 44, n. 2, p. 195-212, 2018.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (org.). **Foreign Policy Theories, Actors, Cases**. 3. ed. Reino Unido: Oxford University Press, 2016. 595 p.

SNYDER, R.; BRUCK, H. & SAPIN, B. The decision-making approach to the study of international politics. New York, **Free Press**, 1962 p.60-74.

SOUZA, Renato. Um mês após demissão, Ernesto Araújo diz que governo perdeu 'alma' e 'ideal'. **Correio Braziliense**. Brasília, p. 1-3. 01 maio 2021. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/05/4921600-um-mes-apos-demissao-ernesto-araujo-diz-que-governo-perdeu-alma-e-ideal.html>. Acesso em: 05 maio 2023.

STENGEL, Frank A; MACDONALD, David B; NABERS, Dirk. **Populism in World Politics: exploring inter- and transnational dimensions**. Suíça: Palgrave Macmillan, 2019. 381 p. (Global Political Sociology).

STRAVAKAKIS, Y. (2017). Discourse Theory in Populism Research: Three Challenges and a Dilemma. In: **Journal of Language and Politics**, v. 16, nº. 4, pp. 1-12 [523-534].
 VERBEEK, Bertjan; ZASLOVE, Andrej. Populism and Foreign Policy. **Oxford Handbooks Online**, [S.L.], v., n., p. 1-28, 6 nov. 2017. Oxford University Press.

TANSCHKEIT, Talita. Jair Bolsonaro and the defining attributes of the populist radical right in Brazil. **Journal Of Language And Politics**, [S.L.], p. 1-18, 9 maio de 2023. John Benjamins Publishing Company.

TRINDADE, S. L. B. O Populismo no Brasil. **Revista UNI-RN**, 5(1/2), 111, 2008.

TOMEI, Stefano Andrade. Metapolítica. **Íandé: Ciências e Humanidades**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 102-118, 5 abr. 2021. Fundacao Universidade Federal do ABC - UFABC.

VAZ, Alexandre Fernandez; GARCIA, Gabriel. O ocidentalismo fantástico do chanceler. **Em Tese**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 87-118, 29 set. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

VELASCO JÚNIOR, Paulo Afonso. A Política Externa do Governo Temer: Continuidade, inércia e a falta de uma estratégia de Inserção Internacional. In: **Congreso Alacip: Democracias en recesión?**, 9., 2017, Montevideo. S.I. Montevideo: S.I, 2017. p. 1-17

VERBEEK, Bertjan; ZASLOVE, Andrej. Populism and Foreign Policy. **Oxford Handbooks Online**, [S.L.], v. , n. , p. 1-28, 6 nov. 2017. **Oxford University Press**.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. **Meridiano 47 - Journal Of Global Studies**, [S.L.], v. 20, p. 1-16, 13 dez. 2019. **Instituto Brasileiro de Relações Internacionais**.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco (org.). **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva Uni, 2014. 152 p.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. **Editora Unesp**, [S.L.], v. 2, n. 1, p. 1-180, abr. 2016. Editora UNESP.

VIGUERA, Aníbal; VIGUERA, Anibal. "Populismo" y "neopopulismo" en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, [S.L.], v. 55, n. 3, p. 49, jul. 1993. Universidad Nacional Autónoma de México.

VILELA, Pedro Rafael; BRANDÃO, Marcelo. Brasil e EUA assinam acordo para uso da Base de Alcântara: medida permite lançamento de satélites norte-americanos no país. **Agência Brasil**. Brasília, p. 1-2. mar. 2019a. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/brasil-e-eua-assinam-acordo-para-uso-da-base-de-alcantara><https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-03/brasil-e-eua-assinam-acordo-para-uso-da-base-de-alcantara>. Acesso em: 9 maio 2023.

VILELA, Pedro Rafael. Bolsonaro sinaliza desejo de transferir embaixada do Brasil em Israel: presidente diz que está conversando com líderes árabes. **Agência Brasil**. Brasília, p. 1-3. dez. 2019b. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-12/bolsonaro-sinaliza-desejo-de-transferir-embaixada-do-brasil-em-israel>. Acesso em: 7 maio 2023.

WALKER, Robert B. J. **Inside/outside: International Relations as Political Theory**. Cambridge University Press, 1993.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. New York: McGraw Hill, 1979.

WEFFORT, F. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WEHNER, Leslie e; THIES, Cameron G. The nexus of populism and foreign policy: the case of latin america. **International Relations**, [S.L.], v. 35, n. 2, p. 320-340, 24 jul. 2020. SAGE Publications.

WEYLAND, Kurt. Clarifying a Contested Concept: populism in the study of latin american politics. **Comparative Politics**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 1, out. 2001. JSTOR.

WEYLAND, Kurt. Neoliberal Populism in Latin America and Eastern Europe. **Comparative Politics**, [S.L.], v. 31, n. 4, p. 379, jul. 1999. JSTOR.

ZANINI, Fábio (ed.). Ernesto Araújo diz que Bolsonaro é acomodado e não representa valores conservadores. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, p. 1-3. 12 out. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2022/10/ernesto-araujo-diz-que-bolsonaro-e-acomodado-e-nao-representa-valores-conservadores.shtml>. Acesso em: 03 maio 2023.

ZARUR, Camila. Em artigo intitulado 'Comunavírus', Ernesto Araújo criticou quarentena na China e disse que pandemia era oportunidade para 'acelerar projeto globalista'. In: **O Globo**. 18 de maio de 2021. Acesso em: 10 de maio de 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/em-artigo-intitulado-comunavirus-ernesto-araujo-criticou-quarentena-na-china-disse-que-pandemia-era-oportunidade-para-acelerar-projeto-globalista-25022856>.